



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FERNANDA BIANCA GONÇALVES GALLO

*ANDANDO À PROCURA DESSA VIDA: DINÂMICAS DE
DESLOCAMENTO NA PROVÍNCIA DE TETE-MOÇAMBIQUE, DO
COLONIALISMO TARDIO À MINERADORA VALE*

CAMPINAS
2017

FERNANDA BIANCA GONÇALVES GALLO

***ANDANDO À PROCURA DESSA VIDA: DINÂMICAS DE DESLOCAMENTO
NA PROVÍNCIA DE TETE-MOÇAMBIQUE, DO COLONIALISMO TARDIO À
MINERADORA VALE***

Tese apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do
título de Doutora em Antropologia Social

Orientador: PROF. DR. OMAR RIBEIRO THOMAZ

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
FERNANDA BIANCA GONÇALVES GALLO E
ORIENTADA PELO PROF. DR. OMAR RIBEIRO
THOMAZ



**CAMPINAS
2017**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

G137a Gallo, Fernanda Bianca Gonçalves, 1979-
"Andando à procura dessa vida : dinâmicas de deslocamento na província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale" / Fernanda Bianca Gonçalves Gallo. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Desenvolvimento econômico - Moçambique. 2. Camponeses - Política governamental - Moçambique. 3. Moçambique - História. 4. Moçambique - Narrativas pessoais. I. Thomaz, Omar Ribeiro, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "Walking in search of this Life : dynamics of displacement in the province of Tete-Mozambique, from colonialism to the minerador Vale"

Palavras-chave em inglês:

Economic development – Mozambique
Peasants - Government Policy - Mozambique
Mozambique - History
Mozambique - Personal Narratives

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutora em Antropologia Social

Banca examinadora:

Omar Ribeiro Thomaz [Orientador]
Lucilene Reginaldo
Lorenzo Gustavo Macagno
Elena Brugioni
Inácio de Carvalho Dias de Andrade

Data de defesa: 17-03-2017

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 17/03/2017, considerou a candidata Fernanda Bianca Gonçalves Gallo aprovada.

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (orientador)

Profa. Dra. Elena Brugioni

Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno

Profa. Dra. Lucilene Reginaldo

Prof. Dr. Inácio de Carvalho Dias de Andrade

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica da aluna



Aldeia Chicopende, distrito de Changara, 2014
Foto: Fernanda Gallo

*Dedico este trabalho às gentes de Tete, que, mesmo sob o sol ardendo entre secas,
cheias e guerras, lutam e florescem na terra dos grandiosos embondeiros*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as agências financiadoras desta pesquisa, CAPES nos primeiros meses e FAPESP nos seguintes, aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UNICAMP e ao meu orientador Omar Ribeiro Thomaz. Aproveito para render homenagem ao professor John Monteiro (*in memoriam*) por sua sapiência, afeto e generosidade acadêmica.

Agradeço também a eclética turma de doutorado 2012: O manauense Luciano Cardenes, o goiano Patrik Thames, a italiana Vanessa Durando, o baiano Vitor Queiroz, o húngaro Gabor Bash, os mexicanos Ernenek Mejia e Berenice Morales e a única campineira Daniela Feriani. Também agradeço a camaradagem com Ana Elisa Bersiani, Lis Furlani, Mariana Marques, Adriano Godói, Ana Paula, Igor Scaramuzi, Rodrigo Bulamah, Mariana Petroni, Bruna Brumachar e, claro, a querida moçambicana Catarina Cortesão com suas incontornáveis risadas, seu carinho e seus maravilhosos *muffins*. Um muito obrigada também a Inácio Carvalho, parceiro de pesquisa na tórrida Tete. Sem vocês, a vida em Barão Geraldo teria sido menos diversa e, certamente, bem menos terna.

Agradeço as consistentes arguições feitas na qualificação por Nashiele Lora e Josué Tomasini de Castro e ao grupo de estudo formado pelos orientandos do professor Omar. Em especial, agradeço a Diego Marques e Giovani Grilo pela leitura e indicação de caminhos em estações de insegurança.

Em Maputo, agradeço imensamente a família Lopes que me acolheu com muito amor: Jeque Lopes e seus pais, senhor Arlindo e Rita Lopes, Bruna Gallo Lopes e minhas pequenas sobrinhas-netas Moya e Yana, que promoveram o milagre de me tornar avó sem ser mãe. Também agradeço ao Arquivo Histórico de Moçambique, ao Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), com as professoras Tereza Cruz e Silva, Isabel Casimiro, Amélia Souto e ao professor Yussuf Adam. Agradeço também ao ARPAC em nome de Victor Chibanga, Marílio Wane e sua divertida malta: Joana, Dover, Andreia, Jade e Kiko.

Em Tete, agradeço sobretudo a Tomás Cebola, que me levou a lugares, traduziu conversas e se tornou um grande amigo. Agradeço também à Missão Salesiana de Moatize, que me recebeu durante a pesquisa de campo, à Paróquia do Songo e à Paróquia do Zóbuè, também agradeço ao ARPAC de Tete através de seu delegado Sr. Agnelo e aos funcionários do antigo Gabinete Geral do Zambeze (GPZ). E, sobretudo, agradeço aqueles que se dispuseram a perder um pouco de seu tempo conversando com uma

brasileira em um contexto de latente tensão, seja pelo retorno dos conflitos armados, seja pela atuação desastrosa da contrerrânea mineradora Vale.

Em Portugal, agradeço ao Arquivo Torre do Tombo e ao Centro de Documentação Amílcar Cabral e aos queridos Rita, Mario João e Tito, que me acolheram na deliciosa Lisboa.

Agradeço igualmente ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e ao diálogo com professores e alunos do curso de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, cuja presença de gentes de todas as cores e de todas as idades provam que a academia é, também, um importante espaço para visibilidade política.

Agradeço aos integrantes do GT História da África da ANPHU, cujo diálogo sério foi mesmo inspirador. Aproveitando o ensejo, agradeço a organização da II Semana de África-Encontros com Moçambique, aos queridos Regiane Mattos e Matheus Servá, que fizeram ótimas contribuições para esta tese proporcionando uma agradável troca entre os entusiastas da pérola do índico. E ao professor Valdemir Zamparoni, sempre disposto a rememorar suas marcantes experiências em Moçambique e dar preciosas dicas.

As amigas e amigos de toda hora espalhados por Salvador, Floripa, Paraty e além mares: Lia Laranjeiras, Daniela Ortega, Nina Silva, Larissa Schelei, Marcelo Cunha, Marcelo Brasil, Fábio Felipe, Thaíse Antuneli, Alice Hartman, Adriana Cerqueira, Maria Fabiana.

Por último, e não menos importante, agradeço minha família, que sempre me apoiou no desgaste emocional e físico que é fazer um doutorado. Obrigado a meus irmãos Deise, Lincoln e Darley e, sobretudo, minha doce e amada mãe Marlis.

Por fim, agradeço a meu companheiro, amor, melhor amigo, assistente de pesquisa, editor de textos, incentivador e “acalmador de ânimos”, Maurício Oliveira. O meu profundo obrigado! E obrigada também a sua família de destemidas mulheres baianas: Dona Ana, Ermita, Elenice e Euzébia.

RESUMO

Esta tese busca discutir a dinâmica dos deslocamentos na Província moçambicana de Tete, enclave geográfico localizado entre os vizinhos Malawi, Zâmbia e Zimbábue. Por ser atravessada pelo grandioso rio Zambeze, acesso natural da costa Índica ao interior do continente africano, a região de Tete foi palco de intensas trocas entre comerciantes árabes vindos do golfo pérsico a partir do século XII e com os portugueses a partir do século XVI. Dessa interação, surgiram potentados arabizados, além de instituições como os Estados Secundários caracterizados pelo poder de famílias *muzungus* ou afro-portuguesas. A escravização, as disputas entre Estados e a invasão dos *nguni* vindos do sul criaram grandes vazios demográficos em Tete, mas foi a partir da ocupação efetiva no início do século XX, com o arrendamento de grande parte do território às companhias concessionárias, que os deslocamentos passaram a ser enquadrados e controlados para facilitar a cobrança de impostos e permitir o recrutamento do trabalho forçado dos *indígenas*, categorizados até 1961 como não civilizados. Tais elementos incentivaram o refúgio para os países vizinhos, assinalando um persistente ciclo de deslocamento não desejado, a qual grande parte da população de Tete foi submetida, especialmente com o advento dos aldeamentos coloniais. Através da reordenação do habitat tradicional disperso, esses espaços extremamente militarizados e arquitetonicamente geométricos ofertavam um “desenvolvimento comunitário” a fim de “conquistar a adesão das populações” para o lado português da guerra, impedindo o apoio aos nacionalistas. Após a independência, o modelo de socialização do campo empregado nas aldeias comunais, retamente organizadas em talhões residenciais tal qual os aldeamentos portugueses, previu a transformação do *Homem Novo* moçambicano, que abandonaria elementos considerados retrógrados, como o modo de vida disperso, a poligamia, o curandeirismo e a produção familiar não produtora de excedentes. Atualmente, mais uma vez, milhares de famílias de Tete são novamente obrigadas a deixar seu habitat, aqui entendido como espaço social, para viver nos reassentamentos dos megaprojetos de exploração de carvão, cujos traços arquitetônicos e promessas de melhora na qualidade de vida podem, facilmente, ser confundidos com os projetos de deslocamento do colonialismo e do socialismo moçambicanos. Portanto, esta tese aponta para uma sistemática persistência de projetos de deslocamento não voluntário em Tete, colocados em prática desde o período tardo colonial (1961-1974) até os dias atuais. Mas, ao mesmo tempo, argumenta, através de fontes documentais e de narrativas de pessoas comuns de Tete, que, apesar da persistência da história, os projetos pessoais de deslocamento, a fuga, a recusa, a sabotagem e outros não permitem falar em simples continuidade, como se a história fosse cíclica e não formada por rupturas diversas.

PALAVRAS CHAVE: Deslocamento, Moçambique, Narrativas

ABSTRACT

This thesis aims to discuss the dynamics of displacement in the Mozambican province of Tete, a geographical enclave located between neighboring Malawi, Zambia and Zimbabwe. Being crossed by the great Zambezi river, natural access from the Indian coast to the interior of the African continent, the region of Tete was the scene of intense trades among Arab merchants coming from the Persian Gulf from the twelfth century and the Portuguese from the sixteenth century. From this interaction Arabized potentates emerged, as well as institutions such as the Secondary States characterized by the power of Muzungus or Afro-Portuguese families. Slavery, disputes between states and the invasion of the Nguni from the south created large population voids in Tete, but it was from the effective occupation at the beginning of the twentieth century with the leasehold of a large part of the territory to the concessionary companies, displacements started being regulated and controlled to facilitate the collection of taxes and allow the recruitment of forced labor of the natives, categorized as uncivilized until 1961. These elements encouraged the refuge to the neighboring countries signaling a persistent cycle of undesired displacement, which great part of the population of Tete was submitted, especially with the advent of the colonial settlements. Through the reordering of the dispersed traditional habitat, these extremely militarized and architecturally geometric spaces provided a "community development" in order to "win the adhesion of the populations" to the Portuguese side of the war, preventing the support of the nationalists. After independence, the model of socialization of the countryside used in communal villages, rectilinearly organized in residential stands, such as the Portuguese settlements, provided for the transformation of the Mozambican New Man who would abandon elements considered retrograde, such as the dispersed way of life, polygamy, witch doctoring and family production that does not produce surpluses. Today, once again, thousands of Tete families are once again forced to leave their habitat, here understood as a social space, to live in the resettlements of the coal exploration megaprojects, of which architectural traits and promises of improvement in the quality of life can easily be confused with the displacement projects of Mozambican colonialism and socialism. Therefore, this thesis points to a systematic persistence of projects of non-voluntary displacement in Tete, put into practice from the late colonial period (1961-1974) to the present day. But at the same time it argues through documentary sources and narratives of ordinary Tete people that despite the persistence of history, personal projects of displacement, flight, refusal, sabotage and others do not allow to speak in simple continuity, as if the story was cyclical and not formed by diverse ruptures.

KEY WORDS: Displacement, Mozambique, Narratives

Lista de Ilustrações

Imagem 1: Exploração de carvão no período colonial, 1929	52
Imagem 2: Propaganda colonial em Moçambique	73
Imagem 3: Propaganda colonial em Guiné-Bissau	73
Imagem 4: Propaganda da FRELIMO, 1972	75
Imagem 5: Propaganda de ação psicológica em Angola	130
Imagem 6: Foto área de um aldeamento em Tete	146
Imagem 7: Casas de Aldeamento Colonial na Província de Tete	153
Imagem 8: Planta Geral do Habitat Disperso em Belane, Vilanculos	165
Imagem 9: Cartilha de Socialização do Campo, 1985	167
Imagem 10: Construção de casa em Lidô (Angônia, Tete)	173
Imagem 11: Desenho de casa modelo, 1985	176
Imagem 12: Planta da aldeia comunal de Msauize	178
Imagem 13: Conserto das casas rachadas no reassentamento do Cateme, 2013	185
Imagem 14: Tipo de ocupação do solo nas áreas rurais, Moatize	189
Imagem 15: Representação da Vale antes e depois do reassentamento	192
Imagem 16: Planta do Reassentamento Cateme	193
Imagem 17: Aldeia Chicophende, Changara	200
Imagem 18: Paróquia Nossa Senhora do Zóbuè	213
Imagem 19: Barragem Cahora Bassa, Songo	219
Imagem 20: Futebol na Missão Salesiana de Moatize	229
Imagem 21: Ponte Samora Machel, cidade de Tete	237
Imagem 22: Mina da Vale em Moatize, 2013	242
Imagem 23: Refugiados de Tete no Malaui, 2015	269

Lista de Tabelas

Tabela 1: Aldeamentos estabelecidos em Tete (1968-1974)	145
Tabela 2: Programa de Aldeias Comunais em Tete (1978-1982)	168
Tabela 3: Diferença entre Talhão Tradicional e Talhão Convencional	177

Lista de Quadros

Quadro 1: Principais investimentos brasileiros em Moçambique (2003-2015)	250
Quadro 2: Principais projetos de cooperação Brasil- Moçambique (2003-20015)	255

Lista de Mapas

Mapa 1: Atual território moçambicano	22
Mapa 2: A Dinâmica do Oceano Atlântico	28
Mapa 3: Os tráficos Negreiros séculos XV-XVIII	41
Mapa 4: Área dos Estados Secundários	44
Mapa 5: Os prazos e as companhias concessionárias	46
Mapa 6: Bases principais da FRELIMO durante a ofensiva do primeiro semestre de 1968 (maio-agosto)	80
Mapa 7: Aldeamentos coloniais iniciados na zona de guerra entre finais de 1968 e início de 1969.	81
Mapa 8: Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique	95
Mapa 9: Empresas com Licenças de Mineração no Distrito de Moatize,	96
Mapa 10: Locais das Aldeias Originais e Reassentadas na Província de Tete	98
Mapa 11: Locais percorridos durante a pesquisa de campo	200

Lista de Acrônimos

AA - Associação Africana

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

AC – Aldeia Comunal

AMETRAMO – Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique

CAEM - Comissão de Auxílio aos Estudantes Moçambicanos

CANPM - Centro Associativo de Negros da Província de Moçambique

CARBOMOC – Companhia Carbonífera de Moçambique

CDR – Centro de Desenvolvimento Rural

CNAC – Comissão Nacional de Aldeias Comunaes

CNE – Comissão Nacional de Eleições

CODCB - Coordenador de Defesa Interna e Imediata Cahora Bassa.

COREMO - Comitê Revolucionário de Moçambique

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DSUH- Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESKOM - *Sout Africa Electricity Supply Commision*

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GD – Grupo Dinamizador

GVP - Grupos de Vigilância Popular

GALM - Grêmio Africano de Lourenço Marques

GPZ – Gabinete do Plano do Zambeze

GIFOP- Gabinete de Informação e Formação Pública

GODCA – Gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrárias

GUC - Gabinete de Urbanização Colonial

GUU - Gabinete de Urbanização do Ultramar

INE – Instituto Nacional de Estatística

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

MNR - *Mozambique National Resistance*

MPLA Movimento pela Libertação de Angola

NATO - *North Atlantic Treaty Organization*

OMM - Organização das Mulheres Moçambicanas

OJM - Organização da Juventude Moçambicana
ONU – Organização das Nações Unidas
ONUMOZ – Operação das Nações Unidas em Moçambique
OUA – Organização da Unidade Africana
PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCM – Projeto Carvão Moatize
PEC-G - Programa de Estudante-Convênio de Graduação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE – Programa de Reestruturação Econômica
PRO-SAVANA - Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
RNLSC- *Rhodesian Native Labour Supply Comission*
SCCIM- Serviço de Centralização e Coordenação da Informação
SAP - Serviço de Acção Psicossocial
SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa
SRFOCB - Zambeze Consórcio Hidrelétrico
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UNAC – União Nacional de Camponeses
UNAR - União Nacional Africana da Rumbézia
UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente
UPCT – União Provincial de Camponeses de Tete
USAID – *United States Agency for International Development*
WLNA – *Witwatersrand Native Labour Association*
ZAMCO – Zambeze Consórcio Hidroelétrico Ltda
ZANLA - *Zimbabwe African National Liberation Army*
ZOT- Zona Operacional de Tete

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – O VALE DO ZAMBEZE EM MOVIMENTO	23
Mobilidade pré-colonial	25
Prazos e estados militares, ocupando e desocupando território	35
Companhias concessionárias, circunscrevendo espaços	46
CAPÍTULO II – CERCEANDO DESLOCAMENTOS: DO COLONIALISMO À MINERADORA VALE	52
Colonialismo: limitando o movimento	54
O trabalho “moralizante” em Tete	57
A expropriação de terras	63
Os ventos da mudança	68
Guerra de libertação: caminhos de fuga e luta	75
A Guerra em Tete	77
Independência, de ir e vir?	82
Se movimentar ou morrer	88
Megaprojetos: voltando a partir	93
CAPÍTULO III – PAUSA TEÓRICA	101
Poder pós-colonial, algumas questões	102
Narrativas entre história e memória	110
Território e deslocamento	118
CAPÍTULO IV – MOVIMENTOS EM CONTROLE: PROJETOS	129
“ <i>Viver como gente</i> ” e não dispersos!	130
O que deveria ser um aldeamento colonial	140
Arquitetura colonial	147
Escapando dos aldeamentos	155
Reorganizar o espaço para construir a nação	159
O que deveria ser uma aldeia comunal	166
Arquitetura comunal	173
“ <i>O povo está contra as Aldeias Comunais</i> ”	180
O reassentamento dos <i>Vales</i>	185
CAPÍTULO V – NARRATIVAS DE DESLOCAMENTO	198
Chegando em Changara: o movimento entre guerras	200
Partindo ao Zóbuè: o caminho religioso	212
Subindo ao Songo: mudança recomendada por espíritos	219
Pausando em Moatize I: deslocamento laboral	224
Pausando em Moatize II: trajetos indesejados	229
Percorrendo Tete: da guerra à ONG	237

CAPÍTULO VI – “O TEMPO ESTÁ PARTIDO IRMÃ”: REASSENTAMENTOS E RETORNO DOS CONFLITOS	242
Carvão Verde e Amarelo	244
“ <i>Também queremos comer</i> ” - eleições 2013 e 2014	256
“ <i>Tá-se mal</i> ”	259
CONCLUSÃO	270
REFERÊNCIAS	277

INTRODUÇÃO

O motivo que me levou pela primeira vez a Moçambique, no verão de 2011, não foi profissional, mas sim familiar e afetivo. Minha única sobrinha aceitara o pedido de casamento de seu colega moçambicano, do curso de arquitetura na Universidade Federal de Santa Catarina, e o noivado foi anunciado para janeiro do citado ano. Assim, minha irmã, mãe da noiva, e eu, a tia materna, participamos da cerimônia íntima que representou a união das famílias e marcou minha constante volta para Moçambique.

Nas cinco semanas que passamos em Maputo caminhando por suas ruas sombreadas por acácias, lendo os jornais *Savana*, *Notícias*, *Verdade* em points como o café Nautilus, conversando com pessoas, comendo matapa e tomando laurentina preta, uma série de questões foram, dia após dia, invadindo meus sentidos¹. Entre assuntos diversos, chamou-me atenção a expectativa em torno da presença brasileira em Moçambique e em especial o modelo de megaprojeto encabeçado pela Vale na província de Tete. Antes da viagem, eu havia lido uma crítica referente aos reassentamentos promovidos pela mineradora e a atmosfera lá encontrada só fez reforçar que este poderia ser um bom tema de pesquisa.

De todo modo, o deslocamento, em si, é algo que sempre me tocou, seja porque me desloquei diversas vezes por razões familiares ou projetos pessoais, seja porque, de alguma forma desde minha graduação em história ao pesquisar a expulsão de famílias de origem africana do centro da antiga Desterro, passando pelo mestrado em estudos étnicos e africanos no qual me dediquei aos refugiados congoleses em São Paulo, o ir e vir sempre esteve no meu horizonte pessoal e profissional.

Tratando de não perder tempo, minhas férias em Moçambique se transformaram em um pré-campo na esperança de render um projeto de doutorado. A primeira pessoa com quem conversei sobre a presença do Brasil em Moçambique foi o brasileiro Pedro Chavez. O engenheiro agrônomo me contou que chegou ao país no pós-independência, precisamente em novembro de 1978, como cooperante técnico e trabalhou inicialmente com a planificação da agricultura, tema ímpar para a socialização do campo proposta pelo presidente Samora Machel². Portanto, Chavez atuou intensamente na estatização da economia e, com a entrada de Moçambique na economia de mercado mundial, o brasileiro, acompanhando o novo fluxo, transformou-se em consultor e gestor de projetos. Finalmente, em 2003, ele

¹ O café Nautilus é muito frequentado e está situado exatamente na esquina das ruas 24 de julho e Julius Nyerere. Matapa é um prato a base da folha de mandioca.

² O sistema de planificação foi criado pelo governo pós-independente para elaborar indicadores gerais que tinham como função prever um ritmo de crescimento global e setorial (Bellucci, 2007).

constituiu, com outros sócios, uma empresa imobiliária localizada na grande Avenida Ho Chi Min em Maputo, além de atuar como vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil-Moçambique. A conversa com Chavez, que afirmou ter percorrido o caminho da estatização à privatização do país, indicou as transformações por que tem passado Moçambique e deixou claro que o Brasil é um dos principais personagens neste sentido.

Dias após esse contato inicial, visitei os escritórios da Vale e da Odebrecht que ficavam no mesmo prédio, o Polona Shopping, localizado no cruzamento das movimentadas ruas 24 de julho e Julius Nyerere. Hoje, essas empresas brasileiras estão instaladas na baixa da cidade no luxuoso edifício Jati V, onde estão os escritórios das maiores empresas moçambicanas e não moçambicanas no país. Em ambas, como era de se esperar, fui recebida por funcionárias munidas com belos materiais gráficos que mostravam, através de mapas coloridos e números saltitantes, as ações empreendidas pelas empresas. Ainda era 2011 e, até então, não havia entre as empresas brasileiras em Moçambique motivo para grandes sobressaltos e o horizonte se apresentava como um oásis lucrativo, cenário que mudaria nos próximos anos a partir de episódios como: as manifestações dos reassentados do Cateme, em 2012, que repercutiram internacionalmente e suscitaram uma insatisfação generalizada com as promessas de desenvolvimento; o envolvimento das empreiteiras brasileiras na operação Lava Jato que resultou na prisão do presidente da Odebrecht em 2015; a queda mundial do preço do carvão; as acusações de enriquecimento de quadros do governo moçambicano em negociações com investidores estrangeiros e, por fim, o retorno dos conflitos militares, em 2013, entre os históricos opositores: a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

Influenciada pelas primeiras impressões encontradas em Maputo, retornando ao Brasil, escrevi um primeiro projeto ainda muito centrado na Vale e seus efeitos que acompanham as transformações indicadas por Pedro Chavez. Após ser aprovada no doutorado em 2012, e em conversa com o orientador Omar Thomaz, ampliei o foco do projeto, uma vez que o reassentamento da Vale é mais um (entre vários) processo de deslocamento vivido por grande parte da população moçambicana. Foi assim que avancei no argumento de que os reassentados dos megaprojetos de exploração, ao serem obrigados a deixar sua terra, vivenciam uma persistência da história (Cabral, 2004), já que não é a primeira e nem a segunda vez que passam por um processo de deslocamento forçado.

Partindo deste pressuposto, em 2013, iniciei o período de pesquisa por seis meses distribuídos entre Maputo e Tete. Em Maputo, reuni uma ampla produção bibliográfica produzida pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA) e

compilei fontes históricas no Arquivo Histórico de Moçambique, sobretudo os documentos organizados no Fundo de Tete no período colonial e os documentos da Comissão Nacional das Aldeias Comunais do período pós-colonial. Em Tete, pesquisei também no caótico arquivo do antigo Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ) e iniciei o campo em Moatize durante a campanha para as eleições autárquicas realizadas em 20 de novembro de 2013.

Contudo, desde que o líder da RENAMO Afonso Dhlakama regressou à sua antiga base em Satunjira, localizada na província de Sofala, em outubro de 2012, e começou a treinar seus antigos veteranos da guerra civil (1976-1992), uma tensão se instalou em Moçambique. A partir de então, inúmeros foram os ataques na região central do país (com menos frequência no norte e sul) e cruzar o Rio Save, que divide o país ao meio, só era possível com escolta militar. A FRELIMO é acusada de perseguir possíveis apoiadores da RENAMO que, por sua vez, é acusada de cometer emboscadas, como os ataques aos trens da Vale, ainda que afirme que os tais ataques sejam obra da FRELIMO para incriminá-la. Nessa troca de acusações, já são mais de 10.000 refugiados de Tete no Malauí, onde cerca de um milhão de refugiados na última guerra encontraram abrigo. Essa conflituosa situação, a qual argumento ter sido acirrada pela expectativa de riqueza e poder gerada pela presença dos megaprojetos, influenciou os rumos da pesquisa de campo em Tete. O debate sobre as eleições, o retorno dos conflitos armados, o papel do Brasil nesse meio e a disputa pelo poder em que “todos querem comer” serão melhor detalhados no capítulo final da tese (capítulo VI - “*O tempo está partido irmã*”: *reassentamentos e o retorno dos conflitos*).

Coincidência ou não, também em 2012, ano do autoexílio de Dhlakama, ocorreram as manifestações no reassentamento Cateme, onde cerca de 600 pessoas fecharam o trilho de trem que transporta o carvão. A partir deste evento, o qual teve repercussão na mídia internacional e publicação de um relatório pela *Human Rights Watch*, o governo moçambicano tenta impedir o diálogo direto entre os reassentados e a empresa, ou os reassentados e “gente de fora”. Tudo deve passar pela administração de Moatize e da capital e a presença de qualquer pessoa “suspeita” deve ser informada às autoridades.

Em 2014, voltei a Tete por 4 meses onde, novamente, realizei o campo em um contexto eleitoral ainda mais sensível: as eleições presidenciais e legislativas que até hoje são motivo de disputa.³ Nesse contexto, o receio de ceder informações vem das próprias comunidades ao desconfiar que qualquer pessoa é um potencial informante do governo. Logo após os resultados eleitorais, o receio é de que qualquer pessoa possa ser um potencial

³ Enquanto escrevo este texto, o conflito continua, sobretudo porque a RENAMO exigiu a criação de autarquias provinciais nas seis regiões onde reclama vitória eleitoral, incluindo Tete, sob ameaça de tomar o poder à força.

apoiador dos derrotados, o que pode provocar, como de fato provoca, retaliações dos administradores do partido vencedor. Outro problema recai nas próprias autoridades, as quais temem a atuação de “agitadores” que possam questionar o resultado das eleições ou apontar falhas nas ações do governo. Ou seja, em época de eleições, o país vive sob o espectro do medo de falar e de se expor. Enquanto pesquisadora, foi interessante verificar como o traumático passado de guerra aliado a um governo autoritário continua pautando as relações cotidianas. Diante deste quadro e aflita pelos constrangimentos impostos para uma etnografia centrada no ambiente dos reassentamentos, optei por explorar as dinâmicas de deslocamento de diferentes habitantes de Tete ao longo do período tardio colonial até os dias atuais.

Assim sendo, após contatos com a Missão Salesiana João Batista de Moatize, pude me hospedar lá em troca da produção de um pequeno vídeo institucional. A missão foi uma base importante que possibilitou o convívio com seus frequentadores, reassentados ou não, nas missas, nos grupos de jovens e corais ali existentes. Além da convivência na missão e as histórias de vida que ali ouvi, a rede salesiana me possibilitou viajar por outras missões, como a do Songo, sede da grandiosa barragem Cahora Bassa que alimentou o sonho colonial português e deslocou milhares de pessoas para constituir a quinta maior hidrelétrica do mundo, e a antiga missão do Zóbuè, divisa com o Malaui, a qual, após o rapto das irmãs na guerra civil, jamais voltou a funcionar como missão. Outro local por onde me desloquei em Tete para escutar histórias de deslocamento foi o distrito de Changara a partir da amizade com Tomás Cebola, historiador moçambicano e funcionário do Instituto Nacional de Estatística na cidade de Tete.

Também em 2014, um pouco antes de ir à Moçambique, passei 5 semanas em Lisboa, onde pude coletar, no Centro de Investigação e Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), uma significativa quantidade de material produzido tanto no período colonial quanto, sobretudo, no pós-independência. Os diversos relatórios de agentes envolvidos na promoção das aldeias comunais (pesquisadores, organismos internacionais, funcionários do governo) e no reordenamento rural tornaram a comparação com o projeto colonial, dos ruralatos aos aldeamentos coloniais, algo viável. Também recolhi algum material no arquivo da Torre Tombo, sobretudo no que se refere ao Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique.

Feitas as considerações introdutórias sobre a motivação da pesquisa e as condições em que ela se desenvolveu, passo para o texto propriamente dito, apresentado aqui através de um movimento contrário - dos capítulos finais (como o já mencionado e extremamente

atual capítulo VI) para os iniciais, do presente para o passado, portanto. A tese é um esforço no sentido de explorar os deslocamentos populacionais através de duas principais perspectivas. A primeira delas refere-se à persistência histórica de projetos de reordenamento através da aglomeração de pessoas até então dispersas. Para tanto, argumento que os três principais projetos de deslocamento forçado - *aldeamentos coloniais* construídos para barrar o avanço nacionalista em fins dos anos 1960, as *aldeias comunais* pensadas pelo governo socialista pós-independente para otimizar o trabalho coletivo e, por fim, os *reassentamentos* objetivados para explorar o carvão - indicam uma continuidade visível no combate à dispersão, na arquitetura empregada, no slogan do desenvolvimento e na tentativa de transformação dos modos de habitar e produzir. A comparação destes três projetos (formatos arquitetônicos, introdução de hábitos, transformação da produção e outros), assim como o debate sobre o “problema da dispersão”, serão apresentados no capítulo IV- *Movimentos em controle: projetos*.

Todavia, depois de escutar e analisar as narrativas de deslocamento em diálogo com as fontes documentais recolhidas, argumento também que a noção de persistência da história (da grande história macropolítica onde se assentam os projetos de reordenação postos em prática em Moçambique) não contempla toda a dinâmica dos deslocamentos existentes e, portanto, não pode ser a única chave explicativa do tema. Nesse sentido, mostro que, para além dos projetos institucionalizados que indicam a persistência da história, outras situações como fuga, negação, iniciativas pessoais e familiares de mudança, situações espirituais e estratégias de sobrevivência ampliam o tema dos deslocamentos em Moçambique do fim do colonialismo tardio até os dias atuais. São essas narrativas, extensões da história oficial moçambicana ainda focada nos heróis nacionalistas, que demonstram ser a história não cíclica e nem tampouco redutora. E é nesta perspectiva que vêm trabalhando alguns intelectuais moçambicanos, incluindo escritores da literatura a exemplo de Ungulani Ba Ka Khosa, João Paulo Borges Coelho e Mia Couto, os quais serão incorporados em nossa discussão. Portanto, o capítulo V - *Narrativas de Deslocamento* apresenta experiências de deslocamento da gente comum que vive em Tete nos distritos de Moatize, Songo, Zóbuè, Changara e cidade de Tete, indicando que, apesar da persistência histórica dos projetos institucionais de deslocamentos, também rupturas marcam as dinâmicas do deslocamento em Tete.

Já o capítulo III- *Pausa* é composto por uma discussão teórica sobre o tema do poder pós-colonial que inclui o debate entre a continuidade e ruptura histórica e questiona o lugar da grande narrativa de libertação moçambicana em que até mesmo o rapper Mano

Azagaia é acusado de falsear. Também na pausa será discutida a relação entre memória e história, na qual parte da literatura produzida em Moçambique acaba por promover “uma redefinição da relação entre presente e passado, ficção e realidade” (Brugioni, 2014: 44). A sessão final deste capítulo aborda a relação entre o território e o deslocamento discutindo as categorias de território, desterritorialização e indicando as possibilidades que a noção de casa, ou do habitat de forma mais ampla, pode ajudar na discussão sobre os processos de reordenamento em Moçambique.

No capítulo II - *Cerceando os deslocamentos: do colonialismo à mineradora vale*, são apresentadas as bases fundadoras do colonialismo, como racialização dos povos, cobrança de impostos e trabalho forçado, postas em prática a partir da organização política administrativa levada a cabo pelo ditador Salazar na ocupação e domínio dos territórios coloniais. Tais elementos marcaram profundamente o controle sobre os movimentos da população, impondo um trabalho moralizador e a expropriação de terras.

Também nesse capítulo são contextualizados os “Ventos da mudança” de 1960 expressos na abolição do código do indigenato e na instituição de uma versão lusotropicalista de desenvolvimento comunitário em torno dos aldeamentos, o que, na prática, foram apenas uma estratégia militar para impedir o contato com os nacionalistas. A Frente de Tete, as posteriores zonas libertadas e as aldeias comunais também são apresentadas nesse capítulo como forma de contextualizar as diferentes dinâmicas de deslocamento em Tete, incluindo a dramática guerra dos 16 anos entre a RENAMO e a FRELIMO. Por fim, este capítulo apresenta o processo de chegada da mineradora brasileira Vale e os reassentamentos do Cateme e 25 de setembro dela provenientes, como o último projeto de deslocamento forçado em curso.

E, para abrir a tese, o capítulo I – *Vale do Zambeze em Movimento* retrata o antigo panorama histórico que caracterizou as dinâmicas de deslocamento na região do Vale do Zambeze antes da efetiva presença portuguesa até a ocupação da mesma. Neste, serão apresentados o complexo sistema de relações sociais e econômicas que envolvia os povos da região, suas ligações com os mercadores vindos do oriente e depois a instituição dos Prazos da Coroa e Estados Secundários controlados por famílias afro-portuguesas cujas disputas, escravização de milhares de pessoas e as razias provocadas pelos *nguni* vindos do Sul provocaram imensos vazios demográficos na região de Tete. Além destes, apresento o sistema das companhias concessionárias que, circunscrevendo os territórios e transformando Tete em uma reserva de mão de obra, marcaram o início da ocupação colonial portuguesa.

Em linhas gerais, esta tese discorre sobre a persistência de projetos de poder que aglomeram forçadamente pessoas e, sobretudo, fala do movimento de tempos e de gentes que buscam escapar, negar, substituir tais projetos no esforço de manter seus modos de vida próprios e singulares.



Mapa 1: Atual território Moçambicano

Fonte: <http://commercialpropertycashflow.com/aikmk/map-of-mozambique-coastline/2>

CAPÍTULO I - O VALE DO ZAMBEZE EM MOVIMENTO

De dentro, do Congo e do Alto Zambeze, vinham novos viajantes com o ouro, o marfim e a borracha, gente de costumes diferentes mas bons conversadores e ingênuos como são as pessoas do interior, pois a artimanha se conquista com o contato com os diferentes, e este contato se faz mais facilmente através do mar. Até que ingleses e belgas se ficaram por aquelas paragens de onde eles vinham e os fizeram levar aqueles produtos por outros lugares e nunca mais por aqui passaram. De baixo chegavam as hordas Angunes com rodela pretas na cabeça e uma organização implacável de formigas gigantes que deixavam um rastro de sangue à passagem do seu gado e seus soldados, gente do Sul, austera e militar, muito diferente dos anteriores e que surgiam dando ordens como se muito ali estivesse. Do mar, chegavam as companhias do Geral Castilho, praças amarelas e infectadas de malária sem saberem o que ali faziam e que acabavam por morrer ou se amantizar com mulheres locais, querendo muito deixar de ser diferentes para aproveitar do que estava disponível aos da terra. Tinham, os seus chefes, o fito de acabar com toda aquela desordem para impor nova ordem e conseguiram-no, como a história acabou por comprovar. E, finalmente, passavam ainda os muzungus do lugar, gente sem escrúpulos nem descanso, em razias permanentes que por serem sujas e malévolas não deixam, à sua maneira, de ser viagens.

E o povo daquela terra concluiu que se todos viajavam, chegando e partindo, vendendo e comprando, também ele podia viajar e conhecer novos lugares, vendendo seu trabalho e comprando o que lhe quisessem dar. E toda aquela e outra gente parecia disposta a ajudá-los nessa sua vontade. Espalharam-se recrutadores pelo campo, prometendo tudo a quem quisesse com eles ir, avançando até o dinheiro para a viagem. E partiram gerações atrás de gerações, de tal forma que a partida lhe ficou no sangue e não seria um povo inclinado a ficar na sua terra.

(*As duas sombras do rio* – João Paulo Borges Coelho, 2003:115)

O vale do Zambeze possui uma teia de rios e de gentes extremamente dinâmicos. Os períodos de intensa seca e de intensa cheia modelam as águas, transformam os bancos de areia, tecem histórias, permitindo ou impedindo trechos de navegação. Formada pelas terras altas e montanhosas até Cahora-Bassa, terras planálticas ou médias até o estreito de Lupata e terras baixas de aluvião, e ocupando uma área de 225.000 km² (cerca de 27,7% da superfície do país), com 4.900.00 habitantes (25% da população moçambicana), o vale integra quatro províncias do centro do país: Tete, Manica, Sofala e Zambézia (Mungói, 2011). Já os povos que o compõem possuem uma rica história de interação, disputa ou reconhecimento, formando um cenário bastante vasto, cuja densidade foi intitulada como *Complexo Zambeziano* (Pélissier, 1987).

Entre os rios desta região central de Moçambique, o Zambeze, com cerca de 2.750 km, é “uma larga e majestosa fita de prata que separa a terra do céu. Uma grande cobra que vem de Angola e corre para o mar, para o fim do mundo” (Coelho, 2003:218) que adentra

Moçambique através do Zumbo, cruzando a cidade de Tete até desaguar no mar da então província de Sofala. A grande cobra, retratada na obra *As Duas Sombras do Rio*, citada acima, viu passar por suas águas turbulentas aventureiros, exércitos e comerciantes das mais diferentes latitudes.

Portanto, devido a sua dimensão geográfica e histórica, a região do vale do Zambeze, que no século XVI foi nomeada como Rios de Cuama e Rios de Sena, ocupa um relevante papel em Moçambique. Com terras férteis, abundância de água e caminhos que conduzem a terras localizadas a oeste, o vale foi palco de encontros entre grupos bantus, mercadores árabes e europeus portugueses, despertando interesses e resultando em um cenário de intensa mobilidade, forçada ou não, visível até os dias atuais em Tete. Para dimensionar o longo panorama histórico da mobilidade na região, o presente capítulo contextualiza os diferentes processos de deslocamento, antes e depois da efetiva presença portuguesa.

Acreditando que a incursão ao passado se faz necessário para entender as atuais dinâmicas de mobilidade em Tete, essa também é uma opção que descentra a ação colonial como preponderante na história moçambicana. Como reivindica Crawford Young (2004), o período efetivo de colonização no continente africano não precisa ser a única chave de explicação para os fenômenos atuais. Ou seja, antes e depois do domínio português, diferentes processos de deslocamento tiveram lugar em Moçambique e o caso de Tete, a ser aqui apresentado, evidencia tal dinâmica.

Assim, a seção *Mobilidade Pré-Colonial* apresenta brevemente as condições em que grupos diversos, com suas unidades políticas e sociais, formaram-se e derivaram na chamada expansão banto por meio de certo padrão de assentamento territorial. A partir do século XII, entra em cena o comércio árabe, iniciando um longo processo de deslocamento de povos envolvidos no comércio⁴, acirrado com a formação dos *Estados militares e prazos, ocupando e desocupando territórios*, título da segunda seção. Esse contexto mercantil foi marcado sobretudo pela busca de ouro, marfim e escravos que incidiram na expansão, migração e destruição de outros grupos.

⁴ Existem divergências quanto a data do comércio árabe com o índico. Autores como Serra (2000) citam o relato de viajantes que indicariam trocas comerciais já no século X. Contudo, algumas pesquisas apontam para o século XII como a data mais provável.

Finalmente, e já se aproximando da ocupação portuguesa, a seção *Companhias Concessionárias, circunscrevendo espaços* descreve como Portugal procurou, a baixo custo, ocupar lentamente o território, proporcionando enorme lucro às companhias através do subarrendamento de terras e da exploração do trabalho local. Esse antigo modelo de concessão da terra a estrangeiros leva muitos moçambicanos a compararem os atuais megaprojetos de exploração de recursos naturais com as antigas companhias concessionárias.

Portanto, este capítulo, embora esteja temporalmente distante do período de enfoque da tese, fortalece o argumento de que os deslocamentos forçados em Moçambique, e precisamente em Tete, tendem a se repetir ainda que com roupagens diferenciadas. Contudo, se, por um lado, a continuidade é um elemento presente da história moçambicana no que tange ao tema dos deslocamentos não desejáveis, desde o período pré-colonial é possível verificar que diferentes grupos fizeram uso do deslocamento como estratégia de sobrevivência, fugas, projetos pessoais e familiares que deverão, ao longo da tese, serem descritos e analisados.

MOBILIDADE PRÉ-COLONIAL

A ocupação, formação, reconfiguração e retração de diferentes povos foi um processo constante na história da região do Zambeze, assim como seu movimento populacional. No que se refere ao atual território de Tete, o rio Zambeze - “esta estrada que flui” -, ao cruzar a província de oeste para leste, marcou interações entre povos patrilineares localizados ao sul do rio com os povos matrilineares situados ao norte. Além destas relações locais, as alianças, disputas e negociações estabelecidas com mercadores árabes e exploradores portugueses compõem uma interessante dinâmica econômica, social e cultural que será aqui apresentada. Nesse sentido, mergulhar no “eixo zambeziano” exige uma necessária reflexão sobre a complexidade de personagens, contextos e eventos que caracterizaram o vale antes da efetiva dominação militar portuguesa, em fins do século XIX e início do século XX. Esse recuo no tempo é também importante pois, como já mencionado, solidifica o argumento de que os povos de Tete estão inseridos em um longo processo de mobilidade, mais ou menos forçado, a depender do contexto específico.

Conhecido como Rios de Sofala ou Rios de Cuama e tornado zona administrativa dos Rios de Senna no século XVII, o vale foi inicialmente povoado por diferentes grupos

devido a longa expansão banto. A vasta área do norte do Zambeze foi, portanto, povoada por grupos matrilineares da chamada Confederação Marave, formada por 3 principais povos: *Nyanja* (com segmentos *Manganja* e *Niassa*), *Nsenga* e *Chewa* com segmentos *Chipeta* e *Zimba* (Coelho, 1993).

Borges Coelho (1993) também pontua que a Confederação Marave seria um segmento de grupos da linhagem dominante do clã Phiri que, entre 1200-1400, emigrara de Luba, no Congo, e se desdobrara provavelmente através de disputas por poder nas unidades políticas de *Kalonga* no lago do Niassa, *Lundo* no vale do Shire e *Undi*. Acordos sociais como absorção de cultos e casamentos entre clãs fizeram com que o Estado *Undi* estabelecesse sua hegemonia entre os *Cheua* e *Nsenga* da região, dando continuidade ao comércio com os *Swahíli* do norte, em especial pela rota Chire-Mossuril, ao menos até a metade do século XVII, período em que o domínio comercial do marfim e de escravizados se alternou para os reinos *Macua* (Cabo Delgado, Ilha de Moçambique e Zanzibar) e *Yao* (Niassa).

É possível que a região situada a oriente do Lago Niassa tenha desempenhado importante papel na dispersão destes povos, entre os anos 800-1000. Nesta vasta região enquadrada pelo Oceano Índico, Lago Niassa, rios Chire, Zambeze e Rovuma, teria havido a separação de grupos que se dividiram nos chamados *proto-macuas* e provenientes deles, na região norte e leste, os modernos *Macuas* e, na região sul e oeste, os *Lómuès* e *Lolos*, sendo que os últimos teriam entrado em contato com elementos do grupo Marave (Ferreira, 1982).

Ainda de acordo com Ferreira (1982), as terras localizadas ao sul do rio Zambeze foram ocupadas por grupos patrilineares de origem comum *Shona* vindos da região do atual Zimbábue, chamados anteriormente de povos *Karanga*. Mais tarde, os *Shona*, muito influenciados pela cultura do Estado do Zimbábue e já em contato com os prazos portugueses, derivaram nos *Tauara*, *Zezuro* e *Nyungwe*, que hoje são predominantes em Moatize. Conhecidos por suas cidades amuralhadas de pedra, o chamado *Grande Zimbábue* dominou parte do planalto do Limpopo do século XII até seu declínio, na segunda metade do século XV. Controlando um comércio aurífero e cobrando impostos das caravanas que passavam por seus domínios, o Estado ficou conhecido por seus notáveis centros urbanos que poderiam abrigar de 5000 a 11.000 pessoas.

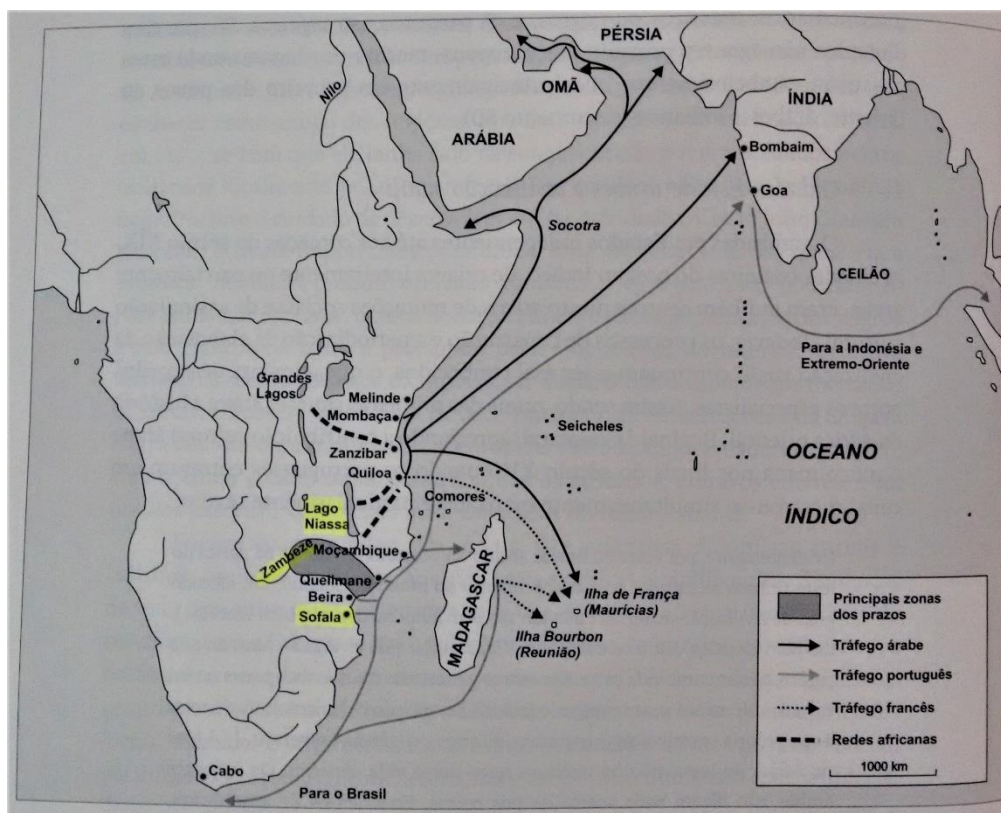
A cultura do *Grande Zimbábue*, que teve seu auge de prosperidade entre 1300 - 1450, expandiu-se em várias direções abrangendo áreas do centro e do litoral moçambicano e “possivelmente assumiu mais a forma de graduais deslocções de linhagens dominantes,

com os seus parentes e aderentes, do que migrações envolvendo grandes massas populacionais” (Ferreira, 1982: 46). Da cultura do *Grande Zimbábue*, surgiu no vale do Alto Lusa, afluente do rio Mazoe, o Estado *Mutapa*, bastante descrito nas fontes portuguesas como o Estado de Monomotapa.

Isaacman (1979) informa que também no sul do Zambeze habitava o povo *Tonga* cuja origem é desconhecida, mas possivelmente resultado do contato de diferentes sociedades, já que o termo *Tonga* era utilizado para designar populações tributárias ou conquistadas. De caráter descentralizado, os *Tongas* se organizavam em torno da figura dos chefes territoriais chamados *amambo*⁵, que exerciam influência em conjuntos de povoados, sendo que cada um desses povoados possuía um chefe local, o *mfumu*. Por ocuparem um território que se configurou como acesso às rotas para o interior, os *Tongas* interagiram diretamente com os comerciantes muçulmanos, ainda que estivessem sobre a área de influência de Monomotapa.

Esse quadro de intercâmbios entre povos da região do vale do Zambeze, aqui brevemente descrito, foi estimulado pela presença dos mercadores da Índia, Omã, Arábia e Pérsia, transformando o Oceano Índico em um espaço de trocas por excelência, como demonstra o mapa abaixo.

⁵ *Amanbo* plural, singular *mambo*.



Mapa 2: A Dinâmica do Oceano Índico
(Fonte: M'Bokolo, 2009: 494)

Se o comércio entre o mediterrâneo e a costa africana oriental existe desde o Egito faraônico, autores árabes, como Al-Masudi, registraram, sobre a emigração de povos orientais para a África, que emigrantes vindos do golfo pérsico estabeleceram postos comerciais nas ilhas Zanzibar e Ilhas de Pemba, bem como no vale do Zambeze e planalto do Zimbábue, ao menos desde o século XIII (Serra, 2000). Já Costa e Silva pontua que:

Desde o século IX, encontramos anotações sobre o passado e o presente em obras de viajantes e eruditos árabes como Al-Yakube, Al-Bakri, Al-Masudi, Al-Umari, Ibne Batuta, Ibne Khaldun e Leão Africano, bem como, a partir do fim do Quatrocentos, nos textos de navegadores e cronistas europeus como Cadamosto, Duarte Pacheco Pereira, João de Barros, Pigafetta, Diogo Gomes ou André Álvares d'Almada. O próprio Camões, n'Os lusíadas, ajuda-nos, e muito, a entender o que se passava, nos últimos anos do século XV, na costa africana do Índico (Costa e Silva, 2011 :157).

Contudo, segundo Serra (2010), vestígios arqueológicos, como missangas orientais encontradas na região sul de Chibuenene, Baía de Vilanculos, em Moçambique, datam do século VIII e os mais antigos vestígios de contatos no planalto interior surgiram em Mabveni (séc.VI), Makuru (séc. VII) e Gokomere (séc. V e VII), indicando um antigo contato com o oriente. Já os pesos de tear, conchas marinhas e missangas cilíndricas encontrados em

Sofala, principal porto marítimo de Moçambique na altura, demonstram um comércio mais intenso. Além disso, a tecnologia naval, caracterizada por duas velas triangulares, e o cultivo alimentar do arroz, citrinos, bananeiras, mangueiras, *canabis sativa* e outros produtos confirmam a antiga presença árabe, indiana e *swahili* em Moçambique. É possível que a procura de ouro na costa africana esteja relacionada com o expansionismo que caracterizou a dinastia persa dos Sassanidas (226-640 d.C.) a partir de 570 d.C, data da ocupação do Iêmen, e momento em que os Sassanidas passaram a controlar a produção da costa oriental da África.

Ouro, prata, marfim vindos das feiras do interior eram comercializados nos centros mercantis de Mogadíscio, Quiloa, Wamize, Querimba, Ilha de Moçambique, além da célebre Sofala, um dos principais entrepostos de comércio de ouro e mencionada desde o século X no relato do persa Ibn Shahriyar. Serra (2010) também indica ser possível que muitas chefaturas de Mogadíscio tenham abandonado as áridas costas da Somália em direção às ilhas mais próximas dos centros produtores do ouro, assim como fez o príncipe Ali Bin Sultan El Hassem, filho do Sultão de Xiraz e de uma escrava negra, ao migrar para Quiloa por volta de 975. Portanto, desta rede comercial teriam surgido os núcleos islamizados do norte que, por sua vez, se estruturaram em xeicados e sultanatos na ilha de Moçambique, Quelimane e Angoche. Os reinos afro-islâmicos eram uma singular configuração política, comercial e religiosa que nasceu da fixação *swahili* na costa moçambicana, mas com vínculos religiosos em outras localidades como Zanzibar e Comores e as comunidades da costa de Sofala também tinham um estreito contato com as várias cidades de Madagascar e, através delas, com a Índia, Indonésia, Iêmen, Pérsia, Omã e, indiretamente, com a China

Uma das principais características das interações entre os mercadores do oriente no Vale do Zambeze é que eles não tinham apenas relações comerciais com os povos ali existentes. Ligações familiares, constituídas através de casamentos entre linhagens islâmicas e locais, garantiam as necessárias alianças e apoio para o funcionamento dos entrepostos comerciais, que dependiam do acesso seguro às rotas e feiras de ouro e também à agricultura do interior, lembrando que a demanda do comércio girava entorno dos bens exportados como marfim, ouro e pessoas escravizadas em troca de bens importados como tecidos e missangas. Partilhando o matrimônio, as obrigações da linhagem e a consulta aos espíritos mediúnicos, esses contatos entre povos sem dúvida exerciam influência mútua (Mattos, 2016).

Pensando nas interações e derivações entre diferentes grupos, Kopytoff (1987) pontua que a África pode ser pensada como um continente de fronteiras. Entendendo a fronteira enquanto uma categoria política definida pelas próprias sociedades, a ocupação dos territórios não teria ocorrido apenas devido a disponibilidade de um espaço supostamente vazio. Esse processo de ocupação de fronteiras teria ocorrido a partir dos povos neolíticos na região subsaariana, produzindo uma dimensão histórica da mobilidade no continente bem anterior à presença colonial. E esse capítulo recuado no tempo busca, justamente, colocar o movimento em uma perspectiva de longa duração.

Preocupado em entender as fases iniciais do processo pelo qual novas unidades políticas e sociais se formaram e geraram outras sociedades, Kopytoff (1987) enumera uma série de constrangimentos sociais, como disputas políticas, acusações de feitiçaria, pilhagens, conquistas e rompimentos de laços sociais, ocorridos nas chamadas “sociedades maduras”, que motivaram a produção dos “homens da fronteira”. Esses grupos dissidentes teriam ocupado territórios caracterizados por uma espécie de vácuo institucional de suas antigas unidades políticas e, nestas fronteiras internas, recriaram/organizaram uma ordem social utilizando modelos sociais preexistentes.

A ejeção de grupos para essas fronteiras devido a uma série de disputas foi algo comum em diferentes períodos históricos na região do Zambeze. Em relação a migração Zulu, entre 1821-1839, responsável por forte movimentação na região de Tete, Liesegang (1970) aponta as desavenças existente entre quatro grupos *Nguni*: aqueles sob a liderança do Nxaba Msane, Zwangendaba Jere, o clã Maseko, e Sotshangane Nxumayo teriam impulsionado um significativo deslocamento para as regiões de Moçambique, Transvaal e Rodésia. Na ocasião, o clã Maseko teria se aliado a Nxaba e, juntos, eles derrotaram Zwangendaba, cujo grupo sofreu pesadas perdas e, por isso, decidiu atravessar o Zambeze. Em 1830, eles chegaram perto de Manica, no final de 1835, estavam perto de Sena e, no ano seguinte, na área do comércio de Tete, ao norte e sul do Zambeze.

O poder formativo destas fronteiras internas, cujos limites não são apenas dinâmicos e fluidos mas também subjetivos, é aqui contraposto à concepção de que as fronteiras são um fator drástico nas sociedades africanas. Ao contrário, os que chegam ou são impelidos às fronteiras podem revigorar modelos organizacionais como grupos familiares, aldeias, chefaturas, segundo parâmetros trazidos consigo de seus lugares de origem e agir para a continuidade histórico-cultural destes ou derivá-los em outras formações políticas. O ponto aqui é pensar as fronteiras internas como um espaço não só de ruptura mas também de continuidade. Portanto, diversos grupos se mudaram para áreas onde poderiam alegar certo

prestígio associado ao lugar de origem. E, assim, políticas sociais foram recriadas na busca por uma autonomia em relação a sociedade de origem.

Esse modelo explicativo acerca dos deslocamentos e formação de sociedades é significativo pois pauta a tensão existente entre os recém-chegados com os pioneiros como um terreno fértil para a criação de novas teorias de legitimidade entre grupos dissidentes que, por sua vez, poderiam se transformar no que Kopytoff (1987) chamou de “mature african society” e produzir sua própria fronteira interna e assim sucessivamente. Segundo esse autor, tal prática, construída na ocupação das fronteiras internas, teria modelado uma cultura política das comunidades abaixo do Saara.

Esse argumento pode ser produtivo ao pensar nas constantes interações existentes entre grupos locais e estrangeiros no vale do Zambeze. Lancaster (1987), por exemplo, pontua que no período pré-colonial a legitimidade de um governo era incorporada em uma linha de sucessão real e, assim, grupos imigrantes, etnicamente distintos, iam sendo anexados a esta linha. A partir de então, o grupo assimilado ia proclamando suas pretensões legítimas para a realeza. Nesse sentido, as sociedades africanas podem ser pensadas enquanto uma formação histórica que incorpora pessoas de origens heterogêneas e não apenas como grupos de descendência em larga escala, já que estas novas formações políticas interagiram, reconheceram ou disputaram com as antigas formações a que pertenciam, gerando uma significativa dinâmica interativa. E o deslocamento está no cerne deste processo de interação e o caso dos povos do complexo zambeziano no comércio internacional aponta justamente esta direção. Ou seja, não necessariamente uma descendência comum e uma experiência histórica formativa comum dão conta de explicar as formações sociais, já que, segundo o autor, as sociedades não se desenvolvem de forma isolada mas, em geral, derivam de características dos vizinhos.

A perspectiva das fronteiras ajuda a entender, por exemplo, semelhanças entre as culturas políticas das sociedades africanas geograficamente distantes. Usando os termos de MacGaffey (1988) ao se referir à tese de Kopytoff, as fronteiras internas possibilitaram uma sucessiva bricolage social que empregou elementos de uma base cultural comum em resposta a uma situação recorrente.

Não é o caso de nos aprofundarmos nos fascínios da arqueologia, mas, a título de exemplo, pesquisas feitas na estação do Gurué, província moçambicana da Zambézia, demonstram que a cerâmica lá encontrada, datada de +/- 250 a 400 d.C., apresenta características semelhantes com a cerâmica do sítio Kwale (no Sudeste do Quênia e Tanzânia) e com a do sítio Nkope (sul do Malaui). Neste caso, o povoamento Urewe

(Ruanda) é considerado o núcleo populacional responsável por esta difusão⁶ (Rodrigues, 2006).

Por fim, a contribuição de Kopytoff neste debate é pensar a formação e reprodução das sociedades subsaarianas a partir do sucessivo processo de interação de grupos nas constantes ocupações de fronteiras. A situação das fronteiras teria estabilizado e revitalizado os princípios de uma unidade cultural subsaariana. Dilatando o cenário dos movimentos populacionais em vários tipos e dimensões, o autor recusa a noção de imobilidade interna africana supostamente alterada apenas com a presença de mercadores, missionários e por colonizadores e este é um ponto importante a ser destacado. Entre o povo *Chewa*, por exemplo, em momentos de escassez de recurso e acesso à terra, uma competição mais ou menos explícita crescia durante o tempo de vida do chefe e, frequentemente, as disputas se tornavam violentas, resultando no requerente do poder tendo que sair com seus seguidores para iniciar uma nova aldeia (Coelho, 1993).

Voltando à região média do Vale do Zambeze, como já demonstrado, muitas unidades políticas foram formadas abrangendo grupos de pessoas cuja identidade étnica comum foi elaborada dentro das áreas periféricas dos impérios de Monomotapa e Korekore e, posteriormente, no território controlado pelos portugueses em Moçambique. Devido a conflitos pela sucessão dinástica, usurpação de poder e ascensão de novas políticas, áreas como Goba - a planície fronteiriça entre Zâmbia e Zimbábue - se transformou em uma fronteira interna constante, atraindo refugiados, escravos e aventureiros diversos. Não por acaso os governantes foram definidos por seus súditos como imigrantes, estrangeiros, guerreiros e escravos.

Chet Lancaster (1971, 1987) também aponta o caráter adaptativo da organização social encontrada em Goba, fruto da transição entre matrizes patrilineares do sul e matrilineares no norte. No que se refere à sucessão de cargos importantes para controle social, agia-se segundo modelo patriarcal, no entanto, por razões práticas, os homens importantes na linhagem estavam relacionados com o núcleo descendente da mãe, bem como de seu pai. É justamente nesse exemplo de mudança social resultado da interação gerada pela ocupação de fronteiras que Kopytoff e Lancaster tecem seus argumentos.

Tudo isso para dizer que, mesmo antes das primeiras incursões portuguesas, o vale do Zambeze já se apresentava como uma área de disputas, trocas comerciais e alianças

⁶ As cerâmicas do Gurué (Norte do rio Zambeze) foram encontradas durante a construção de uma estrada e recolhidas em 1946 na 4.ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique (MAM) atrelada a antiga Junta de Investigações do Ultramar (JIU). Este acervo patrimonial encontra-se hoje no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), em Lisboa (Rodrigues, 2006).

sociais intensas, resultando em deslocamentos populacionais que interagiram com tais fluxos. Esse contexto de criação, recriação e apropriação de identidades, muitas vezes simultâneas em um mesmo grupo ou para um mesmo indivíduo, fez parte da dinâmica política local do vale. E foi nesse contexto de secular contato e interação que os portugueses aportaram.

Foi o lendário ouro de Sofala, o qual os portugueses pensaram se tratar das míticas Minas de Salomão, que os impulsionou a fundarem sua primeira feitoria na região, em 1505, e, dois anos mais tarde, na Ilha de Moçambique, situada entre Quíloa e Sofala. A ideia inicial era controlar o comércio de ouro entre os dois portos, cobrando licença das embarcações muçulmanas. E foi esta dominação portuguesa das rotas comerciais de ouro em Sofala que impulsionou os mercadores de Quíloa, Melinde e Mombaça a se deslocarem para Angoche e Quelimane, através dos rios Zambeze, Luenha e Mazoé, até as fontes auríferas do planalto na região do reino do Monomotapa. E, na tentativa de controlar também essa rota comercial, os portugueses avançaram sobre o vale do Zambeze, provocando a interrupção das relações comerciais entre Angoche e o planalto aurífero na segunda metade do século XVI (Newitt, 1997:174.)

Segundo Newitt (1997), neste mesmo período, devido a distúrbios entre as chefias *Chonas*, o comércio de ouro foi reorientado para as ilhas Comores, Angoche e cidades da Zambézia, forçando os portugueses a lutar pelo domínio do mercado internacional pelo qual ansiavam. Para tanto, a estratégia foi avançar pelo interior e assim formaram os agrupamentos urbanos de Sena e Tete, no ano de 1530, e Quelimane, em 1544, cujos portos fluviais já tinham se estabelecido como rotas comerciais. O porto de Sena servia as regiões de Manica e Barué, e o de Tete, situado após o desfiladeiro de Lupata, servia as feiras de ouro de Mazoe e monte Darwin.

Contudo, esse período inicial da presença portuguesa foi marcado por um significativo número de indivíduos que ignoravam a distante Coroa e se envolviam em lucrativas negociatas no comércio local. Um caso apresentado por Newitt (1997), narrado em 1547, é iluminador neste sentido. No citado ano, João Velho, feitor do rei de Portugal em Sofala, ao escrever uma missiva para a Coroa, mostrou-se deveras injustiçado com a atuação do capitão recém-nomeado D. Jorge Teles de Meneses e seu homem de confiança Francisco Ribeiro. Segundo o narrador, depois de assassinar o comerciante e credor

Mohamed Dao, o português D. Jorge teria se aliado a outro comerciante muçulmano chamado Mohamed Joane, a quem pretendia elevar a condição de “senhor do rio” através da expulsão do rei de Changamira, senhor de todas aquelas terras. Para garantir a confiança da gente de Mohamed Joane, o capitão mandou distribuir toda sorte de bens da Coroa e, depois disso, construiu um armazém de pedra, iniciando um próspero mercado de marfim. Oferecendo melhor preço, os mercadores passaram a comercializar seus panos e contas com Jorge Teles, deixando a feitoria da Coroa às múnguas (Newitt, 1997: 23-24).

Desde o princípio da presença europeia em Moçambique, diversos foram os casos de portugueses que desertaram do exército e se casaram com as filhas dos chefes locais, dando início ao que ficou conhecido como sociedade afro-portuguesa especialmente atuante no vale do Zambeze. Com o avanço da territorialização dos Estados da Índia, entre 1570 e 1637, Portugal reorientou sua presença no sudeste africano, sendo a expedição militar de Francisco Barreto e Vasco Fernandes Homem, entre 1569 a 1576, o maior exemplo desta reorientação (Capela, 2010). A partir de 1570, os Rios de Cuama e, mais tarde, os Rios de Sena, passaram a depender administrativamente do governo da capitania instalado na ilha de Moçambique e as terras adquiridas, tornadas Terras da Coroa, foram sendo concessionadas a foreiros.

A presença de foreiros gerou uma série de alianças e rivalidades no norte do vale do Zambeze dominado pelo Estado Marave e ao sul, nas terras de Monomotapa, que, por se sentirem ameaçados pelos vizinhos do norte, aliaram-se aos portugueses recém-chegados. Este tipo de negociação e as alianças matrimoniais com as chefaturas caracterizaram, aos poucos, a territorialização de Portugal em Moçambique. E foi por intermédio dessas sociedades afro-portuguesas com famílias mestiças detentoras de terras (prazos) chamadas de *muzungo* que Portugal conseguiu manter os territórios na África Oriental a partir do século XVII (Rodrigues, 2006).

Os *muzungos*, em geral, eram originários da Índia portuguesa, usavam nomes portugueses, consideravam-se católicos, mas não se furtavam a consultas com os *ngangas* (curandeiros) e práticas cerimoniais locais. E a influência *muzungu* era exercida pelas famílias abastadas com acesso aos mercados europeus e indianos. A essência desta sociedade, que perdurou até o século XX na região do Zambeze, era fragmentada e militarizada. Para Newitt (1997: 123), “tratava-se de uma sociedade em que qualquer indivíduo que se encontrasse a margem da sociedade colonial e do mundo das principais linhagens africanas podia abrir caminho e triunfar.”

Uma boa ilustração neste sentido é Luís Antonio Gregório que, após se tornar *mambo* das terras ao norte do rio Zambeze, mudou seu próprio nome para *mambo* Nhabezi. Personagem da obra *Choriro* do escritor e historiador Ungulani Ba Ka Khosa (2009), Nhabezi, casado com 6 africanas, acreditava que sua alma pudesse se transformar no espírito do leão *Mphondoro* no período do *choriro*, em que se chora a morte e se define outro líder. Tal conflito demonstra a natureza dualista desta sociedade, cujas práticas e relações locais, muitas vezes, fizeram mais sentido do que os distantes princípios portugueses. Sobre o destino de Nhabezi, embora a população tivesse dúvidas que o *Mphondoro* pudesse se apropriar da alma de um branco, “O corpo desceu às profundezas da terra. Os *achicunda*⁷ dispararam as espingardas em honra do grande Nhabezi. O silêncio deu lugar às vozes e à dispersão. A aringa voltava à vida e à espera do sinal de Nhabezi, o grande curandeiro branco” (Ba Ka Khosa, 2009: 145).

Ainda hoje, as pessoas que são identificadas como de boa vida na região de Tete ou que possuem trabalhadores domésticos são chamadas de *azungu* (plural de *muzungu*). Segundo o pesquisador Alone Maia (2015), é comum escutar a expressão: *ule ndi nzungu* (aquele é branco) ou *wale mba azungu* (aqueles são brancos) em referência a pessoas que não são brancas, mas “vivem enquanto tal”. Os *muzungu* do Vale do Zambeze, em seus prazos e Estados Secundários, influenciaram decididamente a mobilidade regional, discutida a seguir.

PRAZOS E ESTADOS MILITARES, OCUPANDO E DESOCUPANDO TERRITÓRIOS

Enfrentando dificuldade de acesso ao comércio devido ao controle das rotas pelos *swahili* e contando apenas com colonos caçadores de elefantes e desertores do exército, Portugal identificou o vale do Zambeze como um importante lugar para promover a ocupação do território rumo a interiorização. Além disso, a necessidade latente de encontrar novas formas de rendimento, frente a disputa de rotas comerciais com outras potências como a Holanda, fez com que a Coroa encorajasse a expansão rumo ao interior. Para tanto, e sem precisar investir uma significativa quantia de dinheiro nesta empreitada, Portugal fez usos do sistema de prazos, uma das primeiras experiências coloniais de assentamento territorial em Moçambique.

Segundo Isaacman (1979), três são as explicações da origem dos prazos no vale do Zambeze: 1) consistia em uma instituição árabe introduzida no Zambeze por mercadores

⁷ Escravizados com status social especial.

islâmicos; 2) Seria fruto de uma substituição do domínio político através da conquista em que os portugueses teriam tomado o lugar de chefes africanos; 3) Tratava-se de uma instituição feudal portuguesa já utilizada na Índia Portuguesa a qual Moçambique estava atrelada até 1752.

O funcionamento destas instituições, que duraram do século XVI até as primeiras décadas do século XX, dependia de negociações e alianças com os povos locais, situação já existente na região antes do alvará de 6 de Fevereiro de 1608 (completada em 1633), que regulou o aforamento de terras aos moradores dos Rios de Sena. Nesta direção, Martinez (1984) pontua que:

Sobre a forma em que estavam organizados os prazos, estudos recentes mostram que, em muitos deles, os prazeiros passaram, com o passar dos anos, a utilizar os mesmos métodos de domínio de algumas sociedades tradicionais existentes na época na zona do Zambeze. Esta organização se caracterizava pela existência de grandes extensões governadas por um Mambo, que era ajudado pelos chefes do clã, os Mpfumo e pelos chefes dos povoados, que cobravam o imposto que entregavam ao prazeiro. Este imposto obrigatório para todos se chamou Mutsouko. No Zambeze, até ao fim da era colonial, Mussouco era o imposto de palhota (Martinez, 1984:17).

Newitt (1997) aponta o carácter dualista dos prazos. Se, para os portugueses, se tratava de terras cedidas mediante a assinatura de contratos, para os africanos os prazeiros eram chefias e assim faziam parte do complexo sistema de relações sociais e económicas que envolviam os povos da região. Portanto, longe de ser um fenómeno isolado das relações de poder e reciprocidade estabelecidas no vale do Zambeze, o formato dos prazos versava sobre concessões de terra mediante uma renda anual por um período de três gerações. Para ter acesso legítimo a um Prazo, o colono tinha que cumprir certas condições, como recolher impostos – o chamado *mussoco*, administrar a área (e seus habitantes) e fornecer apoio militar às autoridades.

A partir destes elementos, os prazeiros foram conquistando ou negociando com as chefaturas locais, como os *Tonga* e *Sena* nas margens do Zambeze, e formando pequenos exércitos compostos por sujeitos denominados *achikunda*, os quais garantiam proteção e cobrança de impostos, cujas funções, estranhas ao tecido social local, permitiram que formassem um grupo distinto dentro dos prazos. Por sua vez, os *achikundas* tinham um grande chefe, o *mukazambo*, selecionado a partir de sua lealdade, e se organizavam em torno de pequenas aldeias chamadas *butakas*, que seriam a unidade de base do sistema. Já a *butaka* foi subdividida em *insakas*, esquadrões conduzidos por um determinado *tsachikwula* (Coelho, 1993:61).

Na prática, os portugueses dependiam dos exércitos africanos dos prazeiros para, de alguma forma, manter a soberania na região. Porém, são os *achikunda* que, em finais do século XIX, colocaram-se junto aos senhores de prazos e contra a ocupação do território pelas companhias concessionárias e majestáticas. Serão também os *achikunda* que, quando escravizados, fugiram de prazo em prazo, construíram quilombos fortificados onde resistiram à ocupação militar portuguesa. Para Capela (2006), este é o caso, por exemplo, do Prazo Cheringone que, segundo o governador de Quelimane, era ocupado por escravos fugidos daquele distrito. Uma expedição foi organizada para acabar com o local, caracterizado como um legítimo quilombo.

Os prazeiros tinham origem social e regional diversa e para se ter ideia, segundo dados levantados por Newitt (1997), em 1766, Antonio Pinto de Miranda listou a origem dos principais prazos concessionados dos Rios de Sena afirmando que 20 eram portugueses, 11 indianos, 7 eram de famílias mulatas e 1 de origem chinesa. Outra característica dessa instituição é que eles não tinham como rendimento propriamente o cultivo da terra e sim a mineração do ouro e o comércio de marfim pelos quais trocavam sobretudo por panos e, mais tarde, o comércio de escravos. Não obstante, já nas primeiras descrições dos prazos elaborados por capitães do forte de Sofala, no século XVI, identificou-se homens que se colocaram a serviço dos chefes africanos e não da Coroa Portuguesa, ainda que o objetivo maior dos prazos fosse promover o assentamento de colonos e desenvolver economicamente a região dos Rios de Sena. E no século XVIII, os prazos já perfaziam divisões territoriais e populacionais bem definidas. Em Tete, segundo o relatório de Dionizio de Mello e Castro de 1763, descrito por Newitt (1997: 210), havia 54 prazos na margem direita do Zambeze e muitos deles eram fruto de conquistas ocorridas no século anterior. Nove destes foram classificados como “invadidos” ou “abandonados”, 6 confiscados aos jesuítas e 2 aos dominicanos. Na margem esquerda, haviam 51 prazos que tinham sido adquiridos dos chefes *maraves*

Segundo Isaacman (1979), os prazos estavam interligados e dependiam do bom funcionamento das feiras de ouro da região do Zambeze, existentes desde o início de comercialização do metal por volta do século XI. Tais feiras eram controladas pelas chefaturas locais, como a feira de Masekesa, em Manica, embora no século XVII existissem também as feiras privadas, ou *bares*, controladas por comerciantes portugueses. Até o século XVI, existiam apenas três principais feiras: Masapa, Bocuto e Luanze. Masapa era próxima da capital do Monomotapa e, em 1715, os portugueses estabeleceram a feira do Zumbo, destinada ao comércio de ouro e marfim na zona intermediária do Zambeze, atraindo diversos mercadores. Indício da atração exercida por esta feira é que, em 1734,

havia cerca de 267 cristãos no Zumbo e, em 1749 somava-se 478. Porém, instabilidades climáticas, saqueamentos, comercialização irregular e guerras afetaram a povoação no Zumbo, atestando que nem portugueses nem africanos criaram uma necessária estabilidade que permitisse o desenvolvimento comercial.

Isaacman (1979) também lembra que, antes disso, em 1767, a sede do governo dos Rios foi transferida para a vila de Tete, acentuando a importância do comércio de ouro proveniente na feira do Zumbo, limite a oeste da presença portuguesa. Tete, situada entre os rios Ruenha e Zambeze, era o ponto de partida para as caravanas e expedições rumo ao sonhado ouro de Monomotapa e feiras *Karangas*. A cidade se transformou em um núcleo em expansão dependente do comércio do interior até o avanço *Nguni* em 1837. Assim como Sena e Quelimane, Tete foi uma importante cidade africana que refletiu o cenário local pautado pelo domínio das famílias afro-portuguesas, possuidoras de exércitos privados sobre as comunidades rurais que lhes pagavam impostos.

Além disso, muitas eram as sangrentas disputas pelo acesso às rotas por terra ou pelos rios, feiras e terras. As alianças e as disputas se faziam e se refaziam constantemente. E outra singularidade do sistema dos prazos é que eles deveriam ser concessionados a mulheres, as chamadas *Donas dos prazos*, a fim de garantir a hereditariedade portuguesa de seus domínios. A recomendação era que as terras fossem concedidas para mulheres brancas de origem europeia, mas as *Donas* eram geralmente goesas ou mulatas, verdadeiras “Herdeiras de títulos e fortunas, muitas destas altivas e flatulentas patrícias, nome por que eram conhecidas as mestiças, tornaram-se, com o tempo, donas de vastos territórios ao longo do vale do Zambeze” como bem representou o escritor Ungulani Ba Ka Khosa (2009: 28).

Uma das mais conhecidas Donas da Zambézia foi D. Luiza Michaela da Cruz, viúva de dois europeus Belchior do Nascimento e António Machado, e casada com um terceiro António Lopes. Segundo o “Relatório da guerra da Zambézia”, escrito em 1888 por Augusto de Castilho e publicado em 1891, Dona Luiza era acusada de envenenar os antigos maridos e mandar matar mais de 80 inimigos. Dona Luiza viveu no prazo Goengue com um grande número de escravos armados e ficou conhecida por seu despotismo sanguinário. Segundo o tenente Augusto Castilho, que prendeu D. Luiza Cruz, “havia por detraz da sua aringa do Goengue uma pequena lagoa infestada de enormes crocodilos, e onde ella mandava lançar, amarradas de pés e mãos, as suas victimas accusadas de roubo, adultério, feiticaria, etc!”⁸.

⁸ Fonte: CASTILHO, Augusto de. Relatório da guerra da Zambézia em 1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p.40. Disponível em: https://archive.org/stream/relatoriodaguerr00cast/relatoriodaguerr00cast_djvu.txt. Acessado em 25/03/2016. (Grafia original da fonte.)

D. Luiza era irmã do temido Bonga, senhor de Massangano, cuja biografia abaixo elucida o poder das famílias afro-portuguesas que dominaram a região do Zambeze até o fim do século XIX e atesta o padrão de assentamento ali instituído (Coelho, 1993).

A história de Bonga começa com a traição de Joaquim Vicente da Cruz, capitão Cruz ou simplesmente Bereco, o qual veio da Índia e, desde que se estabeleceu nas terras da Zambézia, mostrou-se pouco afeito ao governo português. Em seu relatório de guerra, Castilho (1891) nos conta sobre o evento que simbolizou a traição de Bereco durante uma ofensiva do governador dos Rios de Sena, senhor Villas Boas Truão. Na ocasião, Bereco, responsável pela guarnição das munições, acompanhou um ataque português contra o império de Monomotapa e, após as tropas portuguesas tomarem grande parte dos territórios desde Tete até Chicôa, foi destinado a conseguir mais pólvora porque havia acabado. Na empreitada, repassou a informação ao régulo Chiofombo, que atacou as forças do governo e assassinou Truão. Como forma de recompensa, Bereco recebeu uma filha de Chiofombo e assim estabeleceu seu poder entre as populações locais.

Bereco, que mais tarde foi enforcado pela traição cometida contra os portugueses, teve apenas um filho chamado Joaquim José da Cruz, conhecido como Inhaude, descrito por Castilho (1891) como desordeiro e forte aliado de seu parente, o mercador Francisco João Xavier, acusado de envenenar Pedro Caetano Pereira, que governava Macanga, onde as pessoas, revoltadas com o acontecido, incendiaram as povoações dos prazos do governo. Para evitar mais confrontos, o comandante militar de Tete mandou Inhaude, em 1844, habitar o prazo Massangano, onde estabeleceu sua aringa enquanto o sucessor de Pedro Caetano Pereira, António Vicente da Cruz, ou Bonga, exigia justiça do comando militar de Tete. Portanto, Bonga fez parte de um cenário de disputa entre seu rival Inhaude, filho do traidor Bereco, e Pedro Caetano, envenenado pelo grupo de Inhaude.

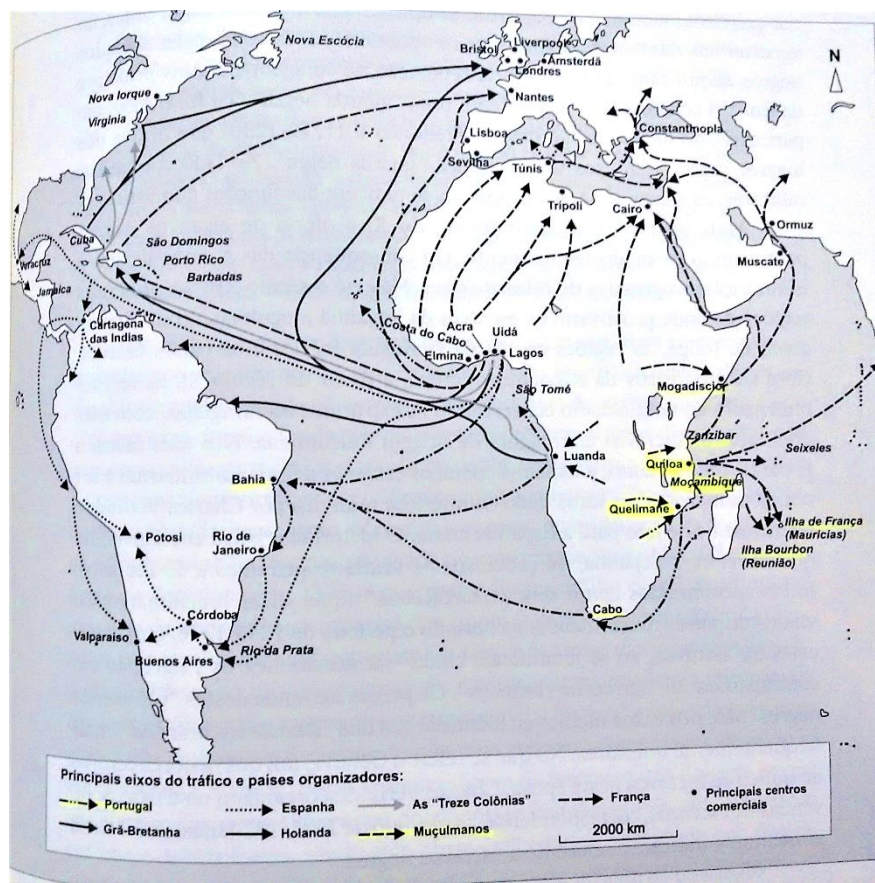
Disputas como essa eram extremamente comuns e chegavam ao ponto de impelir muita gente a se deslocar para outras regiões. A situação narrada por Castilho no seu relatório sobre as chamadas guerras do Zambeze ilustra as contendidas por poder e atesta a medida como a própria administração portuguesa, extremamente anêmica, se via embrenhada nesta rede de intrigas, traições e conquista. Para a pesquisadora Eugênia Rodrigues (2005):

O conjunto normativo que regulava os prazos dos Rios de Sena tornava-se um instrumento de estruturação social e de implementação de um modelo de administração do território. O sistema de concessão dos prazos associado à remuneração de serviços apontava para o recrutamento de indivíduos em várias partes do império para o topo de uma sociedade

hierarquizada. Constituíam-se, assim, uma elite que era originária sobretudo de Portugal e da Índia e cuja reprodução biológica era assegurada pelo casamento com mulheres naturais dos Rios e algumas de Goa. (...) Deste modo, as relações entre os funcionários da Coroa e as populações africanas dos prazos e dos territórios vizinhos passava pela mediação dos poderosos senhores dos Rios de Sena, os quais construíram chefias políticas em muitos aspectos semelhantes às africanas (Rodrigues, 2006: 19).

Com os prazos, sem dúvida o território da aldeia vivenciou uma significativa transformação, seja pela inserção de categorias sociais como os *achikundas*, seja pela nova relação de poderes estabelecida entre os senhores *muzungus*, *Donas*, potentados e população local. Contudo, o padrão de relações econômicas através da troca de produtos como o marfim, ouro, tecidos, miçangas, armas e bebidas alcoólicas (o que garantiu certo funcionamento dos prazos) foi afetado com o avanço do tráfico de escravos e a expansão *Nguni* no Vale do Zambeze. A partir de então, os prazos foram se desestruturando e os chamados supra prazos, mais militarizados e aguerridos, como o citado Massangano, foram se estendendo, resultando em uma maior movimentação populacional na região.

Esse tráfico de escravos em larga escala teve aspectos diferentes das relações de escravatura existentes até então na região, sobretudo porque foi estimulado por uma demanda internacional das grandes plantações de café, cana-de-açúcar e algodão nas ilhas índicas francesas de Maurício e Reunião e também para a América, segundo demonstra o mapa abaixo. Entre os anos de 1815 e 1820, calcula-se que foram levados, anualmente, cerca de 10.000 escravizados para o Brasil e 7.000 para as ilhas francesas de Bourbon e Reunion. Originários do vale do Zambeze (rio Ligonha à baía de Memba) seriam cerca de 2.500 pessoas. Mesmo após a abolição do tráfico, a saída clandestina de escravizados era feita através de xeicados e sultanatos de Zanzibar, aliados de chefes *macuas*, *majojos* e *ajauas*, responsáveis pela captura e também através dos prazos (Serra, 2000: 79-81).



Mapa 3: Os tráfegos Negreiros séculos XV-XVIII
(Fonte: M'Bokolo, 2009: 253)

Com a venda de seres humanos, muitos deles agricultores, a fome somada a uma grande seca que se iniciou em 1823 assolou o vale do Zambeze, gerando o abandono de diferentes regiões. Mesmo as exportações feitas através do Porto de Quelimane se concentraram no comércio humano e os circuitos comerciais tradicionais caíram drasticamente. Neste cenário, a chefia de Monomotapa praticamente se desintegrou e o estado Changamire foi destruído. Muitos prazeiros venderam o povo que lá vivia, quebrando acordos com os chefes territoriais *amambos* e prazos menores foram sendo engolidos pelos estados africanos circundantes ou dominados por outra instituição descrita a seguir (Serra, 2000).

O aumento deste comércio humano possibilitou a ascensão de alguns senhores de terra, muitos deles investidos como capitães-mores ou sargentos-mores, que comandaram os chamados estados militares (Isaacman, 1979; Coelho, 1993), supra prazos ou ainda estados secundários. Esta espécie de estado intermediário entre os estados africanos e o estado português pode ser caracterizada como centros de poder extremamente militarizados e pautados na exploração de excedente agrícola das aldeias e, sobretudo, no comércio de escravos (Pélissier, 1994). Tais senhores de guerra e de terra reconheciam uma suserania

abstrata com Portugal que, devido ao receio de uma ocupação britânica e (como sempre) sem meios de ocupar efetivamente o território, concedeu títulos e vantagens a seus dirigentes.

Embora Portugal enxergasse tais territórios como uma presença portuguesa em Moçambique, estes agiam mais como enclaves independentes do que como súditos de Portugal. Por volta do século XVIII, estas instituições ganharam força e se configuraram por meio de *aringas* ou fortalezas cercadas por estacas de madeira, seguindo um formato já existente entre os *shonas* e *tongas*. Suas atividades voltavam-se sobretudo para o comércio de escravos, feito através do reagrupamento de exércitos cativos, os *achicunda* atuantes nos antigos prazos. Algumas *aringas* poderiam abrigar muitas centenas e até mesmo milhares de pessoas, atingindo as dimensões de uma grande cidade (Isaacman, 1979).

Borges Coelho (1993) situa que um dos primeiros Estados a surgir em Tete, no vasto território a norte do rio Zambeze, entre os rios Rovubué e Aruangua, foi *Macanga*. Liderado pela família de Caetano Pereira, uma dinastia iniciada com a chegada de Gonçalo Caetano Pereira, vindo de Goa por volta de 1760, *Macanga* exerceu grande influência na região, desenvolvendo atividades de comércio com o potentado Biza-Cazembe. O Pereira da terceira geração se recusou a apoiar a expedição portuguesa para o Cazembe e se casou com a filha de uma chefatura do Undi, travando uma grande disputa com o poderoso *Massangano*, na região de Changara entre os rios Luenha e Zambeze, fundado por Joaquim da Cruz. Com sua artilharia pesada, *Massangano* dominou o tráfego comercial pelo rio Zambeze. Já na região das antigas feiras do ouro do Zumbo, estabeleceram-se os estados de José do Rosário Andrade, apelidado de *Kanyemba*, e José de Araujo Lobo, o *Matakenya*, além dos estados de *Guengue* de Dona Inácia da Cruz em Mutarara, *Massangire* dos Vaz da Gama em Morrumbala, também no atual distrito de Mutarara, e *Maganja da Costa* dos Bonifácio da Silva, situados no mapa 4. Com a atuação destes estados secundários, o padrão de assentamento local foi novamente alterado, passando a centrar-se nas atividades militares de proteção das *aringas* e captura de escravizados.

Um dos documentos que ilustra a atuação destes estados foi escrito pelo governador dos Rios de Senna Francisco José de Lacerda e Almeida que, ao iniciar uma viagem a Quelimane, em 1797, relatou a notória deficiência da presença portuguesa na área de sua jurisdição, enfatizando os mandos e desmandos dos foreiros ali existentes. Na Vila de Sena, repleta de “inimigos de Deus e do Estado”, segundo Almeida, predominava a decadência cuja causa principal seria a “cega ambição e paixões particulares de quem tem governado estas capitanias, procurando amontoar tesouros, atropelando as leis, deixando que os ricos

fizessem tantas absolutas que bem lhes parecesse e que oprimisse os pobres”⁹. Acerca da “soberba dos foreiros”, geralmente polígamos e dados a feitiços, o governador não poupou adjetivos ao afirmar que:

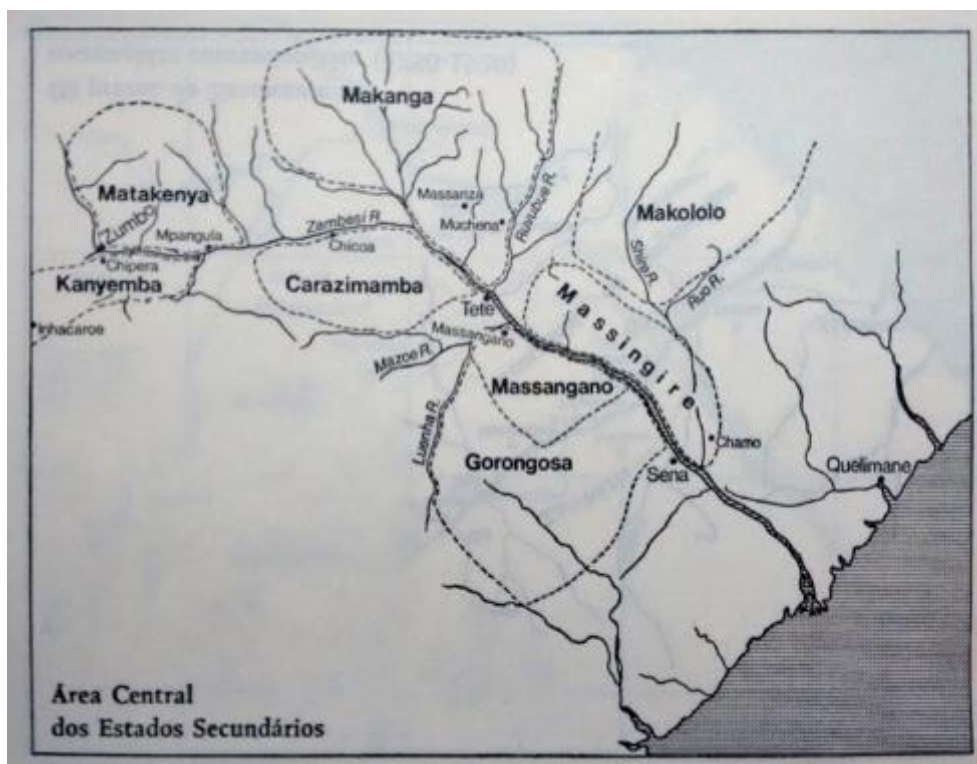
Muitas terras d'estas são um condado; os creados dos capitães generaes, e alguns soldados degradados, ordinariamente de pessimos costumes e mal educados, por terem passado a officiaes casam as mais das vezes nestas casas; acham-se repentinamente ricos, e com esta metamorphose desenvolvem-se os seus antigos costumes, e como quem quer recuperar o tempo perdido, não perdem occasião de mostrar o que são. Poucos são aquelles que se contêm nos justos limites de moderação e probidade. Eis aqui o villão com a vara na mão; elle quer logo ostentar de grande personagem, e como ignora que o homem.que elle quer representar deve fazer-se conhecer pelas suas virtudes, e por outra parte quer seguir o exemplo dos mais, assenta que deve distinguir-se na deshumanidade com que trata seus escravos(...) É de advertir que por este mesmo principio ha continuadas queixas, ódios e inimizades entre os foreiros, porque cada uma das ditas terras é um asylo de escravos alheios, e cada um clama pelos seus, sem resolver-se ou querer entregar os alheios. (Lacerda e Almeida, 1889)¹⁰

Mesmo diante da indignação de Lacerda e Almeida, estes supra prazos foram inicialmente tolerados por Portugal pois, de certa forma, com a fragmentação dos prazos no século XVIII, eles marcaram a presença colonial em Moçambique, alimentando a influência e o poder *muzungu* na região. O próprio Lacerda, de passagem por Tete, assumia que “ Sua Magestade não tem nestes Rios nem gente, nem armas e petrechos de guerra, nem meios de fazer com que os moradores déspotas obedçam a seus superiores, de fazer respeitar a autoridade real¹¹”. De fato, os *muzungus* estavam mais interessados em lucro fácil e rápido do que em acordos desvantajosos com a Coroa ou potentados africanos com quem não demoravam a dominar. Kanyemba, por exemplo, segundo informa Coelho (1993), atacou o *mambo* Bandagwa para raptar suas esposas e filhas e castrou os jovens do sexo masculino para colocá-los guardando seu harém.

⁹ LACERDA E ALMEIDA, Francisco José. *Diários da Viagem de Moçambique para os Rios de Senna feita pelo governador dos mesmos Rios*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: https://archive.org/stream/diariodaviagemd00almegoog/diariodaviagemd00almegoog_djvu.txt. Acessado em 31/05/2016. (Grafia própria da fonte)

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.



Mapa 4: Área dos Estados Secundários
(Fonte: Isaacman, 1979)

As guerras, pilhagens, raptos, empreendidos pelos *muzungus* dos Estados militares ou supra prazos, foram devastadores, resultando em vastas ondas migratórias. Após diferentes momentos de cooptação e confronto, no final do século XIX, diversas campanhas militares foram promovidas pelo exército português para acabar com a autonomia destes territórios. *Massangano*, no atual distrito de Changara, onde fiz parte da pesquisa de campo, resistiu durante dois anos com o apoio de seus aliados *Tonga*, membros da família real do Barué, e de seus antigos inimigos de *Macanga* até ser derrotado em 1889 (Isaacman, 1979).

As rebeliões contra as autoridades portuguesas ocorriam sobretudo porque os *muzungus* viram seu poder afetado com as reformas liberais propostas por Lisboa, por volta de 1850. Tais reformas pretendiam transformar os prazos em um sistema de colonato baseado sobretudo na agricultura e acabar com a escravidão. Porém, apesar dos prazos terem teoricamente sido extintos com um decreto de 1832, sem força suficiente para derrubar os senhores da guerra e suas aringas, as disputas perduraram até a última década do século XIX (Rodrigues, 2006).

No que tange aos deslocamentos na região de Tete, é possível afirmar que, com o avanço destruturante do mercado de escravo somado a crise alimentar gerada pela seca e

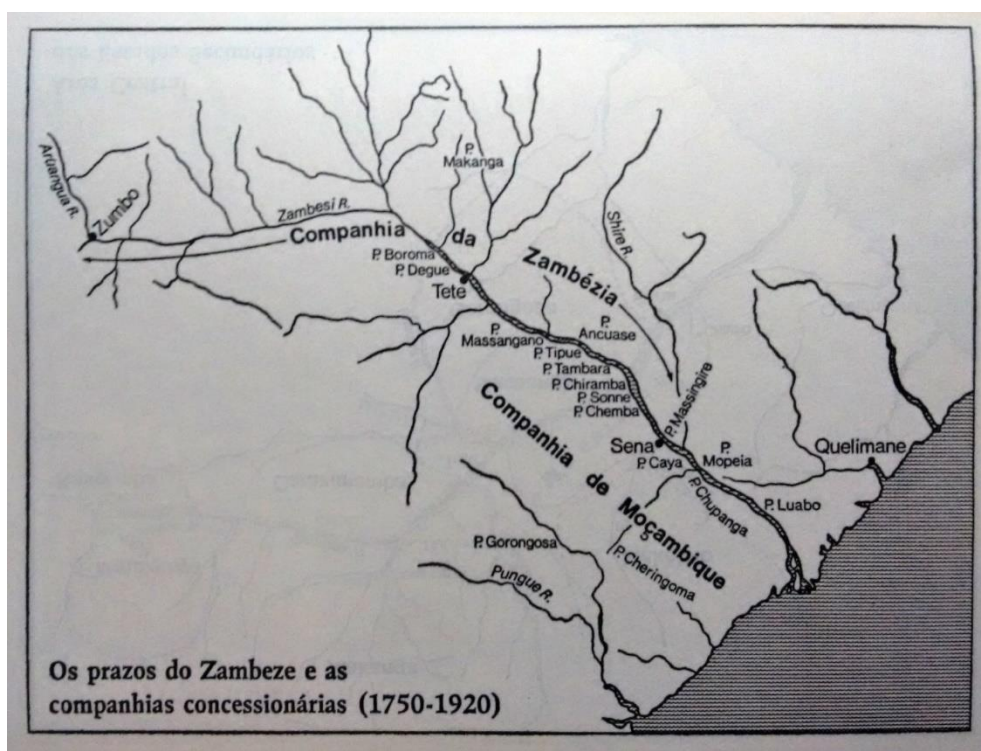
pelo avanço *Nguni*, uma profunda movimentação e fuga de populações contribuíram para o declínio dos prazos. Ademais, os povos *Sena*, *Tawara*, *Tonga*, *Chewa* e *Maganja* fugiam em massa dos prazos como forma de protestar contra os abusos lá cometidos. Não por acaso, diversos prazos tiveram uma curta duração. Em 1750, entre a foz do Zambeze e Tete, havia uma centena de possessões da Coroa, um século mais tarde, apenas 20 prazos ainda existiam e muitos deles sequer poderiam ser considerados prazos, uma vez que já havia se transformado em poderosos estados secundários militarizados (Isaacman, 1979: 31,32).

Portanto, o sistema de prazos da Coroa, que resultou nos supra prazos comandados por *muzungus*, as poderosas famílias afro-portuguesas, imprimiu sobre a população da região de Tete um padrão de assentamento baseado na militarização das unidades políticas e uma profunda transformação no padrão da aldeia e organização territorial. Cobrança de impostos, negociação ou conquista dos *muzungos* (e mesmo das chefaturas africanas) que hora se bandeavam para o lado português, hora para o lado da população local, fizeram com que a população tivesse que se deslocar a depender da situação sociopolítica da região na qual habitavam, situação esta que se alternava muito facilmente.

Neste sentido, o vale do Zambeze continuou sendo um espaço de constante deslocamento e movimento populacional, porém cada vez mais circunscrito com as expedições militares de ocupação efetiva do território, exploradas abaixo. Rita-Ferreira (1982) resume bem o contexto até então tratado nesse texto, ao afirmar que:

O indubitável interesse dos Africanos pelos contatos mercantis com o mundo exterior e o proveito que deles procuraram extrair os dirigentes tradicionais, conduziu ao aumento da extensão e complexidade das unidades políticas e, conseqüentemente, ao agravamento das lutas pelo domínio das rotas e dos recursos naturais e humanos. No século XIX o apogeu do tráfico escravista aliou-se às grandes invasões angunes para provocar fomes, rapinas, violências e massacres em escala colossal e, naturalmente, a desorganização da produção e a degradação de muitas unidades políticas incluindo os próprios Prazos da Coroa (Ferreira, 1982: 23).

COMPANHIAS CONCESSIONARIAS, CIRCUNSCREVENDO ESPAÇOS



Mapa 5: Os prazos e as companhias concessionárias
(Fonte: Isaacman, 1979)

Na minha humilíssima opinião, só vejo um meio de conjurar o perigo. É fazer o que fazem os ingleses hoje em Africa e o que têm feito n'outras partes em idênticas circunstancias: crear o capital preciso, sem onerar os cofres do estado, por intermedio de poderosas companhias á semilhança da East Indian Company. É só d'essa fôrma que Portugal poderá dar à provincia de Moçambique o colossal impulso de que ella agora carece, para caminhar na vanguarda do progreso colonial. A nação libertar-se-há assim das muitas despesas com que luta, e terá encontrado até uma importante fonte de receita. Póde ser que eu me engane, mas creio que só d'esta fôrma se poderá lutar com vantagem. Eis o que eu escrevia em Tete em 21 de maio de 1891, hoje só me resta fazer votos por que se estenda à Zambézia septentrional a rasgada e intelligente iniciativa graças à qual se concedeu a outras companhias o direito de explorar os territorios ao sul do Zambeze, que de certo não são nem mais férteis, nem mais ricos, nem mais colonisaveis do que os percorridos pela expedição que eu tive a honra de dirigir. (Carl Wiese, 1891¹²)

Em grande parte dos territórios acima citados, prazos e estados secundários passaram por transformações logo após a assinatura do tratado luso-britânico de 1891, que tornou Moçambique um *Estado Português da África Oriental*, dividido em duas províncias,

¹² WIESE, Carl. *Memorandum acerca das expedições realizadas na zambesia septentrional durante os annos de 1885 a 1891*. Lisboa: Imprensa nacional, 1891.

Moçambique e Lourenço Marques. Para firmar definitivamente a presença portuguesa no território, acabar com os focos de resistência, como o estado de Massangano e, mais tarde, o reino do Barué, comandos militares foram inaugurados em Moçambique. A liquidação do Império de Gaza, em 1895, e a deportação de seu rei, o *nguni* Gungunhana, foi um notório exemplo deste contexto de ofensiva militar. A derrota do “leão de Gaza”, assim adjetivado para supervalorizar a vitória portuguesa, tornou-se ainda mais relevante, pois alterou o cenário de disputas e alianças continuamente renegociados que até então marcavam a relação entre portugueses e povos locais (Liesgang, 1970).

Para legitimar o domínio colonial, além da ofensiva militar, uma geração de reformadores, militares e civis, a chamada *geração de 95*, produziu um conjunto de normas e instituições a partir daquilo que imaginavam ser “os usos e costumes” das sociedades africanas (Macagno, 2001). Já para ocupar o território a baixo custo, Portugal concedeu terras às chamadas companhias majestáticas e às companhias arrendatárias de prazos, ou companhias concessionárias de capital estrangeiro. No primeiro caso, nas Companhias do Niassa e Companhia de Moçambique, uma pequena burguesia portuguesa se fazia presente no papel de governadores, chefes de polícia ou administradores de distrito e, no segundo caso, como nas Companhias da Zambézia, Boror, Luabo, Societe do Madal, Sena Sugar States, os próprios concessionados tinham um maior controle e os portugueses desempenhavam apenas funções como “agentes de autoridade” (Serra, 2000).

Em linhas gerais, as companhias recebiam grandiosas concessões de terra que duravam cerca de 35 a 50 anos, além de vantagens comerciais para a produção de culturas destinadas ao mercado externo ao qual Portugal exigia participação nos lucros. Construir infraestrutura, manter a ordem e a lei em seus territórios eram deveres das companhias que se beneficiavam enormemente da exploração do trabalho local e da cobrança de impostos.

O território de Tete foi ocupado sobretudo pela Companhia da Zambézia, conforme demonstra o mapa 5. Tal companhia foi oficialmente constituída em 1892, com o investimento de capital inglês, e sua primeira atuação seria na indústria mineral, agricultura e no desenvolvimento da navegação no rio Zambeze. Contudo, a Companhia do Zambeze se desinteressou em investir na região e, assim, optou por obter um lucro fácil através do subarrendamento de partes do seu território para outras empresas interessadas na exploração. A Companhia recebeu os direitos de concessão sobre 111 prazos, ou seja, 92% do total de prazos registrados em Tete e, destes, 61 foram diretamente geridos pela empresa, enquanto 50 foram alugados a subarrendatários como Raphael Bivar, Carl Wise, João Martins e outros. Os prazos restantes de Tete foram concessões individuais ou

destinados a missões católicas, como a missão de Boroma. Em suma, a subconcessão foi um padrão na região do Zambeze (Coelho, 1993).

E, para uma significativa parcela da sociedade civil moçambicana, continua sendo, já que, guardadas as devidas proporções e assumidos os anacronismos, não é incomum escutar comparações entre o modelo de arrendamento das companhias concessionárias com os atuais megaprojetos de exploração existentes em Tete. Há rumores, por exemplo, que a mineradora anglo-australiana Rio Tinto, ao adquirir em 2011 o direito de exploração de parte da mina Benga, localizada em Moatize, três anos depois teria repassado a área para o consórcio estatal indiano *International Coal Ventures Private Limited* (ICVL). A operação, supostamente, já estava programada. Contudo, acredito que a queda do preço do carvão, a crise mundial e as dificuldades de escoamentos são as explicações fornecidas pela Rio Tinto para justificar o encerramento de grande parte das suas atividades em Moçambique.

De qualquer forma, as sub-concessionárias Madal e Sena Sugar ocuparam significativa quantidade de terra para a plantação de cana de açúcar no vale, introduzindo a exploração do trabalho nas grandes plantações. No Boletim Geral das Colônias, de 1932, a Sena Sugar Estates lamentou que, nos “bons tempos”, com o uso da mão de obra dos prazos da Zambézia e do distrito de Tete, a empresa chegara a produzir 300.000 toneladas de cana na margem direita do rio Zambeze¹³.

Segundo Head (1980), o plano inicial do fundador da Sena Sugar J. P. Hornug não era produzir açúcar, mas sim ópio. Depois de alguns entraves, optou pelo açúcar e foi um dos maiores recrutadores de trabalho “na ponta da espingarda” para as plantações de cana e venda de álcool para o Transvaal. Parte das plantações se localizavam nas áreas da Companhia de Moçambique, que pagava um pouco melhor, obrigando a Sena Sugar a recrutar trabalhadores de Tete, especialmente em Angónia e na Zambézia. A companhia não respeitava o limite de 9 horas diárias de trabalho, pausa para descanso, feriados, fornecimento de refeições e contratava rapazes que perfaziam 1/3 do salário da comida dos homens. Com o alastramento da cultura do algodão nos anos 1940, a Sena Sugar teve seu recrutamento de mão de obra afetado e a resposta da administração colonial foi circunscrever ainda mais o trabalho *indígena*. Head (1980) lembra ainda que, no distrito de Pebane, aquele que não tivesse meios de pagar os impostos e comprar uma calça era enviado novamente para cumprir um contrato de trabalho. Através dos censos

¹³ Boletim Geral das Colônias. VIII - 090 [Número especial dedicado à visita do Sr. Ministro das Colônias a Moçambique] PORTUGAL. Agência Geral das Colônias. Nº 090 - Vol. VIII, 1932, 702 págs. Disponível no portal: http://memoria-africa.ua.pt_Acessado 30/04/2012.

populacionais, ficheiros de trabalhadores e listas de desertores, os administradores coloniais perseguiram homens para serem enviados para a Sena Sugar

Além do trabalho, a cobrança de impostos como o anual *mussoco* (que, a partir de 1890, obrigava o trabalhador a pagar metade do valor em trabalho e outra em dinheiro e eventualmente em produtos) contribuiu para a obtenção de lucros das companhias e de Portugal, que também recebia por cada trabalhador recrutado. E, neste ciclo de recrutamento de trabalhadores e pagamento de impostos (tema aprofundado no próximo capítulo), as companhias se beneficiavam, intermediando o mercado laboral para países limítrofes como a Rodésia, Niassalândia, Tanganica e África do Sul (Wuyts, 1980).

Segundo Neves (1991), em Tete, a *The Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA) e a sociedade de recrutamento indígena (SRI) aliciavam trabalhadores para as minas na África do Sul e para São Tomé e Príncipe, respectivamente. Havia postos de recrutamento na margem direita do Zambeze, fronteira com o Zumbo, e a WNLA usava como táticas de sedução distribuir cintos e chapéus diferenciados ou ainda mostrar cartazes de homens gordos recém-chegados das minas que distribuía dinheiro aos familiares, em contraponto a imagens de homens esqueléticos com aspecto doentio representando os próprios moçambicanos. Já para o recrutamento para São Tomé e Príncipe, iniciado por volta de 1904, principalmente da vila de Quelimane, Neves (1991) afirma que os possíveis trabalhadores eram atraídos pessoalmente por “capitães da emigração” que ostentavam roupas e bens de valor que jamais poderiam ser adquiridos com o miserável valor recebido pelo trabalho em Moçambique.

Portanto, as companhias concessionárias, ao introduzirem uma reserva de mão de obra na região de Tete e uma nova economia baseada em monoculturas de larga escala com a exportação de produtos como o sisal, chá, algodão cana de açúcar, desestruturaram a produção da agricultura familiar. Além disso, os agricultores eram obrigados a trabalhar mais para pagar os impostos, cobrados em dinheiro e trabalho, sob pena de serem convertidos em trabalho forçado na construção de infraestruturas como estradas, portos e caminhos de ferro. Tais elementos forçaram grande contingente populacional a se mudar para o Transvaal em busca de trabalho na mineração de ouro ou recorrer a outras paragens (Pelissier, 2000).

O autor de “Memorandum acerca das expedições realizadas na Zambesia septentrional durante os anos de 1885”, publicado em 1991, o grande arrendatário de terras, Carl Wiese, afirma que cerca de 50.000 indivíduos teriam emigrado de Tete no final do século XIX. As explicações do fenômeno migratório se deviam ao alto valor cobrado

do imposto, o trabalho forçado e a humilhação sofrida no momento do recrutamento. Sobre a situação de abandono das terras, Wiese descreveu, no “Relatório e Informações anexos ao Boletim oficial”, de 1909, que “onde antigamente existiam no caminho centenas de povoações, hoje o visitante, poucas ocasiões, encontra para comprar o necessário para o sustento da viagem. Os indígenas, cansados de contínuas exigências, desaparecem”¹⁴ (*Apud* Serra, 2010: 287).

Mas se, por um lado, as companhias concessionárias e a administração portuguesa lucravam enviando trabalhadores para outros locais, também os trabalhadores se deslocavam para fugir dessa situação. A mesma estratégia será utilizada para negar os aldeamentos coloniais, escapar do controle da administração colonial e mesmo para ingressar nas fileiras dos movimentos de libertação tratados nos próximos capítulos. Outra estratégia frente às companhias concessionárias foi a guerra. Na região do Zumbo, a atividade das famílias *muzungo*, como a Araújo Lobo e Rosário Andrade, controlara a região até 1900, mesmo ano que Angónia foi “pacificada”, seguindo os termos usados na altura pela administração colonial. Em Macanga, a resistência Muchena foi quebrada somente em maio de 1902, com a colaboração de guerreiros *Nguni*. Já ao sul do Zambeze, o Monomotapa Chioco também resistiu até 1902 (Coelho, 1993).

O recrutamento da mão de obra forçada (inclusive para ilhas francesas do Índico, Angola e São Tomé), a cobrança de impostos feita de forma violenta pelos *cipaios*, a destituição dos líderes *amanbos* e dos chefes territoriais, o recrutamento forçado para o exército foram algumas situações que resultaram no abandono e fuga de milhares de famílias e indivíduos no Vale do Zambeze neste período. Além dos prazeiros, mais tarde transformados em estados militares, como o Estado de Macanga (norte de Tete), as invasões *Nguni* remodelaram o cenário local. Esses múltiplos processos provocaram significativos vazios demográficos na região do Zambeze. Em contraponto a esta situação, Portugal desejava colorir seu mapa cor de rosa unindo Angola à Moçambique, conforme os lamentos de José dos Santos Rufino, em 1929. E, na desejável façanha, Tete, que tanto atraiu colonos de várias nacionalidades desde tempos imemoriais, teria um papel fundamental:

Por lá foi se estendendo o nome de Portugal, procurando num desejo fremente de aventura e de conquista, atravessar a África Central, seguir o caminho do extenso Zambeze e alcançar Angola, unindo-a a Moçambique, por uma longa estrada - ficando enfim, a maior e melhor parcela de África para Portugal, para o primeiro país que navegou nas suas costas, ocidental e oriental. Mas este país era pequeno; e outras nações poderosas,

¹⁴ Carl Wise, Relatórios e Informações anexos ao Boletim oficial, 1909 (*Apud* Serra, 2010: 287).

pressurosamente fizeram tratados, impedindo que ele se estadeasse de costa a costa, de oriente a ocidente, de África do Indico, à África do Atlântico. E quantas tentativas portuguesas heroicas fizeram para este fim irrealizado! (José dos Santos Rufino, 1929)

Este capítulo evidenciou que a movimentação das populações na região do Vale do Zambeze possui um caráter dinâmico bem anterior à presença dos portugueses. Lembrando os argumentos de Kopytoff, as sociedades africanas se expandiram pelo território continental mais por uma situação de ocupação de fronteiras internas, fruto de embates em seus sistemas sociais de poder, do que por uma simples e aleatória busca por terras. Além disso, o vale do Zambeze experimentou uma intensa troca com mercadores árabes que, para garantirem suas rotas comerciais, criaram laços de parentesco com os potentados locais, caracterizando o vale como um lugar de troca por excelência.

Foi neste cenário de troca que Portugal aportou e se inseriu como um elemento a mais na disputa pelo ouro, marfim e venda de escravizados. Sua inserção se deu através do sistema de prazos, cujos arrendatários agiram em benefício próprio cobrando o *mussoco* de sua população e se embrenhando no tráfico de produtos e de gentes. Evidência cabal da fragilidade acerca da presença portuguesa em Moçambique foi a existência dos Estados Militares com suas *Donas* e *Muzungus* que pouca ou nenhuma lealdade direcionavam a Portugal, para além da conservação de nomes portugueses.

Sem meios suficientes para cumprir seu ideal de grandeza e promover uma consistente territorialização colonial, logo após a conferência de Berlim, Portugal optou pela concessão de terras para companhias estrangeiras. Entre estas, a Companhia da Zambézia e seus subarrendatários tornaram o vale do Zambeze, rico em histórias de ir e vir, em uma reserva de mão-de-obra barata através de um sistema racializador de direitos e deveres, melhor detalhados no capítulo seguinte.

Em suma, a exploração sob o regime de prazos, juntamente com as companhias concessionárias, alterou a organização territorial local. Além de enfraquecer o poder de diferentes líderes africanos, as reformas administrativas do início do século XX, após as “guerras de pacificação”, integraram as aldeias rurais do Zambeze sob o governo baseado em concessão de títulos de terra. Nestes, a cobrança do *mussoco* e o recrutamento do trabalho, sob a violência dos *sipaios*, produziram uma considerável mobilidade nas aldeias, criando um padrão de emigração do distrito de Tete para os distritos vizinhos e territórios estrangeiros, situação que desestruturou, ainda mais, a economia familiar, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II - CERCEANDO DESLOCAMENTOS: DO COLONIALISMO À VALE

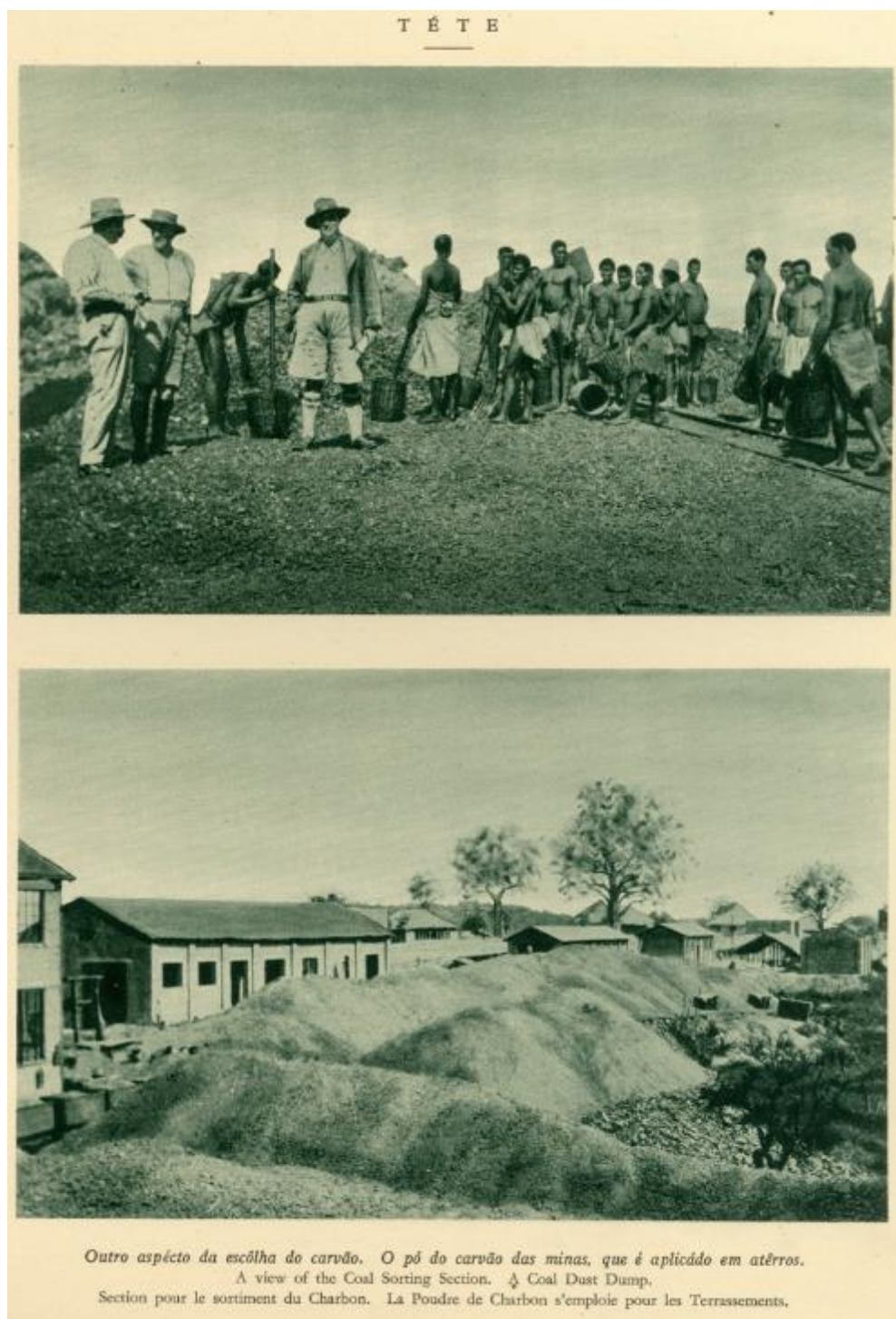


Imagem 1: Exploração de carvão no período colonial
 Fonte: Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique, 1929¹⁵.

¹⁵ Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique. 08, [Tete e Cabo Delgado (Niassa) - Aspectos Gerais] José dos Santos Rufino, 8, 1929, 104 págs.
http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/AFDCM/BNU_M_LM-08&p=4

Aproximando-se do recorte temporal da tese, este capítulo apresenta o itinerário dos principais processos de deslocamentos populacionais em Moçambique, sobretudo em Tete, desde a efetiva presença da administração portuguesa, que se tornou ainda mais incisiva com a implantação do Estado Novo em Portugal, em 1926, liderado por Antônio Salazar. A ditadura Salazarista promoveu uma organização política administrativa pautada na ocupação e domínio dos territórios coloniais, sendo uma de suas primeiras ações a eliminação progressiva das companhias concessionárias, apresentadas no capítulo anterior. É a partir de então, e munido com instrumentos legais, como o *Ato Colonial* de 1930, a *Carta Orgânica* de 1933 e a *Lei da Reforma Administrativa Ultramarina* promulgada em 1933, que os moçambicanos vão tendo suas práticas sociais e sua liberdade de ir e vir cada vez mais cerceadas e reguladas pela ação colonial.

Portanto, a seção *Colonialismo, limitando o movimento* destaca quão intensamente as estratégias de controle, conduzidas por um corpo burocrático presente no cotidiano dos cidadãos, foram postas em prática no sentido de rentabilizar a ação colonial. Também nesta sessão, destaca-se as mudanças ocorridas na década de 1960, como a pressão nacionalista e as críticas internacionais sobre o colonialismo, que fizeram com que Portugal procurasse confirmar uma imagem positiva, luso-tropical, sobre a suposta benfeitoria de sua “ação colonizadora” na África. A extinção do código do indigenato (1961), que implicou na categorização dos indivíduos em cidadãos portugueses e não mais *indígenas* e assimilados, caminha nessa direção, mas não foi suficiente para conter o desejo pela independência.

Neste sentido, em *Guerra de Libertação, caminhos de fuga e luta*, explora-se o avanço dos nacionalistas, como a Frente de Tete (1964-1968) e o consequente surgimento do primeiro grande projeto de deslocamento forçado em Moçambique, a ser detalhado nesta tese, os chamados aldeamentos coloniais. Somente na província de Tete, também afetada tanto pela guerra de libertação quanto pela construção da barragem Cahora Bassa, os aldeamentos reagruparam 80% da população que até então vivia dispersa e organizada segundo regras de parentesco.

Dando seguimento à exposição dos processos de deslocamento e suas narrativas, a seção *Independência de ir e vir?* interroga em que medida a política nacionalista contribuiu para a continuidade do deslocamento populacional em Moçambique através dos projetos das aldeias comunais. Tais iniciativas foram elaboradas a partir de um direcionamento socialista que, além de enfrentar resistência por grande parte das populações envolvidas, foi seriamente afetado pela guerra dos 16 anos entre a RENAMO e a FRELIMO.

Finalmente, com o Programa de Reestruturação Econômica (1987) o país foi liberalizando sua economia e junto ao multipartidarismo (1990) e ao Acordo Geral de Paz (1992), diversas empresas estrangeiras se mostraram interessadas em explorar os extensos recursos naturais de Moçambique, a exemplo do carvão. Nos anos 2000, essa tendência despontou com a chegada dos *Megaprojetos*, *voltando a partir* expostos na última seção.

Portanto, este capítulo tem por objetivo primordial situar os deslocamentos populacionais e os processos de desterritorialização ali inscritos, no vasto recorte desta tese, que vai do colonialismo tardio, passando pelo período socialista até a chegada de empresas como a mineradora Vale. Feito isso, e após uma breve pausa teórica no próximo capítulo, a proposta é se aprofundar nos projetos políticos, arquitetônicos, sociais, ideológicos dos aldeamentos coloniais, das aldeias comunais e dos reassentamentos, indicando as espantosas semelhanças entre esses três projetos de deslocamento populacional.

COLONIALISMO, LIMITANDO O MOVIMENTO

Desde a ocupação efetiva do território moçambicano, a administração portuguesa foi modelando um conjunto de práticas que comportasse o domínio das colônias a baixo custo. E três parecem ser os pilares que marcaram esse período ou a própria colonização portuguesa: racialização dos povos, exploração do trabalho e cobrança de impostos. Neste sentido, destrinchar esses três elementos é um esforço para compreender como o controle sobre os deslocamentos populacionais foi sendo interpretado como fundamental para a administração portuguesa.

Para uma “ciência colonial”, gestada sobretudo na Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), o primeiro passo da legitimação do domínio colonial era caracterizar o *outro* e definir seus espaços, direitos e deveres. E, portanto, a categoria *indígena* passou a ser debatida logo após a Carta-Lei de 29 de abril de 1875 extinguir a condição servil dos ex-escravizados nas províncias ultramarinas. Já o relatório que precedeu o Decreto de 03 de novembro de 1881, cujo intuito era dar mais autonomia às colônias, defendeu a assimilação dos então *indígenas*. Mas, para Oliveira Martins, fundador da Companhia de Moçambique, acadêmico colonial e versado nas teorias racialistas da época, a “selvagem” população local não apresentava condições físicas e, menos ainda, morais para se assimilar à civilização europeia, cabendo, portanto, um aparato legal para cidadãos e outro para os *indígenas* (Zamparoni, 2007:51).

Fazendo coro a Oliveira Martins, o professor de direito da Escola Superior Colonial, Lopo Vaz de Sampayo e Melo, responsável pela disciplina de *Política Indígena*¹⁶, defendia que cabia ao Estado elaborar e distinguir os tópicos aos quais os *indígenas* seriam submetidos, tanto em relação às regras europeias ou naquilo que deveria ficar restrito aos “usos e costumes” da população local. Nesta linha de pensamento, a assimilação não seria viável de imediato pois se tratava de estágios diferentes de civilização humana (Direito, 2013:53).

Apesar de algumas divergências, o debate sobre o meio mais eficaz de civilizar os *indígenas* foi unânime ao apontar a disciplina do trabalho como transformador das mentalidades e das relações produtivas que, por sua vez, resultariam na produção de excedentes e, logo, de assalariados e pagadores de impostos. E para selar a disciplina, o Decreto de 27 de setembro de 1894 estipulou uma pena de trabalho em obras públicas, destinada aos *indígenas* assim caracterizados: “somente são considerados *indígenas* os nascidos no Ultramar, de pai e mãe *indígenas*¹⁷”. Outra legislação relevante nesta altura foi a Portaria Provincial Nº 317, de 9 de Janeiro de 1917, também conhecida como *Portaria do Assimilado* ou *Alvará do Assimilado*, que selou a divisão na sociedade colonial, categorizando o *assimilado*, que seria o africano tido como “civilizado”, o *indígena*, o suposto africano não “civilizado” e o *não indígena*, ou seja, o europeu e outros grupos não brancos como os indianos.

A Portaria foi um duro golpe para a elite negra e mestiça, chamada de *filhos da terra*, que, até fins do século XIX, cultivava um prestígio social proveniente das relações políticas e sociais construídas com a então Coroa Portuguesa. Essa elite da terra, sediada nas cidades de Quelimane, Tete, Beira, Ilha de Moçambique, Inhambane e Lourenço Marques, era, em sua grande maioria, descendente das poderosas famílias afro-portuguesas mencionadas no capítulo anterior, que, com a Portaria, passaram a ser categorizadas em termos raciais e não mais sociais. De acordo com Zamparoni (2007), na capital, os *filhos da terra* se uniram em torno do Grêmio Africano de Lourenço Marques (GALM) e publicavam suas insatisfações sobre a nova configuração social, a qual estavam paulatinamente sendo excluídos em favor dos colonos recém-chegados, no jornal *O Africano* e, logo depois, no *O Brado Africano*, criado pelos irmãos João e José Albasini. *O Brado Africano* foi também um importante instrumento de crítica das pretensas ações civilizadoras da administração colonial e de sua constante exploração *indígena*.

¹⁶ Oliveira Martins escreveu uma monografia, publicada em 1910, com o mesmo nome da citada disciplina.

¹⁷ Decreto, de 27 de setembro de 1894, art 1.

A assimilação procurou barrar o poder dessa elite local e promover uma divisão racial, mas, ao mesmo tempo, criar uma ilusão de mobilidade social, já que um *indígena* podia se tornar um assimilado. Para receber o alvará de *assimilado* ao universo europeu, o indivíduo deveria fazer uma requisição acompanhado de documentos que comprovassem que era monogâmico, exercia profissão compatível com a “civilização europeia”, fosse fluente em português, tivesse abandonado os usos e costumes da “raça negra” e demonstrasse ter cultivado hábitos europeus como trajar-se à europeia, calçar sapatos, comer à mesa e ter hábitos higiênicos. Tais elementos eram confirmados por uma comissão que visitava a residência do solicitante, que, invariavelmente, criava estratégias como empréstimos de talheres e louça para burlar a fiscalização. Essas exigências “estabeleciam uma inequívoca relação entre a organização socioeconômica da vida doméstica e a *civilização* que se pretendia implantar. Ser assimilado significava trocar a concepção de espaço da moradia, substituir a palhota circular e todo o universo simbólico a esta forma relacionado, por uma casa retangular, nos moldes europeus” (Zamparoni, 2000: 15). Depois de conseguir o documento de *assimilado*, os filhos menores e a esposa também eram assim considerados e quem, porventura, retomasse os tais usos e costumes era passível de ter seu alvará cassado.

Diante do resumido número de escolas oficiais, o aprendizado do português era mínimo e, com isso, podemos aferir que a portaria do *assimilado* pretendeu mais controlar do que proporcionar um caminho rumo a cidadania. A distinção legal entre cidadãos e não cidadãos foi enfatizada em 1926 através do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Províncias de Angola e Moçambique*. A grande diferença de categorias consistia no fato que os europeus e *assimilados* não eram recrutados para o trabalho forçado, tropa militar e nem pagavam o imposto de palhota e, teoricamente, podiam aceder a cargos públicos além de contar com uma educação bem melhor que as classes rudimentares destinadas aos *indígenas*.

No fundo, a assimilação nunca representou a integração da população local à comunidade portuguesa na colônia, ao contrário, os assimilados sempre foram entendidos pelos colonizadores como “o mais civilizado deles” e não como “um de nós”. Se o *indígena* carregava o estigma da caderneta, o assimilado carregava seu alvará (Cabaço, 2009: 118). Porém, foi sobretudo em cima da grande maioria *indígena* que recaiu a limitação dos movimentos através da expropriação de terras, do trabalho forçado, do combate ao modo de vida disperso e demais elementos que foram desterritorializando os povos de suas formas próprias de organização, conforme mostra as próximas sessões.

O TRABALHO “MORALIZANTE” EM TETE

Depois de definidos os *indígenas*, a íntima relação entre colonialismo e exploração do trabalho foi sendo delineada por intermédio de um conjunto de instrumentos legais elaborados pela já citada chamada geração de 95. Entre estes instrumentos, ressalta-se o *Código de Trabalho Indígena* de 1899, elaborado por Antônio Ennes e sua equipe, que firmou a distinção jurídica entre os considerados cidadãos e os não cidadãos ao impor a obrigação moral de trabalho sob pena de punição a todos os *nativos*, homens e mulheres, entre 14 e 60 anos. Poucos anos depois, em 1904, foi criado a *Curadoria dos Negócios Indígenas e Emigração*, elevada à Secretaria em 1907, para controlar o fluxo e as receitas provenientes do trabalho forçado nas minas e nos territórios vizinhos, além de aferir as penas do chamado trabalho correcional. Já o *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas* de 1914, modificado em 1915 e 1917, uma espécie de adendo do *Código*, permitia que os patrões agissem para garantir a ordem, incluindo o uso de milícias conduzidas por um branco. Finalmente, em 1928, foi instituído o *Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África*, que perdurou até 1962. De acordo com Head (1980), em 1946, por exemplo, a fim de “eliminar a preguiça”, os homens que não tivessem sido contratados deveriam ser forçados a trabalhar nas obras públicas.

Para dar conta do recrutamento do trabalho e da cobrança de impostos, e sem quadros suficientes para isso, a administração colonial fez uso das autoridades tradicionais. Para isso, promoveu uma reforma administrativa em 1907 com subdivisões territoriais em torno dos *Conselhos*, caracterizados como “áreas administrativas que abranjam as povoações sedes do governo da colônia ou de Distrito, ou outras povoações importantes pela aglomeração da população branca ou assimilada, ou pelo desenvolvimento comercial ou industrial, e ainda as áreas em que a população indígena tenha atingido um grau especial de instrução e de progresso”¹⁸ (*Apud* Pedro, 2012). Ou seja, pequenos centros urbanos compostos sobretudo pelos considerados cidadãos. Já as *Circunscrições* (distritos) rurais, governadas por um administrador ligado diretamente ao Ministério dos Negócios Indígenas, eram subdivididas em postos administrativos com seus respectivos chefes. Os postos eram formados por um conjunto de regedorias que, por sua vez, eram compostas por um grupo de pequenas povoações lideradas por chefes de povoação. Cada regedoria era gerida por um régulo que deveria controlar a distribuição de terras, resolver pequenos conflitos locais por meio de um

¹⁸ Decreto n° 7: 008, de 9 de Outubro, 1920 (*Apud* Pedro, 2012).

tribunal tradicional, recrutar trabalhadores e garantir a cobrança de impostos. Para realizar tais incumbências, os régulos tinham sua polícia local conhecida como *cipaios*.

No caso de Tete, um pouco antes da reforma administrativa de Aires de Ornelas (1907), vigoravam os comandos militares como Zumbo, Marávia, Chioco, Barué e outros que indicam a importância militar do processo de ocupação efetivo na região. Com o arremate das “guerras de pacificação”, os comandos foram perdendo importância, cedendo espaço para uma administração de caráter mais civil, que assumiu o controle da população. Assim, em 19 de dezembro de 1912, os comandos militares de Tete foram transformados nas circunscrições de Tete, Chicoa, Macanja, Mutarara, Maravia e Zumbo e Intendência do Barué (Coelho, 1993).

Embora a administração colonial afirmasse que os regulados eram as “tribos tradicionais”, a criação das circunscrições nem sempre respeitou o território original dos régulos, chamados inicialmente de *inhacuáuas*, em Tete. E, com isso, parte da população acabou sendo incluída em outros regulados, reduzindo seu poder de líder. Outros régulos perderam completamente seu poder ou foram reduzidos à categoria de chefe de grupo de povoações. Para organizar os pretensos regulado, segundo documento pesquisado, em 1924, o governador de Tete mandava publicar os *Direitos e Deveres das Autoridades indígenas do Distrito de Tete*.¹⁹

Logo na Parte I, o documento distingue as autoridades tradicionais locais em *mambos*, *inhacuáuas*, *fumos* e *chuangas*, pontuando que, se os *mambos* não interferiam na administração das terras, os *inhacuáuas* ou *fumo*, também conhecidos por régulos, não pagavam impostos, podiam julgar as questões civis “*milandos*” e investigar os *indígenas* a si subordinados, possuíam um conselho de secretários e deveriam estar informados sobre tudo e sobre todos. Somente no Art.6º são listados 16 deveres e obrigações aos *inhacuáuas*, entre elas fornecer homens para o trabalho, proibir a prática de “bruxarias” e venda de “bebidas inebriantes”, indicar todos aqueles que quisessem estabelecer residência no *inhacuauado* e outros. No que se refere ao controle sobre os deslocamentos, os *inhacuáuas* deveriam: “evitar que os indígenas da sua área vão para as colônias inglesas vizinhas e quando o queiram por curto prazo de tempo, empregarão os meios para que esses indígenas peçam a devida licença de que serão portadores”²⁰ E também deveriam instruir suas gentes reunindo os chefes de povoação, aconselhando-os, por exemplo “a andar decentemente

¹⁹ *Direitos e Deveres das Autoridades indígenas do Distrito de Tete* (1924).

Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/direitos_e_deveres_tete_1924.pdf. Acessado em 25/06/2016.

²⁰ *Ibidem*, p.8.

cobertos, com seus panos vestidos, muito principalmente quando tenham de ir à vila de Tete, sedes das circunscrições ou em quaisquer festas nas povoações”²¹. Em suma, os indígenas deveriam obedecer e respeitar o *inhacuáua*, “dando-lhe conhecimento de tudo, para este os proteger perante o administrador, procurando o bem-estar deles, e melhorar as condições da vida *indígena* e tomarem-se medidas convenientes para desenvolver a região”²²

Os *Direitos e Deveres das Autoridades indígenas do Distrito de Tete* evidenciam que a administração portuguesa depositou nas autoridades tradicionais a responsabilidade de controlar os deslocamentos existentes em seus domínios territoriais, assegurar o recrutamento de trabalhadores, julgar, manter a ordem e moralizar as circunscrições *indígenas*. Essa terceirização do controle poupava recursos e mantinha a população local negra distante da ocupação de cargos e da reivindicação de direitos.

Para as funções que prestavam, os régulos recebiam um percentual do imposto recolhido, um pequeno subsídio mensal e, por vezes, uma casa de alvenaria que o destacava do restante da população e, supostamente, garantiria sua lealdade para com os portugueses. Contudo, se não cumprisse os deveres determinados pelo colonizador, poderiam receber um conjunto de punições, incluindo o castigo físico. De acordo com Florêncio (2008), ainda que desempenhassem papéis sociais singulares na administração colonial, os régulos, muito raramente, ultrapassavam uma condição de subalternidade colonial atrelada à concepção eurocêntrica e racista da altura, o que não impediu que, no pós-independência, eles fossem entendidos como colaboracionistas do regime colonial.

Umas das principais funções do régulo era recrutar trabalhadores e, como já mencionado, o trabalho foi entendido como civilizador e moralizador. Assim, logo no início do século XX, a região de Tete se confirmou como uma verdadeira reserva de trabalho, situação já evidenciada no capítulo anterior com a atuação de companhias como a Sena Sugar States. Além do trabalho nas plantações, a migração laboral, através de contratos clandestinos ou *chibalo*, para as *farms* da Rodésia do Norte (Zâmbia) e para a Rodésia do Sul (Zimbábue), se tornou uma constante na vida da população de Tete. O trabalho forçado, o *chibalo*, sobretudo em obras públicas ou estradas, empregou até mesmo as mulheres, como manifestou Dona Amélia do Songo, apresentada no capítulo V. Outras tantas mulheres foram retidas pelo atraso ou não pagamento de impostos, espancadas por se recusarem a informar o paradeiro dos maridos e demais tipos de violência.

²¹ Ibidem, p.9.

²² Idem.

Um conjunto de entrevistas feitas por Judith Head e Alpheus Manghezi (1980), entre os anos de 1977-1979, elucida a situação de penúria e violência experimentada por quem viveu o *chibalo*. Lofas Nzampo, natural de Angónia, província de Tete, por exemplo, foi recrutado pela primeira vez em 1927 e afirmou que o *chibalo*, empregado desde a altura de seus pais, motivou muitos homens de sua aldeia a fugirem para as montanhas ou se mudarem de região. Seu colega Armando Juma acrescentou que as *rusgas*, como eram chamadas as buscas para recrutamento empreendidas pelos *cipaios*, faziam com que os homens vivessem em constante temor. Já o senhor Dinani Xilenge de Homoine, província de Inhambane, informou que, após ter cumprido contrato na plantação de açúcar de Xinavane, tendo sido recrutado pelos *cipaios* a mando da administração, foi levado diretamente por um ex-militar português para trabalhar em suas machambas, sem ter passado pela administração algo considerado ilegal. Alfredo Sithole foi obrigado a fazer *chibalo* nas obras públicas na província de Gaza durante 1 ano consecutivo sem respeitar o período de descanso prescrito na lei, após os 6 meses de trabalho. Mineiros que chegavam das minas não conseguiam nem mesmo chegar em casa e já eram novamente recrutados, como lembrou J. Sithole. O Salomão Nyalunga, de Maputo, pontuou que, muitas vezes, quando um trabalhador estava terminando seu contrato, o *machambeiro* inventava acusações falsas, como roubo, e, assim, o trabalhador ficava impedido de receber pela empreitada. Quando expulso do *chibalo*, o acusado poderia ser preso e fazer trabalho correcional, motivo que o impedia de reivindicar o valor trabalhado. A péssima qualidade da comida (quando havia), o irrisório pagamento recebido, o abuso dos regulamentos de recrutamento, a violência física empregada sobretudo através de palmatórias e do *chicote de cavalo marinho* faziam parte do cotidiano do *chibalo*.

Para fugir do violento recrutamento e pagamento de impostos, a população de Tete e de outras partes da região central de Moçambique, grande parte dela submetida à Companhia de Moçambique até 1942, se deslocava para a Rodésia. Segundo Adamo, Davies, Head (1981), enquanto os moçambicanos que partiam para a África do Sul eram recrutados oficialmente pela WNLA, os que iam para a Rodésia o faziam, em sua maioria, clandestinamente, excetuando o então Distrito de Tete. Nesta região limítrofe com a Rodésia, agências ou recrutadores oficiais atuaram em resultado do acordo laboral, assinado entre a Rodésia, administrada pela *British South Company*, e o estado colonial português, em 1913. Tal acordo permitia o recrutamento de até 15.000 *indígenas* por mês em Tete e previa que cada trabalhador deveria portar um passaporte válido por um ano e, para tê-lo, deveria pagar um valor para o *Bureau de Trabalho Indígena da Rodésia*, cujo curador era nomeado pelo governo colonial português. O trabalhador de Tete que não quisesse permanecer na

clandestinidade, sob pena de deportação, deveria pagar quase o dobro do valor para conseguir o passaporte citado acima. Além disso, o acordo estabelecia que metade dos salários dos trabalhadores deveriam ser pagos no distrito após o retorno da Rodésia, o que implicava na retirada de uma parcela para a própria administração portuguesa. Praticamente a mesma estratégia era infligida aos trabalhadores recrutados pela WNLA para as minas do *rand*.

Wuyts (1980) menciona que, em 1934, um novo acordo reestruturou a oferta de mão de obra interna e o próprio estado colonial passou a oferecer braços, como eram chamados, para as plantações da Zambézia por meio de reservas de recrutamento. Já o acordo de 1947 autorizava a *Rhodesian Native Labour Supply Commission* (RNLSC) a estabelecer um escritório em Tete sob a condição que, após completar 2 anos em solo rodesiano, o trabalhador moçambicano fosse repatriado e o imposto referente a estes fosse coletado e repassado às autoridades portuguesas. Os rodesianos tentaram expandir o recrutamento em Manica e Sofala, mas a solicitação foi negada para proteger os interesses das grandes plantações. A partir da década de 1950, com a mecanização da indústria, a demanda por mão de obra moçambicana foi caindo e, em 1958, a RNLSC fechou seu escritório de Tete. Até que, em 1968, foi aprovado o *Foreign Migratory Labour Act*, que proibiu trabalhadores negros estrangeiros de procurarem emprego nas cidades de Salisbúria e Bulawayo e, assim, os moçambicanos foram pouco a pouco sendo expulsos da Rodésia.

Os acordos firmados tinham por objetivo controlar a migração clandestina e, sobretudo, receber dividendos pelo trabalho recrutado, inclusive fora da colônia. Ainda assim, o baixíssimo salário oferecido em Moçambique fez com que milhares de moçambicanos da região central e sobretudo de Tete se arriscassem clandestinamente nas minas e *farms* da Rodésia, que, ao menos ofereciam um pagamento melhor.

Saúte (2010) lembra que, além do trabalho nas *farms* da Rodésia, a população de Tete foi recrutada para o trabalho nas minas de carvão e construção dos caminhos de ferro que deveriam, sobretudo, servir para o transporte do minério extraído de Moatize. Por volta da década 1920, a *Trans-Zambezia Railway Company* construiu a linha de trem ligando Moatize a Benga (Saúte, 2010). Com a concretização da ponte Dona Ana no ano de 1935 (em homenagem a arrendatária do grande Prazo de Mutarara), foi iniciada a construção da Linha de Sena ligando Beira à Moatize, concretizada em 1949. Entre 1940-1942, cerca de 8.000 trabalhadores estavam envolvidos na construção da linha e, nos dois anos consecutivos, 6000 recrutados seguiam trabalhando nos caminhos de ferro. A mesma linha

de Sena, desativada desde 1980 por conta da guerra dos 16 anos, foi reativada pela mineradora brasileira Vale com o propósito de escoar carvão.

Quinze anos depois de ligar Beira à Moatize, os caminhos de ferro continuavam representando e propagando a força do colonialismo português. No artigo pesquisado na revista quinzenal *Gazeta dos Caminhos de Ferro* (1/07/1953), intitulado *Os transportes do Ultramar*, a construção dos caminhos de ferro é identificada como o “elemento directo da colonização”²³, capaz de criar “as bases materiais e morais para muitos dos trabalhadores se fixarem quando a obra”²⁴. O artigo pontua ainda que o objetivo dos caminhos de ferro na África seria o transporte de cargas, em grande parte matérias primas e não pessoas, não muito diferente de hoje.

Estudos iniciados por volta de 1850 já indicaram a existência de carvão na região de Moatize mas, somente em 1895, a Companhia do Zambeze concessionou seus direitos de exploração à Companhia Hulheira que, por sua vez, realizou pesquisas geológicas, as quais indicaram a viabilidade da extração mineral²⁵. Contudo, a Hulheira, em um jogo lucrativo, repassou o empreendimento para *Zambezi Mining Development Ltd* (ZMD) que, em 1922/23, se juntou a um grupo belga, dando origem a *Société Minière et Géologique do Zambeze* (SMGZ). Assim, em 1940, com a abertura das primeiras minas subterrâneas Chipanga I e II, milhares de trabalhadores passaram a trabalhar nas minas. A *Société* se transformou na Companhia Carbonífera de Moçambique (CCM), que estimulou o crescimento da produção do carvão, resultando na abertura das minas Chipanga III, IV, V, entre 1958/1959²⁶, no âmbito dos Planos de Fomento citados a seguir. Em 1959, Moatize experimentou certo desenvolvimento industrial representado no aumento de cantinas²⁷ e na vinda de poucos imigrantes brancos ligados a CCM.

O trabalho nas minas de carvão, nas linhas de trem, nas culturas obrigatórias de algodão em algumas regiões de Tete, como Mutarara e Macanga, e, sobretudo, o trabalho migratório resultaram em intensa mobilidade de pessoas, conforme demonstrou as entrevistas coletadas pelo CEA, na década de 1980. Nesse sentido, a forma de desenvolvimento de Tete foi determinada por demandas externas (países e regiões vizinhas)

²³ *Os transportes do Ultramar* *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.1573, 1/07/1953.

Disponível em:

http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1953/N1573/N1573_master/GazetaCFN1573.pdf

Acessado em 16/06/2016.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Ensaio sobre a estatística de Moçambique e suas dependências da costa oriental da África ao Sul do Equador* (1859) e *On the coal found by Dr. Livingston at Tete, on the Zambezi, South Africa* (1859) são alguns desses estudos.

²⁶ Chipanga VI foi construída em 1969, Chipanga VII (1972), Chipanga VIII (1976) e Chipanga IX em 1982.

²⁷ As cantinas eram pequenas mercearias localizadas no interior que vendiam produtos industrializados como óleo, sal, fósforo, tecidos. Também negociavam os excedentes agrícolas, funcionando como meio de escoar produtos.

com pesados custos para as comunidades locais que não conseguiam manter os padrões de agricultura familiar, nem tampouco desenvolver a agricultura moderna sonhada pelo Estado Novo. Calcula-se que, em 1974, cerca de 79.778 homens e 8048 mulheres moçambicanos estivessem trabalhando nas *farms* e minas da Rodésia (Adamo, Davies, Head, 1981).

A imagem 1 que abre este capítulo, publicada em 1929 em formato de cartão postal, propagandeava o “progresso” levado a cabo nas colônias. Contudo, a foto deixa evidente as péssimas condições de trabalho a que os então *indígenas* eram submetidos. Descalços e praticamente seminus, sob um sol que alcança facilmente os 50 graus, vê-se a grande “moral do trabalho” enquanto os brancos bem vestidos e protegidos com chapéus conversam e posam para a foto. Nas próximas sessões deste capítulo, além do tema da expropriação de terra, veremos que também os aldeamentos foram preconizados enquanto um espaço promotor do desenvolvimento comunitário que, assim como “o trabalho moralizador” aqui apresentado, serviu para legitimar a continuidade da exploração colonial.

A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS

Em constante diálogo com o trabalho forçado, a expropriação de terras foi outro elemento de diferenciação entre *indígenas* e civilizados, evidenciando que a definição territorial pensada pelo Estado Novo passou pela racialização do seu povo. O uso de terras deveria promover o fomento dos territórios, pondo fim aos supostos “terrenos vazios”, o que ignorava os regimes de terra locais controlados por um complexo sistema de chefaturas. Portanto, a racialização, enquanto elemento primordial do domínio colonial, foi uma estratégia criada para a diferenciação de direitos e manutenção de privilégios, entendida como própria da natureza superior dos brancos. Neste sentido, para os “cientistas da administração colonial”, os regimes de concessão de terras eram fundamentais para o êxito dos projetos de ocupação e exploração econômica dos territórios africanos. E, nestes projetos, “as populações locais não eram reconhecidas como tendo capacidade para contribuir para a exploração econômica enquanto produtoras. Eram encaradas como meras ocupantes da terra, apenas merecedoras daquilo que se considerava serem medidas de «protecção» por parte do Estado” (Direito, 2013:55-56).

A ocupação efetiva de Moçambique foi seguida por um longo debate a respeito do acesso e transmissão da terra à população *indígena* e também aos investidores nacionais e estrangeiros. No caso da região do Zambeze, o *indígena*, na altura chamado de *colono*, deveria desembolsar o *mussoco* para ocupar e produzir no território. No entanto, como

demonstrado no capítulo anterior, as sucessivas disputas entre as famílias afro-portuguesas e potentados africanos juntamente com a escravização de pessoas, o movimento das guerras, a invasão *nguni* e a completa falta de apoio à agricultura local tornavam a posse da terra algo absolutamente inseguro. Para os legisladores desse período, como Antônio Ennes, os *indígenas* deveriam ocupar terras marginais que não estivessem sendo ocupadas ou requeridas por empresas e agricultores individuais. Defensor de uma colônia de exploração que gerasse rendas à metrópole, Ennes apostava na concessão de grandes extensões, como fez na região central de Moçambique à Companhia de Moçambique, em 1891.

Contudo, preocupados com uma crescente desnacionalização das colônias portuguesas frente a concessão de terras a grupos estrangeiros, o decreto de 27 de setembro de 1894 restringiu a concessão de terras à aprovação parlamentar. O decreto foi considerado um empecilho ao desenvolvimento colonial e foi reajustado em 1899. Bellegrade da Silva, chefe do Departamento de terras, deixou bastante evidente que uma das grandes problemáticas do sistema de posse para todo território moçambicano era “regulamentar os direitos e as obrigações dos nativos vis-à-vis a presença da população branca” (Negrao, 2005:81).

Ainda em 1891, foi autorizado aos *indígenas* ocupar apenas 1 hectare por palhota que, segundo a leitura dos concessionários, deveria se localizar próximo às próprias palhotas²⁸. Com o risco das cheias alcançarem as palhotas, a população distava cerca de 1 a 3 km do rio e, de acordo com as regras inventadas pelos titulares da terra, seu hectare já não podia estar na área de irrigação.

Na tentativa de solucionar o impasse da posse de terras, em 1909, foi publicado o *Regimen Provisório para a Concessão de Terrenos do Estado na Província de Moçambique*, denominando propriedade do Estado todos os terrenos que não pertenciam à “pessoa colectiva ou singular” e, nesta categoria de pessoa, como era de se esperar, não estavam incluídos os *indígenas* (Apud Zamparoni, 2007). A estes, caberiam as reservas *indígenas* que não davam direito à titulação de terras, o que leva a crer que as reservas foram criadas justamente para obstruir a participação dos *indígenas* no mercado de concessões.²⁹ Pois, caso um *indígena* quisesse garantir a posse de terrenos que já ocupavam, fora das reservas, e com limite máximo de 400 m², se fossem urbanos, e 2 hectares, se fossem agrícolas, era preciso averiguar se não havia nenhum outro requerente interessado e solicitar o título após

²⁸ Portaria provincial, 2 de maio de 1891, Decreto, 25 de maio de 1891.

²⁹ Reservas de terras para os indígenas também foi uma estratégia utilizada em outras colônias africanas. Na vizinha Rodésia a *Land Apportionment Act de 1931*, criou-se as *native purchase*.

comprovar que ocupava tais terras, e que nelas dispunham de casa e culturas há pelo menos dois anos antes do *Decreto*. Além disso, o título só poderia ser transferido por herança e nunca alienado. Já adquirir um novo título de ocupação era quase uma missão impossível que exigia uma lista de informações aprovada pela secretaria dos negócios indígenas, desde dados pessoais com graduações de parentesco, descrições pormenorizadas do terreno a ser ocupado, até características do “desenvolvimento intelectual e moral” do *indígena*, incluindo religião, usos e costumes e muitos outros elementos. Todavia, esse tortuoso caminho não garantia a posse da terra (Zamparoni, 2007: 84-85).

Segundo Negrão (2005), com o Estado Novo, e sobretudo após a grande depressão econômica de 1929, as culturas obrigatórias em terrenos férteis contribuíram para a transformação da relação com a terra em diferentes regiões de Moçambique. Ao invés de privar o *indígena* da terra, Salazar instituiu que ele ocupasse terras, mas que nelas produzisse culturas como algodão, cereais e mandioca, dos quais, segundo o Plano para o *Desenvolvimento Econômico da província de Moçambique*, feito em 1947, dependia toda a economia na colônia e abastecimento do mercado local. Assim, em 1938, o governo emitiu a primeira legislação para “preservar” as terras de famílias africanas.³⁰

Sobre as culturas obrigatórias, camponeses da localidade de Netia, província de Nampula, relataram a Kurt Habemeier (1981) que receberam ordens para abandonar suas terras e povoações para abrir terrenos para a plantação de algodão. Cada família era responsável por uma faixa de seis hectares de terreno onde deveriam produzir, sob vigilância de cipaios e capatazes, além do algodão, mapira e mandioca. Os que se recusavam a ir para as *picadas*, como eram chamadas as concentrações algodoeiras, eram enviados para as plantações de sisal ou deportados para São Tomé. Quando um trabalhador enfraquecia ou morria de velhice, um filho ou sobrinho deveria substituí-lo na lida, que se iniciava às cinco da manhã e só findava às cinco da tarde. A remuneração do trabalho era feita por produção, através do peso do algodão-carço avaliado por um preço irrisório. As culturas obrigatórias duraram até 1961, mesmo ano em que foi criado o Instituto do algodão, contudo, as *picadas* perduraram até o período de independência. As culturas obrigatórias foram desestruturando o sistema de produção dos agregados familiares e incentivando a fuga para os países vizinhos.

Para obrigar os *indígenas* a trabalhar, produzir e pagar impostos, era necessário, na perspectiva colonial, controlar o movimento das populações cuja dispersão, fuga e mobilidade constante “atrapalhavam” a implementação do sistema administrativo pautado

³⁰ Portaria 3286, 19 de janeiro de 1938.

na exploração da terra e de seus habitantes. Negrão (2005) cita o caso do governador de Quelimane que, em 1913, escrevia ao Departamento de Negócios Indígenas reclamando “é completamente impossível ter mesmo um pequeno pedaço de terra para arrendamento sem incluir uma grande quantidade de palhotas e coqueiros que pertencem aos nativos” (*Apud* Negrão, 2005: 82).

As lamúrias do senhor governador sobre o fato de que a população local ocupava “inadequadamente” seu próprio território se somaram às inúmeras reclamações de fuga das populações para outras regiões, dentro e fora de Moçambique. O deslocamento foi uma estratégia constante para burlar a administração colonial e está presente tanto nos mais variados documentos quanto nas narrativas apresentadas no capítulo V.

Para tentar refrear e controlar os deslocamentos cotidianos dos *indígenas*, uma série de regulamentos impunha condicionantes a seus movimentos: criação de passes *nativos* (1914), exigência de autorização de mudança de residência (1917), proibição de circulação sem os passes *nativos* (1918), obrigação de portar bilhete de identidade e passes com autorização de viagem (1919), transformação de bilhete de identidade *nativo* para caderneta (1926), liberação de circulação aos portadores de caderneta apenas no distrito onde ele foi tributado e obrigação de autorização para transitar por outros lugares, indicando o motivo do traslado e tempo de estadia (1942), introdução de cadernetas para mulheres vivendo em áreas urbanas, cuja autorização de viagem deveria ser feita pelos pais, maridos e autoridades tradicionais (1946), introdução de um cartão de identidade, cedido para aqueles que estavam em transição para a cidadania, último documento do indigenato (1961).

O uso destes dispositivos controlou a mobilidade com o propósito maior de garantir a cobrança de impostos e o cumprimento do trabalho, pois tanto a data do último contrato como a quitação de impostos constavam nos documentos. A cobrança de impostos, como o da palhota, calculada por cada habitação, era paga anualmente a partir de um recenseamento feito a cargo do administrador da circunscrição. Aos olhos da administração portuguesa, a necessidade de adquirir dinheiro para pagar o imposto da palhota, que na altura dos prazos da Zambézia também era pago em produtos - o chamado *mussoco*, estimularia o trabalho *indígena*. Em 1938, foi instituído o imposto per capita, não apenas por habitação, mas a todos os indivíduos entre 18 e 60 anos, inclusive mulheres.

Diante deste quadro, verifica-se que os dispositivos de controle sob deslocamentos manifestam abertamente a relação entre racialização, exploração do trabalho e cobrança de impostos, indicados como pilares da administração colonial. Ao *indígena*, considerado racialmente inferior, cabia trabalhar para pagar impostos e, assim, sustentar os “civilizados”

colonizadores portugueses. Até mesmo a instrução escolar tinha como objetivo separar as pessoas em categorias racializadas pelo estado colonial. Entendendo que os *indígenas* deveriam apenas saber ler, escrever e fazer contas básicas, foi-lhes destinada apenas uma educação rudimentar, até a quarta série elementar.

As relações coloniais verticalizadas e exploratórias foram expressas até mesmo nas bebidas alcoólicas. Capela (2010) pontua que depois de coibir, sob o manto do combate ao alcoolismo, em 1895, a produção e comercialização das bebidas tradicionais, bastante utilizadas tanto em cerimônias como em atividades festivas (como em qualquer parte do mundo), os colonos inseriram no mercado africano o *vinho para preto*. O vinho para preto nada mais era que um vinho de má qualidade que não tinha saída na metrópole e assim era vendido aos *indígenas*.

Obviamente que essa relação verticalizada gerava tensão entre os considerados cidadãos e não cidadãos. O relato vivido pelo antropólogo moçambicano José Luís Cabaço dá mostras nesse sentido. Cabaço nos conta que, por volta da década de 1960, tentando uma aproximação com Rafael Arcanjo, seu empregado doméstico, convidou-o para assistir um jogo no estádio de futebol. Contudo, a iniciativa pouco usual gerou desconfiança em Arcanjo e não surtiu grandes efeitos, sobretudo porque, por escolha do próprio Arcanjo, que, estando acompanhado de um branco, poderia se sentar ao seu lado, optou pela arquibancada destinada aos *indígenas*, enfatizando o fosso de vivência entre ambos. Dias depois, Rafael foi preso voltando da escola fora do horário de circulação permitido aos *indígenas*. Irritado com a situação, Cabaço foi até a delegacia e, depois de alguma discussão, conseguiu que Arcanjo fosse solto. Anos depois do ocorrido, já passada a independência e, ao jantar pela primeira vez com o antigo patrão, Arcanjo confessou que até o momento em que foi preso nunca um branco o referira como *senhor*, expressão usada por Cabaço ao debater com o policial (Cabaço, 2009:138).

Diante deste cenário de evidente exploração, é fundamental pontuar que cercear o movimento e o acesso à terra da população local foi uma estratégia para garantir a força de trabalho, já que, como alertou Oliveira Martins, citado acima (*apud* Zamparoni, 2007: 46), “como os terrenos não têm dono, nem limite; por que iria o preto servir e enriquecer um colono, quando ele em pessoa pode plantar, colher e vender?”. Ou seja, os arautos da colonização estavam cientes que o custo da exploração colonial deveria ser pago através dos braços africanos. Portanto, sem direitos civis e educação de qualidade, com direitos de circulação e acesso à terra limitados, sujeitos à violência colonial como deportação e trabalho forçado em estradas, ferrovias, plantações e minas, os ditos *indígenas* tiveram suas

possibilidades de crescimento drasticamente reduzidos por aqueles que, no plano discursivo, os pretendia civilizar. Contudo, as críticas ao regime salazarista, as pressões internacionais movidas pelo uso cada vez mais frequente de categorias como direitos humanos propagadas no pós-guerra e, sobretudo, o avanço nacionalista incitaram mudanças no sistema colonial português, conforme descrito a seguir.

OS VENTOS DA MUDANÇA

A década de 1950 viu surgir as primeiras independências africanas em Gana (1957) e Guiné Conakri (1958) e, pouco tempo depois, em 1960, 17 países africanos se tornaram nações soberanas. Antes disso, o contexto do fim da segunda guerra mundial, que contou com a participação de muitos soldados africanos e trouxe à tona o perigo das teorias racializantes da Alemanha nazista, suscitou novos conceitos de soberania e autodeterminação dos povos, expressos, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). Além disso, as atrocidades cometidas na guerra colocaram em xeque a suposta superioridade do mundo branco, dando força aos debates nacionalistas africanos. Em 1945, o V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester, exigiu a independência de todas as colônias africanas e, também em Lisboa, o pós-guerra foi animado por debates na Casa dos Estudantes do Império.

Em Moçambique, o questionamento sobre a colonização foi se espalhando em diferentes sentidos, seja no âmbito trabalhista, como as greves dos estivadores negros no porto de Lourenço Marques, em 1961, ou as denúncias de racismo promovidas pelos enfermeiros do Hospital Central, quanto na esfera “étnica”, a exemplo do *Zanzibar Mozambique Makonde and Macua Union* e o *Tanganyika – Mozambique Makonde Union*, ou ainda em torno da igreja presbiteriana, em Moçambique, que criou a Comissão de Auxílio aos Estudantes Moçambicanos (CAEM) (Cabaço, 2009: 285-286).

A literatura e a música também agiram como elementos de contestação colonial em torno do Centro Associativo de Negros da Província de Moçambique (CANPM) e também a Associação Africana (AA), essencialmente formada por mestiços. Nomes como os poetas José Craveirinha, Rui Knofi, Noêmia de Souza, Orlando Mendes, Luis Bernardo Honwana, Rui Nogar escreveram textos sobre a brutalidade colonial e nos fazem compreender os sentidos da dominação portuguesa.

Ao contrário desta tendência emancipatória, ou tentando responder a estes ventos questionadores, em 1951, as colônias portuguesas receberam o estatuto de Províncias

Ultramarinas. A ideia central por trás desta mudança nominal que, na prática, não alterou lá grandes coisas, foi oferecer ao mundo uma imagem de Portugal enquanto uma nação pluricontinental e multirracial, um verdadeiro espaço de integração. Para solidificar cientificamente tal embuste, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre foi convidado por Sarmiento Rodrigues, ministro do Ultramar, a visitar as “antigas colônias” portuguesas a fim de teorizar acerca dos avanços trazidos pela “civilização luso-tropical”³¹. Os resultados da expedição, realizada entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, são compostos por três livros: *Aventura e rotina*, um diário publicado em 1953, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953) e *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958).

A visita de Gilberto Freyre a Portugal e às colônias portuguesas desagradou o movimento anticolonial internacional e foi encarada como instrumento de legitimação do salazarismo e álibi do colonialismo português. Segundo Medina (2000), o angolano nacionalista Mário Pinto de Andrade foi um dos primeiros a criticar o luso-tropicalismo de Freyre através do artigo *Qu'est-ce que le 'lusotropicalismo'?*, publicado em 1955, na *Présence Africaine*, importante veículo dos nacionalistas africanos, sob o pseudônimo de Buanga Fele. Para refutar o alcance da assimilação, Pinto de Andrade valeu-se do censo populacional moçambicano de 1955 ao demonstrar que, numa população total de 5.732.317 habitantes, seriam europeus 18.213 (portugueses: 15.599), chineses 1.613, indianos 12.630, mestiços 12.630, *indígenas* 5.640.363 e somente 4.349 os ditos *assimilados*. Na Guiné-Bissau, os assimilados eram 1.478 em 510.777 habitantes e, em Angola, 30.089 em 4.145.266 de habitantes. Já Amílcar Cabral, no prefácio do livro *Révolution en Afrique. La Libération de la Guinée Portugaise* (Paris, 1969), denunciava que o luso-tropicalismo era como uma máquina de propaganda para escapar das obrigações da ONU e deturpava os povos colonizados em “felizes habitantes de um paraíso lusotropical” (Medina, 2000).

De qualquer forma, “o paraíso luso-tropical” da década de 1950 foi marcado pelo reforço do aparelho repressivo, como a criação de milícias armadas na reorganização das regedorias rurais, e também por críticas ao regime de Salazar (dentro e fora de Portugal), pela revogação do *Estatuto dos Indígenas da Guiné, Angola e Moçambique* (1953), pelo reforço da luta anti-imperialista resultante da conferência de Bandung (1955) e as crescentes manifestações e greves de trabalhadores nas colônias.

Mas foi também neste período que Salazar, animado com a alta do preço das matérias-primas, como algodão, indispensável para a indústria têxtil, buscou dinamizar a

³¹ Já em 1941, Freyre havia publicado a obra *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, advogando em nome de uma área cultural luso-tropical na qual o mestiço seria sua síntese.

economia incrementando novas estratégias de capitalização das colônias. Fruto deste “nacionalismo econômico” foi a integração econômica ao sistema da África Austral, com o crescente transporte de mercadorias entre os países do *hinterland* e também a vinda de colonos da metrópole, como forma de amenizar o fluxo de camponeses arruinados lá existente. Manter o camponês português dentro da jurisdição do Ultramar significava tanto um rendimento nacional quanto efetivos para o serviço militar. Além disso, acreditou-se que a escalada social da condição de camponês, de arruinado para empreendedor colonial, fortaleceria o regime salazarista.

Tais propostas foram organizadas em torno dos planos de fomento. Mas antes mesmo dos planos, alguns investimentos já davam o tom econômico que marcou a década de 1950, considerada “de ouro”, a exemplo da construção dos caminhos de ferro de Tete, cujas obras foram iniciadas em 1938 e, após uma interrupção durante a Segunda Guerra Mundial, chegaram à Moatize em 1949. Enfim, o *Primeiro Plano de Fomento* (1953-1958) adicionou a seu léxico o conceito de desenvolvimento, que seria garantido pelo estabelecimento de colonos brancos, em especial no Vale do Limpopo, criado em 1954, com 10 famílias oriundas de Portugal. Já o *Segundo Plano de Fomento* (1959-1964) desenvolveu ainda mais esta tendência, com novos programas para a fixação de colonos, com o objetivo de explorarem sobretudo as culturas de tabaco e chá. Para a região central de Moçambique, foi criada, em 1957, a *Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze*.³² Os privilégios concedidos aos colonos recém-chegados, como terra e crédito, garantiam a manutenção do privilégio branco e obstruíam a ascensão social dos africanos.

Com o avanço eminente dos nacionalismos, a exemplo do início da luta armada em Angola, a ocupação dos territórios de Goa, Damão e Diu pela união Indiana, e a formação da Frente de Libertação de Moçambique, todos em 1961, obrigaram a administração colonial a proceder uma reestruturação administrativa. Assim, no mesmo ano de 1961, o então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, atento às noções luso-tropicalistas de Gilberto Freyre, aboliu o indigenato que separava os cidadãos dos não cidadãos e promoveu uma reforma da legislação laboral através do novo *Código do Trabalho Rural*, de 1962, que pôe fim ao trabalho forçado. Seguindo a linha reformista, acabou com as escolas rudimentares e

³² Portaria nº 16214, de 16 de Março de 1957. Em 1965, a Missão do Zambeze foi integrada na *Junta Provincial de Povoamento de Moçambique* (Portaria nº 21163, de 13 de Março de 1965). Em 1970, foi criado o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (Decreto-Lei nº 69/70, de 27 de Fevereiro). Em 1971, foi aprovado o Regulamento do Gabinete do Plano do Zambeze (Portaria nº 16/71, de 8 de Janeiro) e, no mesmo ano, o *Grupo de Missões de Investigação Científica do Vale do Zambeze*, em Moçambique, abreviadamente designado por *Grupo de Missões Científicas do Zambeze* (Decreto nº 173/71, de 28 de Abril).

abriu escolas primárias regulares, sobretudo em áreas urbanas, e a primeira universidade de Lourenço Marques (1962) (Cruz e Silva, 1998).

Essas alterações jurídicas buscaram produzir uma fictícia ideia de nova realidade da relação entre colonos e colonizados. E, a fim de incentivar a “integração das culturas”, a administração ultramarina criou as *Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique*, que surtiu maior efeito a partir da promulgação, em fevereiro de 1962, do decreto n.º 44171, tornando livre a entrada e fixação de cidadãos portugueses em qualquer parte do território nacional³³. Já em 1971, um diploma determinou a atribuição de verbas destinadas a fomentar o povoamento ultramarino e desenvolver o intercâmbio cultural (Negrão, 2005).

A suposta nova realidade também exigia novos instrumentos de racionalização do conhecimento sobre as colônias, em especial sobre a condição social dos “novos cidadãos portugueses”, os *ex-indígenas*. Neste caso, a Junta de Investigações do Ultramar deveria prover o aparato científico colonial, agora embasado nas ciências sociais aplicadas e não mais nos paradigmas racialistas da antropologia física de antes, com pesquisas que promovessem “um rearranjo fundiário e habitacional das populações africanas, mais concentradas, mais simétricas, mais próximas do centro do poder local e do mercado”. (Curto e Cruz, 2015: 119). Esse é um ponto fundamental para esta tese, já que é justamente com os “ventos da mudança”, supostamente mais progressistas, que o projeto de reordenamento do espaço residencial passa a sofrer constantes intervenções da administração, como veremos a seguir.

Já o papel ocupado pela figura do régulo não se alterou tanto assim. Embora o recrutamento para o trabalho forçado tenha sido revogado, o trabalho livre continuou por meio do recrutamento. O controle sobre a circulação foi, em um primeiro momento, abrandado, porém, a exigência do documento *indígena* foi substituído pelo bilhete de identidade que deveria ser aprovado pelas autoridades tradicionais. Além disso, as mulheres continuaram dependentes da autorização de um familiar masculino para se movimentar.

Um dos elementos fundamentais que soprou os ventos da mudança foi o avanço dos nacionalistas, os quais, após o massacre da Mueda, em Cabo Delgado, ganharam força e começaram a se organizar para uma luta armada. A resposta portuguesa, além do reforço militar, foi o uso das chamadas ações psicológicas, caracterizadas pelo conjunto de dispositivos que buscou conquistar a confiança da população africana frente aos

³³ As Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique foram criadas em 6 de Setembro de 1961, exatamente no mesmo dia em que foi revogado o Estatuto dos Indígenas e promulgada a Organização das Regedorias.

“subversivos” que pregavam o fim do colonialismo. Um dos primeiros passos nesse sentido foi criar o *Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique* (SCCIM), que proveria inquéritos, relatórios e pesquisas etnológicas, e o *Serviço de Acção Psicossocial* (SAP), que conclamava a população a aderir ao “vantajoso” lado português.

O objetivo maior dos “estudos” promovidos pela SCCIM era encontrar possíveis lideranças nacionalistas e suas redes de contato. Entender a caracterização sociológica, linguística, e o alcance do poder das autoridades tradicionais, foi considerado uma vantagem na guerra contra a FRELIMO. E assim, tais estudos se preocuparam, por exemplo, com as estruturas e genealogias clânicas na tentativa de definir as afinidades dos seus membros e possível adesão aos *subversivos*. A máxima de conhecer para controlar resultou em uma verdadeira obsessão antropológica sobre as populações³⁴. Evidência neste sentido é apresentada por Borges Coelho (1989) ao informar que o governador de Tete, tenente-coronel João Cecílio Gonçalves, em abril de 1966, conclamava a cada um dos administradores a “conhecer as populações que lhes são entregues, e sabendo nós que a maioria das populações vive em estado atrasado, agarrada às suas tradições tribais, o conhecimento dessas regras de vida é indispensável para que nós possamos antecipadamente encontrar a explicação para determinadas atitudes que as populações tomam” (*apud* Coelho, 1989: 117).

A “ameaça” nacionalista foi propositalmente chamada de *guerra subversiva*, motivando uma *contra subversão* ou *contra insurgência* portuguesa, segundo os moldes da guerra fria. Intitulada desta forma, para efeitos políticos, os portugueses não estariam lutando propriamente contra os colonizados, mas sim contra os comunistas espalhados pelo mundo³⁵. Assim, desmoralizar os militantes e guerrilheiros e conquistar “mentes e corações” das populações locais para os aldeamentos portugueses foram os pilares da contra subversão, bem exemplificados nas imagens 2 e 3 produzidas, provavelmente, pelo Gabinete de Informação e Formação Pública (GIFOP), criado em 1966, e responsável pela propaganda, contrapropaganda e informação. Um dos casos mais conhecidos de ação psicológica em operações militares foi Operação Nó Górdio (1970), realizada no planalto Maconde, e liderada pelo general Kaulza de Arriaga, que contou com difusão sonora e lançamento de panfletos.

³⁴ Para melhor “estudar” a população, em 1963, também foi criado o *Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário*, que deveria funcionar em conjunto com o *Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina*, na *Junta de Investigações do Ultramar* (Portaria nº 19766, de 18 de Março de 1963).

³⁵ O II Congresso da FRELIMO, realizado em 1968, marcou seu direcionamento marxista. Já no III Congresso, em 1977, a Frente se transformou em um partido.

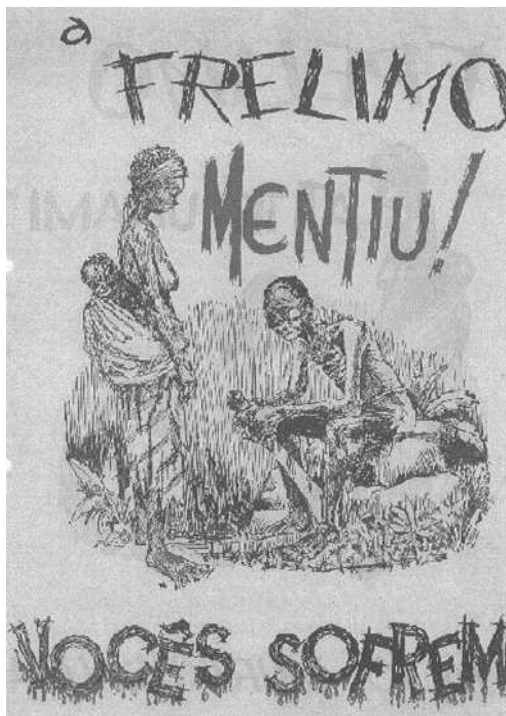


Imagem 2: Propaganda colonial em Moçambique
 Fonte: <https://desenvolturasedesacatos.blogspot.com.br/2014/03/historia-da-guerra-colonial-6-parte.html>



Imagem 3: Propaganda colonial em Guiné-Bissau
 Fonte: Blog Luis Graça e Camaradas da Guiné³⁶

Segundo a documentação do próprio *Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique* (SCCIM) pesquisada no arquivo da Torre do Tombo, nota-se que a *ação psicossocial* também contava com sessões culturais, cinema, cursos diversos de higiene, recreação, emissão radiofônica em línguas locais, como *Changana*, *Macua*, *Nyanja* e outras difundidas em programas como a *Voz de Moçambique*, voltada principalmente aos “antigos indígenas”. Apesar disso, os planos de “conquista da população” muito raramente ultrapassaram o plano teórico, uma vez que os recursos e os quadros eram diminutos frente às expectativas geradas.

Um dos componentes da guerra psicológica de grande importância no contexto da guerra de libertação foi a política de ordenamento de populações em aldeamentos. Seguindo

³⁶ Diversos são os blogs de ex-combatentes do exército colonial que, sob o intuito de reunir outros combatentes e trocar informações, disponibilizam imagens, textos e dados do período da guerra. Alguns desses blogs são mais incisivos e se apresentam como heróis esquecidos e outros se resumem a juntar imagens, por vezes nostálgicas, dos combates e da vivência que tiveram na África.

o modelo empregado na guerra do Vietnã, os aldeamentos buscavam dificultar o contato das populações com os guerrilheiros e, para tanto, ofereciam uma propaganda de melhores condições de vida e vantagens materiais ali supostamente existentes, como sugere a imagem 3. Sob a justificativa de “proteger” a população e incentivar o desenvolvimento através da centralização de serviços, como educação e saúde, acesso à água, cantinas, estradas para escoar produtos agrícolas e outros, milhares de famílias foram forçadamente deslocadas nas colônias portuguesas. Neste cenário, os aldeamentos agiriam tanto como estratégia de guerra, ao concentrar e controlar um significativo número de pessoas, mas também serviriam para mostrar ao mundo os “benefícios” do colonialismo, entre os dispersos povos africanos. Portanto, uma série de cursos, como noções de higiene, construção de habitações “adequadas”, atividades recreativas e elementos que dialogassem com a noção de desenvolvimento comunitário foram elaborados para estes novos espaços a serem analisados no capítulo IV.

As regiões centro e norte, com suas inúmeras fronteiras, foram os principais alvos da formação dos aldeamentos, já que os mesmos poderiam servir (como serviram) de base para os grupos nacionalistas. Assim, entre 1964 e 1968, os aldeamentos concentraram-se, sobretudo, nos então distritos de Cabo Delgado e Niassa, criando uma espécie de cinturão ao sul da fronteira com a Tanzânia. Entre 1968-1971, com a Frente de Tete, aberta em 8 de março de 1968, a militarização da região se tornou evidente e o número de aldeamentos cresceu na mesma proporção. Calcula-se que no mínimo 50% da população de Tete tenha sido deslocada para 250 aldeamentos (Coelho, 1993).

O projeto dos aldeamentos assumiu a característica de um campo de refugiado retilíneo e pautado em uma lógica militar de guerra que resultou em sérios problemas de acesso aos recursos naturais, surtos de doenças, fome e desestruturação social. Em 1974, já no fim da guerra e da própria dominação colonial portuguesa, somaram-se 953 aldeamentos em todo país, que, juntos, contabilizaram 969.396 moçambicanos, ou seja, cerca de 68% da população total. Em suma, os aldeamentos em Moçambique foram “verdadeiros espaços concentracionários de produção de violência” (Coelho, 2003: 179).

De toda forma, apesar de serem forçadamente deslocados, a população abandonou, boicotou ou simplesmente fugiu de muitos aldeamentos. E a própria FRELIMO, fazendo concorrência com a ação psicológica colonial, utilizou a vigilância e a repressão destes espaços para desmistificar as intenções portuguesas e chamar a população para seu lado, como mostra a “contrapropaganda” abaixo que, ao caracterizar a “zona do inimigo”, explica:

Esta é a vida real nos aldeamentos. Não é verdade o que dizem os portugueses. Os aldeamentos são lugares onde os colonialistas portugueses continuam a exercer a opressão e a exploração sobre o nosso povo, o trabalho forçado, a palmatória, o chicote. O povo não pode viver sossegado debaixo dos colonialistas portugueses. Esse governo português não está para o bem do povo moçambicano na nossa terra. É por isso que FRELIMO luta para aniquilá-lo para que o nosso povo seja independente e viva livre. (Propaganda da FRELIMO, 1972)³⁷

GUERRA DE LIBERTAÇÃO, CAMINHOS DE FUGA E LUTA

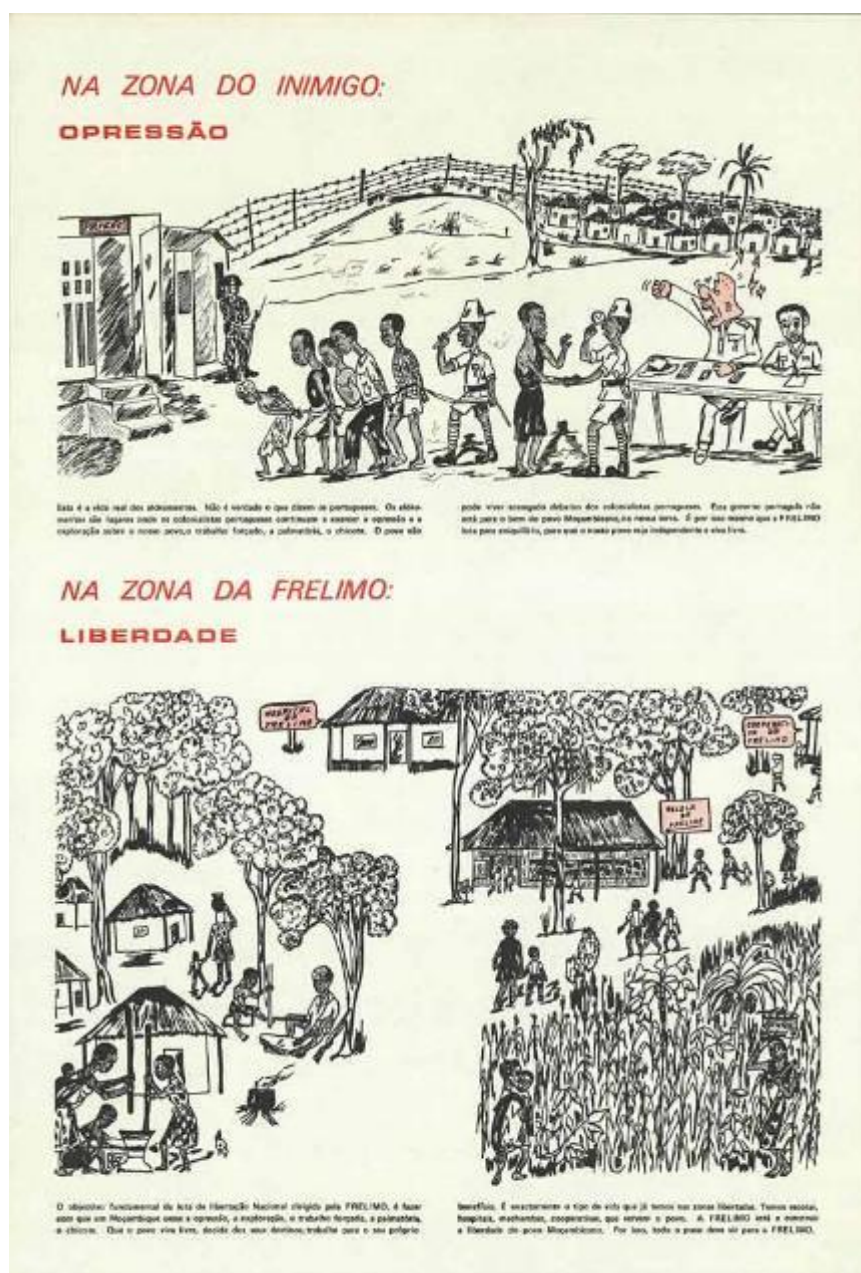


Imagem 4: Propaganda da FRELIMO, 1972.

Fonte: <https://socialhistory.org/en/collections/posters-mozambique>

³⁷ Disponível em: <https://socialhistory.org/en/collections/posters-mozambique>.

Representada a partir de uma noção orgânica composta por casas relativamente dispersas, plantações, árvores, pessoas em suas atividades cotidianas e alguma infraestrutura, as zonas libertadas da FRELIMO seriam um contraponto aos aldeamentos coloniais, ilustrados por um ambiente hostil, cercado por arame farpado, casas lineares, pouca vegetação, pessoas aprisionadas e um homem branco vociferando. Portanto, segundo a legenda da propaganda, “na zona da FRELIMO”:

O objetivo fundamental da luta de libertação Nacional dirigida pela FRELIMO, a fazer com que em Moçambique cesse a opressão, a exploração, o trabalho forçado, a palmatória, o chicote. Que o povo viva livre, decida os seus destinos, trabalhe para seu próprio benefício. É exatamente o tipo de vida que já temos nas zonas libertadas. Temos escolas, hospitais, machambas, cooperativas, que servem para o povo. A FRELIMO está a construir a liberdade do povo Moçambicano. Por isso todo povo deve vir para a FRELIMO.

As zonas libertadas, localizadas sobretudo no norte de Moçambique, eram territórios onde a administração colonial tinha sido expulsa e a FRELIMO passou a comandar após alguns anos do início da guerra de libertação, em setembro de 1964.³⁸ A medida em que a guerra avançava, as zonas iam sendo erguidas, sobretudo nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete, principais frentes da guerrilha. Nestes espaços, os habitantes foram organizados a partir da produção agrícola coletiva, convívio social regulado pelos Comitês Disciplinares e aulas de reeducação política “para fornecer às pessoas os princípios que talvez não tenham obtido em casa, para dar a conhecer os princípios da revolução” (José Moiane, 1984).

Contudo, a experiência das zonas libertadas também mostrou as disputas de poder ali estabelecidas e que seriam replicadas a nível da constituição da nação. De um lado, os chefes tradicionais e membros de linhagens prestigiadas questionaram certas concepções da Frente, como organização do trabalho, estratégia militar, participação das mulheres na luta, e entenderam tais ações como deslegitimação de seus poderes tradicionalmente constituídos. Já para os quadros da Frente, o poder tradicional era acusado de retrógrado, reticente ao progresso e pouco afeito à noção de unidade. Tal situação agudizou as tensões internas da FRELIMO. Casal (1996) aponta que em 1966, o Comitê Central apontou a contradição de uma vertente supostamente “regionalista” e “tribalista”, liderada por Lázaro

³⁸ “O ataque ao Posto Administrativo de Chai na Província de Cabo Delgado por um grupo de guerrilheiros liderados por Alberto Joaquim Chipande, foi tomado como o acto simbólico que marcou o início da Luta Armada de Libertação Nacional em Moçambique.” <http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Destaques/O-I-Congresso-da-FRELIMO-e-o-inicio-da-Luta-de-Libertacao-Nacional>.

Nkavandame, e outra mais “unitária” e politizada. Para neutralizar a primeira vertente, o grupo de Nkavandame foi considerado reacionário e expulso pelo Comitê. E, para fortificar a segunda vertente e atenuar quaisquer diferenças internas, foi criado o Comitê Político-Militar para questões que envolvessem os “civis” através do Departamento de Organização do Interior (DOI) e “militares” por meio do Departamento de Defesa (DD). A reunião do Comitê Central também reestruturou militarmente o movimento através da criação do Conselho Nacional de Comando e do aparelho superior do exército em 12 seções: operação, recrutamento, treino e formação de quadros, logísticas (abastecimento), reconhecimento, transmissão e comunicações, informação e publicação militares, administração, finanças, saúde, comissariado político, pessoal e segurança militar. Diante desta reorganização, foi possível preparar outras frentes de guerrilha, como a Frente de Tete (Coelho, 1989).

Após o II Congresso de 1968 e, sobretudo, com a morte do presidente da Frente Eduardo Mondlane (1969), o grupo liderado por Samora Machel impôs novos princípios ideológicos nas zonas libertadas, como a obrigatoriedade da produção e divisão coletiva em *machambas* familiares. Neste modelo de socialismo de guerra, o trabalho e a produção foram definidos como um ato político militar e esta experiência influenciou o programa político e social do pós-independência apresentado logo após falarmos um pouco da guerra de libertação em Tete, que deslocou milhares de pessoas, ampliando a noção das dinâmicas de deslocamento na região.

A GUERRA EM TETE

Fazendo uso de emboscadas e sabotagem com minas terrestres e, sobretudo, contando com a ajuda da população local, a guerra foi ganhando terreno em Cabo Delgado e Niassa, e Tete se apresentou como estratégica frente de batalha devido a sua geografia peculiar, formada por uma espécie de península envolta por três países fronteiriços, sendo dois deles - Malaui e Zâmbia - já independentes. Além disso, o rio Chire, que liga o Malaui a então circunscrição de Mutarara ao desaguar no Zambeze, representava um corredor natural em direção ao centro do país, Manica e Sofala. Por Mutarara também passava a linha de ferro Beira-Moatize, importante caminho para a concretização da Barragem Cahora Bassa, alvo nacionalista e símbolo maior do colonialismo tardio.

Segundo Lopes (2011), a Barragem era forma de Marcello Caetano, último chefe de governo do Estado Novo (1968 a 1974), mostrar à comunidade internacional os

investimentos feitos em prol do “progresso africano”, além de possibilitar alianças com os países vizinhos e garantir o apoio ao combate dos insurgentes. Não por acaso, em 1969, foram assinados os contratos para execução do empreendimento entre o governo português, o governo sul-africano e os representantes da Sout Africa Electricity Supply Commision (ESKOM) e Zambeze Consórcio Hidrelétrico (SRFOCB). Para proteger tal área, foi implementado, em 1971, a Zona Operacional de Tete (ZOT) unificada ao Comando Distrital e, logo depois, elevou-se ao Coordenador de Defesa Interna e Imediata Cahora Bassa (CODCB). O empreendimento também funcionaria como uma barreira de penetração da guerrilha e implicava na internacionalização da guerra com o apoio da África do Sul, maior beneficiária da energia ali gerada (Coelho, 1989: 50).

Em seu livro sobre a Frente de Tete, João Paulo Borges Coelho (1989) descreve o passo a passo da Frente e servirá como principal apoio para esta sessão. Na obra, Coelho demonstra que explorar a fragilidade das fronteiras e propagandar o ideal nacionalista entre os moçambicanos que viviam nos territórios vizinhos foi uma das estratégias de guerra utilizadas pela FRELIMO. As fronteiras eram difíceis de controlar, pois faziam (e fazem) parte da própria configuração social de Tete, antes mesmo do contexto dos prazos, apresentados no capítulo anterior.

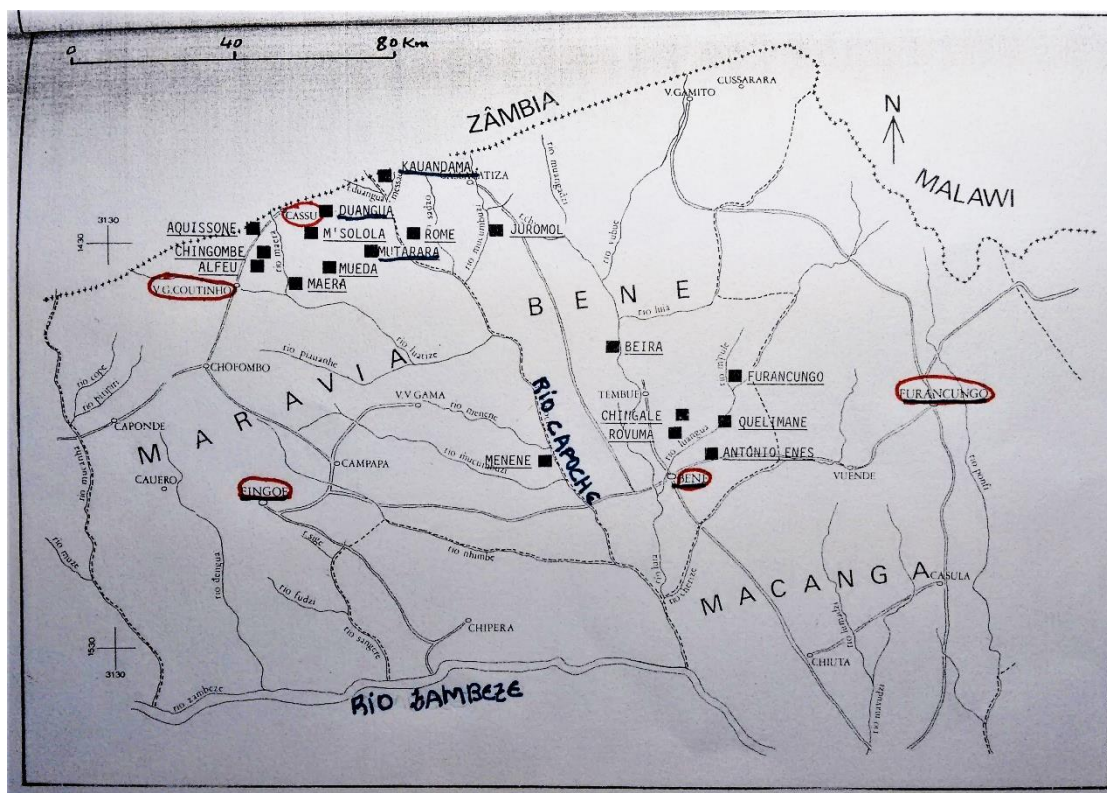
Embora houvesse a *Guarda Fronteira*, a forma abstrata como eram encaradas as fronteiras coloniais em Tete possibilitou uma dinâmica singular na região. O espaço fronteiriço também foi palco de outras frentes de contestação do colonialismo, como o Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO), criado em 1965, na Zâmbia, e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), formada no Malaui em 1961 por Evaristo Gadaga e o enfermeiro Baltazar Chagonga, ambos de Moatize. Enquanto a UNAMI pregava a independência negociada com Portugal, a COREMO ficou conhecida por ataques espetaculares por guerrilheiros que, em grande parte, a partir de 1968, aderiram a FRELIMO.³⁹ Indicativo dos conflitos regionais presentes desde a luta de libertação foi a proposta de Amos Sumane, vice-presidente da COREMO, ao criar a União Nacional Africana da Rumbézia (UNAR), em 1968, que defendia a independência de territórios localizados entre o rio Rovuma, ao norte, e o Zambeze, ao centro, excluindo, portanto, o sul de Moçambique.

³⁹ Entre os dias 23 a 28 de Setembro de 1962, foi realizado o I Congresso da FRELIMO, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, que decidiu pela luta armada. Em 1963, foram enviados os primeiros grupos para treinos militares na Argélia e depois China, Egito, Israel bem como para a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). <http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Destaques/O-I-Congresso-da-FRELIMO-e-o-inicio-da-Luta-de-Libertacao-Nacional>.

De qualquer modo, o Malauí, apesar de contar com militantes da FRELIMO desde 1964, os chamados *Branches* - subdelegações centradas na capital Blantyre -, apresentava alguns constrangimentos, como a posição ambígua do presidente Hastings Banda que, dependente da saída para o mar oferecida por Portugal, não quis se indispor com o vizinho colono. Na segunda metade de 1964, os *branches*, com muita dificuldade, recrutaram em Mutarara e Moatize mas, diante do quadro vivenciado, a partir de 1966, os esforços se concentraram na Zâmbia enquanto base para a luta. Apesar da regulamentação das atividades independentistas na Zâmbia, como a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), além da COREMO, a FRELIMO estabeleceu sua retaguarda e preparou a Frente de Tete durante o ano de 1967, sobretudo na região do grande planalto da Marávia, Macanga e, logo depois, na Circunscrição de Bene.

Porém, os portugueses demoraram a perceber que a guerra era movediça. Não se tratava apenas de encontrar e aniquilar uma base militar, pois esta podia reaparecer tempos depois com ajuda da população.⁴⁰ Além disso, o discurso da FRELIMO não era de “libertar o povo”, mas sim de “libertar com o povo”, facilitando recrutamentos, apoio alimentício e adesão de populações para suas fileiras. Em setembro de 1967, com o início da estação das chuvas e a constituição de várias bases da FRELIMO (mapa 6), um processo generalizado de abandono das aldeias ocorreu na região de Bene. Segundo memorando de 1965 da administração do concelho de Moatize, fica claro que os administradores recebiam a incumbência de controlar a população, mas alguns deles argumentavam que a população estava sempre, por diversos motivos, a se mudar de lugar e caberia entender quais as motivações para tais mudanças (Coelho, 1989: 128).

⁴⁰ A primeira base estabelecida em Tete foi a Kauandama, provavelmente em fins de 1967, depois a base central Mutara, que distribuía os guerrilheiros e armamentos vindos de Kauandama. A base Mueda tinha como função a instrução principal. A base de Dzembe parece ter sido uma base de instrução de populações, com uma escola com inúmeros alunos. Partindo das bases espalhadas entre as vilas de Fingoe, Bene e Furancungu (em vermelho no mapa), agiam os recrutadores.



Mapa 6: Bases principais da FRELIMO durante a ofensiva do primeiro semestre de 1968 (maio-agosto).
Fonte: Coelho (1989:81).

Finalmente, em 8 de março de 1968, a Frente de Tete fez sua primeira ação armada, um ataque ao aquartelamento militar da vila Gago Coutinho e uma emboscada na serra Chimato, no norte da Marávia. As estradas até Cassuende foram minadas e outros ataques se sucederam até setembro de 1968, momento em que o exército português lançou mão de uma contraofensiva com o uso de helicópteros que facilitaram a chegada das tropas em terrenos difíceis. Tal situação provocou o abandono das populações das regiões envolvidas e incentivou a criação dos primeiros aldeamentos na região de Bene-Vuende.

A estratégia do exército colonial via ar foi interrompida na temporada de chuvas, propiciando a retomada das ações da FRELIMO. Com isso, em fins de 1968 e durante o primeiro semestre de 1969, importantes bases como Moatize e Furancungo foram formadas no eixo Bene-Vuende-Furancungo e a ligação entre Tsangano e Vila Coutinho, na Angónia, foi estabelecida. Algumas zonas, como o Vunde e a região em torno da vila Gago Coutinho, Vasco da Gama e Fingoé, saíram do controle colonial e a reação foi aldear as populações, como demonstra o mapa 7, o que não evitou a situação de guerra generalizada em praticamente todo território de Tete.

bebendo *pombe* e usufruindo de pequenos privilégios que sua condição social impunha aos aldeados. Essa africanização da guerra, composta pelos citados GE, GEP, Flechas, mas também por cipaiois, milícias, comando, guardas fronteira, soldados do exército, batedores de brigada de caça e polícias, “introduziu elementos de guerra civil no tecido social que o novo regime moçambicano independente foi incapaz de combater, imbuído que estava mais numa lógica de “pureza” que de reconciliação” (Coelho, 2012: 314).

De qualquer modo, em 25 de abril de 1974, a revolução dos cravos em Portugal pôs fim ao regime salazarista e o domínio colonial estava com os dias contados. Mas, antes disso, Nascimento e Thomaz (2012) lembram que um grupo de colonialistas, no dia 7 de setembro, tomou de assalto a rádio clube chamando a população branca para apoiar seu golpe, o que não surtiu maiores efeitos, a não ser o aumento do êxodo para a África do Sul. A situação se manteve instável até que, em 21 de outubro de 1974, eclodiu um grande distúrbio após um comando do exército português ter matado um garoto negro na região da baixa. O resultado foi a morte de centenas de brancos, que, pela primeira vez, ultrapassou a cifra dos negros mortos. Nos meses seguintes, cerca de 200.000 brancos deixaram Moçambique.

A guerra colonial durou 10 anos e deslocou milhares de pessoas em Moçambique. Somente nos aldeamentos, cerca de 1 milhão de pessoas foram forçadamente obrigadas a deixar seu território e, entre elas, muitas fugiram, negaram ou boicotaram estes espaços reprodutores da violência colonial. A construção da Barragem Cahora Bassa em pleno conflito expulsou milhares de camponeses e criou um verdadeiro aparato de segurança para impedir que ações nacionalistas destruíssem o projeto de progresso colonial. O contexto da guerra também controlou a movimentação entre fronteiras bastante frequente na região de Tete, seja por relações familiares e socioculturais lá estabelecidas ou por experiências laborais. A própria Frente de Tete, em 1968, acirrou os conflitos, as mortes e os deslocamentos na região. Também nas zonas libertadas, a população viu seu modo de vida alterado para um socialismo de guerra, no qual o trabalho coletivo nas machambas, a hierarquia política e a rigidez da organização se mostraram como um embrião da sociedade que estava por se construir, apresentada na seção seguinte.

INDEPENDÊNCIA DE IR E VIR?

A independência trouxe a esperança da libertação do jugo colonial e também muitos desafios para a recente nação. Antes de partirem, muitos colonizadores realizaram

operações ilegais, como desvio de caminhões e tratores para os países vizinhos, dizimação de gado, além da sabotagem de fábricas. A rede de comercialização dos produtos rurais, controlada pelos *cantineiros*, foi severamente afetada. A fuga em massa daqueles que controlavam o aparelho estatal resultou na debandada da quase totalidade dos quadros. Para se ter uma ideia, entre 1975-1978, o número de professores universitários, em todo país, não chegava a uma dezena (Fernandes, 2013:13).

No contexto da África Austral, de um lado, o sistema do apartheid continuava vigorando na África do Sul e, do outro, a disputa da guerra fria se fazia sentir na adesão das recentes nações africanas aos blocos do Leste ou do Oeste. Frente a este embate, Moçambique optou pelo bloco socialista, direção já empregada desde o II Congresso da FRELIMO, pois entendeu que a independência exigia uma transformação da sociedade moçambicana marcada pela exploração do capitalismo colonial.

Contribuíram para as transformações empregadas pelo governo independentista a experiência vivida com os camponeses nas zonas libertadas e o contato com ideais e revoluções socialistas a partir da distribuição de obras como as de Mao Tse Tung e mesmo na vivência política de alguns quadros em espaços, como a Casa dos Estudantes em Lisboa. Além disso, ao contrário da maior parte dos países da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), os países do Leste contribuíram com armamento para a guerra de libertação. De qualquer modo, no pós-independência, o meio rural foi eleito enquanto *locus* ideal para a transformação dos “vícios” deixados pelo colonialismo. O exemplo das *Ujamaa Villages* que pregavam o retorno à sociedade tradicional comunitária africana, proposta feita pelo presidente da Tanzânia por Julius Nyerere, e a ideia de camponeses enquanto força revolucionária, noção primeira do comunismo de Mao Tse Tung, corroborou para esta perspectiva.

É importante situar que a concepção da terra como pertencente ao povo e o Estado no papel de gestor, proposta inicial de Samora Machel, segundo Negrão (2001), foi substituída pela concepção de que a terra pertenceria ao Estado e este seria encarregado de disponibilizá-la ao camponês, visão corrente até hoje⁴¹. Essa mudança teria ocorrido precisamente no III Congresso da FRELIMO, em 1977, que transformou a Frente em partido, marcando o direcionamento marxista-leninista da FRELIMO e significou “o controle do mercado pelo Estado e o fim do debate aberto sobre as alternativas econômicas para o futuro do País” (Negrão, 2001: 5).

⁴¹ Negrão pontua que Samora Machel e Aquino de Bragança ansiavam por um “marxismo não congelado” mais condizente com as realidades locais (Negrão, 2001:6).

Diante deste quadro, a FRELIMO, já como partido e posição ideológica pró-soviética, traçava sua linha diretiva, na qual o setor agrícola deveria suportar a produção necessária para promover o sonhado desenvolvimento. Para tanto, três pilares sustentariam a socialização do campo: a primazia do setor estatal (incluindo as fazendas estatais), as cooperativas agrícolas e as aldeias comunais. Ou seja, a agricultura organizada em cooperativas em detrimento da histórica produção familiar seria a base, a indústria, o fator dinamizador, e a aldeia comunal, a unidade de produção (FRELIMO, 1977).

Para pôr em prática a socialização do campo e garantir a centralização do poder frente aos poderes linhageiros tradicionais, outra preocupação da FRELIMO foi trabalhar em torno da unidade da nação, entre o distante norte e seus grupos islamizados, como os numerosos *Macua*, o centro configurado pelo complexo zambeziano, fruto da experiência histórica dos prazos e sua aristocracia mestiça, e o sul, lembrado pelo despótico Reino de Gaza, pela forte presença portuguesa e também pelo grupo *Changana* cujos integrantes são, ainda hoje, representativos na FRELIMO. E, para estabelecer a unidade, centralizar o poder do partido e desenvolver o meio rural, delineou-se a concepção do *Homem Novo* moçambicano, que deveria substituir as velhas categorizações do período colonial assim como o poder da estrutura tradicional (Maloa, 2014).

Segundo Cabaço (2009), que esteve no campo de treinamento de Nashingwea, na Tanzânia, a ideia do Homem Novo teria sido ali gestada em um contexto de produção e participação coletiva, educação política e disciplina militar. Em Nashingwea, os próprios guerrilheiros construíram casas, salas de aula, armazéns, casernas, abrigos, trincheiras e um pequeno hospital, além de plantarem, criarem animais, inventaram formas de reter água e cultivar peixes e “cada novo grupo aprendia isso e realizava uma nova obra. A todos eram explicados o sentido político desse esforço adicional e os princípios ideológicos que neles se materializavam” (Cabaço, 2009: 307). Segundo o próprio Samora Machel, os guerrilheiros entravam em Nashingwea como Macondes, Macuas, Manicas, Changanas, Ajauas, Rongas, Senas e saíam como saíam os moçambicanos. “Entramos como negros, brancos, mistos, indianos; saímos moçambicanos” (Machel, *apud* Cabaço).

E foi essa a concepção pedagógica, iluminada por uma consciência política de que os novos moçambicanos deixariam de lado suas lealdades regionais, étnicas e religiosas e agiriam contra o “racismo, imperialismo, tribalismo, feudalismo” e também contra os vícios do colonialismo, palavras de ordem na altura. No que tange ao aspecto moral, vale lembrar a *Operação Limpeza*, posta em prática no período entre o acordo de Lusaka, no dia 7 de setembro de 1974 até a Independência em 25 de junho de 1975, e que resultou no

fechamento de bares, cabarés e envio para os campos de reeducação “agitadores e marginais”, a exemplo das prostitutas da Rua Araújo. Alguns anos depois, a partir de 1983, em uma situação de guerra e fome, a *Operação Produção* mandou para a reeducação e para as *machambas* estatais os “improdutivos” e os “contrarrevolucionários”, complexificando as dinâmicas de deslocamento em Moçambique. (Thomaz, 2008)

Sobre esses deslocamentos forçados, feridas não cicatrizadas na história de Moçambique, o Jornal Notícias de 12 de agosto de 1983, pesquisado na plataforma Mozambique History, contava, em uma pequena nota, o caso de Fernando Jeremias Chaúque, solteiro, de 27 anos, biscateiro e sem residência fixa. Segundo a 2ª Seção do Tribunal Popular da Província e Maputo “Fernando Jeremias foi acusado de ter sido surpreendido em flagrante delito, nas escadas de um edifício cerca de 23h50 horas a dormir”. Pelo “flagrante”, Chaúque recebeu uma pena de 6 meses a três anos em um campo de reeducação⁴². Dois meses depois, o mesmo jornal informou a proposta de OMM Distrital em prol da emancipação da mulher moçambicana, que consistia na construção de um centro de Reeducação em Moma, Nanpula, “para acomodação das mulheres prostitutas que proliferam naquela zona”.⁴³

Para os campos de reeducação, foram enviadas pessoas como o velho Tomás, um camponês que participou da guerra de libertação mas insistiu no ensino das línguas locais; Donça, que bebeu, sem permissão de seu general, um gole de *Johnnie Walker* da casa abandonada de um português; Armando, um dissidente do exército assumidamente homossexual e Gil, enviado ao norte profundo por trocar proteção por serviços de prostitutas do seu bairro Mafalala. Todos são personagens da obra *Memórias Silenciadas*, de Ungulani Ba Ka Khosa, mas delineiam “a edificação de uma nova moral em catecismos inventados na hora” (Ba Ka Khosa, 2013: 65) e ilustram a crítica feita sobre o período socialista no afã de transformar o moçambicano em um *Homem novo*.

No que se refere à organização administrativa pós-independente, os distritos coloniais passaram a designar-se províncias, os concelhos e circunscrições se tornaram distritos e os postos passaram a designar-se localidades. O formato socialista do Estado foi simbolizado pelas organizações de massa, como a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), além dos Grupos

⁴² Seis meses a três anos para um vadio. *Notícias* [Maputo], 12 August 1982. http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19820812_vadio_condenado_a_reeducacao.pdf. Acessado em 25/06/2016.

⁴³ Centro de Reeducação para prostitutas no Distrito de Moma, propõe Conferência Distrital da OMM. *Notícias* [Maputo], 21 September 1983. http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19830921_prostitutas_de_moma.pdf.

Dinamizadores (GDs), que deveriam substituir as autoridades tradicionais, Grupos de Vigilância Popular (GVP) e milícias populares que ajudavam no controle.⁴⁴ Os GDs eram um dispositivo de controle social cujos membros deveriam mobilizar a população, organizar o trabalho voluntário e as comissões de quarteirão, promover a alfabetização, combater a sabotagem e o mercado paralelo, a indisciplina, a poligamia, a prostituição, a preguiça, o alcoolismo, entre outros.

Para Olívia Faite (2001), em Moatize, o apoio prestado por muitas autoridades tradicionais na luta de libertação teria possibilitado uma melhor integração na nova ordem nacional. Segundo seu entrevistado Pedro Pinto Bucu, filho de Bucu Khoca, ajudante do antigo Fumo Jequenesse os régulos Razo, assim como os régulos Chacala, Chaleca Sipanela e Mantega, apoiavam a FRELIMO e, portanto, parte da estrutura dos GDs (secretário, assistente, chefes de assuntos sociais, cultura, relações sociais, informação e propaganda) era descendente das linhagens desses antigos chefes tradicionais (Faite, 2001:35).⁴⁵ Diversos foram os filhos de autoridades de Moatize que atuaram quer na estrutura dos GDs quer na administração territorial, a exemplo de secretário do bairro Chithatha Bernardino Pangia Malua, filho do *Mpfumo* Coelho Malua. Isso demonstra que, embora quisesse banir as autoridades tradicionais, a FRELIMO acabou, em certos contextos como o de Moatize, a integrá-las ao seu próprio sistema.

Para otimizar a economia, a FRELIMO apostou na estatização das antigas fazendas coloniais e na cooperativização da produção agrícola. Segundo Valá (2009), a maior fazenda estatal intitulada Complexo Agro-industrial do Limpopo (CAIL), na região do Chókwè, concentrou 87% das terras na mão do Estado, liberando apenas 12% para as cooperativas agrícolas e 1% para o setor privado. Essa manobra teria frustrado a expectativa dos camponeses ao acreditar que suas antigas terras de regadio, transformadas pelos portugueses no Colonato do Limpopo, voltariam para suas mãos.

Finalmente, o local de excelência onde se processaria a transformação política, social e produtiva foram as aldeias comunais. As aldeias comunais em Moçambique, cujos projetos serão melhor detalhados no capítulo IV, foram uma estratégia de socialização do campo através do reordenamento rural. Tal iniciativa foi discutida pela primeira vez em 29 de maio de 1975 durante o 1º Seminário Nacional da Agricultura em Marrupa, Niassa. Inspirada na experiência das zonas libertadas, a transformação do habitat foi considerada essencial para

⁴⁴ Os GDs eram compostos com 8 a 10 pessoas escolhidas em reuniões públicas nas cidades e no campo. Significavam a presença da FRELIMO na base social. Com o tempo, os GDs foram sendo substituídos por células, comitês ou conselhos de produção.

⁴⁵ Também os trabalhadores da Carbomoc eram familiares dos chefes tradicionais e, com o fim da empresa em 1993, se tornaram chefes de quarteirão ou ajudantes dos secretários dos bairros (Faite, 2001:50).

a produção coletiva através de cooperativas e a aglomeração de pessoas foi um meio para se alcançar tal enquadramento. Além disso, as contradições existentes entre a cidade “reprodutora de vícios” e o campo, espaço maior da exploração colonial, poderiam ser ultrapassadas com as aldeias comunais em uma verdadeira “transformação da cidade no campo”, expressão utilizada em diversos documentos oficiais da FRELIMO até meados da década de 1980. Contudo, para se concretizar a reestruturação da população rural, tanto a dispersão das populações quanto a agricultura familiar foram identificadas como um entrave às transformações desejadas.

Embora fossem consideradas a coluna vertebral do Estado, as Aldeias Comunais não foram criadas exclusivamente para gerar a nova nação. Na realidade, elas provinham de quatro principais situações: 1) Aldeias criadas em detrimento de crises ambientais; 2) Aldeias de regressados da guerra colonial; 3) Aldeias coloniais transformadas em comunais e, finalmente, 4) Aldeias construídas segundo o projeto comunal. Em Tete, diferente do norte do país, até 1977, só havia 3 aldeias comunais: M'condezi, em Moatize, formada por uma comunidade de leprosos; Capirizange ou OUA, também em Moatize, ambas ex-aldeamentos portugueses, e Cadzindira, em Mágoe. Além disso, os critérios que serviram de base para a definição de uma aldeia comunal variaram. No início da década de 1980, 1.350 aldeias comunais tinham sido estabelecidas, acomodando de 18 por cento da população rural, mais de 1,8 milhões de pessoas. Já em Tete, calcula-se que 10% da população tenha vivido em aldeias comunais (Coelho, 1993).

Cancune, abordada na próxima seção, foi uma delas. No entanto, uma parte significativa de pessoas permaneceu nos antigos aldeamentos coloniais. Em Mutarara, todas as aldeias comunais sofreram resistência, o trauma causado pelos aldeamentos e a ideia de perderem as planícies férteis e irrigadas das margens dos rios Zambeze, Chire e Ziu-Ziu fizeram com que as pessoas negassem, fugissem para a antiga terra ou novamente para o Malaui. Mesmo as cooperativas de produção de camponeses não foram bem aceitas em Tete, uma província de agricultura familiar sem muita experiência com a tradição de agricultura praticada pelos colonos. Tampouco o setor estatal tinha sido implantado de forma significativa na região (Coelho, 1993).

Ao contrário do que se planejou, a aglomeração de pessoas implicou no aumento da escassez de terra por causa de problemas de localização de aldeia, mais candidatos para as terras disponíveis, da desorganização das relações de produção familiar, de maiores distâncias entre a aldeia e as terras, problemas muito semelhantes aos atuais reassentamentos resultantes dos megaprojetos. Peter Fry (2001) traçou um paralelo entre

as aldeias comunais e os aldeamentos coloniais, altura em que a população rural deveria, mais uma vez, “deixar seus lares para morar em “vilas comunitárias” e trabalhar nas antigas fazendas coloniais agora nas mãos do Estado” (Fry, 2001: 65).

De todo modo, não é possível falar do processo de edificação das aldeias comunais sem ter em vista o contexto dramático da “guerra dos 16 anos”, “guerra civil” ou ainda “guerra de desestabilização” entre a RENAMO e a FRELIMO. Desconsiderar o drama da guerra e os milhões de deslocados, refugiados e mortos e concentrar a análise na “fábrica de erros da FRELIMO” do período socialista é uma aposta redutora (embora atraente para muitos), que parece se beneficiar de uma distância cômoda frente à penúria da guerra, como procura mostrar a seção seguinte.

SE MOVIMENTAR OU MORRER

A guerra que marcou o pós-independência em Moçambique está intimamente ligada ao contexto político da África Austral, que opôs o regime do *apartheid* da África do Sul e Rodésia do Sul ao vizinho moçambicano que, além de sua inclinação socialista, apoiava abertamente a guerrilha do *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA). Diante deste quadro, Seibert (2003) pontua que a *Central Intelligence Office* (CIO) rodesiano criou, para auxiliar suas tropas e combater as forças do Zimbábue sobretudo no Corredor da Beira e áreas fronteiriças de Manica e Gaza, o *Mozambique National Resistance* (MNR) ou, em português, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Os primeiros recrutados pelo exército da Rodésia eram antigos combatentes do exército colonial ou ex-guerrilheiros da FRELIMO, como André Matsangaísa, o primeiro líder do MNR que fugiu do campo de reeducação em Sofala e liderou o primeiro ataque da RENAMO, em 3 de fevereiro de 1977, um sequestro de estudantes na estrada Chimoio-Manica. Para aderirem ao MNU, Seibert (2003) indica que os rebeldes foram incentivados com um salário regular mensal pago pela Rodésia, além de bônus para operações bem-sucedidas. Durante o financiamento rodesiano, a guerra ficou concentrada às províncias centrais de Manica e Sofala.

Com a independência do Zimbábue, em 1980, o MNR foi reduzido a cerca de 300 guerrilheiros, momento em que a África do Sul, preocupada com a “sobrevivência da nação branca” e cercada por países liderados por “negros socialistas”, passou a reforçar o MNR.⁴⁶

⁴⁶ “A ‘Operação Mila’ levada a cabo pela África do Sul transferiu para o nordeste do seu território o que restava do aparelho do MNR na extinta Rodésia, enquanto os guerrilheiros se concentravam na região montanhosa de Sitatonga. Um ano

Com munição e estratégia tática sul-africana e contando com o apoio cada vez maior de parte da população insatisfeita com as aldeias comunais, cooperativas, machambas estatais, campos de reeducação, desestruturação do setor familiar e outros, a guerra avançou rapidamente e, entre 1982 e 1983, alcançou praticamente todo o território moçambicano.

Em Tete, inicialmente a guerra se faz sentir a partir de guerrilheiros baseados na Serra de Gorongosa, província de Manica liderada, desde 1980, pelo presidente da RENAMO Afonso Dhlakama. De sua base central, os guerrilheiros poderiam acessar o Malaui seguindo o rio Chire através de Mutarara e formar novas bases pelo caminho, como a *Chigowa*, em 1983. Em junho de 1982, intensificaram-se as emboscadas na estrada entre Chimoio (capital de Manica) e Tete e, no início de 1983, a guerra chegou à Nampula e Niassa. Nesse mesmo período, a guerra avançou através de Vilanculos, na província de Inhambane, até alcançar a fronteira com a África do Sul. Contudo, o Acordo de Nkomati (1984), assinado entre Moçambique e África do Sul⁴⁷, alterou um pouco o cenário de guerra, momento em que a RENAMO “consolida as suas posições no território como as manchas da pele de um leopardo, provocando e alimentando-se de micro-conflitos locais, uns antigos, outros relacionados com tensões entre a tradição e a modernidade, com o acesso à terra, etc.” (Coelho, 2010: 17).

É neste cenário que os considerados “inimigos da revolução”, como régulos, seguidores de seitas religiosas, dissidentes da FRELIMO, antigos integrantes das tropas coloniais ou insatisfeitos com as políticas da FRELIMO, liderados sobretudo por povos do Sul, aderiram a RENAMO⁴⁸. Segundo Geffray (1991) a causa da guerra não poderia ser explicada apenas pelo investimento externo da minoria branca dos países vizinhos. Para ele, as mudanças empreendidas pela FRELIMO no campo, como os aldeamentos comunais, além de trazer à tona conflitos históricos entre grupos locais, deslegitimaram as autoridades dos notáveis, chefes de linhagem ou chefaturas, e o povo que os acompanhava, afetaram as populações forçadas a se deslocar para um território que não era seu e frustraram as expectativas de muitos jovens, crentes que a independência lhes traria os frutos de uma vida confortável na cidade. Esses três grupos teriam engrossado as fileiras da RENAMO ou

depois, a Renamo operava novamente no interior de Moçambique com um contingente de milhares de homens (Coelho, 2010: 11).

⁴⁷ O acordo de Nkomati previa que, ao menos em teoria, Moçambique deixaria de apoiar o ANC sul-africano e a África do Sul faria o mesmo em relação à RENAMO.

⁴⁸ Matsangaíssa foi morto durante uma batalha com a Frelimo na Gorongosa em 17 de Outubro de 1979 e sua sucessão foi ferozmente disputada. Finalmente, Afonso Dhlakama, o filho de um chefe local na Província de Sofala, alcançou o posto de líder da RENAMO.

simplesmente se deslocado para áreas dominadas por ela.⁴⁹ Embora tenha conquistado adeptos apelando ao “respeito aos ancestrais” e restaurando costumes que a FRELIMO tinha estigmatizado como reacionário, não se pode perder de vista a extrema violência que permeou a “adesão” da população para quaisquer lados da guerra.

Segundo Kuyeri (1994), a partir de 1984/85, a guerra foi se acirrando em Tete, alertando os países fronteiriços Zimbábue, Malaui e Zâmbia que dependiam do corredor comercial que os liga. Já a FRELIMO, preocupada com a segurança da Cahora Bassa e da Carbomoc (não muito diferente dos portugueses, aliás), organizou, em parceria com os vizinhos, seis tipos de forças militares e paramilitares na província de Tete: *A Tropa normal*, subordinada às Forças Armadas de Moçambique (FAM), treinada em Chithatha no distrito de Moatize e responsável pela proteção das sedes distritais e sedes de localidade; as *forças locais*, efetivos paramilitares recrutados por empresas para proteger bens e escoltar o transporte das mercadorias; a *Tropa treinada na Zâmbia*, que, assim como a tropa regular, era composta por efetivos do Serviço Militar Obrigatório (SMO) e sua função era acompanhar as colunas governamentais no abastecimento para as populações, subordinando-se a uma comissão provincial intersetorial que coordenava as ações de emergência; *Tropa zimbabweana*, subordinada ao Estado maior moçambicano e o exército zimbabuano, chamada de *Makhomoredi* ou *conrads*, a qual, com infantaria motorizada, força blindada e transportada por helicópteros, tinha por fim proteger o corredor de Beira por meio de colunas; *Destacamentos Operativos Especiais (DOE's)*, composto por jovens das Forças de Defesa e Segurança (FDS), o que os tornava a inteligência das tropas; e, finalmente, as *Milícias populares*, subordinadas aos Grupo Dinamizadores e Secretários de Círculo, que agiam a nível da proteção das aldeias. Dentre esse mosaico, a unidade mais atuante era a *tropa normal* nas sedes distritais e de localidades locais para onde recorriam as população nos períodos de intenso ataque, como veremos no caso da sede de Changara nos capítulos IV e V.

No que se refere à força da RENAMO, suas bases centravam-se dentro e fora de Moçambique. Em Tete, a principal delas era *Chigowa*, um antigo reduto de caçadores de marfim localizado no distrito de Mágoè, a noroeste de Changara. Kuyeri (1994) descreveu o local, segundo alguns testemunhos que lá viveram, e afirma que havia em *Chigowa*, duas forças de guerrilha: uma composta somente por moçambicanos responsáveis por realizar operações em Changara, Mágoe e Cahora Bassa e outra por moçambicanos e zimbabuanos

⁴⁹ Lembrando que em 1983 foi deflagrada a *operação produção* que deportou os considerados improdutivos, em geral jovens, em diversas cidades. Eles foram reenviados para suas zonas de origem ou ainda para locais distantes como a Província do Niassa.

voltados às incursões no interior do Zimbábue. A Base era organizada em formato de meia lua com três circunferências. No primeiro aro, ficavam os comandos operacionais divididos à leste, o comando formado pelos moçambicanos, e, a oeste, o comando misto, cada qual protegido por suas unidades especiais. No segundo aro, situavam-se os comandos das companhias e respectivos estados maiores. Nas proximidades do segundo aro, havia as palhotas das escravas sexuais raptadas entre a população e oferendadas primeiramente aos comandantes de companhias e chefes dos estados maiores e, depois, aos guerrilheiros. Tais mulheres eram eventualmente devolvidas à população, tornavam-se “esposas” dos guerrilheiros ou continuavam como escravas. Havia também uma área reservada aos guerrilheiros que estivessem com suas famílias e outra área para os *madjuba*, elementos da população que agiam como espiões, ajudavam nos raptos, mas não eram guerrilheiros propriamente ditos.

A base de *Chigowa* foi destruída pouco antes do Acordo Geral de Paz em 1992. Um de seus comandantes, chamado Dzongwe, foi desmobilizado e integrado ao exército governamental, a atual Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Após serem obrigados a deixar suas bases no Malaui, em fins de 1986, milhares de combatentes se instalaram na província da Zambézia (Seibert, 2003).

Sobre o formato de guerra, raros foram os confrontos diretos entre os *mantsagaíssas*, como foram chamados em referência a André Mantsangaíssa, e as tropas governamentais. Os principais alvos da RENAMO, eram estruturas em que o Estado se fazia presente. Portanto, aldeias comunais, cooperativas, hospitais, postos de saúde e escolas foram destruídos e professores, enfermeiros, funcionários administrativos, alvos certos. Hanlon (1997) contabiliza que das 5886 escolas do ensino primário do primeiro grau, 3498 (60%) foram encerradas ou destruídas, assim como 500 postos de saúde e 3000 cantinas rurais. As pilhagens e emboscadas foram frequentes, além de recrutamentos forçados e métodos coercitivos para entrega de alimentos foram práticas exercidas pelos dois lados. Durante a desmobilização, 16.553 soldados do governo (23,3% do total de recrutados) e 8.945 guerrilheiros da Renamo (40,7% do total recrutados) tinham menos de 18 anos de idade⁵⁰. Além disso, 4.334 soldados da Renamo e 3.073 soldados do governo tinham idades entre 10 e 14 anos no momento do rapto (Barnes, 1997).

Os relatos de violência cotidiana da guerra são estarrecedores: crianças soldados obrigadas a matar seus pais a fim de quebrar os laços familiares e comunitários, escravização

⁵⁰ A desmobilização foi feita após o Acordo Geral de Paz em 1992 sob a supervisão de uma missão especial da ONU (ONUMOZ).

sexual, decepção de órgãos e mutilações fizeram parte do cotidiano da guerra e contribuíram para a desestruturação social e familiar do país⁵¹. Além de recorrer a um discurso religioso tradicional, a RENAMO fez uso deliberado de uma excessiva violência ritualizada para incutir um grande temor na população local e, assim, garantir controle e suprimentos para seus soldados (Siebert, 2003)⁵². O resultado quantitativo das atrocidades cometidas em um país de 16 milhões de habitantes (censo 1980) foi nada menos que 1 milhão de mortos e 200.000 crianças órfãs, 1,7 milhões de refugiados, 4,3 milhões de deslocados internos. Os traumas psicológicos, a desestruturação familiar e social daí advindos que incluíram o trabalho de desmobilização e o retorno dos deslocados foram, sem dúvida, absolutamente penosos.

Um caso rememorado por Ungulani Ba Ka Khosa (2011) mostra bem a desterritorialização vivenciada por grande parte dos moçambicanos no período de guerra. A situação descrita ocorreu no momento em que o Alto Comissariado para Refugiados se viu junto a uma centena de camponeses a procura de sua antiga terra para serem reassentados. Depois de passadas 14 horas, a população simplesmente não reconhecia seus marcos identitários e de pertencimento. Diante da situação, Ungulani explica que:

O espaço de preservação da memória destas populações havia se eclipsado com a guerra. No lugar do bosque, da árvore ou do cemitério familiar, encontraram a natureza no seu estado selvagem, indomesticada. Para os funcionários do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, na maioria moçambicanos contratados, a história entrou no anedotário local. Para eles, a reivindicação do espaço identitário da população não tinha sentido em presença da terra e da distribuição de panelas, mantas e instrumentos de produção. (Khosa, 2011:1)

Em Tete, foram montados centros de recepção nas cidades e vilas de Tete, Boroma, Marara, Kachembe e outros para receber, reencaminhar ou reassentar os refugiados e deslocados, grande parte deles naturais da província cujo território, entre 1984-1992, ficou sob intenso fogo cruzado. As vias de comunicação, como a linha férrea Moatize-Beira, foram totalmente paralisadas, pontes foram destruídas e estradas bloqueadas com barreiras de pedra e troncos. Centenas de minas terrestres foram espalhadas por todos os lados, inviabilizando a produção e circulação de bens e de pessoas. Milhares de pessoas se

⁵¹ Ver JUNIOR, Efraime Bóia. Trauma e migração: os traumas psíquicos das crianças soldado. Revista Diversitas 2013, USP. SP.

⁵² Uma violência ilimitada era aplicada para “paralisar” a população pelo medo: estuprar mulheres na presença de seus maridos e parentes, pais forçados a estuprar suas filhas e irmãos, suas próprias irmãs, foram situações frequentemente relatadas. Mas também as tropas governamentais agiram com violência roubando os bens dos camponeses em falsas emboscadas, espancando e executando supostos apoiadores da RENAMO, exigindo comida e mulheres na zona rural, desviando ajuda alimentar de organizações internacionais (Seibert, 2003).

refugiaram na cidade de Tete, Moatize, Songo e sobretudo nos países vizinhos. Borges Coelho (2003) afirma que a guerra traumatizou ao ponto de fazer a população duvidar que ela tinha mesmo acabado. Nos povoados de Katacha e Chitimbo, no distrito de Changara, até 1996, a população ainda não tinha reconstruído suas palhotas e continuava nos locais para os quais fugiram até estarem convencidos que as armas haviam se calado.

Perante um drástico cenário da guerra, além do fracasso do desenvolvimento socialista, juntamente com as calamidades naturais, como a grande seca que assolou Tete em 1983-84, causando uma epidemia de fome, em 1987, foi introduzido o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) e, pouco tempo depois, em 1990, o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES). Em linhas gerais, tais programas implicaram na abertura do mercado encabeçado pelo livre comércio, privatizações e nova estruturação social. Também em 1987, morreu o líder Samora Machel, em um questionável acidente de avião na África do Sul, simbolizando o fim da experiência socialista em curso (Halon, 1997).

Em fins da década de 1980, a ideologia do *Homem novo* supostamente destribalizado, socialista e ciente das instruções vindas da nação (como era chamada a capital Maputo) foi sendo substituída por outro novo homem com diretrizes liberais, impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Com o acordo de paz entre FRELIMO e RENAMO (1992) e a reestruturação econômica em curso, a entrada de capital internacional sedenta de exploração de matérias-primas aterrisou com força em Moçambique acompanhada dos organismos multilaterais e de cooperação. Durante a década de 1990, nada menos que 80% das receitas moçambicanas provinham dos doadores (Macuene, 2001). E, se em 1981 eram 5 as ONGs estrangeiras em Moçambique, em 1990 foram contabilizadas 130 atuando em temas em torno do combate à fome, prevenção a AIDS e questões de gênero. Hoje, *o que está a dar*, como dizem os moçambicanos, são organizações que se dedicam a fazer estudos e produzir relatórios acerca dos impactos que circundam os megaprojetos. Novamente, são os deslocamentos populacionais não voluntários que causam insatisfação e problematizam o chamado desenvolvimentismo. E a chegada *dos Vales*, como é chamada a mineradora brasileira em Tete, agudiza a histórica desterritorialização em Moçambique.

MEGAPROJETOS, VOLTANDO A PARTIR

Em julho de 2004, o presidente do BNDES, Carlos Lessa, visitou Moçambique junto com o presidente da Vale e, um mês mais tarde, o então presidente Lula recebeu em Brasília o chefe de estado Joaquim Chissano. Em agosto do mesmo ano, 95% da dívida de

Moçambique com o Brasil, promessa feita anteriormente por FHC, foi perdoadada. No fim de 2004, após visitas e perdões, a mineradora brasileira Vale venceu a licitação para explorar parte de uma das maiores bacias de carvão do mundo, a Bacia Moatize. Para Leda Lúcia Camargo, então embaixadora brasileira em Maputo, “as muitas pessoas que dizem que tinham certeza da vitória da Vale revelam não um conhecimento de causa, mas uma simpatia pelo Brasil” (Rossi, 2015: 93). Contudo, suspeitas de que a Vale teria pago indevidamente cerca de 120 milhões de dólares para o governo moçambicano foram mencionadas por um representante do FMI durante uma reunião entre embaixadores na sede da PNUD de Maputo, em dezembro de 2004, segundo telegrama enviado pela embaixadora Leda ao Itamaraty (Rossi, 2015:105).

As “coincidências” não param por aí. Exatamente um dia antes de ser publicada a lei nº11 de 2007 que mudou as regras tributárias em Moçambique, em 26 de junho de 2007, a mineradora Vale assinou o contrato que lhe concedeu 240Km², ou 24.000 hectares, por um período de 25 anos (renováveis por mais 25), de onde serão extraídos cerca de 22 milhões de toneladas de carvão por ano no então denominado Projeto de Carvão Moatize (PCN)⁵³. Na área cedida, são estimados 1,87 bilhão de toneladas do minério bruto que, assim que forem retirados da terra, deixarão enormes buracos a céu-aberto.

A Vale não está sozinha em Moatize. Somente até 2012, cerca de 245 concessões mineiras e licenças de exploração foram cedidas a grupos indianos, chineses, sul-africanos, brasileiros, australianos e outros, retalhando cerca de 3.4 milhões de hectares ou 34% do território de Tete, conforme demonstram os mapas 8 e 9⁵⁴. Somadas às licenças pendentes, o percentual territorial de interesse para as mineradoras alcança 60% de toda a província que, basicamente, vive da agricultura familiar (Human Rights Watch, 2012).

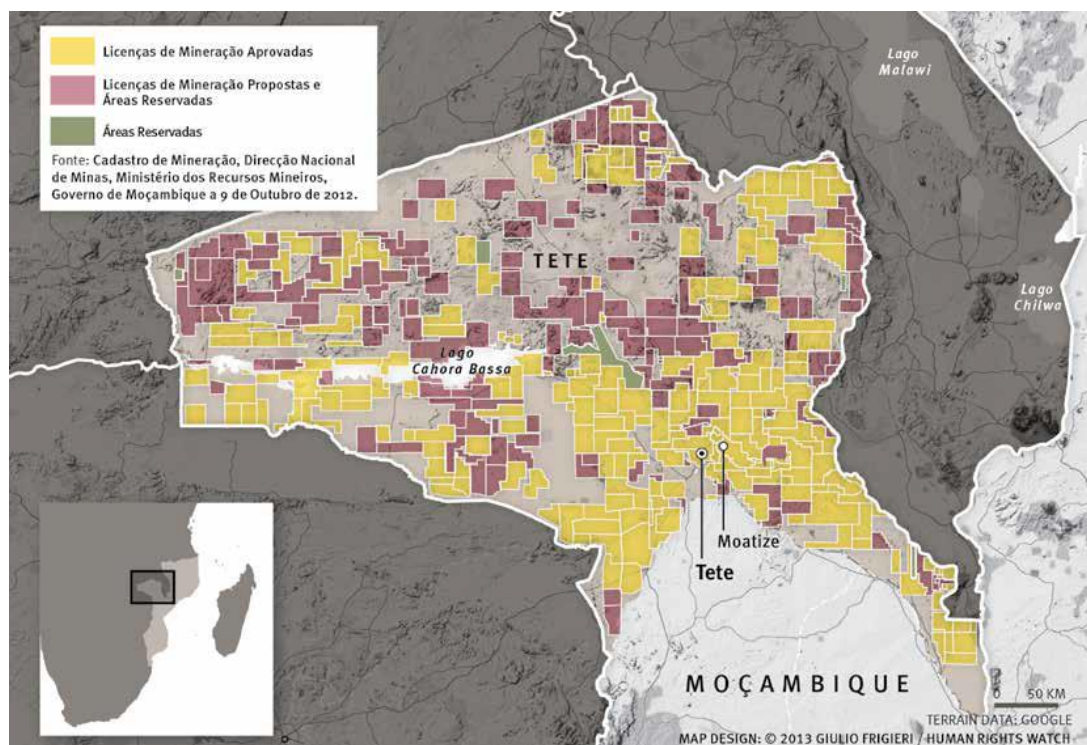
Para escoar o carvão para os mercados internacionais, a Vale criou o Projeto Corredor Nacala (PCN), braço logístico do Projeto Carvão Moatize, que consiste na reativação das linhas férreas de Sena, formadas por 575 quilômetros que conectam Moatize ao porto da Beira, e na construção de parte da linha do corredor de Nacala,

⁵³ O Projeto Carvão Moatize conta com diversas empresas consorciadas, como: “a brasileira Concremat, no ramo da construção; a sul-africana CBE, voltada para os recursos humanos; as sul-africanas Kenze, responsáveis pela montagem de estruturas metálicas; Cervicom e ISF, responsáveis pelo fornecimento de alimentação; Unitrans, responsável pelo setor de transportes; ABB, responsável pelo sistema elétrico, e Velment responsável pela recolha de resíduos; a moçambicana Santa Verde, encarregada de áreas verdes; a coreana IS, responsável pela implantação da termoeletrica que gerará energia a partir do carvão; a saudita ACWA Power, que irá integrar o consórcio destinado à operação da termoeletrica a ser instalada em Moatize; além de empresas voltadas para áreas de suporte como a Motorola e a DSTV, voltadas para as telecomunicações, a EDM empresa pública de eletricidade entre outras” (Rodrigues, 2015: 55-56).

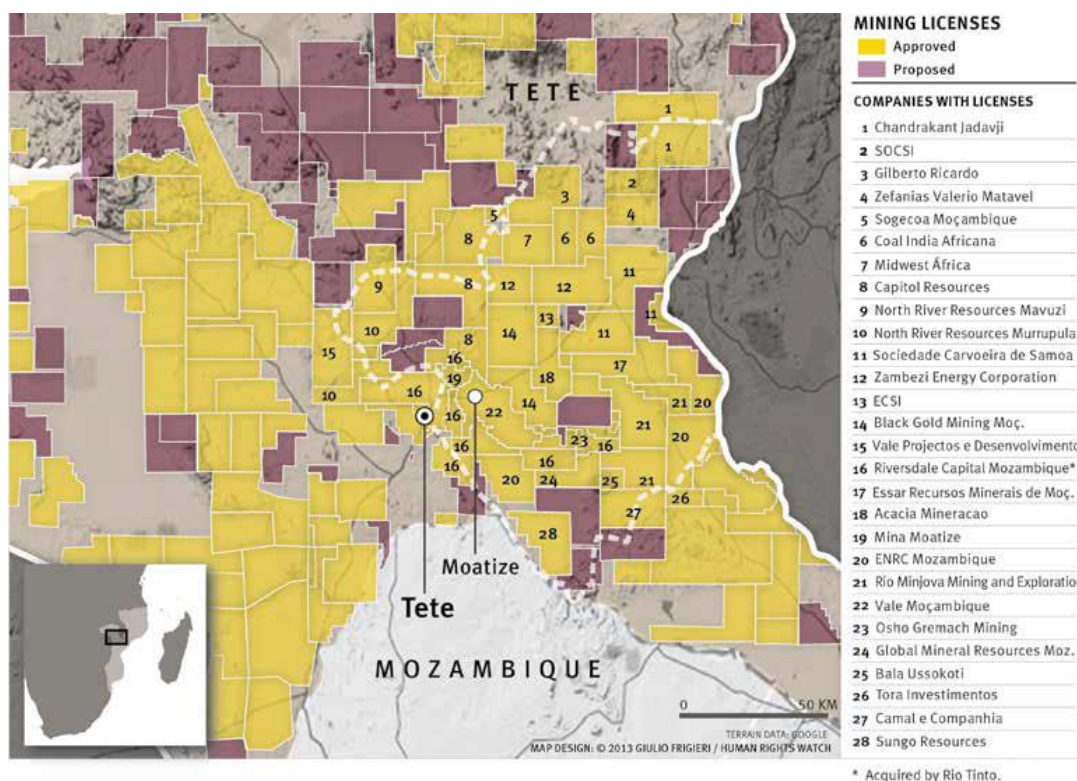
⁵⁴ Ver: Lista de licenças do cadastro mineiro de Moçambique.

http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C181_cadastro_mineiro_16_07_2012.pdf. Acessado em 20/06/2015.

formada por 912 quilômetros que passam pelo Malauí até o Porto de Nacala, maior porto natural de águas profundas da costa oriental da África.



Mapa 8: Licenças de Mineração na Província de Tete, Moçambique.
(Fonte: Human Rights Watch, 2013)



Mapa 9: Empresas com Licenças de Mineração no Distrito de Moatize, Província de Tete.
(Fonte: Human Rights Watch, 2013)

No sentido de viabilizar o Projeto Corredor de Nacala, o governo moçambicano criou a empresa pública Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) a partir de um acordo entre os acionistas da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) e a empresa Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), voltada para a gestão administrativa e operacional da Linha Férrea do Norte. Esse formato de Parcerias Público Privado vem sendo acusado de beneficiar acionistas que, por serem também políticos, causam uma incompatibilidade de interesses, resultando em uma série de acusações de corrupção e enriquecimento pessoal, discutidas no capítulo final desta tese.

No Corredor Nacala também estão previstos gordos investimentos no formato do agronegócio brasileiro. O Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (Pro-SAVANA) é seu maior embrião e abrange as províncias do Niassa, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Firmado em 2009, em parceria com Japão e Moçambique, o programa conta com as participações da Empraba, FGV Agro (Fundação Getúlio Vargas Agro), SENAR (Serviço nacional de aprendizagem rural), ASBRAER (Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural) e, finalmente, a Confederação Nacional da Agricultura, grupo ruralista da ex-ministra Kátia Abreu.

Segundo o Plano Diretor do Programa, vasado em 2013 e refeito em 2015, o objetivo do programa é transformar parte da agricultura familiar em agricultura de mercado, com exportação de soja e gergelim⁵⁵. Ações de melhoramento de plantio, projetos de extensão e formação de fazendas para investidores de dentro e fora de Moçambique deverão formar um polo agrícola no corredor. Tais propostas causam muita incerteza na população, que se sente mal informada sobre o programa. Em 2012, foram realizadas reuniões com a população de cinco cidades e apenas 14 agricultores foram ouvidos, o que gerou diversas críticas no país (Rossi, 2015). Diversas análises atentam para os riscos sociais, ambientais e econômicos do projeto, que conta com a participação da Vale em sua logística⁵⁶. Segundo Vicente Adriano, um dos diretores da União Nacional de Camponeses (UNAC), “O Pro-Savana vai exportar para Moçambique os poucos problemas que ainda não temos, como a falta de terras para os camponeses e o uso de agrotóxicos nas machambas” (Pública, 09/05/2016)⁵⁷.

Os impactos mais visíveis e imediatos da exploração do carvão em Moatize são os deslocamentos forçados, o crescimento demográfico e o aumento do custo de vida na região. Em 1997, Moatize era formada por 109.103 habitantes e, dez anos depois, apresentou um crescimento demográfico de 97%, totalizando 215.092 habitantes. Já o aumento do custo de vida é visível, por exemplo, na recente especulação imobiliária. Os alugueis de casas quadruplicaram. Mesmo os hotéis, que há cinco anos cobravam 500 meticais (R\$ 37,00) a diária, hoje cobram 2200 (R\$ 162,00). Por outro lado, isso acelerou o mercado da construção e famílias como a de Dona Felicidade, associada à União dos Camponeses de Tete (UNAC), decidiram construir casas de *aluguel* em seu quintal e alugar para os inúmeros malauianos, zimbabuanos e zambianos recém-mudados para a região. Mesmo alguns moçambicanos, refugiados nos países vizinhos durante a guerra dos 16 anos, e que por lá acabaram ficando, estão voltando à região em busca de uma prosperidade real ou imaginada.

Jorge, um agente imobiliário que conheci em 2013, explicou que, desde a chegada efetiva da Vale em 2007 até 2013, as coisas mudaram. Os alugueis das casas do centro, por

⁵⁵ O Plano Diretor feito pelo GV Agro previa que 14 milhões de hectares seriam usados pelo programa causando grande comoção em Moçambique. Um mês depois do vazamento, em maio de 2013, uma carta aberta, elaborada por organizações de camponeses e de direitos humanos de Moçambique, foi endereçada aos dirigentes do Brasil, Moçambique e Japão. A carta alertava para as ameaças de usurpação de terra e pedia a suspensão programa.

⁵⁶ Ler a contundente resposta da japonesa Sayaka Funada Classen à brasileira Natalia Fingermañ no texto: Anatomia Pós Fukushima dos Estudos sobre o Pro-SAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingermañ. Documento de trabalho n° 12, Dez de 2013. Observador do Meio Rural.

Disponível em: <http://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-12.pdf>.

⁵⁷ Capitalismo selvagem à brasileira. Pública - Agencia de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 09/05/2016. <http://apublica.org/2016/05/capitalismo-selvagem-a-brasileira/>. Acessado em 11/05/2016.

exemplo, caíram, já que as empresas mineradoras construíram condomínios para seus funcionários. Ainda assim, Jorge insiste em sua nova profissão pois acredita saber o “que um brasileiro acha bacana ou não em termos de casa. Casas de banho tem que estar no interior da casa não é?”, perguntou-me, provando que conhece o gosto brasileiro, expresso também no jeito de falar *bacana*.

Acerca dos deslocamentos forçados, somente em 2009, a empresa Vale deslocou 1250 famílias que habitavam em cima das jazidas de carvão. Entre elas, 245 famílias receberam indenização, 716 famílias consideradas com perfil rural foram reassentadas no Cateme, localizado a 40 km da vila de Moatize, e 289 famílias, consideradas com perfil urbano, foram para o reassentamento 25 de setembro, localizado na vila de Moatize.



Mapa 10: Locais das Aldeias Originais e Reassentadas na Província de Tete.
(Fonte: Human Rights Watch, 2013)

Os reassentamentos são centrais para esta tese pois evidenciam a continuidade histórica no processo de deslocar forçadamente milhares de pessoas em Tete, e mesmo em Moçambique, desde o período tardio colonial até hoje. O mapa 10 mostra a localização das antigas comunidades antes da exploração do carvão e o local para onde foram reassentadas. Percebe-se que os reassentamentos do Cateme e também de Mwaladzi, este último feito pela australiana Rio Tinto, estão distantes dos locais de origem e mesmo da vila de Moatize, onde antes se encontravam relativamente perto. Nota-se ainda que esses

dois reassentamentos não são alimentados por rios e sobretudo Cateme está próximo da linha de trem.

Além dos deslocamentos por conta da exploração do carvão, a linha de trem do PCN atingiu o distrito de Moatize, na província de Tete, os distritos de Mecanhelas e Cuamba, além da cidade de Cuamba, na província de Niassa e, na província de Nampula, os distritos de Malema, Ribaue, Mecuburi, Nampula, Meconta, Monapo, Mossuril e Nacala-a-Velha, além das vilas de Monapo e Ribaue e da própria cidade de Nampula (Rodrigues, 2015). Para a realização das obras necessárias, assim como para a futura operação do Corredor, faz-se necessária a desocupação de uma faixa de segurança ao redor da Linha Férrea e também para a instalação de canteiros de obra e estruturas de apoio. Inúmeros são os problemas encontrados no processo de reassentamento em Moatize e os mesmos serão destrinchados em comparação com os projetos de aldeamentos coloniais e aldeias comunais no capítulo IV.

Este capítulo se esforçou em contextualizar os sucessivos processos de deslocamento empreendidos após a ocupação efetiva do território moçambicano pela administração colonial portuguesa até os dias atuais. Esse exercício é importante para analisarmos como os projetos de reordenação dos aldeamentos coloniais, aldeias comunais e reassentamentos de megaprojetos (a serem destrinchados nos capítulos IV e V) operam em diálogo com as práticas de deslegitimação da população moçambicana ao longo de sua história, a exemplo dos deslocamentos forçados.

O Estado Novo de Salazar, por exemplo, após restringir a cidadania dos então categorizados como *indígenas*, lançou mão de um conjunto de instrumentos legais que impôs a noção de trabalho moralizador, a expropriação de terras *indígenas* e se beneficiou do trabalho forçado, introduzindo os colonatos e as grandes plantações. Neste interim, regiões como Tete foram transformadas em uma reserva de mão de obra para as companhias concessionárias, como a Sena Sugar Estates, para as minas e *farms* das Rodésias, para a construção dos caminhos de ferro e para a exploração do carvão de Moatize nas minas subterrâneas. Portanto, o processo de desterritorialização efetivado através da combinação destes elementos está presente na memória de muitos moçambicanos, inclusive ao compararem a ação *dos Vales* com os portugueses, especialmente no que tange aos aldeamentos coloniais construídos para barrar o apoio aos nacionalistas da FRELIMO e os atuais reassentamentos.

Isso implica dizer que o recurso metodológico ao passado moçambicano é essencial para o entendimento de questões atuais. A história do “tempo dos portugueses” e do “tempo de Samora Machel” está presente no dia a dia, dos bares às chapas. Mais do que isso, foi a identificação da semelhança entre os aldeamentos coloniais, simétricos, controladores e voltados para um discurso de desenvolvimento comunitário, que fez com que as aldeias comunais, em sua imposição coletiva de trabalho, na perseguição de hábitos considerados tribais e na desvalorização da agricultura familiar, desacreditassem o projeto entre os camponeses. A guerra entre FRELIMO e RENAMO selou ainda mais o drama vivido pelos aglomerados familiares e demonstrou que a negação da diversidade em nome da unidade nacional trouxe graves consequências, obrigando Moçambique a abrir os braços para as instituições de *Breton Woods* cujo neoliberalismo não poderia ser mais evidente que a atual exploração de matérias-primas para venda no exterior, típica engrenagem colonial.

Em suma, mais uma vez, parte da população de Moçambique se vê diante de um projeto de enquadramento de seus hábitos em torno de um espaço aglomerado que altera seu sistema de produção social. Porém, antes de proceder à análise comparativa dos últimos três projetos de aglomeração empregados em Tete, talvez seja interessante postular algumas questões teóricas.

CAPÍTULO III - PAUSA TEÓRICA

Depois de percorrer o vale do Zambeze, proponho pausar o movimento em algumas páginas para afinar a discussão e então seguir os próximos trajetos. Portanto, esse capítulo explora, sem esgotar, alguns tópicos que dialogam diretamente com esta tese. O primeiro deles - *Poder pós-colonial, algumas questões* - reflete a construção e produção de uma história oficial em Moçambique, que será aqui discutida através do diálogo com autores que se debruçam sobre as relações pós-coloniais de poder. Situar esse debate fornece elementos para se analisar o panorama político pós-colonial, identificando os condicionantes que resultam no pouco espaço que outras narrativas ocupam diante da grande narrativa da libertação moçambicana.

O segundo tópico - *Narrativas, entre história e memória* - aborda as diferenças entre as categorias, discutindo a construção e a exaltação de uma memória política que dificulta ou até mesmo impede que outras memórias sejam compartilhadas publicamente. Essas memórias subterrâneas (Pollak, 1989) são questionadoras e ampliadoras de uma história oficial moçambicana e põem em causa a narrativa de que a FRELIMO seria a única responsável por ter libertado o país. Fato interessante nessa disputa é a estratégia discursiva utilizada pelo líder da RENAMO, Afonso Dhakama, ao afirmar reiteradamente ser ele a pessoa que teria trazido a democracia a Moçambique, já que após a guerra dos 16 anos o país se tornou multipartidário. Ou seja, se o discurso da FRELIMO se centra na liberdade, o da RENAMO aposta na democracia, uma “liberdade irrestrita” como lugar histórico.

Finalmente, o terceiro tópico - *Território e deslocamento* - discute as relações entre global e local, lembrando que uma busca pela autodeterminação dos grupos não pode ignorar os condicionantes externos (Carlos Brandão, 2009), como os projetos de deslocamento, por exemplo. O tópico explora também o espaço destinado à análise dos deslocamentos nas pesquisas e literatura moçambicanas, além de sugerir as possibilidades que o foco nas casas e no habitat fornecem para uma análise dos deslocamentos populacionais em Moçambique.

Juntos, esses três tópicos propõem uma reflexão teórica assumidamente não exaustiva sobre as relações de poder pós-coloniais, as imbricações existentes entre história e memória e também entre identidade e território cujo diálogo se faz necessário para posterior análise sobre os processos de deslocamento e suas narrativas em Tete, desde o fim do colonialismo até os dias atuais.

PODER PÓS-COLONIAL, ALGUMAS QUESTÕES

Uma das atuais problemáticas que envolve a pesquisa sobre (e no) continente africano se refere ao exercício de poder posto em prática após as independências, período comumente chamado de pós-colonialismo. Atualmente, diversas são as opções teórica-metodológicas, e também políticas, utilizadas nas análises das mais diferentes pesquisas sobre as mais diferentes temáticas. Entre elas, nota-se uma tendência que parece oscilar, por um lado, entre um pessimismo sem saída, fruto da opção que privilegia aquilo que se entende por continuidade colonial e, por outro, uma opção na agência africana que ultrapassaria os condicionantes estruturais.

Nesse sentido, Stephen Ellis (2002) questiona sobre as possibilidades disponíveis para se escrever sobre a África contemporânea. Deveríamos insistir nas continuidades coloniais, analisar o presente a partir dos ideais da independência que não se concretizaram, ou tentar construir um meio termo? Tais inquietações acompanham esta tese, pois as narrativas de deslocamento estão posicionadas justamente entre uma espécie de continuidade institucional expressa nos projetos de deslocamentos, aldeamentos coloniais, aldeias comunais e, agora, reassentamentos neoliberais. Contudo, ainda assim, projetos pessoais ou familiares de partir, voltar, se refugiar, migrar ampliam a ideia do estado colonial e do estado pós-colonial enquanto únicos agentes da ação histórica, indicando a perspectiva de uma agência moçambicana entre os deslocados que rompe com os projetos de deslocamento aqui analisados.

Assim sendo, situar o debate acerca do poder no pós-colonial, explorando seus alcances e limites, é uma das formas escolhidas no sentido de preparar o trilho por onde esta tese caminha. Além disso, outro ponto que motiva entrar nesta seara é pensar em que medida o estado pós-colonial e suas prerrogativas de “verdade única” produzem uma narrativa histórica oficial que deixa pouco espaço para narrativas outras, como aquelas apresentadas nesta tese.

Ainda sobre a possibilidade de escrita acerca da África contemporânea, o caso de Moçambique demonstra como pesquisa e ação política caminharam juntas desde a independência, sendo possível identificar as diferentes fases pelas quais as ciências humanas e sociais se assentaram. Recuperar o início da produção do conhecimento feita em Moçambique no período pós-colonial é um esforço para entender as mudanças históricas que impulsionaram as mudanças de perspectivas analíticas, além de ser uma iniciativa de diálogo com a importante produção local, essencial para a compreensão do país. Se, em um

primeiro momento, as pesquisas feitas em Moçambique voltavam-se para o exercício da construção da nação que se pretendia socialista, notadamente em contraponto à colonização, com a abertura ao liberalismo outros paradigmas analíticos foram ganhando forma.

No período pós-independência, destaca-se como polo de produção de conhecimento a criação do Centro de Estudos Africanos (CEA), em janeiro de 1976, ligado à Universidade Eduardo Mondlane⁵⁸. Na altura, o então reitor Fernando Ganhão chamou seus alunos do curso de bacharelado em história e convidou Aquino de Bragança, um intelectual interdisciplinar, para organizar o que mais tarde se tornou um centro de pesquisa em ciências sociais focado nos estudos africanos, o CEA. Atuando como jornalista, cientista social e diplomata nos diferentes países em que militou pela causa da libertação das colônias, Aquino se inspirou em um modelo de produção de ciência que possibilitasse uma transformação social emancipatória em Moçambique (Gentile, 2012).

No CEA, a disciplina de história ganhou espaço devido a necessidade de se reescrever a história moçambicana tendo como ponto de partida a experiência da luta de libertação nacional contra o domínio colonial português e a construção da nação moçambicana em direção ao socialismo. Exemplo da construção desta narrativa foi a revista *Não Vamos Esquecer*, publicada em 1983, fruto de um coletivo de autores que faziam parte das Oficinas de História. Outra forma de divulgação das pesquisas do CEA sobre temas regionais considerados relevantes, não só para Moçambique mas para a África Austral, foi a revista *Estudos Africanos* que continua a ser publicada com certa periodicidade (Fernandes, 2012).

Se o primeiro ano do CEA ficou marcado, sobretudo, por pesquisas que discutiam o período colonial através de documentos, nos anos seguintes, pesquisas de campo que versavam sobre o “novo Moçambique socialista” se multiplicaram. Dentre as pesquisas realizadas, destaca-se *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo sobre a Exportação de mão de obra em Inhambane* (1977) e o texto *Zimbabwe - A questão Rodesiana* (1978), encomendado pela FRELIMO para melhor compreender as problemáticas ligadas ao processo de independência no país vizinho, evidenciando uma estreita relação entre pesquisa prática e ação política (Fernandes, 2012).

Contudo, as pesquisas produzidas pelo CEA, geralmente coletivas e politicamente orientadas para tentar responder preocupações imediatas (desenvolvimento rural,

⁵⁸ Os Estudos Gerais Universitários foram introduzidos em Moçambique somente em 1962. Em entrevista, Tereza Cruz e Silva conta que, em cursos de Ciências Sociais, apenas uma parte era lecionada em Moçambique: “Foi um sistema de controle que eles encontraram quando criaram o curso de História: três anos em Moçambique e dois anos em Portugal. Quem quisesse fazer a licenciatura era obrigado a ir a Portugal, porque era um sistema de controle”. Entrevista disponível em: <http://pontourbe.revues.org/2667>. Acessado em 04/08/2016.

desemprego, organização das aldeias comunais), foram se direcionando a uma política cada vez mais liberal, sobretudo entre meados dos anos 1980 até a década de 1990. Tal mudança alterou o cenário da produção de conhecimento, suscitando um novo conjunto de questões. E, como lembrou Teresa Cruz e Silva (2009), foi na adesão a uma agenda neoliberal que as universidades africanas foram perdendo sua característica enquanto um projeto associado à construção da nação.

É justamente na década de 1990 que Crawford Young (2004), antropólogo norte-americano, situa a fase de desilusão com a democratização dos estados africanos. Segundo Young, ainda na década de 1980, com o abandono do estado autocrático patrimonial, um necessário debate em torno da democracia foi sendo atrelado, em parte, ao surgimento da noção de sociedade civil, um termo pouco ou não utilizado no contexto africano antes da década de 1980. A partir de então, a sociedade civil tornou-se conhecida como o local de democratização e é na proliferação desta categoria que Afonso Dhakama parece ter fincado seu discurso do homem que trouxe a democracia para Moçambique.

Portanto, em seu sugestivo texto *The End of the Post-Colonial State in Africa? Reflections on Changing African Political Dynamics* (2004), o autor pontua que a crise do estado africano é menos uma crise endêmica, fruto apenas de um passado colonial, e mais resultado do ambiente internacional, radicalmente alterado pelo colapso da União Soviética e suscetível à pressão pela liberalização. A chave de análise, segundo Young, seria focar na reordenação da política que, para ele, é mal apreendida pela noção de pós-colonialidade. Young argumenta ainda que o tempo decorrido desde o fim do período colonial possibilitou uma experiência histórica que teria remodelado a memória social, obscurecendo o passado colonial. Um número cada vez menor de africanos deixaram de experimentar qualquer lembrança direta da era colonial, o que não sustenta paradigmas de análise centrados exclusivamente neste período para entender questões atuais.

Parece ser neste período de desilusão com a democratização dos estados africanos, conforme indicou Young (2004), que se verifica um aumento da circulação de textos sobre a condição pós-colonial, sobretudo no que tange às questões relacionadas ao poder político e suas consequências sociais e econômicas, a exemplo do célebre *Notes of Postcolonialism*, de Achille Mbembe, publicado em 1992. Por meio de uma retórica singular, o texto de Mbembe, historiador e cientista político camaronês, aponta que as arbitrariedades coloniais estão intimamente ligadas às formas de comando do poder pós-colonial. Contudo, o estado pós-colonial teria formulado um conjunto de práticas e de imbricação de pessoas, criadoras de um mundo de significados próprios. Para institucionalizar esses códigos, um

cerimonialismo exacerbado do poder, que resultou em servilismo político, foi posto em prática de forma arbitrária e violenta, sendo a construção de uma narrativa histórica oficial um dos elementos que atua para legitimar a hegemonia do estado (Mbembe, 1992).

Diante disso, o autor aponta a vocação do estado pós-colonial africano de ser, simultaneamente, “narrativa, sistema simbólico e revelação” (Mbembe, 2013). Nesse verdadeiro “regime de verdade”, muitas das experiências da população africana são suscetíveis de serem contadas, pois a própria construção da ordem destes estados pressupõe o controle de nomear as realidades no mundo social e da história para então codificá-las e modelizar as representações.

Para proclamar “a verdade”, ou a “grande fábula”, como chamou Borges Coelho (2015), tais estados se empenharam em coibir publicamente as “lembranças perigosas” que, por ventura, evoquem exigências de liberdade e demonstrem lacunas nos sistemas estáticos de verdade e nomeação de acontecimentos históricos. Portanto, a história recente seria, em muitos países africanos, objeto de reconstrução oficial, já que “O Estado africano não se contenta com o papel de um Estado-teológico responsável por enunciar a verdade derradeira, também pretende ser um Estado-Historiador” (Mbembe 2013: 83).

Já traçando um diálogo com a próxima sessão deste capítulo, no caso de Moçambique, a história eleita para a construção identitária do estado pós-independente, que, em 2015, festejou 40 anos, centrou-se na memória política da luta de libertação e em certos participantes selecionados como ativos. Segundo essa narrativa, a vivência na luta e, em especial, nas zonas libertadas, teria criado uma unidade moçambicana que propiciou a derrota do sistema colonial. Essa “grande fábula” da história oficial moçambicana, uma história contada (e não propriamente escrita), tem um claro fundo moral e ajudou a legitimar as políticas governamentais do pós-independência. Essa memória política, resultado da experiência da libertação, continua a iluminar o passado, guiar a atual vida política e projetar o futuro (Coelho, 2015).

Nesse sentido, o que estaria em jogo é a politização da memória. Entendendo a memória enquanto um local de disputa política e moral, Richard Werbner (1998) chama atenção sobre o grau de risco das memórias pessoais se articularem com a memória pública oficial, no que chama de crise da memória como prática pública, em um contexto de florescimento do memorialismo no estado e de uma contra-memória popular⁵⁹.

⁵⁹ Werbner, Richard (1998). “Beyond oblivion: Confronting memory crisis”, in Werbner, Richard (ed.), *Memory and the postcolony. African anthropology and the critique of power*. London, Zed Books, 1-17.

Sobre esse princípio autoritário que busca afirmar um monopólio legítimo da proclamação da verdade, o estado pós-colonial de que fala Mbembe se esforça em definir o modo como os agentes sociais devem se ver, se interpretar e interpretar o mundo. No caso moçambicano, sua glorificação constante da independência, presente nos feriados nacionais, nomes de praças, ruas, escolas, na publicação de biografias e na inauguração de monumentos aos chamados “grandes heróis”, busca instituir e reforçar a ideia da “grande narrativa da libertação” e, com isso, formar e manter o princípio de uma visão legítima.

Contudo, o próprio Mbembe (1992: 5) lembra que as relações pós-coloniais não podem ser interpretadas apenas em termos de resistência ou domínio absoluto. Um sistema binário (autonomia x sujeição, estado x sociedade civil, hegemonia x contra-hegemonia) não deixa espaço para a capacidade dos sujeitos pós-coloniais em gerenciar e elaborar diferentes identidades e interpretações do poder. Ao mesmo tempo em que as pessoas comuns produzem sátiras sobre partidos únicos, simulam adesão e “localizam o fetiche do poder”, os próprios signos do poder pós-colonial, extravagante e violento, são reproduzidos nas mais diferentes relações cotidianas entre professores e alunos, maridos e esposas, policiais e transeuntes e toda sorte de violência.

Assim, o modo de agir do poder pós-colonial, segundo a leitura bastante drástica de Mbembe, não se restringe somente à dominação e ao controle, mas incita o convívio e cria certa intimidade com a tirania. Nesse caso, os grandes banquetes de autoadulação⁶⁰, as aparições teatrais dos chefes e a constante demonstração de autoridade e prestígio buscariam impor a docilidade dos governados. Para Mbembe, o que distingue o pós-colonialismo de outros regimes de violência é a forma como a relação entre governantes e governados é forjada por meio de uma prática específica, o simulacro. Nesse simulacro, em que as pessoas fingem obedecer e os governantes fingem acreditar em sua obediência, a autoridade do estado é pautada por um encantamento do poder construído através de um conjunto de convenções e amuletos (cartão do partido, receitas fiscais, autorizações, licenças) e artifícios retóricos que produzem fábulas sobre a posse da verdade.

Nesse horizonte, mesmo as dissidências verbais, escritas ou cantadas, são alvo de vigilância e repressão, como no caso do rapper moçambicano Mano Azagaia. Suas letras são direcionadas à crítica das relações de poder estabelecidas pelo estado, a exemplo da música “As mentiras da verdade”, que questiona a fabricação de uma narrativa oficial sobre diversos acontecimentos históricos, incluindo a própria independência, demonstrado no

⁶⁰ Em 2013, a Televisão Pública de Moçambique transmitiu ao vivo, durante 8 horas, a comemoração do 70º aniversário do então presidente Armando Emílio Guebuza. A situação revoltou muitos telespectadores, sobretudo porque o país enfrentava calamidades naturais, como as cheias do sul que deixaram centenas de famílias desabrigadas.

trecho: “Se eu te dissesse que a história que tu estudas tem mentiras; Que o teu cérebro é lavado em cada boa nota que tiras; Que a revolução não foi feita só com canções e vivas; Houve traição, tortura e versões escondidas”⁶¹. No clipe da citada música, o rapper recebe um telefonema ameaçador e, depois disso, reúne seus escritos e tenta fugir de casa, mas é apanhado, torturado e assassinado. Azagaia já foi preso, suas letras foram censuradas e ele foi acusado pela Procuradoria Federal da República por “atentado contra a segurança do Estado” devido a música “Povo no Poder”. O mais interessante no caso Azagaia é que alguns sociólogos moçambicanos, reivindicando o que chamam de “neutralidade empírica”, lançaram um debate sobre a suposta falta de critérios teóricos e metodológicos usados pelo rapper ao questionar a versão oficial da história, evidenciando o quão sensível é a narrativa da jovem nação⁶² (Rantala, 2015).

De qualquer forma, Achille Mbembe nos provoca a pensar sobre em que medida tanto os dirigentes como os sujeitos pós-coloniais conjugariam uma estética do poder, caracterizada por um cerimonialismo e por constantes metáforas corporais em discursos e práticas políticas. Recuperando Bakhtin em seu realismo grotesco, Mbembe cita o pênis, a boca e a barriga como símbolos de poder interpretados e reinterpretados pela população africana. Em Moçambique, por exemplo, quando se quer acusar alguém de enriquecer sem compartilhar, fala-se que “ele está a comer sozinho”. A FRELIMO é constantemente acusada de comer e engordar sozinha, como mostraremos no capítulo VI, que trata do retorno à guerra e suas possíveis conexões com os megaprojetos exploratórios. Ou seja, a noção de comensalidade não recíproca é mobilizada pela população para criticar o governo em uma relação entre discurso moral e ingestão de comida.

Contudo, Mbembe é rebatido por outros autores que o consideram exageradamente niilista. Entre eles, o antropólogo Mikael Karlström (2003) critica o fato de Mbembe superestimar o poder ideológico do estado pós-colonial, bem como sua interpretação pessimista radical sobre as relações entre Estado e sociedade na África pós-colonial. Pesquisando as práticas cerimoniais de hospitalidade, em que autoridades políticas são encenadas por comunidades rurais no sul do Uganda, Karlström aponta relações dialógicas de reciprocidade ritualizada entre o Estado e as pessoas envolvidas naquele contexto. Nas situações analisadas, a comensalidade se apresentou como definidor do palco para a

⁶¹ Trecho da letra do rapper moçambicano Azagaia, In: Link: <http://www.vagalume.com.br/azagaia/as-mentiras-da-verdade.html#ixzz41fxaCQuV>. Acessado em 01/03/2016.

⁶² Ver o debate dos sociólogos contra e os a favor de Azagaia em: RANTALA, Janne. Rapper Azagaia e seus críticos. Debate sobre Moçambique. Matola: Instituto Superior de Artes e Cultura, 2015, pp127–140. https://www.academia.edu/10180061/Rapper_Azagaia_e_Seus_Cr%C3%ADticos_O_Debate_sobre_Mo%C3%A7ambique_Kulimar_4_2015_Matola_Instituto_Superior_de_Artes_e_Cultura.

interação comunicativa entre governantes e súditos, em uma ligação com o corpóreo e a metáfora da ingestão do poder. Nos banquetes, a proposta não era apenas “engordar o poder” mas passar mensagens de descontentamento ou aprovação entre a população e os governantes. Ou seja, para Karlström, o cerimonialismo e as metáforas políticas corporais no pós-colonial não podem ser resumidas a uma apropriação teatral do estado e nem tampouco são sintomas da patologia do imaginário popular político. Nesse sentido, faltaria, em Mbembe, segundo Karlström, um olhar embasado em dados empíricos que se volte menos para o Estado em si (como chave central produtora da estética do poder) e mais para os diversos idiomas locais enquanto recursos da consciência crítica popular. Tal olhar, certamente, o levaria a um horizonte mais otimista.

Já sobre o efeito do colonialismo, Mohamed Mandani (1996) se debruçou sobre a noção de uma continuidade no período pós-colonial, caracterizado por ele como colonialismo tardio. Para Mandani, que viveu desde sua infância entre a Tanzânia e a Uganda, a forma com que os governos pós-independentes foram estruturados é devedora das próprias estruturas construídas no período colonial. Nele, um pequeno número de cidadãos, assim considerados, com instituições e orientação jurídica europeias, foi contraposto por uma grande massa de “nativos indígenas”. Sujeitos à lei costumeira, os classificados como indígenas estavam subordinados a um chefe em comunidades definidas como *tribos* e administradas pelo poder armado do estado central.

O estado colonial teria sido tanto dualista como descentralizado. E tal dualismo, segundo o autor, se faz sentir nos estados pós-coloniais que continuam a generalizar tais espaços em basicamente dois polos: “sociedade civil” urbana e “comunitária” rural. Nesse sentido, o governo pós-colonial não teria obtido êxito na democratização da sociedade devido a permanência de um sistema bifurcado que divide as pessoas entre: indivíduos que trabalham na terra, que tem sua vida regulada pelo direito consuetudinário e são considerados pagãos, ritualísticos, artesãos e, de outro lado, os sujeitos que não trabalham na terra, são regulados por leis modernas e são indicados como portadores de religião, cultura e arte (Mandani, 1996: 61)

Contudo, Bridget O ‘Laughlin (2000) contra-argumenta o modelo de mundo bifurcado de Mandani. Para a autora, que fez parte do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, entre 1979-1992, se o sistema colonial de administração foi bifurcado na sua concepção, na prática, os limites da lei foram sobrepostos e distorcidos. Segundo a autora, foi justamente essa tendência de enfatizar o dualismo entre o rural (subsistência tradicional) e o urbano (capitalista colonial) que a FRELIMO cometeu

diversos erros em suas ações e reformas, muitas delas subestimadas por Mandani.

Ao se referir sobre a ambiguidade do código do indigenato, O’Laughlin confirma a dualidade legal entre cidadãos e indígenas, já que aos cidadãos era permitido circular e trabalhar livremente e possuir terra enquanto propriedade individual. Já aos considerados indígenas, o trabalho poderia ser recrutado à força, sua terra era comunal e eram obrigados a apresentar documentos que permitissem a circulação. Contudo, na prática, as pessoas recrutadas ao trabalho forçado, como o cultivo obrigatório do algodão, também comercializaram outras culturas e, mesmo que estivessem circunscritas ao meio rural, também trabalharam na cidade, se mudaram, migraram e circularam, ainda que sem autorização, como mostram os documentos e as narrativas apresentadas no próximo capítulo.

Além disso, a autora argumenta que as funções dos régulos não eram propriamente tradicionais, uma vez que eles precisavam equacionar seus poderes, negociando com os administradores e também com as outras autoridades tradicionais, como os chefes de clã ou de linhagem, que, a depender do caso, questionavam sua legitimidade, discordavam das tarefas por eles realizadas, como recrutamento e punição de trabalhadores, inspeção de campos e qualidade de culturas. Outros régulos simplesmente rompiam com a administração colonial se refugiando em outras terras, levando consigo suas gentes, como demonstra alguns documentos abordados nesta tese. Portanto, o mundo bifurcado entre “os cidadãos” e “os indígenas” não pode ser a chave explicativa do processo em si, uma vez que foi parcial e contingente.

Mesmo o suposto rompimento com as autoridades tradicionais no período da independência, como parte da estratégia socialista da FRELIMO, precisa ser diluído, segundo a autora. Através de inúmeros exemplos fruto das diversas pesquisas realizadas pelo CEA, O’Laughlin demonstra a presença de pessoas, teoricamente entendidas como um obstáculo ao desenvolvimento socialista (religiosos, régulos e outros) atuando e ocupando os espaços pensados como símbolos de mudança, como grupos dinamizadores, células do partido, organização de jovens e mulheres. Em Manica, um secretário do partido de destaque da vila havia sido régulo. Em uma aldeia comunal em Nampula, um líder religioso muçulmano, era membro do partido e encarregado dos assuntos sociais no grupo dinamizador. Um de seus sobrinhos foi o secretário da aldeia, outro foi secretário da célula do partido e sua cunhada esteve no comando da organização das mulheres. Em N’Ganga, província de Tete, em 1982, o secretário da aldeia foi um catequista católico, proprietário de um moinho de milho e um importante comerciante de madeira

contrabandeada. Para O 'Laughlin, essa ilusão dualista seria o legado duradouro do indigenato e a resistência à cooperativização socialista não teria sido, portanto, uma defesa da tradição levada em conta no indigenato, mas uma defesa realista e diferenciada dos meios de subsistência, de um lado, e de interesses de classe, por outro.

As perspectivas aqui apresentadas sobre o poder no período pós-colonial mostram a questão dúbia entre continuidade e ruptura. Por um lado, autores como Mandani apostam na continuidade da versão de seu mundo bifurcado, criado no período colonial, para explicar o período pós-colonial. Bifurcalidade essa relativizada por O 'Laughlin ao pontuar rupturas através de exemplos de autoridades tradicionais que romperam com aquilo que se esperava delas no período colonial e de autoridades tradicionais que, embora acusadas de colaboradoras do colonialismo, integraram algumas estruturas da administração socialista da FRELIMO. Se, para Mbembe, o poder atual pós-colonial seria herdeiro da violência colonial, para Crawford Young, o reordenamento efetivado no contexto da década de 1990 deve ser tomado em conta para uma análise de questões contemporâneas. Além destes, Mikael Karlström aponta uma saída à desesperança indicada por Mbembe ao mostrar que também a população produz relações dialógicas de reciprocidade ritualizada com o Estado. Longe de uma escolha fechada, esta tese dialoga com essas várias vertentes, entendendo que as análises sobre as dinâmicas do deslocamento em Tete indicam, por um lado, uma persistência de projetos de reordenamento populacional nos aldeamentos coloniais, aldeias comunais e atuais reassentamentos e, por outro lado, atestam que também por rupturas, negações e iniciativas próprias de deslocamento se amplia as dinâmicas desse instigante tema.

NARRATIVAS ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

A discussão entre história e memória se torna importante, sobretudo porque as narrativas apresentadas nesta tese partem da memória de pessoas comuns de Tete, que, por sua vez, não fazem parte da história oficial de Moçambique ou mesmo são negadas por ela. Sobre esse assunto, além da discussão apresentada na seção acima, o historiador haitiano Michel-Rolph Trouillot (1995) ajuda a pensar como a própria historicidade compõe algumas narrativas em detrimento de outras, poderosas o bastante para tornaram-se a história aceita. Insistindo no fato de que aquilo que a história é importa menos que o modo como ela funciona, dentro e fora da academia, Trouillot ressalta que a história também se revela

por meio da produção de narrativas específicas. Nesse sentido, importa discutir o processo e as condições de produção dessas narrativas, já que as presenças e ausências encarnadas em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutras e tampouco naturais. Os ausentes *na* história e não somente *da* história nos dão indícios sobre as relações de poder na própria produção historiográfica, que desconsidera, por exemplo, a revolução haitiana como parte da “era das revoluções” (Hobsbawm, 1996).

Sobre esse tema, Michel Pollak (1989) pontua que a emergência das memórias subterrâneas, marginalizadas e silenciadas, dos ausentes da história vem causando um debate e uma disputa entre memórias, uma verdadeira luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Não se trata de historicizar aquelas memórias que já deixaram de existir, mas sobretudo atentar sobre as memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Pollak, 1989: 3 e 15).

Nessa direção, e ampliando o usual recurso da análise da representação e/ou da tradição inventada na relação entre memória e passado, os artigos da coletânea organizada por Werbner (1998), *Memory and the postcolony: African anthropology and the critique of power*, exploram as subjetividades da memória revividas nos corpos e suas marcas, nos documentos públicos, nos projetos de identidade coletiva, nas negociações de parentesco, na retórica de mobilização em períodos eleitorais, nas sepulturas sem nomes e na incapacidade de lembrar os mortos em projetos de anti-memória. Esses textos convidam à reflexão de como a memória pós-colonial pode ser aprendida através de diferentes elementos e Rijk Van Dijk (1998) mostra, por exemplo, como o estado pós-colonial malauiano, governado pelo então presidente Banda, se inspirou em modelos de geritocracia para estabelecer uma relação entre nação e hegemonia, em que os jovens não encontraram lugar e buscaram romper esse modelo, recolocando um futuro para si. Em muitos casos, lembra Werbner (1998), os regimes de poder tentam apagar traços de tirania para garantir um registro da memória sem responsabilizações futuras e evocam a nostalgia para o bem da construção do estado nação.

Ibrahima Thiaw (2010), por exemplo, reflete como certas opções acerca do que reter do passado podem criar identidades raciais, nacionais e étnicas imaginadas. Nesse tocante, o autor problematiza a ilha de Gorée, reconhecida como um dos grandes centros de comércio de escravo e sua transformação no lugar de excelência da memória africana e afro-americana, reativada nas visitas ao museu *Maison des Esclaves*. Nessa versão da memória,

que privilegia o sistema escravocrata e se detém no número de escravos como dado central, contextos anteriores ao tráfico raramente são considerados. Através de pesquisa arqueológica, Thiaw amplia o escopo investigativo ao questionar o papel central do comércio de escravos na ilha, afirmando que a memória produzida entorno do contato do atlântico em Gorée é útil para as metanarrativas nacionalistas e pan-africanistas, mas não dá conta da multiplicidade de variações de experiências de contato das diferentes sociedades africanas que, como quaisquer sociedades, também possuem contradições locais.

Em Moçambique, a disputa pela memória vem sendo discutida nos últimos anos especialmente porque os velhos combatentes da guerra de libertação, ou assim considerados, passaram a publicar suas próprias memórias em forma de biografias ou relatos⁶³. Não por acaso, o Coronel Sérgio Vieira, alto escalão da FRELIMO e natural de Tete, publicou, em 2009, um calhamaço intitulado “Participei, por isso testemunho”⁶⁴ em uma evidente demonstração de poder entre a memória pessoal tornada pública e a memória oficial, na história recente. Vieira também foi responsável pelo relatório sobre a morte de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO, em 1969, e recentemente concedeu uma entrevista afirmando que: “Eu não tenho a minha versão da morte de Mondlane, **mas a versão**” (grifo meu), em uma mais do que óbvia relação entre memória e poder.⁶⁵

Contudo, já em 1986 intelectuais como Aquino de Bragança e Jacques Delpechien, vinculados ao CEA, questionavam se uma história focada na luta de libertação dirigida pela FRELIMO seria o suficiente para compreender o processo de transição em si⁶⁶. Focar na FRELIMO, além de adiar a discussão sobre outras propostas existentes no período, minimizou a participação de pessoas que não necessariamente pegaram em armas, mas que, através de um conjunto de estratégias próprias, driblaram o *chibalo*, fugiram de Moçambique, sonegaram impostos e, assim, corroboraram, pouco a pouco, com o esfacelamento do poder colonial, a exemplo das narrativas desta tese.

Além do âmbito intelectual, a grande narrativa da libertação enquanto memória oficial é questionada em diferentes instâncias. Na política, o líder da oposição, Afonso Dhakama, reivindica um protagonismo histórico em torno da guerra dos 16 anos, que, para ele, foi uma guerra pela democracia e pelas eleições livres e multipartidárias, como já mencionado. David Simango, líder do partido MDM, rememora o papel de seu pai, Uria

⁶³ Entre eles, o próprio ex-presidente Chissano em: CHISSANO, Joaquim. *Vidas, lugares e tempos*. Maputo: Texto Editores, 2011. v. 1.

⁶⁴ VIEIRA, Sérgio. *Participei, logo testemunho*. Maputo: Editora Ndjira, 2009.

⁶⁵ Interessante verificar, nos comentários da matéria, o repúdio dos moçambicanos em relação a esta declaração. Um deles chega a dizer que “Em Moçambique ainda não temos história”.

⁶⁶ Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, “Da idealização da FRELIMO à compreensão da História de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos*, n.5/6 (1986), pp. 30-52.

Simango, na luta de libertação, reivindicando também seu espaço na história oficial, um dos livros que estremeceu a versão oficial da história e teve grande repercussão em Moçambique⁶⁷.

Também a literatura lança um instigante debate sobre memória, história e construção da nação. Sobretudo autores como Ungulani Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho (JPBC), ambos historiadores, produzem textos literários (alguns deles acompanhados de documentos históricos) e, através destes, propõem histórias outras, algumas insistentemente silenciadas. Em suas obras, personagens e tramas parecem diluir o passado no presente e a ficção na realidade, fazendo da literatura um espaço acolhedor para testemunhos e memórias ignoradas pela história nacional. O próprio João Paulo afirma que tanto sua produção historiográfica quanto a literária são uma espécie de narrativas da intuição. História e ficção seriam “expressões e práticas independentes, embora numa perspectiva mais geral de interpretação da vida, elas, sem dúvida, se complementem” (Chaves, 2009). História e literatura seriam, portanto, elaborações do possível e do plausível a partir de experiências vividas (Pesavento, 2003).

Para Nazir Cahn (2015), escritores já legitimados no campo literário moçambicano, como os citados acima, ao participarem da história recente do país, construíram uma relação mais direta com as várias dimensões da realidade, incluindo a utopia, o desencanto e isolamento⁶⁸. E é nessa condição de “exilado” da atual cena política dominante, de alguém que não se sente como parte integrada, que esses escritores “têm desafiado as elites políticas e procurado apresentar (a leitores próximos e distantes) os rumos de uma nação atravessada pela turbulência” (Cahn, 2015: 11).

Nação esta encravada na beira do oceano Índico cuja dimensão simbólica, social e histórica, segundo Elena Brugioni (2014), é capaz de gerar um paradigma crítico e cultural transnacional específico. Analisando as possibilidades de uma cartografia alternativa na literatura produzida no Índico, a autora propõe uma crítica literária que não se restrinja a categorizações meramente linguísticas ou nacionais/regionais⁶⁹. Portanto, uma literatura Índica promoveria um horizonte contextual mais alargado que aquele produzido pela

⁶⁷ NCOMO, Barnabe Lucas. Uria Simango - Um homem, Uma causa. Maputo: Edições Nova África, 2004.

⁶⁸ Para este autor, o campo literário é composto por redes transnacionais que acabam por consolidar a legitimação dos escritores e por redes nacionais mais restritas ao circuito secundário de produção. Ou seja: “O campo literário moçambicano tende à heteronímia, possuindo, pois, mais de um rosto: um circuito tendencialmente nacional (vinculado sobretudo a Maputo e aos inúmeros concursos literários existentes, às associações de jovens escritores, às edições de autor, aos textos espalhados na imprensa de reduzida tiragem ou mesmo na blogosfera, etc.) e outro inclinado à internacionalização (com escritores que, além de publicados em Moçambique, são-no também em Portugal e no Brasil, com alguns deles possuindo ainda textos traduzidos para outras línguas). (Cahn, 2015: 4).

⁶⁹ Como, por exemplo, as chamadas “literatura anglófona”, “literatura francófona” de cariz colonial devido ao apego linguístico ou ainda a “literatura moçambicana” ou “literatura da África ocidental” de caráter regional. Tais caracterizações geralmente definem a chamada “literatura africana” e, portanto, são utilizadas pela autora com as devidas aspás.

nação, região ou língua e “esta revisão conceptual e epistemológica permitiria o surgimento de constelações teóricas diversificadas que não se fundamentam apenas numa relação de oposição entre *colonialidade* e *condição pós-colonial*” (Brugioni, 2014: 40). Para a autora, um dos escritores que promoveria esse reposicionamento espacial e temporal é João Paulo Borges Coelho.

Exemplo interessante nesse sentido é seu personagem Jamal, um costureiro na ilha de Moçambique que, além de fabricar peças para turistas estrangeiros, tece um pano encantado (título do conto) ao construir, com linhas e agulha, o caminho histórico e simbólico das águas que circundam a ilha. Ao tecer as terras como Mtwara, Lindi, Kilwa, Mafia e Begamoyo, onde perdurou o tráfico de escravos, “Jamal não esqueceu de bordar em ponto de argola essa memória, para nos fazer lembrar as correntes que prendiam às pedras dos desgraçados; correntes que ali estavam para que, se algo se escapasse, fosse apenas o desejo que eles tinham de liberdade” (Coelho, 2005: 35). A longa viagem criada por Jamal em seu pano grosso mostrou que partida e destino eram o mesmo lugar e, diante dessa evidência, o narrador questiona se isso não seria um erro do bordadeiro: “Confundindo a realidade direita do percurso com o círculo das suas ideias? Longe disso, porque com o artifício quis Jamal mostrar que era necessário ir e voltar para que tudo ganhasse sentido e ele pudesse ser um haji, um fiel que visitou a Cidade” (Coelho, 2005:36).

Ou seja, as histórias do Índico fornecem indícios de uma articulação entre memórias privadas e narrativas históricas em uma perspectiva transnacional, ou em uma cartografia alternativa, como sugere Brugioni (2014). Além disso, como lembra a autora, a proposta literária de JPBC questiona uma visão celebratória da história ao entrelaçar memórias e testemunhos individuais. E, talvez, o entrelaçamento entre as memórias de pessoas que se deslocaram forçadamente ou por vontade própria com as fontes históricas que retratam os projetos de reordenação (assim como as estratégias para burlá-los) seja uma inspiração para esta tese.

Rediscutir uma historiografia clássica também seria uma das propostas de JPBC, segundo, novamente, Azir Cahn (2009). Não se referir a um espaço temporal concreto e não usar glossários explicativos, como na obra *Campos de Trânsito*, obrigaria o leitor a repensar as oposições binárias de colonizador x colonizados em que supostamente se apoia a historiografia clássica. Para Cahn, esse seria um meio criado por JPBC para encontrar “uma sutil maneira de posicionar-se no “centro” das operações, interrogando o que realmente lhe interessa: o lado humano ocultado nas sombras abandonadas da(s)

História(s)” (Cahn, 2009). Ou seja, fazendo uso da história para transcendê-la, o fato real seria apenas um caminho para guiar os questionamentos e não uma meta.⁷⁰

Em suma, JPBC chama atenção para uma história dominante que não deixa espaço para as memórias individuais, privadas e mesmo conflituosas e que não cabem na comum espetacularização do movimento de independência. Para ele:

A cultura histórica estabelecida é aquela que torna palatável e enriquece uma versão da história pré-existente. Como se esta última fosse uma coluna vertebral e o suposto papel da história não fosse desmontar as vertebbras mas, antes, limitar-se a trazer carne para “encher” os ossos. Como se os episódios silenciados, auto-silenciados, nunca tivessem existido. Não há história sem o permanente questionamento dos seus fundamentos. A actividade da história é indissociável da reflexão epistemológica. Não é o conteúdo das narrativas dominantes que eu questiono, mas a metodologia por detrás da sua construção” (Coelho apud Brugioni, 2010: 435)

Já a obra *Memórias Silenciadas* de Ba Kha Khosa (2013) traz no próprio título a problemática aqui levantada. Parágrafo a parágrafo, Khosa vai manifestando sua crítica em relação às ações do pós-independência, nas quais teria preponderado a “edificação de uma nova moral em catecismos inventados na hora” (Khosa, 2013: 65), período em que um de seus personagens resumiu a “um grande campo de tênis privado onde os pequenos donos se limitam a estender a rede a seu bel prazer em locais que acham seus, por direito adquirido nas matas de libertação. Um direito circunscrito a pequena elite” (Khosa, 2013:101). Ou seja, o direito adquirido nas matas de libertação teria inequívoca relação com a memória aceita e com o “direito” de silenciar outras narrativas, como daqueles enviados aos campos de reeducação e, por que não, dos milhares de deslocados em diferentes momentos da história moçambicana.

Como se buscasse simular a desterritorialização em palavras, Khosa constrói uma representação dos silenciamentos, tanto na história nacional quanto pessoal, nas memórias apagadas em torno do sentimento de pertença. Esse é o caso do personagem Pedro, que passa os dias a vivenciar a boemia de Maputo, cidade onde nasceu após seu pai, Lotasse, emigrar movido pelo trauma de ver o avô de Pedro matar seu boi predileto para um ritual familiar. Porém, mesmo em um contexto socialista onde as tradições passaram a ser entendidas como um atraso, Pedro passa a ser constantemente atormentado por um sonho onde baratas fazem sexo e se auto-mutilam. Cismado com a recorrência dessas imagens, Pedro procura um

⁷⁰ Interessante pontuar que, embora muitos tenham identificado o livro como uma atitude corajosa do autor ao tocar no tema dos campos de reeducação, para ele a proposta foi falar dos “níveis de absurdo que a humanidade, como um todo, é capaz de construir” (Coelho apud Brugioni, 2010: 436), incluindo, mas não se restringindo aos campos de reeducação.

curandeiro que “limitou-se a indicar o caminho da ancestralidade desconhecida, aos avós de que não tinha memória, à mátria terra de campas estranhas e obliteradas pela revolução” (Khosa, 2013 :218). E, assim, deixando para trás o cimento, as fardas, os discursos, os cafés, as casas nacionalizadas, os dinamizadores, os comprometidos, Pedro volta, sem nunca ter ido, para a terra da família *Chibindzi* que há muito o aguardava. Lá, escolhe um boi (animal que levou o pai a abandonar a terra ancestral), dá seu próprio nome a ele e, com isso, assume seu chão, indicando um deslocamento pessoal para além das cartilhas socialistas.

Fundamental pontuar que história e memória não são a mesma coisa, já que a memória pessoal, por exemplo (e não propriamente a memória produzida como história oficial), é afetiva e está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. É algo “suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (Nora, 1993:9), enquanto que a história é uma reconstrução incompleta daquilo que não existe mais, uma representação do passado. E, por ser fruto de um processo de subjetivação, a memória é o resultado do confronto e do diálogo que perpassam tanto as esferas individuais quanto as coletivas. Já a memória histórica, para Maurice Halbwachs (1990), resulta de alguns acontecimentos nacionais transformados em história oficial. Para esse autor, a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, pois é no interior do grupo de convívio ou no grupo de referência que a memória é gestada. Com isso, a memória permite a constituição de uma narrativa sobre o passado de forma peculiar, pois trata-se de um “passado vivido” diferente de um passado apreendido pela história escrita. Segundo Halbwachs, “Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (Halbwachs, 1968: 12).

Já Paul Ricouer (2003) reflete sobre as questões atuais que envolvem a memória deslocando-a não como simples matriz da história, mas como uma reapropriação do passado histórico, ou seja, uma memória instruída pela própria história, como, por exemplo, nos casos de anistia que fazem uso político da memória. Portanto, um dos pontos que diferencia a memória da história, segundo Ricouer, é o reconhecimento de que algo aconteceu através da memória, pois é justamente o reconhecimento que dá a certeza da ausência do passado e “A história pode, no máximo, fornecer construções que ela declara serem reconstruções. Mas entre as reconstruções, tão precisas e próximas dos fatos quanto possível, e o

reconhecimento, subsiste um fosso lógico e fenomenológico”⁷¹. Para esse autor, a história englobaria um horizonte de acontecimentos passados mais amplo do que a memória, cujo alcance seria reduzido, além de parecer devorado pelo vasto campo do tempo histórico. E, assim, memória e história se relacionariam com o esquecimento cujas estratégias se enxertariam diretamente no trabalho de configuração como evitamento, evasão, fuga, bem como formas de rememoração. Dito isso, Ricoeur chama atenção para o fato que também a recordação trazida à tona através de narrativas é necessariamente seletiva. Portanto, a ideia de narrativa exaustiva ou completa é impossível, pois igualmente impossível é se lembrar de absolutamente tudo.

Na mesma linha de pensamento, o já citado historiador inglês Stephen Ellis (2002) lembra que aquilo que um historiador faz é organizar os dados coletados em uma sequência buscando “repensar” os pensamentos dos envolvidos através da criação de uma narrativa. Ou seja, mesmo que um historiador rejeite o fato de que ele conta histórias, ainda assim ele cria uma narrativa de forma ou de outra, implícita pelo tipo de fatos selecionados e a sequência em que estão instaladas. Enfim, nenhuma narrativa baseada em uma série de fatos históricos é sempre completa, não só porque uma informação pode ser sempre adicionada à sequência, mas também porque recontar uma história em si adiciona um novo elemento. O autor também chama atenção sobre a importância de se ver o passado não apenas como o embrião do presente, mas também como um período em seus próprios termos, repleto de insatisfeitas ambições e esperanças frustradas, ideias que antes pareciam importantes, mas que não chegaram a levar a resultados.

Também discutindo a história da África, Frederick Cooper (2008) expõe o risco de uma análise que explore o binarismo colonial através de variações dicotômicas, como o moderno versus o tradicional, ou “o imperialista destruidor versus a tolerante comunidade de vítimas” (Cooper, 2008: 23). Defendendo a complexidade do engajamento dos africanos com instituições importadas e interpretações por eles produzidas, Cooper aponta que o problema do enfoque binário é deixar de lado as contradições originadas de estruturas sociais específicas ao contexto africano. Além disso, os administradores coloniais formularam projetos hegemônicos parciais e contraditórios que não atingiram sua pretensão de dominação total, ao contrário,

⁷¹ A versão original dessa conferência foi escrita e proferida em inglês por Paul Ricoeur em 8 de março de 2003, em Budapeste, sob o título “Memory, history, oblivion”, no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”.

Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia. Acessado em 15/10/2015.

a incapacidade dos regimes coloniais de estabelecer e manter a dominação em meio aos efeitos desiguais do capitalismo, os conduziu a desdobrar as concepções universalistas de engenharia social, desenvolvidas na Europa, apenas para perceber que suas próprias esperanças pelo sucesso de tais tecnologias exigiam que abdicassem de suas crenças sobre a África, das quais dependia o senso de dominação (Cooper, 2008: 40).

Portanto, entendendo o colonialismo como um período não hegemônico, também as formas de resistência podem ter sido menos frontais, mas igualmente deslegitimadoras do colonialismo. Não apenas as resistências com “R maiúsculo”, como ironiza o autor, e que, na maioria das vezes, serviram como símbolo da nação pós-colonial, devem ser consideradas enquanto tal, pois tanto mulheres quanto homens resistiam “afastando-se do coletor de impostos ou agente recrutador, ignorando ordens, respondendo de forma insolente e criticando as afirmações de missionários, médicos e educadores” (Cooper, 2008: 40) e também se deslocando para longe da esfera da ação colonial portuguesa “andando a procura dessa vida”, como sugere esta tese.

TERRITÓRIO E DESLOCAMENTO

Diversas são as questões que podem ser levantadas sobre a relação entre território e deslocamento. Na investigação sobre a hidrelétrica argentina-paraguaia de *Yacyretá*, por exemplo, Gustavo Lins Ribeiro constatou que os megaprojetos são “uma unidade de análise ideal para uma exploração etnográfica de algumas das mais interessantes questões antropológicas contemporâneas, tais como a crescente interdependência das realidades internacional/nacional/regional e local” (Ribeiro, 1991: 16).⁷² E, assim, podemos dizer que os megaprojetos instalados em Moçambique produzem uma ligação entre o global e o local, temática sobre a qual Comarrof e Comaroff (2010) propõem uma interação entre “textos e contextos”, ou seja, nem privilegiar um “eu individual” soberano nem cercá-lo em estruturas asfixiantes. Portanto, recuperar os fragmentos, indivíduos e/ou eventos, e conectá-los a uma sociedade historicamente determinada e, assim, juntar a história e a antropologia seria uma tentativa para evitar que se fabriquem etnografias para o mundo das “comunidades tradicionais” e que se faça história para o “mundo moderno”, fetichizando a diferença.

⁷² Segundo Carlos Vainer (2001), os grandes projetos desenvolvimentistas, como barragens, ferrovias, rodovias, polos industriais, contabilizam, a nível mundial, cerca de 10 milhões de pessoas por ano. No entanto, esses sujeitos raramente são pensados em termos de deslocamento forçado. Em termos de migração intitulada forçada, há um modelo em que a pessoa deve se encaixar, a exemplo das categorias de refugiado, apátrida e exilado.

Ainda sobre a importância de se pensar a relação entre global e local, Carlos Brandão (2009) critica as pesquisas que insistem na busca pela autodeterminação da escala micro, como se as lógicas do capitalismo mundial não afetassem, em algum sentido, as lógicas endógenas. Essa é uma questão relevante, sobretudo ao se tratar dos atuais megaprojetos de exploração em Moçambique, afinal, como pontua o professor, também fatores decisivos exógenos afetam as comunidades, ainda que essa “obviedade” seja desdenhada por muitos pesquisadores. Adam Kuper (2002), por exemplo, acusou Marshall Sahlins de um culturalismo excessivo que exclui “interesses econômicos objetivos e forças materiais, as relações sociais que restringem as opções, a organização do poder e a capacidade que as pessoas que possuem armas têm de impor novas formas de pensar e de agir àqueles que não as possuem” (Kuper, 2002: 257).

O próprio Sahlins (1997) propõe focar sua análise nas respostas locais com o intuito de escapar da afirmação recorrente de que as imposições do capitalismo constituem e dominam a existência humana. Maximizando os exemplos que convêm à sua proposta (alguns movimentos indígenas contemporâneos) e minimizando os efeitos desestruturantes de parte da história (o papel da cultura no colonialismo, por exemplo), o autor questiona algumas oposições ainda hoje utilizadas pela antropologia, como a diferença entre o homem africano do campo e o do meio urbano, sociedade tradicional e sociedade moderna, e demonstra como as populações locais se retroalimentam dos discursos feitos sobre elas e como os sistemas translocais mesclam as categorias rural e urbano, nacional e estrangeiro, a exemplo das ilhas do Pacífico.

Somados a essa relação global e local, outros importantes elementos se referem à desterritorialização causada pelos deslocamentos. Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad (1964), ao se dedicaram à análise do reagrupamento forçado de cerca de 3 milhões de camponeses em “centros” durante a guerra colonial na Argélia, advertem como a disciplinarização do espaço teve como objetivo fundamental o controle da população argelina. O deslocamento desestruturou as formas locais de produção e reciprocidade, resultando na introdução de elementos como renda e rentabilidade, subempregos, conversão do tempo em dinheiro, ou seja, na monetarização das relações. A ruptura com suas rotinas tradicionais, a crescente monetarização e a desconexão com o mundo social a qual estavam anteriormente inseridos teriam provocado um desenraizamento entre os *fellah'in* – camponeses argelinos.

Em verdade, a relação existente entre organização espacial, práticas de desenvolvimento econômico e ações de transformação social é algo relativamente comum.

Os *asentamientos* humanos do Chile, as comunidades *egidárias* no México, as *Ujaama* na Tânzania e as *1000 aldeias socialistas* da Argélia são exemplos claros da intervenção estatal no espaço (Casal, 1996). Em geral, tais intervenções se alimentam do mito da “urbanização”, de que ações urbanizadoras no meio rural garantirão a transformação de camponeses em trabalhadores agrícolas e industriais. E, nesse processo, o modelo da cidade geometrizada, ordenada, dinâmica, desencadeia uma desvalorização do meio rural tido como obscuro, velho, atrasado. E, movida pela sede de mudança, a administração estatal constrói um discurso de que “as representações da modernidade e do progresso geradas pelo traçado de arruamentos, pelas promessas de saneamento básico, de infraestruturas e de equipamento social podem configurar, inicialmente, polos de atração suficientes” (Casal, 1996: 51). Com isso, as populações rurais passam de uma situação de isolamento e certa marginalidade para uma situação de integração e subordinação à nova ordem que se pretende estabelecer. Em suma, o espaço rural passa a ser entendido enquanto um espaço a corrigir e reorganizar.

Em situações como essa, o processo de construção de sentidos e significados de um grupo para com um determinado território, ao que se chama de territorialidade, é ignorado pelo Estado no afã de construir uma territorialização segundo seus parâmetros de organização espacial⁷³. Portanto, a concepção de desterritorialização empregada nesta pesquisa é aqui entendida como um processo formado por um conjunto de ações que afeta diretamente as relações sociais, produtivas, cosmológicas e organizacionais de um povo com seu território. No caso de Moçambique, esse processo foi sendo elaborado em nome de projetos de poder coloniais, socialistas e desenvolvimentistas que se esforçaram em controlar e transformar territórios constituídos como espaços de vida e trabalho em espaços que espelhassem a ideologia de tais projetos. Nesse sentido, a desterritorialização se refere a processos que, através da exclusão e expropriação, impossibilitam grupos de exercerem um controle pleno sobre seu território, lembrando que não há território exterior às relações sociais, ou seja, o território não está relacionado apenas ao espaço físico. “Diríamos ainda que o território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente” (Godoi, 2014: 444).

O geógrafo Haesbart (2007) lembra que todo território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico, já que “as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados” (Haesbart, 2007: 23). Porém, a funcionalidade de território enquanto recurso se torna ainda mais enfático com a

⁷³ Território aqui entendido como um conjunto de relações que “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. (Haesbaert, 2004a: 95-96).

presença dos chamados "recursos naturais". Buscando não reduzir a territorialidade apenas a uma dimensão simbólico-cultural territorial, esse autor conjuga a materialidade e a imaterialidade de um determinado território enquanto um "espaço vivido". Portanto, a desterritorialização não é aqui pensada como uma "possibilidade" de desenraizamento proporcionado pela ideia de fluidez globalizada comum nos estudos dos chamados pós-modernistas e, sim, um processo que dificulta ou mesmo impede a garantia do território abrigo, fundamento mínimo para a reprodução física e cotidiana do grupo.

De todo modo, projetos como os aldeamentos coloniais, aldeias comunais e reassentamentos imprimiram mudanças que alteram de forma autoritária os modos de vida da população local ao impor um modelo de moradia e de família nuclear, uma forma de produção e uma organização espacial e mesmo uma arquitetura específica, alheios ao modo de vida disperso. E, para concretizar esse projeto de sociedade desejada, uma série de elementos planificadores, como relatórios, mapas prospectivos e projetos arquitetônicos, se multiplicam e também pessoas, animais, produtos, hectares passaram a ser contabilizados em um grande exercício técnico e legitimador de mudanças. Os debates sobre reordenamento rural apresentados no próximo capítulo mostram que um empenho técnico em alterar o meio rural esteve presente tanto no período colonial - na tentativa de garantir a adesão do povo moçambicano ao lado português da luta -, quanto no pós-independência, *locus* por excelência da intervenção estatal socializante.

Assim sendo, podemos pensar que a desterritorialização em Moçambique se acirrou a partir do momento em que o conceito de destribalização do pós-guerra norteou o reordenamento rural, conforme evidencia um debate de 1941 apresentado no próximo capítulo. Para o economista Adérito Sedas Nunes, que participou dos trabalhos preparatórios do IIº Plano de Fomento (1959-1964), o destribalizado era o sujeito que vivenciou o impacto da presença europeia na qual "Grandes massas humanas foram desintegradas dos seus quadros socioeconômicos e culturais tradicionais. Mas, dispersas pelos seus povoados ou aglomeradas em cidades, permaneceram, em sua esmagadora maioria, na margem e no exterior das comunidades europeias locais." (Nunes, 1965). O destribalizado seria, portanto, alguém que, deslocado do seu antigo mundo, não teria meios suficientes para acessar o "mundo novo" imposto pela presença europeia, em uma "gente duplamente desenquadrada" e, assim, o destribalizado seria o desterritorializado.

Contribuíram para a condição do "destribalizado" o assalariamento nas grandes plantações, centros industriais ou nas cidades e a consequente transformação das relações de dependência parentais somados à educação e às missões, concorrentes do poder político

e espiritual dos chefes. Depois desta constatação, autores como Sedas Nunes e outros tantos ligados ao campo científico colonial passaram a debater como preencher esse “vazio comunitário”. Portanto, os aldeamentos, regedorias, colonatos, além da militarização resultante do avanço da guerra, implicavam em “um rearranjo fundiário e habitacional das populações africanas, mais concentradas, mais simétricas, mais próximas do centro do poder local e do mercado” (Curto e Cruz, 2015: 119).

Segundo Diogo Curto e Bernardo da Cruz (2015), grande parte das pesquisas que fazem referência ao tema se esforçam em matizar os reordenamentos e o fazem ao defender uma suposta diferenciação entre o esquema de deslocamento destinado a populações sublevadas (aldeias estratégicas) e um deslocamento pautado na concepção de “desenvolvimento social”, cujo discurso se fez presente com os ventos da mudança no pós-indigenato. Para tais autores, a ideia de “destribalizar” os *indígenas* inserindo-os em regedorias⁷⁴ foi anterior à eclosão da guerra que incentivou o reordenamento em centenas de aldeamentos. Nesse sentido, tanto a estratégia militar quanto o paradigma desenvolvimentista caminharam juntos nos espaços do aldeamento, embora, com o acirramento da guerra, tenha prevalecido o cunho militarizado. Evidência desse debate são as acusações em torno do modo de vida disperso já na década de 1940, a ser aprofundado no próximo capítulo.

A pesquisadora moçambicana Inês Macamo Raimundo (2009, 2011) chama atenção para o círculo histórico de deslocamentos em Moçambique resultantes tanto de projetos de reordenamento quanto de calamidades naturais⁷⁵, migração laboral, guerras, além de práticas socioculturais (como feitiçaria e fuga de casamentos arranjados), incluindo também projetos pessoais construídos do outro lado de uma das seis fronteiras existentes em Moçambique. Macamo se dedica a discutir a relação entre gênero e migração, analisando mulheres que atravessam a fronteira cotidianamente para vender seus produtos, em geral insumos alimentícios, ou mulheres que saem da zona rural e se deslocam para a zona urbana para exercer a mesma atividade comercial. Com isso, a autora procura fissurar a ideia corrente de que a migração laboral é uma atividade eminentemente masculina (Raimundo, 2009).

Mas, apesar da diversidade de situações que impulsionam os moçambicanos a se deslocar, interna e externamente, identifica-se uma preponderância de análises centradas no

⁷⁴ *Organização das Regedorias nas Províncias Ultramarinas*. Decreto n.º 43896, de 6 de Setembro de 1961.

⁷⁵ Secas de 1981 a 1984, 1991-1992, 1994-1995. Cheias de 1977 (Limpopo), 1978, 1996 e 2001 (Zambeze), 1985, 1989, 1998, 2000, (Centro e Sul) e Ciclones de 1976, 1977, 1978, 1980, 1981, 1984 1988, 1994, 1996, 1997, 2000. VER: Coelho, João Paulo Borges. *Estado, Comunidades e Calamidades Naturais no Moçambique Rural*. In: Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Boaventura de Sousa Santos (Org.), 2004, Porto: Afrontamento.

trabalho migratório colonial, seja para as minas da África do Sul ou para as *farms* do Zimbabwe (Penvenne, 1982; Harries, 1994). Contudo, alguns pesquisadores buscam ampliar o quadro temático dos deslocamentos, como Isaacman (2005), que, entre diferentes temas, discute os deslocamentos gerados pela barragem de Cahora Bassa, Casal (1988, 1996), que analisa as aldeias comunais como agente desestruturador do modo de vida tradicional, Araújo (1997), que se dedica a pensar no êxodo urbano moçambicano, Borges Coelho (1993, 2004, 2009, 2015), que compara os deslocamentos dos aldeamentos coloniais com as aldeias comunais em Tete, além de analisar os movimentos causados por calamidades naturais e guerras.

Acresce ainda pesquisas como as de Lubkeman's (2000, 2004), que identificam nas movimentações populacionais coloniais não somente uma reação ao próprio domínio colonial. Recusando o viés macropolítico, Lubkeman's cruza fontes históricas com a interlocução de pessoas que migraram em *Machaze*, província de Manica, em diferentes momentos. Através de sua pesquisa, o autor preocupa-se em situar o significado dos movimentos migratórios em uma geografia específica daquele contexto e, assim, se esforça em reduzir o colonialismo à sua real dimensão, indicando que, além de fugir do *chibalo* (trabalho forçado), os migrantes moveram-se em busca de prestígio, novos arranjos conjugais e superação de conflitos sociais como a autoridade dos mais velhos e a feitiçaria. Ao trabalharem no setor da indústria e serviço (e não apenas nas minas, cujo tempo da empreitada era limitada e onde poderiam ser facilmente descobertos quer por familiares, quer por espíritos ancestrais), muitos de seus informantes constituíram famílias dos dois lados da fronteira, o que o autor chama de “poliginia transnacional”. Em suma, “quando estudamos as trajetórias e ações específicas dos povos colonizados, devemos procurar identificar não apenas a heterogeneidade dos seus contatos com o poder colonial, mas também a proporcionalidade variável desse poder enquanto fator que deu forma às preocupações cotidianas e estratégias de vida” (2004: 288).

Omar Ribeiro Thomaz (2012), em suas entrevistas no sul de Moçambique, reitera os diferentes vieses que o deslocamento pode suscitar entre os que se deslocam. Seus interlocutores Sozinho, Castigo e Sábado descrevem as dificuldades nas minas da África do Sul, nos anos 1940, mas enfatizam a possibilidade de divertimento na única folga semanal, o dinheiro ganho para o *lobolo*⁷⁶ e para aquisição de bens, o que jamais conseguiriam ter em

⁷⁶ Parte da cerimônia de casamento onde o noivo paga um valor em dinheiro e/ou bens para a família da noiva e assim sela um compromisso familiar.

Moçambique. Ir para o *joni*⁷⁷ significava, ao mesmo tempo, fugir do *chibalo*, mas também do constante trabalho de pastoreio, das autoridades tradicionais e dos desmandos dos brancos portugueses, segundo eles, piores que os *boers*⁷⁸.

As inúmeras experiências de deslocamento e as relações de poder e estratégias de sobrevivência ali estabelecidas também podem ser apreendidas, mais uma vez, por parte da literatura produzida em Moçambique. Os já citados *Campos de Trânsito* (João Paulo Borges Coelho, 2007) e *Memórias Silenciadas* (Ungulani Ba Ka Khosa, 2013) abordam os campos de reeducação, onde os chamados improdutivos foram enviados no pós-independência. *As duas Sombras do Rio* (João Paulo Borges Coelho, 2003) e *Terra Sonâmbula* (Mia Couto, 2007) abordam a guerra dos 16 anos e seus milhões de refugiados e deslocados internos. Mesmo os deslocamentos pelo país com motivações pessoais não escapam aos autores moçambicanos, a exemplo de *Niktche: Uma História de Poligamia* (Paulina Chiziane, 2004) e *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (Mia Couto, 2003). Nesse último, o personagem Marianinho retorna à ilha Luar-do-Chão para também voltar ao seu passado na casa Nyumba-Kaya, lugar da memória familiar e de uma história já desgastada pelo crescente processo de globalização.

Pina Cabral (2005) afirma que obras como *As duas Sombras do Rio* indicam a *crise de fraternidade* estabelecida em “momentos de vida ou de morte em que os laços criados entre pessoas pela pertença comum são irrevogavelmente negados ou reforçados de forma sublime” (Cabral, 2005: 237), como no caso da guerra civil moçambicana retratada na obra. Embora identifique o esforço de JPBC em narrar a guerra através de personagens que vivem à beira do Zambeze e suas relações estabelecidas com os vizinhos Zimbábue e Zâmbia, Cabral critica a posição de Borges Coelho ao fazer uso de uma história recuada sem elencar, de forma clara, os responsáveis pela guerra civil, optando, inclusive, em representar a RENAMO como “bandidos selvagens, violadores sem causa” (Cabral, 2005: 239). Portanto, segundo Cabral, o primeiro livro de João Paulo não teria colocado os devidos pontos nos is acerca das inúmeras contradições que resultaram na quebra dos laços de fraternidade vividos no pós-Independência, situação, em grande medida, criada pela FRELIMO em ações que contribuíram para a dissociação de laços comunais, como a operação produção, as aldeias comunais e a idealização do homem novo que pouco ou nada tinha a ver com os anseios e expectativas da população.

⁷⁷ Modo pelo qual os mineiros chamavam Johannesburgo, o termo ainda é recorrente em cidades como Maputo e sul moçambicano.

⁷⁸ Brancos sul-africanos descendentes de holandeses.

O fato de não explicitar a causa das armas (Geffray, 1991) talvez seja uma estratégia de JPBC para escrever um texto literário no qual diferentes temporalidades são trazidas à tona pela memória e pela história. Ou seja, optar por falar no comércio de ouro, marfim e de gentes na antiga feira do Zumbo e também de Mama Mére, uma traficante contemporânea de marfim e indicar a continuidade dos processos de deslocamento e dos sistemas de governo que pouco se interessam pelas complexidades locais me parece uma estratégia de quebrar com o binarismo colonialismo e pós-colonialismo, já que tanto o tráfico de escravos, a expropriação de terras pelas companhias, os coletores de impostos e recrutadores de trabalho, quanto o reordenamento rural nos aldeamentos, aldeias comunais e também as guerras de independência e civil impulsionaram os habitantes de Tete à procura de uma sombra em possíveis “ilhas” que pudessem sobreviver, mesmo que confrontados pela contradição entre os espíritos do leão e da cobra, encarnado pelo personagem Leônidas Ntsato. Como bem pontuou Roberta Franco (2013), trata-se de um romance com personagens marcados pelo deslocamento, fruto de encontros e desencontros que formam a região, a exemplo da esposa de Leônidas, Amina, que viera fugida da sua terra, o administrador Nganga Gomanhundo, que seria alguém “quase dali”, a traficante Mama Mère, que chegara do Congo há muitos anos, ou ainda Dona Flora, uma “mulata de Tete”, e Amoda Xavier, que há muito tempo deixara Tete e atravessara o Zambeze para sul. Portanto, “O entrelaçamento entre gestos humanos e fatos históricos desenha-se uma epopeia menor proporcionada pela descoberta de sujeitos e espaços emblemáticos, cujas memórias e testemunhos são resgatados — e simultaneamente resgatam — [d]a História” (Brugioni, 2012: 392).

De toda forma, os constantes deslocamentos também exigiram um contínuo processo de reconstrução territorial. Verena Nogueira (2010), ao falar sobre o ato de “sair pelo mundo” entre camponeses do interior baiano, pontua que, ao experimentarem um intercâmbio com outros espaços e pessoas, também esses “outros” lugares passaram a integrar o território familiar. Essa interconexão entre o território de origem e demais espaços é possível através de redes construídas e constantemente atualizadas pelo movimento de pessoas. No caso da citada pesquisa, a mobilidade em busca de trabalho não teria causado a ruptura em relação ao que a autora chamou de “terra familiar” ou território de origem, já que as conexões proporcionadas pelas redes teriam elaborado uma redefinição do território familiar e não propriamente uma desterritorialização. Portanto, “Partir *pelo mundo* mostrou-se como mais que meramente um trânsito entre lugares, mas um mover-se entre lugares conectados entre si por redes tecidas nessa movimentação” (2010: 245).

Os sentidos e significados da terra também são discutidos por Marcelo Rosa (2012) a partir da “reforma da terra” no pós-*apartheid*, de 1996, que buscou reverter os 87% de terras até então concentradas nas mãos dos brancos. A política segregacionista sul-africana gerou situações como o *labour tenancy*, em que inúmeras famílias negras residentes em fazendas de brancos estabeleceram uma relação de troca da provisão de trabalho ou pagamento por produção da terra. Contudo, Marcelo Rosa argumenta que, embora essa relação de trabalho garanta os atuais direitos à terra, as relações estabelecidas com a terra não se resumem ao trabalho. No caso da reivindicação por parte dos *farm dwellers*⁷⁹ (categorizados como os que residem em uma fazenda que não lhes pertence), entram em jogo as relações de parentesco e religião, que ali transparecem na forma de túmulos, gado, rituais, casas e ancestrais. Ou seja, de fundamental importância para compreender a reivindicação da terra é o *kraal* ali estabelecido, que pode ser definido como a forma básica de moradia de um agregado familiar. É no *Kraal* que se tece a organização social, como a criação de gado para pagamento do lobolo (preço da noiva), no qual se celebram os túmulos que garantem o descanso do corpo e do espírito e onde se colhe os remédios contra raios e tempestades. Portanto, covas, currais e plantas, entre outros, são elementos fundamentais para o equilíbrio do *Kraal* e, com isso, a terra não pode ser resumida a uma mera unidade de produção e trabalho.

Nos *Kraals*, pesquisados por Rosa na região de Kwazulu-Natal, foram identificados uma organização espacial interligada por construções de barro cercadas e distribuídas entre quartos de dormir para membros das famílias (cada unidade construída separada das demais), casa redonda para os ancestrais, cozinha comunal, depósito, quartos de visita, galinheiro, curral para gado, curral para cabras, horta de vegetais, latrina e covas. A casa redonda para os ancestrais, além de ser o espaço de consulta, foi apontada pelos entrevistados como a casa da família que nunca poderia ser demolida e apenas reconstruída em caso de desmoronamento. Porém, a chegada de novos donos vem criando conflitos com os *Kraals* existentes, ainda que a legislação permita que os *farm dwellers*, que mantinham *kraal*, de forma consentida, nas fazendas antes de fevereiro de 1997, tenham o direito de posse sobre essas terras. Mas os novos proprietários acabam limitando o acesso ao barro, grama e pastos usados pelos *Kraals*, gerando uma situação chamada de expulsão construída/despejo construtivo em que, não podendo manter o equilíbrio de seu *Kraal*, seus habitantes optam por deixar a fazenda (Rosa, 2012: 380). E essas demandas em torno da

⁷⁹ Esse é o grupo que forma a base do *Landless People's Movement* (LPM), um movimento que luta pela reivindicação de reforma da terra.

unidade residencial mostram que a terra é entendida como um espaço de vida e não apenas de trabalho.

O tema das casas e do habitat é importante para se pensar a relação entre território e deslocamento. Novamente Bourdieu (1999), ao descrever a casa *Kabyle* na Argélia, nos mostra, por exemplo, como as oposições arquitetônicas (parte baixa e alta das casas) e as posições cardinais (leste e oeste) organizam e garantem o equilíbrio das famílias, e mesmo do grupo, já que as casas são inter-relacionadas. A parte baixa e escura da casa, local em que se guardam objetos úmidos, verdes ou crus, como jarros de água, forragem verde, é também o local dos seres naturais como bois, vacas e mulas. Com isso, a parte baixa funciona como local de atividades naturais, como o sexo, o sono, o parto e a morte. Já a parte alta da casa, mais iluminada e nobre, é destinada aos humanos e hóspedes, objetos fabricados pelo fogo, utensílios de cozinha, a lareira - “ventre da casa” -, o fuzil - insígnia da virilidade - e o tear - símbolo de proteção. Até mesmo o movimento de saída da casa, feito a leste, respeita a direção da luz. Já a porta deve permanecer aberta no verão, representando a prosperidade dos campos, e, se fechada, pode trazer escassez e esterilidade. Assim, segundo Bourdieu, a parte baixa seria destinada à natureza e a de cima, à cultura. As oposições de gênero, do espaço dentro e fora, do leste e oeste, cozido e cru, entre outros, expressos na casa e seu conjunto, também estariam representadas no próprio universo

Em Moçambique, autores como Casal (1984, 1989, 1990) e Geffray (1980, 1991) fazem análises similares sobre as edificações e suas funções nos aglomerados familiares, aos quais se dedicaram a pesquisar, a serem abordados no capítulo IV. Como bem resumiu Marcelli (1999), ao se dedicar ao estudo das casas de famílias no recôncavo baiano:

A construção mobiliza projetos individuais, recursos humanos e materiais de uma coletividade, constituída a partir de mecanismos socioculturais acionados pela ideologia da família e do parentesco. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação (Marcelin, 1999: 36).

Também Aina Guimarães Azevedo (2013) lembra que uma das marcas da expropriação e segregação de grande parte da população negra da África do Sul inclui o debate sobre a moradia. Desde as “Reservas”, depois chamadas de “Bantustans” ou “Homeland”, designadas para os negros⁸⁰, passando pelas leis segregacionistas⁸¹ e

⁸⁰ *Native Land Act*, promulgado em 1913.

⁸¹ *Native Urban Areas*, de 1923.

expropriação de terras⁸², diferentes foram os locais para os quais as pessoas foram obrigadas a se mudar, impondo problemas fundamentais, já que “morar não é meramente habitar uma determinada casa em algum lugar, mas praticar certos rituais, transformar as formas encontradas e lidar com certas possibilidades cosmológicas capazes de configurar o morar bem” (Azevedo, 2013: 44). Segundo Azevedo, as mudanças de lugar precisam de um tratamento ritualístico, já que avisar os ancestrais sobre novos lugares de morada é fundamental para manter o equilíbrio das relações, lembrando que, no caso das casas rachadas no reassentamento da mineradora Vale, em Tete, uma das explicações para as rachaduras foi que não se havia feito um ritual para os ancestrais “aprovarem” a mudança.

Em suma, o que a autora mostra, no caso sul africano e que, em grande medida, se assemelha a Moçambique, é que

A relação entre pessoas, casas e ancestrais guarda uma referência essencial à hierarquia entre a *home/ekhaya* (onde estão enterrados os ancestrais) e as demais casas experienciadas ao longo de vidas marcadas por mudanças. Em todos os casos, o local de descanso – os *amathuna* (túmulos dos ancestrais) – permanece como uma referência imutável diante de quaisquer mudanças (Azevedo, 2013: 60).

Além disso, ao se referir ao lar, as pessoas fazem referência aos *amathuna* e não ao local onde estão a morar na ocasião, situação descrita pelo entrevistado senhor Manejo, morador de Changara Sede, que se diz pertencente ao distrito de Macanga por lá estar enterrado seus avós, ainda que lá nunca tenha ido⁸³. A situação de *vindouro* devido aos constantes deslocamentos e outros elementos que compõem o vasto quadro deste tema serão discutidas nos próximos capítulos.

⁸² *Development Trust and Land Act*, de 1936.

⁸³ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2014.

CAPÍTULO IV - MOVIMENTOS EM CONTROLE: PROJETOS

No dia 29 de março de 1972, o senhor Euclides Mendes Pinhal, então administrador do Conselho de Moatize, em carta ao administrador do Posto Administrativo de Caldas Xavier, informava que: “do plano de aldeamentos deste Conselho já estava prevista a deslocação da população da povoação *Machêdua* para o aldeamento do Cateme”⁸⁴. O documento pesquisado detalha que a citada população *Machêdua*, a ser deslocada, era composta por 624 pessoas, categorizados como 137 homens, 187 menores de 18 anos (masculinos); 138 mulheres e 162 menores de 18 anos (femininos). A preocupação colonial em aldear a população de Moatize foi apressada após os nacionalistas realizarem sua primeira emboscada em um trem, no início de 1972, e, nessa perspectiva, era preciso refrear a presença considerada subversiva do contato com a população, sobretudo em locais como Moatize e Cahora Bassa, cujos empreendimentos econômicos eram emblemáticos para uma imagem progressista portuguesa. Portanto, o aldeamento de Cateme, criado em 1971, num processo de deslocamento forçado implementado pelos portugueses para afastar aquelas pessoas de contatos com os nacionalistas, se inscreve em um contexto em que Portugal apelou para a reordenação populacional na tentativa de adiar o fim do colonialismo e proteger seus investimentos.

No entanto, Cateme é o exato local onde cerca de 700 famílias, provenientes das antigas comunidades Malabwé, Mithethe, bairros de Bagamoyo e Chipanga, foram, no ano de 2009, reassentadas em detrimento do megaprojeto de Carvão Moatize da mineradora brasileira Vale. Diferentes são os objetivos que caracterizam os deslocamentos forçados de 1971 e 2009, em Cateme, mas inúmeras são as semelhanças que podem ser identificadas em seus projetos. Considerando que inúmeros aldeamentos foram transformados em aldeias comunais no pós-independência, Cateme pode ter sido um dentre tantos outros a completar a prática de desterritorialização levada a cabo em diferentes “tempos” históricos moçambicanos.

Portanto, o objetivo deste capítulo é apresentar os três projetos de deslocamento forçado em Moçambique, sobretudo na Província de Tete, através de diferentes temas. O primeiro deles tem a ver com o combate à dispersão, especialmente empregado no colonialismo e no pós-independência logo na primeira sessão. O segundo ponto se refere às semelhanças existentes na organização do espaço e na arquitetura empregada dos

⁸⁴ Administração do Conselho de Moatize, Administração secção A: Serviços de Transmissões. (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 1, 29/03/1972.

aldeamentos coloniais, aldeias comunais e reassentamentos nas sessões subsequentes. Tal discussão será permeada pela noção de uma persistência histórica institucional, na qual tais projetos se vinculam, mas também apresentará as estratégias que ampliam a própria ideia de “continuidade”, como a fuga, a negação, a sabotagem, o abandono dos aldeamentos, das aldeias e dos reassentamentos.

“*VIVER COMO GENTE*” E NÃO DISPERSOS!

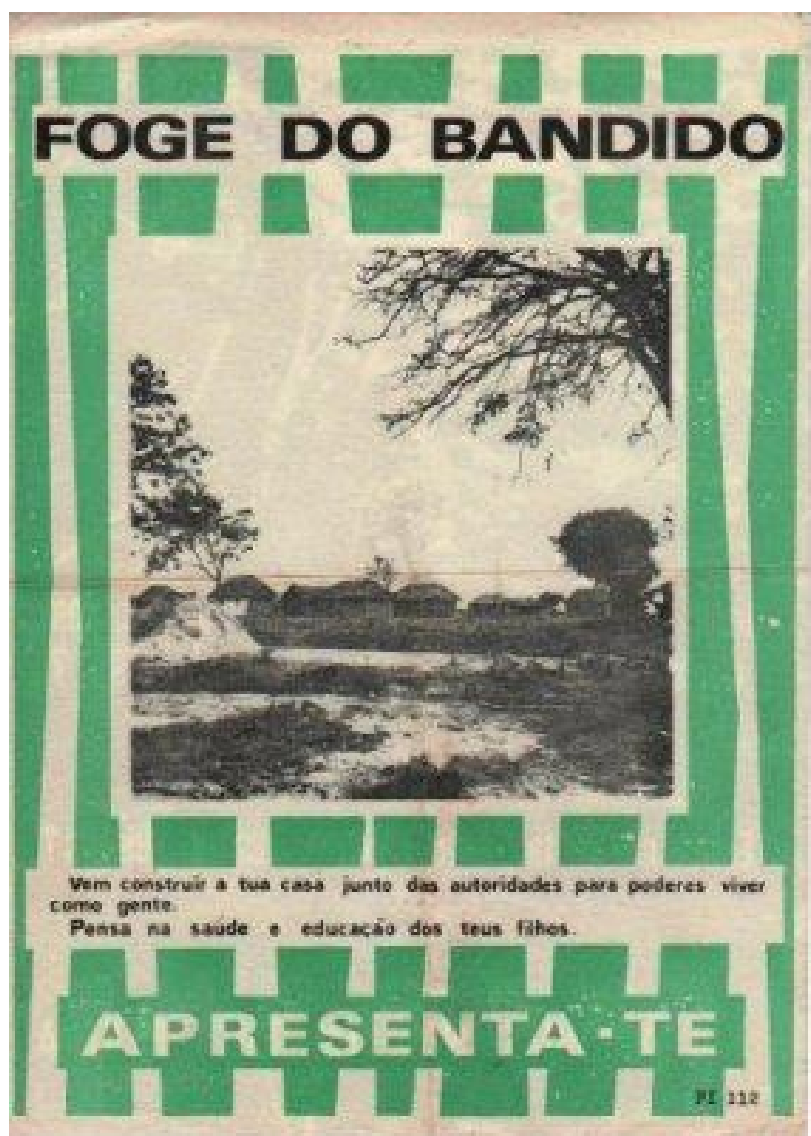


Imagem 5: Propaganda da ação psicológica em Angola.
Fonte: Blog do ex-combatente Antônio C. Martins Matos

“Foge do bandido. Vem construir tua casa junto das autoridades para poderes viver como gente. Pensa na saúde e educação dos teus filhos”. Embora o panfleto tenha sido

produzido em um contexto de guerra, em que o controle sob as pessoas se torna uma estratégia fundamental, o debate sobre a “dispersão” da população local fez parte das preocupações coloniais desde a ocupação efetiva e se acirrou com as reformas administrativas do Estado Novo. Essa é uma questão importante a ser discutida, uma vez que, ainda hoje, a dispersão da população moçambicana continua sendo motivo de debates, assim como foi no período pós-independência, quando Samora Machel preconizou que “dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder”⁸⁵.

Analisando as fontes documentais da administração colonial (sobretudo o Fundo de Tete) e da administração pós-colonial (especialmente a Comissão Nacional das Aldeias Comunais), assim como o projeto do reassentamento da Vale, vê-se que a “incriminação” da dispersão é a primeira semelhança entre os três projetos de reordenação ou deslocamento forçado analisados nesta tese. A dispersão é apresentada como impedimento do *progresso*, da *evolução* e do *desenvolvimento*, termos reiteradamente utilizados no período colonial, no socialista e no atual desenvolvimentista, assim como a aglomeração de pessoas é exposta como pré-requisito para o *viver bem*, *viver adequadamente* e, no limite, *viver como gente*. Nesse sentido, o *desenvolvimento comunitário*, categoria enfatizada no pós-segunda guerra mundial, e ainda hoje em voga, foi entendido como antônimo da dispersão, resultando nos projetos arquitetônicos de ajuntamento de pessoas, explorados nas próximas sessões.

Um dos primeiros debates em torno da necessidade de reordenamento rural dos aldeamentos nas colônias na África consta no Boletim Geral das Colônias nº 191, do ano de 1941, que se dedica longamente a discutir o Processo de Consulta nº 37, intitulado *Organização social e econômica das populações indígenas*⁸⁶. Logo no início do texto, pesquisado na plataforma Memória – África, somos informados que o processo é constituído por um projeto de decreto com catorze artigos em que são estabelecidas “algumas das bases essenciais em que deverá assentar essa obra tão necessária e tão importante de aldeamento indígena nas colônias”⁸⁷ e um parecer elaborado pelo Conselho do Império Colonial, incluindo as declarações de votos de seus participantes⁸⁸.

⁸⁵ Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, VIII Seção do Comité Central. Resoluções sobre aldeias comunais, Discurso de Samora Machel na abertura da Escola do Partido). Cx. 166, 25 de outubro de 1975.

⁸⁶ Das 168 páginas do citado Boletim, 112 delas são dedicadas ao assunto dos aldeamentos. Fonte: *Processo de Consulta nº 37: Organização social e econômica das populações indígenas*. In: Boletim Geral das Colônias. XVII – 191. PORTUGAL. Agência Geral das Colônias, Vol. XVII - 191, 1941, 168 págs. Disponível em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N191&p=88>. Acessado em 25/05/2016.

⁸⁷ Ibidem, p.7.

⁸⁸ O Conselho do Império Colonial, existente desde 1850, foi o principal organismo colegial e consultivo permanente, integrado no Ministério das Colônias/Ultramar. Suas funções eram aconselhar na produção e fixação de pareceres para aplicação da política colonial e julgar, funcionando como Supremo Tribunal Administrativo e Fiscal.

Antes de adentrar no tema dos aldeamentos, o condutor do debate, o relator do parecer e professor Lopo Vaz de Sampaio e Melo, profere uma longa sumária sobre a sociologia colonial portuguesa, definida por ele como inspirada “pela doçura dos costumes, pelo igualitarismo humano regado por Jesus Cristo e por um natural *humanitarismo* jamais excedido, ou sequer igualado, por outro povo, antigo ou moderno, que tenha sido presa da febre expansionista (grifos próprios da fonte)”.⁸⁹

Esse “humanitarismo” regado pelo próprio Cristo teria conduzido uma política indígena cuja prerrogativa deveria ser “a extirpação do nomadismo pelo aldeamento”⁹⁰. Portanto, somente o aldeamento disporia de meios que permitissem o contato social com o elemento civilizado, favorecendo um certo espírito da assimilação. Além disso, os aldeamentos permitiram, nos termos de Melo, uma associação racial hierarquizada, uma associação litúrgica através de catequização e, no plano militar, uma assimilação político-social já que “a manutenção da ordem nos territórios ocupados raramente se pode efetuar sem a cooperação indígena”.⁹¹

O debate conduzido por Melo atesta como a dispersão foi entendida enquanto uma verdadeira frente de batalha civilizatória e militar. Para ele, era urgente “combater de frente e com decisão, o nomadismo tribal onde quer que se observem, entre os indígenas, quaisquer hábitos ou, se quer, tendências erráticas”⁹². Ou seja, segundo o autor, o aldeamento seria eficaz ferramenta para concretizar o projeto assimilacionista ao modo de ser português no mundo. Além disso, a luta contra a dispersão indicava o controle sobre a população e sobre o excedente a ser comercializado. Não por acaso, o professor Melo sugeriu o ensino agrícola “estritamente prático” para cada aldeia e previu demais ações intervencionistas, como a imposição de práticas higiênicas e a implementação de cooperativas indígenas de produção e consumo.

Depois de tecer suas elucubrações teóricas, Melo analisou o projeto de decreto, indicando falhas, mas, sobretudo, legitimando a proposta. Entre suas “reservas” quanto ao projeto, pontuou que a instituição de propriedade prevista para *casais* seria prematura, pois não se adequaria aos meios sociais indígenas “ainda etnologicamente caracterizado pela incultura”.⁹³ Contudo, acreditando que uma organização social e territorial encabeçada por *casais* seria instituída a partir da assimilação dos valores europeus, Melo aprovou mas

⁸⁹ Ibidem, p.13 e 14.

⁹⁰ Ibidem, p.15.

⁹¹ Ibidem, p.47.

⁹² Ibidem, p.52.

⁹³ Ibidem, p.52. Casais é uma categoria usada na fonte para indicar a necessidade de formação de uma família nuclear.

retificou o Artº VII sobre a disposição espacial dos *casais de família*. Para ele, o habitat dos *casais* deveria ser organizado através de:

Uma habitação de tipo gentílica, mas higiênica; um quintal de dois a quatro hectares de superfície, com um cercado em que serão, exclusivamente, feitas a cultura permanente de árvores de fruta e outras e a cultura hortense e instalações apropriadas para animais de trabalho e aves domésticas.⁹⁴

A retificação sugerida seria que o quintal do *casal* fosse reduzido para 1 hectare e o quintal da família, em torno das aldeias, dos 5-10 hectares iniciais para 2-4 hectares. A terra destinada a esses *casais de família* não poderia ser alienada e teriam preferência os chefes de família que tivessem prestado serviço militar e com bom comportamento, depois os que tivessem sido recrutados em grandes empresas agrícolas e, por fim, os que tivessem maior número de filhos (Artº Xº: 68). Melo também ponderou que, além das empresas agrícolas, também as empresas pecuárias, industriais e mineiras deveriam contar com o apoio do Estado para organizar tais aldeias.

Portanto, além de fazer “evoluir” os hábitos *indígenas* a partir de uma visão humanitarista cristã, o projeto dos aldeamentos foi pensado, desde o início, como uma reserva de mão de obra para empresas coloniais. Em suma, o projeto de decreto sobre a *Organização social e econômica das populações indígenas* destila os princípios ideológicos em que a desterritorialização foi sendo acionada no período colonial. Nesse projeto, a individualização foi desenhada em contraponto às formas coletivas de organização local e à distribuição de terras limitada aos trabalhadores reconhecidos como tais pela administração colonial. Mesmo a escolha do local das aldeias deveria ser guiada para tornar a administração mais eficaz e promover a mudança da economia agrícola local, voltada para “uma lógica estratégica de mercado com melhores ligações à rede de estradas da Colônia”.⁹⁵ Para o colonialismo português, as aldeias não mais deveriam ser entendidas como espaços sociais e sim locais que possibilitassem o escoamento de produtos, a construção de obras públicas, os serviços de saúde, tudo bem calculado, demarcado, agrimensurado.

Contudo, o parecer conduzido por Sampaio e Melo não agradou a todos do Conselho do Império Colonial. Os embates ficam evidentes nas declarações de voto de seus participantes. Eduardo Marques, por exemplo, apregoou que *a promiscuidade gentílica* manifesta na poligamia deveria promover a instituição de diferentes espaços, como aldeias cristãs formadas por casais educados nas missões religiosas particionadas pelo Estado, e

⁹⁴ Ibidem, p.53.

⁹⁵ Ibidem, p.72.

aldeias de *indígenas* e mestiços assimilados e bairros indígenas, próximos aos grandes centros urbanos. Marcelo Caetano também advogou em nome de um separatismo, propondo a criação de aldeamentos para acolher o que chamou de semi-assimilados, que, “sendo negros ou mestiços, adquiriram um verniz externo de civilização e se colocaram em rebeldia contra a disciplina tribal, repudiando as autoridades e os usos e costumes indígenas, mas sem terem assimilado concepções fundamentais da moral e da técnica do colonizador”.⁹⁶

Outros membros do Conselho, como Teófilo Duarte, foram mais incisivos ao pontuar os termos demasiado genéricos do projeto de decreto, a exemplo da crença em uma ausência total da noção de propriedade individual *indígena* ou a existência da coletivização do trabalho em que o decreto foi constituído.⁹⁷ Para Teófilo, o *indígena* relutava em se aldear devido “o sacrifício que para ele representa as chamadas constantes para os serviços os mais diversos”.⁹⁸ Portanto, o problema do aldeamento estaria no sistema de recrutamento gratuito e obrigatório da mão de obra “pois nada para ele é mais odioso que o trabalho compelido, e nada mais precioso que a proteção contra requisições de mão de obra”.⁹⁹ Nesse sentido, o aldeamento deveria “proteger” os *indígenas* do recrutamento do trabalho, assim como, segundo Teófilo, havia ocorrido nos aldeamentos jesuítos brasileiros em relação aos caçadores bandeirantes.¹⁰⁰

A mais reveladora declaração de votos frente ao reordenamento territorial *indígena* através dos aldeamentos foi elaborada por Álvaro Eugênio Neves da Fontoura. Citando seu próprio texto *O Trabalho dos Indígenas de Timor*, apresentado no Congresso Colonial, e valendo-se da sua experiência como governador daquele território, Fontoura fala dos problemas que lá enfrentou. O primeiro deles derivaria do fato que “os indígenas, no geral, preferem que a sua vida decorra fora dos olhares indiscretos de quem não compreende bem seus usos e costumes”.¹⁰¹ Por mais que a administração tenha se esforçado na construção das aldeias com casas bem alinhadas, o autor evidencia que a população local criava estratégias para negar tais aldeias já que “muitas vezes essas aldeias ou não chegam a ser ocupadas, ou são-no, sobre pressão da autoridade, apenas durante o tempo necessário para que essa pressão diminua, e depois tudo volta à situação anterior”.¹⁰²

⁹⁶ Ibidem, p.87.

⁹⁷ Teófilo fala em “diferentes escalas de propriedade” como árvores e plantações e mesmo de porções de terra herdadas dos antepassados. Sobre o trabalho coletivo, para ele, este ocorreria apenas a nível do parentesco, não havendo um trabalho em comum com repartição de produtos fora do círculo da família.

⁹⁸ Ibidem, p.75.

⁹⁹ Ibidem, p.76.

¹⁰⁰ Afirmação contradita por John Monteiro na instigante obra *Negros da Terra*, que detalha os aldeamentos jesuítos enquanto alvo preferencial dos caçadores de índios, ali supostamente mais “civilizados” (Monteiro, 1994).

¹⁰¹ Ibidem, p.94.

¹⁰² Idem.

Intitulando-se conhecedor da mentalidade *indígena*, Fontoura recomendava que era necessário verificar se a construção da aldeia seria considerada pelos *indígenas* como um benefício ou não. Tal cautela seria uma estratégia para incentivar outras populações a se aldearem por conta própria. Para tanto, auxílios especiais para constituição de uma família católica, como faziam os missionários com seus jovens, poderiam ajudar na edificação dos aldeamentos. Fontoura também se mostrou mais atento aos significados da dispersão dos *indígenas* que, segundo ele, tinham “razões lógicas de ser”, como imperativos econômicos e de segurança frente a intempéries da natureza.

A participação de Fontoura no debate mostra que a administração portuguesa teve indícios práticos para perceber que a simples criação de uma aldeia não seria suficiente para uma mudança de costumes locais. Embora muitos dos legisladores nunca tivessem pisado o pé nas colônias, criando um enorme fosso entre teoria e prática, Fontoura se destacou por trazer, diante do Conselho, sua experiência frustrada com o reordenamento de populações em Timor. Ainda assim, o que parece ter prevalecido foi uma leitura da aglomeração populacional enquanto essencial para a alteração dos modelos *indígenas* de organização do trabalho e da família, intimamente ligados com seus territórios.

Embora algumas críticas tivessem sido pronunciadas, o projeto de decreto mostra duas principais frentes que pautaram o reordenamento rural colonial português na primeira metade do século XX: a vertente econômica, produzida em diálogo com o que Marcelo Caetano chamou de a conhecida fórmula “Para o indígena a produção, para o europeu a comercialização e industrialização”¹⁰³, e a vertente fruto de um projeto assimilacionista baseado na transformação de hábitos e costumes que, supostamente, otimizaria a exploração colonial. Nesse sentido, o slogan repetido por Marcelo Caetano durante o debate evidencia que aldear era um meio para civilizar impondo hábitos higiênicos, familiares (*casal de família*) e, sobretudo, o hábito do trabalho através das machambas demarcadas e culturas agrícolas impostas. Portanto, combater a dispersão significava, ao mesmo tempo, a possibilidade de transformar “os usos e costumes” dos *incultos indígenas* e controlar seu trabalho, garantindo tanto a matéria-prima para o mercado europeu quanto o pagamento dos impostos resultantes da venda dos excedentes. Como demonstrado no capítulo anterior, racialização, trabalho e expropriação de terras são uma trindade indissociável do domínio colonial.

O debate em torno dos aldeamentos resultou em um projeto de ruralato, apresentado em 1944 pelo Inspetor Franco Rodrigues após uma pesquisa de campo na Zambézia

¹⁰³ Ibidem, p.105.

(Negirão, 2005). O ruralato seria um meio termo entre a ocupação dispersa e a concentração em aldeias que preservaria a unidade espacial entre residência e produção. O projeto consistiu na distribuição de 2-8 hectares de terreno em um local determinado pela administração, onde as populações seriam convencidas a permanecer e plantar aquilo que fosse igualmente determinado. O primeiro passo para controlar a dispersão seria, portanto, transformar a agricultura itinerante com a fixação das famílias. Fornecimento de sementes e implementos seria distribuído para atrair os *indígenas* para tal modelo. O ruralato se fez presente em vários distritos no norte de Moçambique, na década de 1940 e início de 1950, sobretudo em áreas de produção de algodão, subtraindo, cada vez mais, terras e tempo de produção de alimentos. Esse formato de organização territorial serviu de base para os aldeamentos coloniais detalhados na próxima seção.

Com a guerra de independência, o reordenamento rural ganhou outros significados e, de um espaço para se propagar os hábitos europeus, os aglomerados foram sendo transformados em fortalezas físicas e psicológicas que impediriam o avanço dos chamados subversivos. Diferente do debate de 1941, o reordenamento rural se tornou uma questão de defesa estratégica, conforme atesta José Santareno, diretor da Junta Provincial de Povoamento de Moçambique (1968-1974), entrevistado pelo pesquisador José Luís Cabaço no início dos anos 2000. Na entrevista, Santareno indica que o pretense desenvolvimento do período tardo colonial considerou que o combate à dispersão surtiria efeitos com a edificação de aldeamentos que, supostamente, atrairia as populações para tais espaços, mas que essa “mentalização” teve de ser modificada com o avançar da guerra:

Você sabe tão bem como eu que a população nativa é muito difícil de agregar. Não gostam, gostam de viver isolados. Mas isso é impossível. A gente não pode pensar em desenvolver um povo com três casas aqui, a 20 Km, outra casa. De fato, pensou-se lentamente, escolher locais e nesses locais montar o tal posto sanitário, a tal escola, segundo um princípio chamado “polo de atração” em que as próprias populações, segundo a mentalização, se sentissem motivadas para ir para ali e usufruir daqueles bens normais em toda parte (...) mas fomos apanhados pela guerra e foi preciso juntar as populações, fazer uma adaptação (*Apud* Cabaço, 2009: 248).

Contudo, a preocupação com a dispersão e os projetos de reordenamento não se restringiram ao período colonial. Também a política instaurada no pós-independência centrou seus esforços na reordenação rural que, diferente do projeto colonial alicerçado na assimilação, exploração da terra e da mão de obra colonizada, se fundamentou na coletivização socialista. Portanto, o socialismo de guerra vivenciado nas zonas de libertação

da FRELIMO orientou o modelo de organização política implementado nacionalmente. Nesse, o projeto de desenvolvimento rural, embebido do espírito revolucionário, foi propagado como um meio para pôr fim aos vestígios “coloniais-capitalistas” ou “tradicionais-feudais”, verdadeiras palavras de ordem naquela altura.

Na perspectiva do novo governo, a aldeia comunal seria o microcosmo da transformação do *Homem novo* moçambicano que, para ser produtivo e organizado, não deveria estar a viver disperso nos matos. Segundo atesta documento pesquisado, durante a abertura da *Escola do Partido*, realizada na Matola, em 25 de outubro de 1975, o presidente Samora Machel enfatizava sua visão sobre a dispersão, asseverando que as aldeias comunais “são este instrumento político porque nos unem e organizam e assim habilitam-nos a exercer efetivamente o poder conquistado. Devemos saber que dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder”.¹⁰⁴ Tal citação foi inserida na *Resolução sobre Aldeias Comunais*, principal documento no tocante à definição das ACs, elaborado durante a 8ª Seção do Comitê Central da FRELIMO, em 1976. Na resolução, a dispersão foi identificada como um entrave para os camponeses, pois “impedia-os de se organizarem e conjugarem os seus esforços no sentido de controlar a natureza e, por outro lado, constituir a força capaz de resistir à exploração capitalista”.¹⁰⁵ O documento continua dissertando sobre o tema da dispersão, com o alerta de que

Devemos estar conscientes das desvantagens de continuarmos a viver dispersos, separados por quilômetros e quilômetros de zonas desabitadas. O colonialismo, conhecedor desta realidade, utilizou-a e acentuou-a, de modo a agravar as condições de isolamento do campesinato moçambicano, a impedir a troca de experiências, a coordenação e a unidade entre os camponeses mais explorados. De facto, se as massas camponesas exploradas se organizarem para viverem em conjunto nas aldeias comunais poderão coordenar e conjugar seus esforços, criando as bases sólidas para o desenvolvimento político, cultural, econômico e social, em suma, para a melhoria global das suas condições de vida.¹⁰⁶

Nesse documento, é possível perceber que a leitura que a FRELIMO fez das ações coloniais não coincide com o esforço da administração colonial em acabar com o “isolamento” das populações, expresso nos debates sobre o reordenamento. Ao não mencionar as ações de reordenamento coloniais, a FRELIMO buscou legitimar a proposta de aldeamento na construção do homem novo. Com isso, os problemas das imensas “zonas

¹⁰⁴ Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, VIII Seção do Comitê Central. Resoluções sobre aldeias comunais, Discurso de Samora Machel na abertura da Escola do Partido). Cx 166, 25 de outubro de 1975.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.32.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.9.

desabitadas” foi identificado como uma estratégia de dominação colonial que deveria ser alterada através da instituição das aldeias comunais.

Cinco anos depois da fala de 1975, o combate à dispersão continuava presente nos discursos do presidente Samora Machel, como o proferido aos administradores distritais, em 1980. Nesse, a dispersão é enquadrada como um obstáculo para o avanço econômico e social que a FRELIMO pretendia alcançar e somente através da socialização do campo

Ultrapassaremos a presente situação em que a pequena produção é dominante. Temos milhões de pequenitas machambas, dispersas, sem rendimento. Temos milhões de machambas que não permitem alimentar bem o Povo; que não permitem acumular riqueza necessária para comprar a camisa, a capulana, os sapatos, a enxada, o arado, o prato, o copo, os utensílios necessários à nossa vida. Dispersos não produziremos a riqueza necessária. Não produziremos o excedente de que precisamos para construir as fábricas que produzem as alfaías agrícolas, os tratores, a roupa, o calçado, o cimento e os utensílios necessários à nossa vida.¹⁰⁷

Além de ser combatida, a dispersão foi categorizada como uma má influência para os habitantes das aldeias comunais. *A resolução sobre Questões Sociais e Culturais*, elaborada em 1980 para a 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, indicou a permanência dos “valores socioculturais do colonialismo” e da “sociedade feudal”, como ritos de iniciação, feitiçaria, lobolo, poligamia, que continuavam sendo realizadas com especial apoio das populações dispersas e periféricas às aldeias¹⁰⁸. O documento evidencia que as populações dispersas que viviam próximas às aldeias comunais, ao continuar com suas práticas costumeiras, eram requisitadas pelos aldeados como estratégia de igualmente manter certas práticas, como a visita aos curandeiros e a poligamia. Portanto, reforçar a vigilância com o intuito de diminuir a influência dessas práticas foi uma das demandas apresentadas durante a reunião.

Diante das evidências quanto ao combate à dispersão, é possível afirmar que tanto a administração colonial quanto a pós-colonial elaboraram projetos de reordenamento, voltados para seus anseios políticos, que pouco dialogavam com os modos de vida e organização das populações locais. A dispersão, enquanto característica do agregado familiar em Moçambique, não é um “acaso”, como sugeriu o debate de 1941, e sim fruto de

¹⁰⁷ *Enquadrar e Mobilizar Todo o povo através dos órgãos locais do Estado*. Discurso do Presidente Samora Machel no encontro com administradores distritais de todo país. Jornal Notícias 09/10/1980.

http://www.mozambiquehistory.net/people/samora_speeches/1980/19801008_encontro_com_administradores_locais.pdf
Acessado em 28/07/2016.

¹⁰⁸ 1ª Reunião nacional das aldeias comunais - Resolução sobre questões sociais e culturais [Moçambique], compilado por Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, Lisboa. Referência: MZ-Agr. III-1/15, 1980.

um cálculo construído entre as disponibilidades de um espaço físico organizado a partir de relações de parentesco e as necessidades alimentares e sociais do grupo. Assim sendo, fatores como o crescimento demográfico ou a concentração populacional são variáveis capazes de desequilibrar profundamente o sistema social e a prática da dispersão ajuda no equilíbrio necessário para a reprodução alimentar e social de um determinado grupo.

Exemplo nesse sentido é apresentado por João Paulo Borges Coelho (1993) em relação ao povo *Cheua* de Tete, que exerceu grande influência nos atuais *Nyungue* de Moatize. Segundo Coelho, a unidade territorial local formada pela relação entre pequenas aldeias, que, com o tempo e as circunstâncias, derivam em outras, foi ignorada pelos projetos de reordenação. A unidade territorial *Cheua* atuava por meio de uma rede de elementos autônomos e interdependentes controlados por um guardião das terras, o chefe territorial *Mwini Dziko*, responsável pela segurança de sua comunidade e por desempenhar funções legislativas, executivas, judiciárias, militares e religiosas. Em tal unidade, o chefe territorial e os membros definidos como pertencentes à comunidade estavam autorizados, por sua relação histórica e ancestral com um determinado território, a cultivar a terra, explorar águas e cortar árvores. Já para os considerados estrangeiros se estabelecia uma relação de dependência frente a autorização do chefe.

O próprio tamanho de uma aldeia dependia de fatores, como o ambiente físico e sua capacidade de carga, acesso à água, aptidão da terra, abundância da caça, além da capacidade de seu chefe para reunir seguidores em torno dele. As pequenas aldeias compostas por cabanas, celeiros, cozinhas, gaiolas para aves e espaço para reuniões não apresentavam limites, como cercas, e tampouco eram organizadas de forma retilínea, mas sim divididas em “bairros” determinados pelo parentesco do mesmo segmento matrilinear, os *achigawo*. O território, definido pelo parentesco, também definia a organização social. A *machamba* dos recém-casados, em um primeiro momento, estava atrelada à terra dos pais da mulher até que esses julgassem o casal habilitado para ter sua própria *machamba* de milho, sorgo, inhame, feijão, amendoim, banana e mandioca, principais culturas da região.

Portanto, a insistência na dispersão e a resistência em se aldear, embora tenham sido explicadas como resultado da “psicologia inculta” e “tribalista” *indígena* ou fruto da “exploração capitalista colonial”, fazem parte de um cálculo feito em prol da sobrevivência do agregado familiar. Todavia, o caráter economicista centrado na produção do excedente, tanto no colonialismo quanto no socialismo, enxergou a dispersão como um obstáculo aos seus projetos políticos.

Em suma, o combate à dispersão implicou no enquadramento de pessoas e de poderes “concorrentes” - os guerrilheiros nacionalistas, no colonialismo, e o poder tradicional, no socialismo - e o projeto de organização social através da aglomeração das pessoas foi baseado, em ambos os casos, em noções modernas de moralização de comportamentos frente a higiene, sexo e noção de trabalho. Não por acaso, os projetos colonialistas e socialistas tratam o espaço da aldeia como o local em que se desenvolveriam as “habitações condignas”, e onde se combateriam “a apatia e passividade, a preguiça, a lentidão e falta de dinamismo, os casamentos prematuros, ritos de iniciação, tribalismo, regionalismo, curandeirismo, feitiçaria e concepções idealistas”,¹⁰⁹ explicitados no documento produzido durante a 1ª Reunião nacional das aldeias comunais, em 1980.

Diante desse cenário, a dispersão foi condenada, pois a pulsão da errância quebra o compromisso da residência, característica própria do sistema moderno de controle. Além disso, a aglomeração de pessoas em torno de uma comuna, de uma aldeia, de uma vila, de uma cidade eleva o mito do progresso de modernidade. A engrenagem do controle moderno exerce seu poder naquilo que é fixo, previsível, domesticado. Aquilo que se move, como o andarilho, o migrante, o exilado, o refugiado, o nômade, o disperso, escapa da regulamentação e transgride a ordem estabelecida (Maffesoli, 2001). Para controlar a errância, os projetos de aglomeração são criados e neles é depositado o encargo de “acelerar a implantação de novos valores, novos hábitos e novas relações sociais”, como fizeram os aldeamentos coloniais e aldeias comunais destrinchados a seguir.¹¹⁰

O QUE DEVERIA SER UM ALDEAMENTO COLONIAL

Mais experientes na luta anti-subversiva crendo que a guerra seria ganha por quem conquistasse as populações, os portugueses começaram a construir aldeamentos. Tratava-se de aplicar a metáfora maoísta segundo a qual a população e a guerrilha são a água e o peixe, e que, sem água, o peixe morre. Transferindo as populações rurais de suas povoações para aglomerados construídos em zona sob seu controle e ação psicológica e onde promoviam assistência escolar, sanitária e agrícola, as autoridades tentam, em uma perspectiva, protegê-las da guerrilha e, na outra, impedi-las de colaborar com elas. Os aldeamentos se inspiram em experiências de outras guerras, em uma adaptação que poderia incluir a exploração de fatores étnicos (Trecho da série *A guerra*, ep. 14, 09:30 minuto).

¹⁰⁹ Comissão das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique - 1ª Reunião Nacional das aldeias comunais - Resolução sobre questões sociais e culturais), 1980. Documento Avulso.

¹¹⁰ Ibidem, p.3.

A descrição acima está presente no vídeo documentário *A Guerra*, episódio 14, produzido pela Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e roteirizada pelo jornalista Joaquim Furtado, entre os anos 2007-2012.¹¹¹ Ao todo, 42 episódios, com média de 1 hora cada, detalham o teatro da guerra de libertação em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. A série explora as memórias individuais de parte da massa burocrática portuguesa nas colônias, como governadores, comandantes de exército, bem como as memórias de combatentes da FRELIMO, PAIGC e MPLA. Também faz uso de fontes documentais, como textos, artigos jornalísticos e, sobretudo, imagens de tropas, cerimônias oficiais e aldeamentos.

Ainda que a série valha uma longa análise crítica, o elemento mais interessante do episódio 14 é a forma com que as memórias e os discursos sobre os aldeamentos foram explorados, além das imagens dos mesmos¹¹². É notável as diferentes visões ou mesmo contradições sobre o tema nos depoimentos tanto de quadros portugueses quanto de combatentes nacionalistas. Enquanto João B. Vieira Nino, ex-combatente do PAIGC, afirma que somente os quartéis e nunca as populações nas *tabankas*¹¹³ eram atacadas, Carmen Pereira, também ex-combatente do PAIGC, confessa que, se as populações não aderissem à mobilização, eram tiradas à força das *tabankas*. Já Antonio Silva Ramos, desertor do exército português e ex-combatente do PAIGC, pontua que o objetivo não era atacar os aldeamentos, mas, caso a população se mostrasse contra os guerrilheiros, o “PAIGC dava conta da população, o PAIGC não perdoava a raça própria deles ser contra eles”.

Sobre a formação dos aldeamentos Tito Lívio Xavier, da Organização Prov. Voluntários (1962-1966), afirma que a população era consultada e definia onde o aldeamento seria edificado. Somente após um consenso a mudança ocorria e era iniciada a construção das casas, o centro social, a escola, a instalação do poço manual de água e as defesas, como trincheiras, arame farpado, as torres de combate localizadas no meio e nos lados. Já o Major Mário Tomé, em Moçambique (1972/74), foi categórico ao afirmar que “o arrebanhar das populações” para os aldeamentos acontecia, muitas vezes, de surpresa, não havendo tempo para as populações recolherem seus pertences, além de não ser incomum serem enviadas a locais onde nem mesmo a língua elas falavam.

¹¹¹Série vídeo documental *A Guerra*. Episódio 14: Produção Joaquim Furtado. RTP, Portugal (2012).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y0Dvtml-6lg>.

Último acesso em 13/07/2016.

¹¹² Como lembra Sylvia Novaes (2008), as imagens não reproduzem o real, elas o representam. Ou seja, não existe imagem idêntica ao real e ainda que elas estejam ligadas ao seu referente concreto, a imagem possibilita diferentes interpretações a depender de quem é o receptor. Nesse sentido, assim como ocorre com a palavra, a imagem pode ser discutida como uma forma de linguagem. Para Humberto Martins, as imagens, em movimento ou estáticas, produzidas por antropólogos ou não, em contextos de pesquisa ou não, tem um potencial de “etnograficidade”. Isso implica dizer que qualquer imagem “pode servir para a análise ou a interpretação antropológica, independentemente do seu ato de produção original.” (Martins, 2013: 412).

¹¹³ Nome dado às aldeias em Guiné Bissau.

Embora o autor do documentário não mencione, é provável que as imagens dos aldeamentos tenham sido produzidas pelo Gabinete de Informação e Formação Pública (GIFOP) em forma de propaganda ideológica e não seria a primeira vez que Portugal fazia uso de filmes para divulgar sua ação colonial¹¹⁴. Ao contrário, para esse fim, existiu a *Missão Cinematográfica às Colônias da África* (1930), instituição ligada à Agência Geral das Colônias (AGC), que produziu diversos documentários e obras, como os vídeos *África em Lisboa* (1932), *Exposição histórica da ocupação* (1937), *Feitiço do Império* (1940) e *Chaimite* (1953).¹¹⁵ Portanto, sem uma necessária legenda indicando que as imagens do contexto da guerra mostradas na série foram produzidas pelo GIFOP em uma verdadeira batalha psicológica para atrair a população para os aldeamentos, alguns desavisados podem comprar a ideia de progresso desinteressado vendido pelo estado colonial e reforçado pela série. Desse modo, o interesse da série enquanto fonte de análise recai, principalmente, sobre as imagens que constroem uma representação dos aldeamentos enquanto sinônimo de desenvolvimento. Ou seja, indicam o que os aldeamentos deveriam ser.

Nessa direção, algumas cenas são exemplares, como a de um entrevistado aldeado agradecendo “os portugueses, nossos amigos” por os terem salvo de um grupo de “bandoleiros”, ou então uma sequência de imagens com palhotas em construção, médicos examinando pacientes, e homens brancos dando de beber a negros enquanto o governador Baltazar Rebelo de Souza acaricia o rosto de adolescentes bem vestidas em Cabo Delgado. Já as imagens aéreas tinham por objetivo mostrar a força tática dos aldeamentos categorizados como “de contenção” e os de “prevenção” da guerrilha, onde agiriam, além do exército colonial, também “os negros da própria população armados”. Para atrair jovens para o lado português do combate, imagens de uma apresentação teatral com personagens representando a força e virilidade das milícias evidenciam o objetivo que tais filmes tinham, explicitado pelo próprio narrador da série: “Ficcionar a missão das milícias e a defesa dos aldeamentos era talvez a melhor ação psicológica. A moral da representação é que, acolhida a bandeira portuguesa, as populações estariam em segurança”.

¹¹⁴ Nos créditos finais do vídeo, aparece apenas o Centro de Audiovisual do Exército como um dos arquivos consultado para o episódio 14.

¹¹⁵ *África em Lisboa* (1932) representa o cotidiano de uma “aldeia da Guiné”, mas foi filmado em Lisboa por ocasião da Grande Exposição Industrial Portuguesa realizada em 1932. *Exposição histórica da ocupação* (1937) foi feita por Lopes Ribeiro, cinegrafista oficial do salazarismo. *Chaimite* (1953) narra a saga de Mouzinho de Albuquerque e Paiva Couceiro em sua vitória contra Guginhana. O estrondoso sucesso *Feitiço do Império* (1940), produzido pela Agência Geral das Colônias (AGC), mostra a história de um jovem português que, inclinado a pedir cidadania nos Estados Unidos, muda de ideia ao conhecer as colônias africanas (Thomaz, 2001:193-198). Além de *Feitiço do Império*, António Lopes Ribeiro, que foi diretor da AGC, também produziu: *Viagem de sua Excelência o Presidente da República a Angola* (1939), *Guiné, Berço do Império* (1940) e *As ilhas Crioulas de Cabo Verde* (1945).

Registros das grandes recepções organizadas nos aldeamentos para receber quadros buscavam mostrar a integração dos povos. A cena da visita do General Spínola na Guiné, que acompanha a instrução militar e condecora alguns milicianos, reforça a importância militar e psicológica da participação dos negros na guerra.¹¹⁶ A imagem do apoio de líderes muçulmanos contra “os comunistas que vem do estrangeiro”, segundo relatou um deles, buscou representar uma imagem de Portugal que seria respeitosa com a diversidade religiosa existente no Ultramar.

Em suma, as imagens dos aldeamentos se esmeram em representar o progresso e o zelo português com as populações a serem psicologicamente conquistadas. Contudo, o fato dos aldeamentos serem abordados na série *Guerras* indica que o objetivo maior desses espaços não era propriamente “promover o bem-estar das populações”, como indicam diversos documentos coloniais. Eram, sobretudo, parte integrante de uma estratégia de contra-insurgência frente ao contexto da Guerra Fria, em que os nacionalistas foram apoiados pelo bloco comunista soviético para se libertarem de Portugal. O depoimento do aguerrido militar Kaulza de Arriaga, comandante-chefe em Moçambique (1970-73), é notório nesse sentido. Ao falar dos aldeamentos na série, Arriaga confirma que “fizemos 1000 mas devíamos ter feito 4000, mas em Lisboa nunca compreenderam esses aldeamentos”.

Antes mesmo da eclosão da guerra, a edificação dos aldeamentos foi sendo delineada como uma estratégia para evitar adesões ao crescente nacionalismo. Evidência é o *Documentário Trimestral de Moçambique*, publicado em 1961, cujo artigo inicial, intitulado *Monografia sobre alguns problemas da região dos Macondes*, situava que, naquela conjuntura política internacional, o continente africano via-se “abruptamente transportado para o cenário político mundial, onde, como num entroncamento, se chocam violentamente as paixões e ambições de todos os povos, como esperança na liderança deste continente”.¹¹⁷ Frente ao que considerava o “artificialismo” das independências de outros países africanos, o artigo chamava atenção para a relevância do planejamento econômico e sugeria a criação de um novo distrito do norte, o “distrito dos *Macondes*”, necessário “por

¹¹⁶ Ver o texto: COELHO, João Paulo Borges. *Tropas Negras na Guerra Colonial em Moçambique*. In: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião (Orgs). 2012. *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹¹⁷ *Monografia sobre alguns problemas da região dos Macondes*. Moçambique: Documentário trimestral. PORTUGAL. Colónia de Moçambique, n°105, 1961, p: 1.

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=MDT/MDT-N105&p=1>. Acessado em 27/05/2016.

se tratar de zona onde temos de estar presentes em grande força e com muita atenção, pois a independência do *Tanganhica* pode vir a criar problemas”.¹¹⁸

Antevendo a influência do país vizinho, a localidade de Mueda, “longe do mar e das fronteiras” e próximo ao vale do Messalo, de grande interesse para a agricultura e indústria, seria ideal para se edificar a sede do distrito. Portanto, o projeto de reordenação territorial, com transferência dos *Macondes* para Mueda, teria uma tripla vantagem: garantir a presença portuguesa na região, aliviar a densidade populacional do planalto e facilitar o contato entre grupos, “acabando com o perigoso mito do orgulho na pureza de sua raça que julgam superior (interesse político)”.¹¹⁹

O projeto descrito não se efetivou e Mueda continuou sendo uma circunscrição, mas o texto deixa evidente a íntima relação entre a aglomeração de povos locais em um espaço geograficamente determinado e o temor do avanço nacionalista. Atrair para controlar foi o substrato ideológico da política dos aldeamentos coloniais, ainda que o reordenamento rural tenha sido discutido em termos de desenvolvimento comunitário. No caso dos *Macondes*, o “problema político” que eles representavam poderia ser solucionado se estivessem aglomerados e controlados para, como conclui o artigo, “firmar em bons alicerces a ocupação portuguesa para salvaguardar a região contra cobiças estrangeiras”.¹²⁰

Assim como no exemplo citado de Cabo Delgado e também do Niassa, foi a guerra que estimulou a edificação dos aldeamentos na província de Tete, especialmente após o avanço da Frente de Tete, iniciada em 1968. Organizados pelo Governo Distrital, Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ), Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e pelos serviços de engenharia militar, um total de 250 aldeamentos foram criados entre 1968-1974 (ver tabela 1), reunindo cerca de 45% da população da província. Quando a guerra chegou ao fim, em 1974, 969.396 moçambicanos (67,7%, do total da população de Niassa, 63,3% de Cabo Delgado) estavam aldeados (Coelho, 1993: 207).

A primeira fase dos aldeamentos de Tete, entre 1968-1970, foi uma reação a nível distrital, ao avanço das forças nacionalistas que primeiramente utilizaram a rota da fronteira com a Zâmbia (na base de Cassuende) através da Maravia, passando pelo rio Capoché até o rio Zambeze, para basear suas unidades guerrilheiras. A resposta portuguesa foi o aldeamento das populações ao longo do rio Capoché, ou seja, as circunscrições de Fingóe, a oeste, e de Bene-Marávia, a leste, além de pequena parte do Concelho de Macanga. Nesse

¹¹⁸ Ibidem, p.2.

¹¹⁹ Ibidem, p.7.

¹²⁰ Ibidem, p.8.

primeiro período, foram deslocadas cerca de 16.000 pessoas para 15 aldeamentos (Coelho, 1989).

Com táticas de emboscada, minas terrestres e apoio da população, a FRELIMO avançou para o sul de Tete através da margem norte do Rio Zambeze e parte meridional de Macanga, ameaçando chegar à barragem da hidrelétrica de Cahora Bassa. Nesse período, entre 1970-72, com reforço financeiro do governador geral e com apoio do exército, aldeou-se a parte central de Tete. Entre 1972-74, a FRELIMO se estabeleceu em Mucumbura e as áreas próximas de Cahora Bassa, cidade de Tete e Chiôco se tornaram importantes centros para as operações nacionalistas. Em contrapartida, novos aldeamentos foram erguidos em Changara. Já as comunidades que faziam parte do posto administrativo de Caldas Xavier foram aldeadas durante a segunda fase, devido ao receio que a FRELIMO chegasse ao acesso Moatize-Mutarara e, por consequência, alcançasse os distritos vizinhos da Zambézia, Manica e Sofala. Além disso, o posto de Caldas Xavier deveria ser resguardado por conta da passagem da linha de trem Moatize-Beira, cuja emboscada, em janeiro de 1972, ameaçou o transporte de materiais para a construção de Cahora Bassa (Coelho, 1989).

Tabela 1:
Aldeamentos estabelecidos em Tete (1968-1974)¹²¹

ÁREA	1968	1969	1970	1971	1972	1973/74	TOTAL
ANGÓNIA							18
ÁREA CENTRAL						2	2
METENGOBALAME						2	2
DÓRMUÈ					5	7	12
TSANGANO						2	2
BENE							7
ÁREA CENTRAL		3	3				6
VILA GAMITO			1				1
CAHORA BASSA							24
ÁREA CENTRAL				9			9
CHICOA				2	4	3	9
CHIPERA			2	4			6
MACANGA							29
ÁREA CENTRAL		1	2	8			11
CHIÚTA		2		10			12
CASULA				6			6
MÁGOÈ							14
ÁREA CENTRAL					8	3	11
CUCUMBURA				3			3

¹²¹ Tabela retirada da tese: COELHO, João Paulo Borges. *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*. Tese de PhD, Universidade de Bradford, Departamento de Estudos Económicos e Sociais, 1993.

MARÁVIA							14
ÁREA CENTRAL	2		2	1			5
CHOFOMBO	1	3	1				5
VASCO DA GAMA	2		1	1			4
MOATIZE							44
ÁREA CENTRAL				14	15	6	35
CALDAS XAVIER				3	1		4
ZÓBUÈ					4	1	5
MUTARARA							29
ÁREA CENTRAL					14		14
ANCUAZE				10	5		15
TETE							62
ÁREA CENTRAL					16	18	34
MARARA					14		14
CHIÔCO					3	1	4
CHANGARA				6	3	1	10
ZUMBO							10
ÁREA CENTRAL				2		5	7
ZÂMBUE				2			2
MESSANDALUZ				1			1
TOTAL	5	9	12	82	92	51	251

Imbuídos da categoria de desenvolvimento comunitário, a administração portuguesa promoveu novos debates em torno da mudança de vida da população aldeada. Conforme indicou um documento da Administração do Conselho de Moatize, de 1968, foram programados, para os aldeamentos, atividades recreativas, aulas de higiene pessoal, de hábitos alimentares (incluindo a divulgação de novos pratos), monitoração de dieta, estímulo ao aumento de frequência escolar, ensinamentos de uma “agricultura racional”, campanhas profiláticas, divulgação de conhecimentos de puericultura, entre outros. Técnicos sociais, agrários e médicos deveriam compor os quadros iniciais dos aldeamentos até que a própria população se ocupasse com a organização e manutenção das atividades, como “cursos de animadoras” para as meninas que visavam a promoção social da família rural e cursos para animadores no setor agrícola e pecuário para os rapazes.¹²²

Porém, tais ações, muito provavelmente, não ultrapassaram o limite textual ou estavam presentes em apenas alguns aldeamentos modelo, já que a real situação dos aldeamentos, que incluía tanto a falta de recursos como a dificuldade de acesso e circulação seguros no território, atrapalhou a execução da transformação local. Além disso, a propaganda do bem-estar não surtiu o efeito desejado, já que inúmeros grupos fugiram antes e durante a implementação dos aldeamentos. Os motivos eram variados: falta de

¹²² Administração do Conselho de Moatize, Administração - Secção A (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete). cx 31, 1968.

terras aráveis e água nos novos territórios, adesão aos nacionalistas ou ainda porque discordavam dos aldeamentos e se mudavam, muitas vezes, para países limítrofes e outras regiões e, sem dúvida, a configuração socioespacial implementada nos aldeamentos contribuiu para sua negação.

ARQUITETURA COLONIAL



Imagem 6: Foto aérea de um aldeamento em Tete.

Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique (Pasta: Fotos coloniais, documento avulso).

A iniciativa de aldear a população de Tete passou a ser discutida em 1966 pelos administradores locais que avaliaram que a região, enquanto um corredor natural para o centro do país, seria um inevitável alvo da FRELIMO. Na assembleia geral realizada

naquele ano, os administradores foram incumbidos de identificar os locais que apresentassem três condições para aldear a população, em antecipação à ação nacionalista: acesso à água, disponibilidade de terras para agricultura e localização estratégica quanto ao acesso e a defesa. Porém, diante da falta de recursos necessários, a pesquisa exploratória de fertilidade dos solos ou cursos d'água que atendesse todos os aldeados, na maioria dos casos, foi substituída pela lógica militar de guerra. Não por acaso, as populações das circunscrições de Bene e Marávia, onde se iniciou a guerra em Tete, foram as primeiras a serem aldeadas.

Contudo, antes da edificação dos aldeamentos, o já mencionado projeto de ruralato fora criado em conjunto com o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). Esse órgão foi responsável por produzir uma série de documentos e projetos arquitetônicos para uma reestruturação nas colônias, incluindo a questão das habitações (Milheiro, 2014). Também em 1944, a *Exposição de Construções nas Colônias Portuguesas*, realizada no Instituto Superior Técnico, evidenciava a importância da arquitetura como símbolo da “civilizadora” presença portuguesa. Um artigo dedicado à Exposição, encontrado no Boletim Geral da Colônias de 1944, descreveu como as maquetes, mapas e centenas de projetos de portos, aeródromos, hospitais, hotéis, planos urbanísticos, sanitários foram expostos em diferentes salas. Além de percorrer esses espaços, o artigo destila elogios aos esforços de engenheiros e arquitetos para empregar a arquitetura portuguesa no terreno colonial. Deixando claro a importância das construções nas colônias, o artigo transcreve as palavras de Marcelo Caetano, o qual, na abertura da exposição, profere que “Os espaços a encher são vastíssimos; demorada e persistente, contínua sobretudo, tem de ser a nossa ação construtiva”¹²³.

A *Exposição das construções* certamente se inspirou na *Exposição do Mundo Português*, realizada em 1940, que já espelhava a relação direta entre poder político e arquitetura. Segundo Omar Thomaz (2002), no grande pavilhão da *Seção Colonial* dedicado às missões católicas, o “estilo português” da casa missionária foi apresentado como símbolo de simplicidade, recolhimento e beleza. Para Thomaz, o propósito do pavilhão colonial não era de retratar apenas uma possível missão portuguesa do ultramar e sim “criar um estilo que pudesse servir de modelo às possíveis construções futuras” (Thomaz, 2002: 266).¹²⁴ Além da casa da missão, foram construídos protótipos da casa do colono, da casa *indígena*

¹²³ *Exposição das Construções na Colônia*. Boletim Geral das Colônias. XX – 233 PORTUGAL. Agência Geral das Colônias, Vol. XX - 233, 1944, p.10. <http://memoriaafrica.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=BGC/BGC-N233&p=10>. Acessado em 25/05/2016.

¹²⁴ Na Exposição do Mundo Português, comemorou-se os 800 anos da independência e os 300 anos da sua restauração. Secção Histórica, Padrão da Descoberta, Secção da vida popular, Centro regional, Aldeias Portuguesas, Zona comercial e Industrial foram algumas sessões que compuseram o grandioso evento.

e da casa portuguesa, com característica rural do sul de Portugal, indicando que “o imaginário da arquitetura popular do núcleo das aldeias portuguesas cruza-se com a proposta para os futuros colonos europeus em África” (Milheiro, 127:2013).

Nesse sentido, a arquitetura recriada na cidade cenográfica de 560 mil metros quadrados na *Exposição do Mundo Português* deveria enaltecer o “espírito português” ou a “especificidade” do empreendimento lusitano, caracterizado pela simplicidade das aldeias rurais e suas “casas portuguesas”, pela fé cristã e pelo ímpeto dos descobrimentos. Uma história de contatos e uma consequente “vocação” para civilizar pessoas. Não por acaso, o pavilhão das missões foi posicionado justamente entre as aldeias com povos de Guiné Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, composto por cerca de 300 *indígenas* trazidos de suas terras para reproduzir seus usos e costumes diários para o deleite dos visitantes.

Para coroar a importância da arquitetura, em 1948, Lisboa sediou o I Congresso Nacional de Arquitetura, cujos debates giraram, principalmente, em torno dos “problemas da habitação” e na sugestão de construção de bairros populares em Portugal. Ao discutir o citado congresso, Tânia Ramos (2011) analisa uma rede de relacionamentos políticos e sociais existente entre arquitetos, chefes de governo, ministros, diretores, intelectuais e engenheiros no Estado Novo português. Nessa rede, sobressai o nome de Cottinelli Telmo, o arquiteto responsável pela *Exposição do Mundo Português*, e Duarte Pacheco, o Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O próprio Gabinete Urbanístico Colonial de 1944, formado por equipes multidisciplinares de arquitetos, engenheiros, peritos em medicina tropical e climatologia, iniciou seu trabalho com projetos de habitação para funcionários públicos, planos urbanos e equipamentos básicos, nomeadamente na área da saúde. Em 1952, o recém-nomeado Gabinete de Urbanização do Ultramar (1952-1957) ampliou os programas de Instalações dos Liceus e Escolas do ensino profissional, segundo uma orientação arquitet  nica funcionalista, como a Escola Técnica Elementar de Nampula, ainda que t  mb  m tenham vigorado algumas construções de edifícios monumentais evocando a metrópole.

Em 1958, as funções do Gabinete de Urbanização do Ultramar passaram para a Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação (DSUH), sob jurisdição da Direção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DGOP). Nesse período, marcado pelas pressões nacionalistas e pelas críticas internacionais sobre a colonização, os projetos arquitetônicos buscaram diminuir a alusão representativa da metrópole em uma tentativa de “africanizar” a própria intervenção portuguesa e promover a integração das

culturas locais através de projetos em torno da chamada “tradicional casa africana”. Em 1962, o arquiteto Mauro de Oliveira lançou a obra *Problemas Essenciais do Urbanismo do Ultramar* e, logo após, conduziu o Plano Urbano Diretor da cidade moçambicana de Quelimane (1963-1964), onde a casa foi destacada como um meio civilizador. Para Oliveira, “A habitação, quando organizada em função de um consciente planeamento, é o primordial elemento de convívio, e como a convivência é fundamental para o indivíduo, julgamos este fenómeno como primordial em qualquer aspecto do habitat” (Oliveira, 1965:70).

Por “consciente planeamento” entendia-se a lógica ocidental de organização do espaço. Contudo, os pesquisadores Curto e Cruz (2015) apontam a desconfiança sobre o tema do reagrupamento das populações em autores como Correia de Araújo, em sua obra *Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola*, publicado pela Junta de Investigações do Ultramar, em 1964. Indicando que o colonialismo não formava um corpo técnico homogêneo, Correia de Araújo rejeitou uma arquitetura geométrica para tais espaços, sugerindo que:

Tal concentração deverá, antes, basear-se nas tradições das mesmas populações, nas suas aspirações, no condicionalismo do meio ambiente, e ser precedida de uma adequada campanha informativa, que poderá evidenciar aos olhos dos respectivos habitantes as vantagens que lhes poderão advir de tal reagrupamento. Se surgirem resistências, ou não se conseguir despertar o entusiasmo desejado, o melhor será aguardar e educar com paciência. (Araújo *apud* Curto e Cruz, 2015:152)

Com o despoitar da guerra de Angola, em 1961, e de Moçambique, em 1964, “a paciência, educação e informação” sobre tais projetos, assim como o estudo de técnicas construtivas locais, pouco se concretizaram, sendo substituídos por aqueles que atendessem diretamente os fins militares, a exemplo dos aldeamentos. Desse modo, os aldeamentos seguiram uma lógica militar pragmática que privilegiava questões de acesso e defesa. Programados para abrigar uma média de 1000 pessoas, as circunstâncias da guerra apressaram a aglomeração de pessoas em média 20 vezes mais que os antigos aglomerados familiares. Os aldeamentos da parte central do Conselho de Macanga, em Tete, reuniram, no ano de 1969, cerca de 3364 pessoas em Zangaia e 3344 em Chioco (Coelho, 1993).

O perfil extremamente militarizado de tais espaços se fez sentir nos arames farpados e minas terrestres que “protegiam” os aldeados, torres de vigilância e ação de diferentes forças como polícias do distrito, tropas do exército e sobretudo as milícias comandadas pela Organização de Voluntários (OPV) que agiam a nível interno dos aldeamentos. Todos os

que viviam nos aldeamentos deveriam ser registrados pela administração local e portar cartões de identidade especialmente detalhados. Suas casas deveriam ser numeradas e sua mobilidade controlada. Com isso, entradas e saídas eram submetidas a uma série de procedimentos burocráticos. Todavia, a amplitude desse controle em um latente contexto de guerra, sem dúvida, criou grandes dificuldades para os comissários distritais e administradores locais no constante trabalho de coleta de dados.

Seguindo um padrão urbano, Coelho (1993) descreve os aldeamentos ruas principais largas, com uma média de 20 metros de largura, e as ruas secundárias cerca de 10 metros. Nesse reordenamento espacial as famílias aldeadas passaram a ter direito a 0.5 hectares para a constituição de suas *machambas*, sendo que anteriormente utilizavam cerca de 5 hectares. Os lotes residenciais tinham 600 m² por família “nuclear” e os polígamos tinham direito a um extra de 300 m² por esposa adicional, a mesma área concedida a homens solteiros. Os régulos tinham direito a mais terras, em geral, um lote dobrado e é interessante verificar como a administração colonial, teoricamente contrária às práticas locais, cedendo mais terras aos polígamos, acabou por legitimar essa forma de matrimônio, enquanto que, na questão da disposição espacial dos aldeados, os ditames “civilizados” desconsideraram qualquer prática de habitação costumeira local. Essa ação demonstra que as ações coloniais não foram uniformes.

A imagem abaixo deixa evidente o formato retilíneo do espaço, dividido em sucessivas quadras e lotes, muito diferente do padrão circular e não geométrico dos antigos locais. Desde os projetos e croquis das missões católicas do início do século XX, em Moçambique, que se observa o apelo ao retangular, ao retilíneo, considerado mais racional. Analisando o croqui da Missão do Chai-Chai, apresentado pelo Padre Daniel da Cruz em 1910, Zamparoni (2000) observa a estratégia de instituir a lógica colonial cristã frente ao universo “pagão circundante”, uma vez que:

O grau de civilização passava a ser medido por esta capacidade que tinha o indivíduo para construir ou ao menos morar em casas quadradas ou retangulares, construídas em ruas retas. As palhotas deveriam ser abandonadas; representavam o atraso, pareciam estar distribuídas de forma caótica pelo território, eram mal iluminadas, a circulação de ar em seu interior era escassa e os materiais construtivos empregados eram frágeis e de fácil deterioração. As casas retangulares, pelo contrário, contavam com janelas para a entrada de luz e a circulação de ar – a mesma lógica que orientava a reestruturação urbana – e, sobretudo, para garantir a privacidade e a propriedade, com portas e cadeados, cujo uso era incentivado pelos missionários. (Zamparoni, 2000: não paginado)

No caso dos aldeamentos, a mesma lógica retangular, defendida no croqui da missão de Chai Chai, induziria o abandono dos “usos e costumes” locais. Ou seja, a nova casa deveria representar a “nova vida” e os “novos hábitos”, como evidencia o memorial *Obstáculos verificados na concessão de créditos a agricultura das regedorias* encontrado no Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze. Segundo esse documento, as palhotas deveriam ser substituídas através da “construção de vedações separatórias dos talhões residenciais”¹²⁵, além do estímulo à construção de compartimentos para banho e “a substituição gradual das habitações circulares por casas retangulares de maior área, compartimentadas e com melhores condições de arejamento e luminosidade”.¹²⁶

A adoção de uma família monogâmica cristã com quartos separados, a distribuição de um lote destinado à família nuclear em um espaço vigiado por milícias e tropas, buscavam barrar o movimento nacionalista e adotar um discurso civilizatório. Tal discurso se fez evidente também na arquitetura dos aldeamentos e na organização “racional” de seus espaços, conforme atesta a imagem abaixo. Porém, ao mesmo tempo em que se buscava transformar o circular no quadrado, como algo pretensamente mais civilizado, o aldeamento privilegiava o polígamo, concedendo-lhe mais terra. Ou seja, o colonialismo foi algo poroso e fraturado e não absoluto em suas práticas, como mostrou O’laughlin (2000) ao falar dos limites do indigenato.

¹²⁵Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Memorial: obstáculos verificados na concessão de créditos a agricultura das regedorias. Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze). Pasta 67, sem data.

¹²⁶ Idem.



Imagem 7: Casas em Aldeamento Colonial na Província de Tete (sem data).
Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique (Pasta: Fotos coloniais, documento avulso).

Mesmo com pouca terra cedida no espaço dos aldeamentos, a administração portuguesa previu um desenvolvimento econômico através da introdução de culturas de mercado como amendoim, girassol, tabaco ou algodão. Não obstante os planos de produção, não era permitido que os campos agrícolas ultrapassassem 4 km de distância dos aldeamentos, reduzindo ainda mais a disponibilidade de terras. Além desses elementos complicadores para a produção e sobrevivência dos agregados familiares, os aldeamentos poderiam sofrer mudança de lugar, como no caso dos aldeamentos de Namuera e Túmpuè, na circunscrição de Marrupa, segundo informa uma documentação confidencial do SCCIM localizada no arquivo da Torre do Tombo. Na carta, enviada em 8 de janeiro de 1970 pela administração de Vila Cabral ao governador do Distrito, justifica-se nova transferência de populações devido ao receio de colaboração com inimigos.¹²⁷ A vida nos aldeamentos implicava, portanto, em um misto de vigilância, temor e falta de liberdade.

Outro problema causado pela remoção de pessoas para os aglomerados foi a junção de diferentes autoridades tradicionais em um mesmo território. Sobretudo entre 1971 e 1972, quando o número de aldeamentos cresceu, não era difícil encontrar dois ou três

¹²⁷ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Documento avulso n°1641, de 26/10/1973.

régulos ou chefes de grupo em um único aldeamento. Muitas famílias foram obrigadas a conviver com pessoas que desconheciam. Colheitas inteiras foram abandonadas e a simbologia da terra, como espaço de cultivo com os ancestrais, foi afetada. Em suma, a antiga terra constituída enquanto um espaço para a colheita, socialização, culto, casas, currais, árvores e aves foi substituída por um espaço formatado por cercas de arame e circundado por minas terrestres. Soma-se a isso a falta de segurança, uma vez que a comida insuficiente obrigou os moradores a irem às antigas *machambas*, sob escolta militar, o que representava um grande risco de ataque dos nacionalistas. Todos esses elementos incentivaram o abandono, a fuga, e a negação dos aldeamentos.

Portanto, o apelo para a transformação das casas em um formato retilíneo, a otimização do trabalho e a reorganização familiar foram componentes fundamentais para gerar a urbanidade que se pretendia e o controle que se esperava. Os arquitetos partidários de uma ciência colonial indicavam que a assimilação ao modo de vida europeu não se faria apenas através de um desenho arquitetônico e sim por intermédio da adesão aos modos de vida europeus, como a aquisição de mobiliário formado por mesas, camas e cadeiras que supostamente refletiam as vivências ocidentais (Oliveira, Seixas e Faria, 2013). Além disso, uma perspectiva evolucionista da transição do nomadismo, ou da dispersão, através da fixação de uma casa em uma vila com acesso a bens urbanos sempre esteve no horizonte dos projetos civilizatórios do colonialismo e a população criou estratégias para se afastar desses paradigmas.

ESCAPANDO DOS ALDEAMENTOS

Diferente da proposta de “conquistar a população” para os aldeamentos, esses espaços foram interpretados como indesejados para a população local por diferentes motivos. O primeiro deles refere-se ao fato de que, com o avançar da guerra, as populações passaram a ser forçadamente aldeadas, tendo, muitas vezes, que abandonar suas terras na época de semeadura, assim como seus celeiros com as importantes reservas da colheita anterior. Tal situação, somada à concentração de pessoas em um único espaço, resultou em epidemias de fome e surtos de varíola. Os aldeamentos também dificultavam a obtenção de crédito junto à Delegação do Instituto de Crédito de Moçambique, porque seus moradores não possuíam registro de propriedade junto à Repartição de Agricultura e Florestas. A compra de qualquer equipamento e instrumentos de plantio, como motores de rega e moagens, só era liberada após a responsabilização pessoal e particular de

técnicos do Gabinete do Plano do Zambeze, segundo informou o documento *Obstáculos verificados na Concessão de créditos a agricultores das regedorias tradicionais*.¹²⁸

As atividades dispensadas para a construção das novas casas, a falta de água e de terras suficientes afetaram diretamente o sistema de sobrevivência e reprodução dos agregados familiares que sempre contaram com os sistemas de autoajuda. Segundo informa Eliseu e Medeiros (1991), entre as comunidades *Nyungwe*, uma série de formas de ajuda mútua são identificadas entre parentes, vizinhos e amigos e é na *kulima* (o período de *sacha* da colheita) que diferentes pessoas de um grupo trabalham rotativamente em uma mesma *machamba* até que o trabalho acabe e outra *machamba*, de um dos participantes do acordo, receba o mesmo tratamento e assim sucessivamente. Essa ajuda mútua do tipo “trabalho contra trabalho” é chamada de *Cikuti* ou *Cibatsirano* e, por vezes, também é empregada nas atividades de colheita e debulha, tanto por homens quanto por mulheres. Já o trabalho com a compensação de bebida alcoólica, o *ndomba*, é usado no momento em que uma pessoa precisa de ajuda para a abertura de *machambas*, construção de casa, celeiro ou curral, transporte de material, produtos ou ainda *sacha* e colheita. Finalmente, o trabalho contra produtos e gêneros, chamado de *Pheresero*, “ganho, ganho”, ocorre em locais onde famílias se ocupam de diferentes atividades, como criação de gado, cabritos ou agricultura em *machambas* de bons solos que produzem mais variedades que outras.

Portanto, os aldeamentos pautados em uma lógica militar afetaram esses e outros laços sociais construídos entre as pessoas e seu habitat, causando um agudo processo de desterritorialização. Além disso, os aldeamentos eram locais perigosos, atacados pela FRELIMO munida com morteiros, bazucas e armas automáticas. As adjacências dos aldeamentos também eram perigosas devido as centenas de minas terrestres, raptos e possibilidade de confronto entre as milícias dos aldeamentos que acompanhavam a população em suas atividades e as forças nacionalistas.

Segundo inquérito realizado pela ONU, em 1974, os aldeamentos, frequentemente referidos como vilas fortificadas ou aldeias estratégicas, trouxeram sérios problemas para a população aldeada, como fome e doenças¹²⁹. Testemunhas descreveram os aldeamentos como um campo de concentração ou campo de extermínio cujo intuito era isolar as pessoas

¹²⁸ Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze-Memorial, assunto: Obstáculos verificados na Concessão de créditos a agricultores das regedorias tradicionais). Pasta 67, documento avulso, sem data.

¹²⁹ Report of the Commission of inquiry on the reported massacres in Mozambique. ONU, 1974: 15 http://www.mozambiquehistory.net/history/massacres/19741122_un_commission_of_inquiry.pdf. Acessado em 16/04/2016.

da influência “subversiva”. O texto informa que, inicialmente, haviam cerca de 500 a 1.000 pessoas em cada aldeamento, mas que, devido a pressa da guerra, uma média de 5.000 a 6.000 pessoas haviam sido realocados em aldeamentos. Aqueles que não obedecessem a ordem de se aldear eram considerados terroristas e corriam o risco de serem mortos pelas tropas portuguesas. O inquérito sugere que havia uma clara ligação entre a política de aldeamentos e a perpetração de massacres e demais atrocidades cometidas pelas autoridades coloniais portuguesas, e cita um incisivo relatório de missionários católicos produzido em 1971:

Todo mundo já sabe sobre o problema dos aldeamentos: os lugares são mal escolhidos; as cabanas são muito próximos umas das outras, a transferência obrigatória é feita muito rapidamente, e na verdade é feita antes de as cabanas estarem prontas. Depois, há todos os outros problemas morais, sociais e higiênicos. Há também o problema da boa vontade dos responsáveis para tentar resolver estes problemas ¹³⁰

Diante deste cenário e longe das *machambas*, da água, da terra ancestral, de sua organização socioespacial, o descontentamento da população frente aos aldeamentos foi notório e seu abandono, algo comum. Segundo o inquérito, calcula-se que uma média de 100.000 habitantes de Tete, em um total de 492.233 (Censo de 1964), tenha se refugiado nos países vizinhos ou aderido a regiões dominadas pela FRELIMO.¹³¹ O deslocamento para territórios vizinhos foi uma estratégia utilizada para escapar do domínio português, praticado tanto por interessados em ingressar nas fileiras nacionalistas como por camponeses que, em geral, se estabeleciam nos limites das fronteiras em busca de uma vida melhor. O abandono do território colonial português implicava em perdas de trabalhadores e dinheiro de impostos para a administração portuguesa que não demorou em tentar estimular o retorno, conforme documentação da Secção de Fomento do Conselho de Moatize. A carta, enviada em 11 de março de 1960, escrita pelo chefe do Posto Administrativo de Zóbuê em direção ao governador de Tete, chama atenção pelo teor complacente e persuasivo, cuja retórica ansiava atrair os então *indígenas*.

Como é do conhecimento de vossa excelência, existem no Nyassalande alguns milhares de indígenas portugueses que, por razões várias, ali se refugiaram, bem como alguns mistos e indianos que lá se encontram registados como indígenas. Segundo informações, muitos indígenas tem vontade em regressar à sua terra, mas muitas das vezes, com medo e

¹³⁰Texto original: *Everybody already knows about the problem of the aldeamentos: the places are badly chosen; the huts are too close one the other, the compulsory transfer is made too quickly, and in fact is made before the huts are ready. Then there are all the other moral, social and hygienic problems: there is also the problem of the goodwill of those responsible to try to solve these problems.* In: Report of the Commission of inquiry on the reported massacres in Mozambique - ONU, 1974: 15.

¹³¹ Ibidem, 16.

receio de serem apanhados e castigados por terem fugido não o fazem. Aguardam a vinda dum ou doutro para verem o que pode suceder. Neste posto fronteiriço, que os indígenas desta área, dum modo geral, têm famílias no Nyassalande, torna-se necessário adoptar uma política de atracção, conjugando, por vezes, a nossa política com a política adoptada pelos ingleses, de modo que o indígena verifique e se compenetre de que não existe aquele terror que muitos apregoam e que os levou a fugir¹³².

Além da fuga para os países vizinhos, a relutância em se aldear também foi uma prática frontal, como demonstra outra correspondência enviada pelo administrador do Posto Administrativo de Chire, Niassa, ao SCCI. Nela, informa-se sobre o “mau andamento da cortagem do capim e paus”¹³³, que deveria ter sido feito pela população para a construção de casas no aldeamento do Chantengo. Segundo relatado, o regedor Changata e também o regedor Chirombe não concordavam em se deslocar para o citado aldeamento e que, provavelmente, não o fariam, nem tão pouco as suas gentes. O mesmo documento informa que o chefe de povoação Baulane comunicou a fuga de cinco famílias das suas terras para o Malaui, fato que o próprio regedor desconhecia.¹³⁴

Em Cahora Bassa, na regedoria Metape, falou-se em povoações revoltadas contra a ideia dos aldeamentos:

Para não serem aldeadas, alegam que: a) o administrador os quer meter nos “currais” para os poder matar de uma só vez, b) a dureza de trato do regedor, em que o Administrador confia e delega ordens para execução dos aldeamentos. Deste modo consta que estão à espera de terroristas que andam no mato, que prometem apoiar e a quem tencionam pedir para matar o regedor¹³⁵

Fuga, negação de aldeamentos ou apoio aos nacionalistas foram estratégias utilizadas pelos chefes tradicionais ou por famílias e indivíduos. Na região de Moatize, que tinha alguma intimidade com a causa nacionalista através da UNAMI, apresentada no capítulo II, os regulados da área central, como Tundumula e Sipanela, ampararam os combatentes. Já na área do Posto administrativo do Zóbuê, enquanto o régulo M’Boola (filho) foi morto por denunciar o movimento nacionalista, os régulos Zacarias, Catabua, Cambuembua e Chimarizene apoiaram a FRELIMO (Coelho, 1993: 263). Em outros casos, as diferentes autoridades locais em um mesmo território divergiam de opinião, demonstrando que o tema da “colaboração” ou da “negação” das autoridades tradicionais

¹³² Administração do Conselho de Moatize, Fomento-Secção D (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 53, 11/03/1960.

¹³³ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Documento avulso nº1641, de 26/10/1973.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa, nº1635, de 8/4/1971.

com a administração colonial é complexa. O regulado de Buxo é interessante nesse sentido uma vez que seu *mfumo* apoiou a guerrilha enquanto seu *régulo* tentou cooperar com as autoridades coloniais, protegendo desertores do grupo e informando sobre os movimentos dos combatentes (Coelho, 1993).

A resposta portuguesa frente ao apoio aos “subversivos” era bastante violenta, com massacres, destruição de casas, celeiros e machambas, como mostra o inquérito da ONU de 1974, e o massacre de Wiriyamu, em Changara, se inscreve nesse contexto. Contudo, a prática de negar os aldeamentos raramente era examinada em profundidade pela administração portuguesa e geralmente resumida, “reconhecida relutância das populações em se aldearem e que pode traduzir a instabilidade psicológica das mesmas”¹³⁶, como pontua o documento intitulado Relatório Imediato na Circunscrição Cabora-Bassa de 1971.

Até o último momento do colonialismo, a administração portuguesa alimentou um discurso de soberania pautado na “indefesa” condição da população local. Isso fica notório no Programa de Reestruturação Rural ao ressaltar o protagonismo de Portugal na proteção dos povos moçambicanos, cujo objetivo imediato era “subtrair as populações a um controle dos agentes da subversão, o qual é facilitado pelo seu “habitat” disperso, que não permite às populações oporem-se às exigências e determinações dos agentes que, por meio de ações violentas, as forcem à obediência”.¹³⁷

Os aldeamentos coloniais foram levados a cabo de forma arbitrária e deslocaram forçadamente as populações dispersas cujas lógicas locais foram interpretadas enquanto um obstáculo para administração colonial. Com o fim do colonialismo, a independência trouxe a esperança que ações autoritárias, como deslocamentos não voluntários, não voltassem a acontecer. Contudo, as opções políticas que se seguiram, mais uma vez, atuaram diretamente na organização ou reordenamento do espaço social das populações. Em nome de um projeto socialista, as aldeias comunais deveriam produzir um novo tipo de moçambicano, apresentado a seguir.

¹³⁶Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa, nº1635, de 8/4/1971.

¹³⁷ Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze, Programa de Reestruturação Rural). Pasta 67, Documento Avulso, 1974.

REORGANIZAR O ESPAÇO PARA CONSTRUIR A NAÇÃO

O fim do colonialismo e a partida dos mais de 100.000 portugueses de Moçambique implicou em um imenso desafio para a nova nação moçambicana¹³⁸. Era preciso não apenas reestruturar os quadros ocupados pelos colonos, e se recuperar da sabotagem deixada por eles, mas também estruturar uma nova categoria de moçambicano que estivesse desatrelada tanto das noções coloniais quanto do poder tradicional, forte concorrente da própria FRELIMO. Daí a precisa definição de *Homem Novo*, nascido na experiência da guerra pela independência e lapidado a partir da adesão ao marxismo no III Congresso da FRELIMO, realizado em 1977.

A partir de então, o apelo à luta foi estabelecido não apenas em termos de combate da herança colonial, mas contra a exploração do homem contra o homem. A nação, enquanto comunidade imaginada, deveria representar-se como uma unidade coesa vedada à reivindicação de caráter regional ou étnico¹³⁹. Diante do sensível quadro divisionista no seio da FRELIMO, suas ações centraram-se na negação da diversidade moçambicana. E, para legitimar sua soberania e garantir a integração territorial, a FRELIMO se empenhou na planificação do espaço nacional. Com isso, as cidades, percebidas como redutos do vício e locais onde o “inimigo interno” agia contra a revolução, deveriam ser vigiadas e moralizadas e o espaço rural, considerado prioritário para a otimização da agricultura, transformação social e redução do poder tradicional, foi um alvo prioritário da FRELIMO.

Foi durante o 1º Seminário Nacional da Agricultura em Marrupa, província de Niassa, realizado em maio de 1975, que Samora Machel se referiu às *duas montanhas que nos confrontam: a fome e a nudez*¹⁴⁰ e apontou as zonas libertadas como inspiração para a criação de vilas populares, nas quais as pessoas deveriam ser instaladas. Mas duas foram as experiências que serviram de referência para Moçambique em seu projeto de aldeias comunais. A primeira delas ocorreu na Argélia com a criação das *1000 aldeias socialistas*, em 1972, e, assim como o reordenamento rural em Moçambique independente, analistas como Bergat e Nancy (1984) apontam a marginalização dos camponeses argelinos no

¹³⁸ Com o cessar-fogo e a assinatura dos ‘Acordos de Lusaka’ em setembro de 1974, foi instalado um Governo de Transição e, em 25 de junho de 1975, foi proclamada a Independência.

¹³⁹ Vale lembrar que diferentes foram os movimentos independentistas e, dentre eles, o União Nacional da Rumbézia (UNAR) defendia uma independência regional que abrangeria a área localizada entre o rio Rovuma ao Zambeze. Enquanto isso, a própria FRELIMO era vista como “tribalista” pela UNAR, que os acusava de expor apenas as populações do norte, a chamada “carne de canhão” na guerra e beneficiar, com temporadas no exterior, apenas pessoas do Sul (Chichava, 2008).

¹⁴⁰ Comissão Nacional das Aldeias Comuns (Arquivo Histórico de Moçambique - Discurso de abertura do 1º Seminário de Agricultura. Marrupa, 29 de maio de 1975). Cx 166, 1975.

processo de criação das aldeias e as compararam com os projetos coloniais de aldeamento durante a sangrenta guerra de libertação.

Outra experiência que ecoou fortemente em Moçambique foram as aldeias *Ujamaa*, na vizinha Tanzânia. Idealizadas pelo presidente Julius Nyerere, as *Ujamaa* tiveram como ponto de partida o conceito de família alargada tradicional para se alcançar o chamado socialismo africano. Desse modo, defendia-se que a produção coletiva, a distribuição igualitária e a consolidação do poder popular em centros rurais que otimizassem a planificação transformariam as relações de produção, garantindo a integração política nacional. Até 1970, o reagrupamento rural foi marcado pela adesão voluntária dos camponeses, mas, em 1973, o presidente anunciou a decisão de concentrar toda a população camponesa nas *Ujamaa* e, dois anos depois, cerca de 9 milhões de tanzanianos (65% da população) se encontravam nas quase 8.000 aldeias que transformariam a agricultura familiar tradicional em uma economia moderna nacional. Além disso, com as crises ambientais e insuficiência administrativa, as *Ujamaa* foram oficialmente extintas em 1981.

Em Moçambique, durante a 8ª Seção do Comité Central da FRELIMO, em fevereiro de 1976, o Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) elaborou um primeiro manual de planificação física da aldeia comunal. Segundo o manual, a escolha da localização das aldeias deveria seguir critérios básicos e sugeria-se como ideal o número de 250 famílias (ou cerca de 1.250 pessoas) para cada aldeamento. Os aldeamentos deveriam fornecer serviços sociais, tais como um centro político e cultural, posto policial e exército, um centro de administração e controle de produção (planejamento e arquivos), a loja do povo ou loja de cooperação para substituir as antigas cantinas coloniais, uma escola, uma estação de primeiros socorros, um jardim de infância, depósitos e um centro para pequenas indústrias.

Também em 1976, a criação das Direções Provinciais de Agricultura e uma Direção Nacional para a Organização da Produção Coletiva (DINOPROC) deveriam promover a instalação de fazendas do Estado, indicando o desejo pela modernização do campo. Contudo, o ordenamento territorial entrou efetivamente na ordem do dia após o 3º Congresso de 1977, momento em que, com base na aliança operário-camponesa, a agricultura organizada em cooperativas foi eleita como o alicerce da nação, a indústria, o fator dinamizador e a aldeia comunal, a unidade de produção.¹⁴¹ Para tanto, foram criadas a Direção Nacional de Habitação (DNH), ligada ao Ministério das Obras Públicas e Habitação, e a Comissão Nacional das Aldeias Comuns (CNAC), responsável pela

¹⁴¹ FRELIMO, “III Congresso do Partido Frelimo”. *Directivas Económicas Sociais*, Maputo: FRELIMO, 1977.

instalação das aldeias. A CNAC, criada em 2 de março de 1978 por decreto presidencial, objetivou planejar e dirigir o desenvolvimento socioeconômico e político das Aldeias Comunais, bem como coordenar a atuação dos diferentes ministérios envolvidos na chamada batalha do desenvolvimento comunitário rural.

As primeiras aldeias comunais, em 1976 e 1977, foram fruto de catástrofes naturais, como as cheias do rio Limpopo, que afetaram milhares de famílias em Gaza. Até o início de 1977, a contabilização feita entre aldeias planejadas, em construção e concluídas, alcançou o número 600. Em Tete, com as estruturas do Estado extremamente fracas até o início de 1977, somente 7 aldeias estavam sendo formadas e, até o final do mesmo ano, apenas 3 aldeias haviam sido concluídas (Coelho, 1993). Além disso, grande parte das ACs foram reaproveitamento do espaço dos antigos aldeamentos coloniais. Contudo, já nesse período inicial, foram detectados diversos problemas de planejamento devido à falta de estudos e participação popular na localização das aldeias, implicando na falta de água e disponibilidade de terras agrícolas, materiais de construção e lenha. Também os planos em torno da produção coletiva através de cooperativas foram afetados pelos problemas de fornecimento de sementes, armazenamento, comercialização, além da falta de planejamento em torno do uso de máquinas e diversificação de culturas (Raposo, 1996).

Frente à reduzida quantidade de quadros para lidar com as calamidades e efetivar o planeamento físico da nova nação, entidades internacionais, em particular a FAO e a UNICEF, atuaram junto a diferentes departamentos de Estado. O arquiteto Jorge Forjaz, então diretor da Direção Nacional de Habitação, ressaltou que, nesse período inicial, era evidente a falta de profissionais qualificados para elaborar a complexa tarefa de planeamento físico, que contava apenas com 2 arquitetos em todo país¹⁴². Segundo o arquiteto, somente em 1979 um programa de formação capacitou os participantes em técnicas elementares de topografia, análise socioeconômica, teoria de planificação, organização estatal a teoria política. O programa de formação se aprimorou em um Curso Médio de Planeamento Físico, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - HABITAT (PNUD).

Além dos pesquisadores envolvidos com organismos multilaterais, outras instituições, como a Universidade Eduardo Mondlane, por meio do Centro de Estudos Africanos, Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais (TBARN) e o Instituto Nacional de Planificação Física, se dedicaram a realizar pesquisas e produzir

¹⁴² Ver: FORJAZ, José A planificação física em Moçambique Independente (2004). <http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/planmocind.html>. Acessado em 21/04/2016.

relatórios que discutissem o tema da socialização rural. Em suma, um grupo diversificado de moçambicanos e estrangeiros compunha a *intelligentsia* do período socialista, que era chamada a contribuir para questões tidas como fundamentais, como o reordenamento rural. Aos cientistas e pesquisadores, caberia “compreender as formas que nos permitem alterar as condições sociais” (Ganhão, 1983: 7), resumiu o então reitor da UEM Fernando Ganhão, ao proferir a comunicação inaugural da Reunião de Peritos sobre os Problemas e Prioridades na Formação em Ciências Sociais na África Austral, organizado pelo CEA e UNESCO, em agosto de 1982.

Portanto, diversos são os relatórios, textos e estudos resultantes dessa interação, nem sempre horizontal, entre pesquisadores, Estado e organismos multilaterais¹⁴³. Interessante notar como a pesquisa de campo, nesse contexto, motivou a posterior publicação de livros que impactaram fortemente na interpretação sobre a política do pós-independência. São exemplos ímpares nesse sentido as obras *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile* (1990)¹⁴⁴, do francês Christian Geffray, e *Antropologia e Desenvolvimento: As Aldeias Comuns em Moçambique* (1996), do espanhol Adolfo Yanez Casal. Christian Geffray, então vinculado ao Departamento de Arqueologia da UEM, escreveu, junto com Mogens Pedersen, vinculado ao Departamento de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, o texto *Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no distrito do Erati: processo de socialização do campo e diferenciação social* (1985)¹⁴⁵, que problematizava a relação entre parentesco e território. Já Adolfo Yánez Casal coordenou, junto com José Fialho, o projeto *Contribuição para o Estudo do habitat tradicional de Moçambique. Belane-Vilanculos -Inhambane*, do Instituto Nacional de Planificação em parceria com a Habitat - Nações Unidas (1983), que avaliou a problemática do enquadramento territorial das aldeias comunais frente ao tradicional habitat disperso.

Ambos os estudos fornecem preciosas informações sobre o modo de vida em diferentes regiões moçambicanas e a medida em que a modernização da agricultura e a transformação dos meios de produção nas aldeias comunais foi sendo implementada, diferentemente das formas de organização locais. Entre essas formas de organização, Casal e Fialho (1983) discorrem sobre o *muti*, a unidade básica da habitação formada pelo conjunto

¹⁴³ Em entrevista realizada com a pesquisadora moçambicana Amélia Souto, que atuou na área da educação nacional no pós-independência, o limite estabelecido pela alta cúpula governamental em relação aos pesquisadores era claro. Ou seja, as sugestões e análises não se traduziam necessariamente em um debate. Entrevista realizada em maio de 2013 em Maputo.

¹⁴⁴ A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da Guerra Contemporânea. Porto, Afrontamento, 1991.

¹⁴⁵ Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral -Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no Distrito de Erati: processo de socialização do campo e diferenciação social / Christian Geffray, Mogens Pedersen.101págs) Cota MZ-Agr. IV-1, 1985.

de espaços “organicamente estruturados, especialmente unitários e descontínuos, mas, social e simbolicamente interdependentes e plurifuncionais”, como define o relatório de Casal e Fialho que será aqui apresentado¹⁴⁶.

Buscando entender esse habitat disperso em Inhambane, o relatório constatou, como princípios geradores da organização espacial, certos esquemas simbólicos de explicação de fenômenos naturais associados ao movimento cíclico dos astros¹⁴⁷. Sobre as casas, os pesquisadores reiteraram a relação existente entre ocupação do espaço e relações simbólicas e sociais. Cada mulher adulta era responsável por sua casa, cozinha, celeiro e espaços auxiliares. As crianças dormiam com as respectivas mães e avôs e os jovens, em grupos separados pelo sexo e, um pouco mais tarde, nas suas casas próprias, sem celeiro ou cozinha. As casas das esposas mais jovens tendiam a ocupar a parte oeste em relação à esposa anterior e com portas viradas para a primeira casa. Também as sombras, como locais de funções como estar, comer, trabalhar, se reunir, eram ocupados segundo critérios de gênero e geração. Normas, proibições e instituições geriam o funcionamento desses espaços. Outro importante elemento identificado pelos autores é a evidente relação entre espaço de moradia e de produção. Além do espaço interno do *muti*, o pequeno território familiar era formado pelas *machambas* de cultivo, mato para coleta de frutas silvestres, terra para pousio e eventual pastagem de animais. Os limites territoriais desses espaços seriam os *mutis* vizinhos ou mesmo a capacidade de trabalho do grupo.

O relatório mostra claramente que o equilíbrio dos habitantes do *muti* era algo sensível e que qualquer situação adversa, como falta ou excesso de chuvas, distância das *machambas* para o sistema de rotação dos solos, migração, incidiria diretamente na capacidade produtiva do grupo. Portanto, quando o cálculo feito entre os investimentos no trabalho não supria as necessidades do agregado, sobretudo no que tange a distância das *machambas* e fonte de água, o *muti* era transferido de lugar. Mortes, conflitos, incêndios e feitiçaria também promoveriam a mudança de local. Porém, as mudanças exigiriam uma profunda negociação com os possíveis donos da nova terra ou das árvores ali existentes, especialmente as de maior valor, como coqueiros e citrinos.

Em suma, o relatório aponta que a base da reprodução social e econômica do grupo era seu território familiar, organizado através de espaços concêntricos que se interligavam

¹⁴⁶ Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - Projeto: *Contribuição para o Estudo do habitat tradicional de Moçambique. Belane-Vilanculos-Inhambane* Adolfo Yáñez Casal e José Fialho (coordenadores). Instituto Nacional de Planificação em parceria com a Habitat-Nações Unidas), Cota MZ-Agr. IV-1, 1983.

¹⁴⁷ O Leste, nascente do sol, seria a direção da vida e o Oeste, poente do sol, a direção da morte. De tal modo, as portas das casas das viúvas obedeciam esta posição assim como a entrada do *muti*, simbolizando o elo com os antepassados do chefe. Já a porta da casa da primeira esposa deveria estar localizada a leste do *muti*, pois dali se expandiria o agregado através de círculos concêntricos conforme o estatuto social e etário dos ocupantes das casas.

através da circulação de bens, pessoas e trabalho “numa estratégia de complementaridade econômica face a crises agrícolas e às necessidades de reprodução social das unidades familiares e do grupo social em geral”¹⁴⁸. A imagem abaixo, produzida a partir do levantamento físico de um *muti* na aldeia de Belane e publicada no livro de Yanez Casal (1996), retrata as descrições feitas durante a pesquisa coordenada pelo próprio. A imagem ajuda a pensar a distância socioespacial do modo de organização tradicional em Moçambique em comparação com os projetos de reordenamento rural aqui discutidos e expostos através dos mapas de um aldeamento colonial, da planta de uma aldeia comunal e do reassentamento da Vale¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 160.

¹⁴⁹ O formato do *Muti* representado por Casal parece não se diferenciar muito do formato de outros aglomerados familiares como o *Mu-Thethe* em Nampula (Geffray, 1991), os *Mushas* de Manica (Raposo, 1996), o *Mundzi* entre os cheuas de Tete (Coelho, 1993) e o *Mui* entre os *nyungwe* de Tete, por isso o uso da ampla categoria “organização tradicional de Moçambique”.

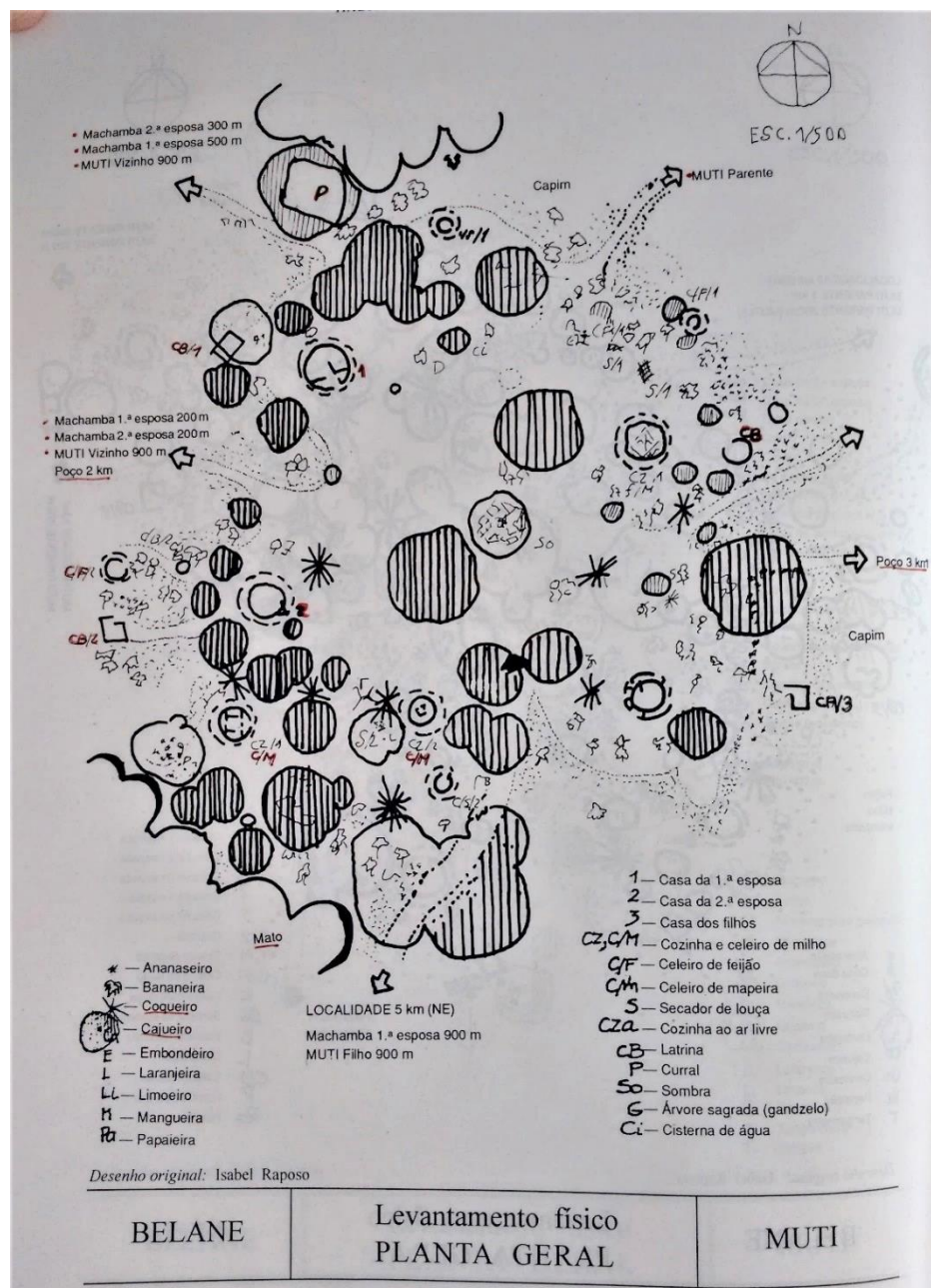


Imagem 8: Planta Geral do Habitat Disperso em Belane, Vilanculos.
Fonte: Casal, 1996: 104.

Finalizando sua análise sobre o habitat coletivo nas 3 aldeias comunais pesquisadas em comparação ao habitat disperso antes das ACs, os autores apontam uma série de problemáticas a nível do espaço habitacional, relações econômicas, relações sociais e aspectos culturais. Entre estas, apontam a distância existente entre o estilo de vida do habitat disperso e “um mundo de normas” a que os aldeões foram interpelados a aderir. Essa nova ordem em que as práticas antigas foram consideradas atrasadas e que uma modernidade desconhecida deveria ser seguida teria criado uma situação complexa já que:

As respostas da maioria dos camponeses que seguem a este tipo de apelos e solicitações não podem deixar de ser dualistas e ambíguas, traduzindo-se por obediência passiva às palavras de ordem, por práticas provisórias, ao mesmo tempo que mantem e praticam (com reservas, adaptações e estratégias) na ordem antiga ainda operatória e funcional no domínio da reprodução social e material. A aldeia comunal no seu todo deveria ser compreendida e implementada em termos de processo em que as duas ordens embora contraditórias, se complementem e não se excluam nem se justaponham desenvolvendo-se em função dum produto unitário e coerente: um habitat mais coletivo em que a produção coletiva tenha mais produtividade que a familiar até a plena consolidação do processo de socialização no campo e a superação da contradição entre o velho e o novo¹⁵⁰.

Refletindo sobre o modelo socioespacial descrito por autores como Casal e Geffray em seus relatórios e os paradigmas pensados pela FRELIMO no afã de construir o Homem Novo, verifica-se que as intervenções espaciais no pós-independência se alimentaram do mito da “rurbanização”, em que ações urbanizadoras no meio rural garantiriam a transformação de camponeses em trabalhadores agrícolas e industriais. E, para concretizar esse projeto de sociedade desejada, uma série de elementos planificadores se fizeram presentes, como relatórios, mapas prospectivos e projetos arquitetônicos. Homens, pessoas, animais, produtos, hectares foram contabilizados em um grande exercício técnico e legitimador de mudanças.

Os debates sobre reordenamento rural apresentados na seção anterior mostraram o empenho técnico em alterar o meio rural para garantir a adesão do povo ao lado português da luta. Também no pós-independência, o meio rural foi lido como *locus* por excelência da intervenção estatal socializante no sentido de reorganizar o espaço para construir a nação.

O QUE DEVERIA SER UMA ALDEIA COMUNAL

Nas aldeias comunais vive-se um momento histórico muito especial em que grande parte dos conceitos e das ideias da ideologia tradicional feudal e colonial capitalista são frontalmente abaladas pela nova vida coletiva e democrática que se constrói. Neste ambiente são mais bem aceites e germinam melhor, sendo, pois, o momento propício para se introduzirem novos hábitos higiénicos entre as populações e se destruírem velhos conceitos obscurantistas sobre doença e saúde, vida e a morte¹⁵¹.

¹⁵⁰ Ibidem, 170-171.

¹⁵¹ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique, Recorte da Revista Tempo, nº 383- *O papel da medicina preventiva no desenvolvimento global das Aldeias Comunais* anexado a pasta sem número da CNAC). 5 de fevereiro de 1978.



Imagem 9: Cartilha de Socialização do Campo.
 Fonte: Centro Dinamizador para a Socialização do campo.
 Secretaria de Estado do Algodão, 1985 (CIDAC)¹⁵²

O “momento histórico muito especial” foi assim definido na Revista Tempo, em 1978, em um artigo nomeado *O papel da medicina preventiva no desenvolvimento global das Aldeias Comunais*. A ideia de desenvolvimento a ser empregado nas aldeias sugeria que a partir da adesão a novos hábitos, as relações tradicionais de organização social seriam transformadas e, com isso, as relações de produção alcançariam o patamar desejado, conforme evidencia a imagem acima. Nesse sentido, segundo informa o mesmo artigo, as ACs seriam o local onde se edificaria “uma sociedade justa e progressiva, assente em bases científicas”¹⁵³ e, para tanto, a agricultura familiar de subsistência deveria ser substituída por uma agricultura comunal através de cooperativas, resultando em uma “verdadeira” aliança operária-camponesa¹⁵⁴.

O programa inicial da edificação das Aldeias Comunais, em Tete, foi ambicioso e previa a criação anual de 14 aldeias para 5000 pessoas, atingindo um total de 111 novas aldeias para quase 450.000 pessoas em 1985, até o aldeamento de toda a população de Tete em 1990. Na prática, das 783.893 pessoas vivendo em Tete em 1982, apenas 86.804 pessoas

¹⁵² Secretaria de Estado do Algodão (Centro de Documentação Amílcar Cabral). Cota Mz- Agri. III-1 Dossier.

¹⁵³ Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - 3º Seção do Comité Central da FRELIMO, 1976. Resolução sobre as Aldeias Comunais), Documento Avulso, 1976.

¹⁵⁴ Idem.

viviam em aldeias comunais, conforme indica a tabela 2. Cerca de 60% por cento dos habitantes das ACs provinham dos aldeamentos e outra parcela era composta por pessoas das antigas zonas libertadas e uma terceira parcela por ex-refugiados de guerra¹⁵⁵. Em Moatize, dos 44 aldeamentos coloniais existentes em 1974, 2 foram transformados em Aldeias Comunais (Capirizange - OUA e M'Condezi, considerados modelo), 29 viraram “aldeias informais” e 13 desapareceram.

Tabela 2:
Programa de Aldeias Comunais em Tete (1978-1982)¹⁵⁶

	1978			1980			1982		
<i>Distrito</i>	Nº ACs	População na ACs	% do Total	Nº ACs	População na ACs	% do Total	Nº ACs	População na ACs	% do Total
<i>Zumbo</i>	0	0	0	4	2,271	7.0	6	6,156	18.1
<i>Marávia</i>	3	2,179	6.8	4	2,179	6.4	4	2,517	7.0
<i>Chiúta</i>	1	578	1.4	2	3,070	7.4	2	3,070	7.0
<i>Macanga</i>	2	3,638	6.3	3	10,567	17.3	3	10,567	16.4
<i>Angónia</i>	2	2,997	1.4	5	5,335	2.4	5	5,495	2.4
<i>Moatize</i>	2	3,160	3.6	3	4,607	5.0	3	2,905	3.0
<i>Mutarara</i>	4	5,135	4.0	9	24,385	18.0	9	43,767	30.6
<i>Mágoè</i>	1	1,2550	12.8	1	1,250	12.0	1	3,143	28.7
<i>C. Bassa</i>	1	5,000	14.2	2	5,000	13.4	3	7,199	18.3
<i>Changara</i>	1	3,500	4.2	2	3,500	4.0	3	1,985	2.1
Total	17	27,437	5.4	35	62,164	9.2	39	86,804	13.3

Embora a transformação no *Homem Novo* fosse celebrada, o investimento nas escolas e postos de saúde não acompanhou o desejo da transformação. Em Tete, das 39 ACs formadas entre 1977-1982, 28 possuíam escolas e apenas 15 tinham postos de saúde. Mais grave era a situação dos distritos de Changara, Agonia e Chiúta, que não contavam com nenhum posto de saúde, tampouco Agentes Polivalentes de Saúde (APEs) (Adam, 1991).

¹⁵⁵ Das 39 aldeias comunais formadas em 1982 em Tete, 24 eram compostas por habitantes dos antigos aldeamentos, 2 por habitantes das zonas libertadas, 3 composta por retornados, 2 por habitantes da área de influência da FRELIMO mais retornados, 2 composta por antigos habitantes de aldeamentos coloniais mais retornados e 2 por gente dos aldeamentos mais área da FRELIMO mais retornados (Coelho, 1998: 67).

¹⁵⁶ Tabela retirada do artigo: Coelho, João Paulo Borges. *State Resettlement Policies in Post-Colonial Rural Mozambique: The Impact of the Communal Village Programme on Tete Province, 1977-1982*. Journal of Southern African Studies, Vol. 24, No. 1, Special Issue on Mozambique (Mar, 1998), pp 66.

As aldeias comunais também deveriam promover um novo papel social para as mulheres na participação na Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Em visita à aldeia *Magul*, a responsável local pela OMM afirmou ao jornalista do periódico *Notícias* de 1988 que sua tarefa, até então, tinha sido “combater os males que nos foram legados pelas sociedades tradicional e colonial, nomeadamente os problemas do lobolo, casamentos prematuros, ritos de iniciação e outros”¹⁵⁷. Com isso, ela conclui que punir severamente os casos de lobolo, de casamentos prematuros, seria uma atividade também dos tribunais populares enquanto “um instrumento muito ativo na realização do combate contra alguns aspectos negativos da sociedade tradicional feudal”¹⁵⁸.

Diversos são os documentos que colocam o colonialismo ao lado da “tradição” enquanto símbolos de um retrocesso a ser ultrapassado, como o artigo *Aldeia Comunal 1º de maio: Uma experiência*, escrito por Ana Magaia para o jornal *Notícias*. Ao iniciar um “levantamento cultural” na citada aldeia, localizada no distrito de Chókwé, a autora afirmou que teve:

A oportunidade de ver na prática quanto o tradicionalismo e o colonialismo influem na nossa cultura e personalidade. Não iria contar com os vários casos de poligamia mas apontar apenas o caso de um homem com cerca de sete mulheres, uma nora de *dezesseis* aproximadamente, lobolada por um dos filhos daquele o qual tem dezoito anos.¹⁵⁹

Segundo o artigo de Magaia, cada homem vivendo em poligamia deveria ter seu talhão de terra localizado a uma certa distância de suas mulheres para impedir um formato familiar indesejado, diferente do período colonial onde os polígamos ganhavam mais terra nos aldeamentos. Já os casados que se tornassem polígamos deveriam ser expulsos da aldeia. Segundo a autora, “quando uma pessoa se insere na aldeia, quando uma pessoa se decide a uma nova forma de organização social, pois aceita logo novos princípios”¹⁶⁰.

O artigo aponta duas situações relevantes. A primeira delas é que, por mais que se combatesse os hábitos considerados retrógrados, as populações não aderiram facilmente às novas ideias socialistas e tinham como estratégia apenas ignorar as ordens dadas. Mesmo as estruturas do partido nas aldeias, supostamente mais atentos às diretrizes dadas, eram os primeiros a não as respeitarem, segundo ressaltou a própria Ana Magaia. O segundo ponto se refere à perseguição da prática do lobolo e da poligamia, na qual, segundo os

¹⁵⁷ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique, Jornal Notícias, *Aldeias Comunais no Bilene Camponeses organizados constroem as futuras cidades no campo*). 27 de agosto de 1978.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique, *Aldeia Comunal 1º de maio: Uma experiência*, Revista Tempo n° 372, p.31- 32). 20/11/1977.

¹⁶⁰ Idem.

documentos encontrados, o projeto de poder socialista parece ter sido mais enfático do que o colonialismo. Essa evidência dificulta a manutenção de binarismos simplistas no melhor estilo colonizadores maus versus libertadores bons.

Rumo a um socialismo científico, também a religião deveria ser combatida de forma permanente pelo trabalho ideológico. Mais uma vez, segundo o Jornal *Notícias*, somos informados que, durante a *II Conferência Nacional do Trabalho Ideológico*, em 1978, conclamou-se a elaboração de um estudo sobre a influência religiosa a fim de mostrar que as práticas religiosas “bloqueiam o desenvolvimento econômico, político e social do nosso povo”¹⁶¹. Dois anos depois, durante a III Reunião Preparatória para a 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, o tema da religião apareceu novamente quando o ministro do interior falou sobre a dificuldade de estruturar os órgãos do partido nos distritos do litoral de Nampula e citou o caso de Mossuril, onde o secretário da célula do partido, no momento em que estava a se reunir com o governador, a certa hora, “pegou toda a população, meteram-se na mesquita e abandonaram o senhor governador e ele ficou completamente sozinho, não ficou ninguém”.¹⁶² Mais um indicio de que as diretrizes “vindas da nação” eram constantemente ignoradas frente aos hábitos locais.

Assim como no projeto colonial, a mudança de hábitos tinha como objetivo fundamental a mudança de relações de produção, até então centrada na agricultura familiar. Embora o objetivo colonial fosse exportar o excedente agrícola no contexto pós-independência, era esperado que as Aldeias Comunais sediassem as cooperativas agrícolas cujos excedentes financiariam e garantiriam a revolução socialista. Em Moatize, ressaltava-se a atuação de 3 cooperativas: *25 Setembro*, com uma área de 206 hectares e 60 membros, localizada na AC Capirizange; *M'Condezi*, com uma área de 40 hectares e 291 membros na AC M'Condezi e a cooperativa *Samora Machel*, com 59 hectares e 57 membros na AC Samôa. Além desses, em Tete, dois principais projetos foram promovidos pelo Ministério da Agricultura: o CO-1 CADECO (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Cooperativo), financiado pelos países nórdicos que auxiliaram as cooperativas de Changara e Moatize na introdução de novas técnicas agrícolas e o CO-2 CRED (Centro Regional de Experiência e Desenvolvimento), coordenado pelo Instituto de Investigação Agronômica (INIA), cujo intuito foi auxiliar tanto as cooperativas quanto o setor familiar das ACs, sobretudo em Angónia (Coelho, 1998: 77).

Para conduzir o processo de cooperativização, foi criado, em 1979, o Gabinete de

¹⁶¹ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique - Jornal Notícias. *II Conferência Nacional do Trabalho Ideológico: Resolução sobre as Aldeias Comunais*), 24/10/1978.

¹⁶² Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique - III Reunião Preparatória da 1ª RNAC:23). Cx 43, 23/02/1980.

Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas (GODA), que definiu 3 principais formas de produção coletiva: a *machamba* coletiva de responsabilidade das estruturas políticas da aldeia comunal, caracterizada pelo trabalho voluntário dos camponeses, a pré-cooperativa formada por camponeses que produziram e distribuiriam os resultados entre si e, por fim, a cooperativa que se diferenciaria da *pré* por apresentar um maior grau de desenvolvimento. Diante dessa “burocratização” do campo, o setor familiar foi sendo gradativamente marginalizado. Para Samora Machel, “A cooperativa gera a aldeia comunal. A empresa agrícola estatal gera a aldeia comunal. Aglomerar pessoas sem produzir é criar consumidores parasitas” (Machel *apud* Casal, 1991: 68).

Produzir mais, melhor e mais barato era o pressuposto do trabalho coletivo, sobretudo após o lançamento do Plano Prospectivo Indicativo (1980), que recomendou uma série de metas a serem alcançadas na conhecida “década da vitória sobre o subdesenvolvimento”. Entre elas, ressalta-se o lançamento da indústria pesada e o desenvolvimento mais eficaz do setor agrícola. No que se refere às cooperativas, elas enfrentaram dificuldades na distribuição de sementes e no escoamento de produtos e, em muitos casos, as relações ditas tradicionais foram transpassadas nas relações entre cooperados. Exemplo ímpar nesse sentido foi descrito por Geffray e Moagens (1985), no relatório sobre a transformação da organização social e agrária em Erati, província de Nampula.

A aldeia comunal de Napaco, distrito de Erati, foi descrita pelos autores enquanto um território composto por 3 diferentes *Mu-Thethe* (segmento de linhagem) formado por 50-150 pessoas e comandado pelo *Humu* (chefe da terra). Cada povoação dos *Mu-Thethe* - Machava, Changoma e M’thipa - ocupava, em 1984, três respectivos bairros e, para não ter sua população deslocada para uma aldeia comunal, o *Humu* de M’Thipa teve a iniciativa de criar uma aldeia comunal. Para construir uma interlocução com a administração, ele primeiramente abriu uma *machamba* coletiva, a qual lhe forneceu legitimidade para edificar uma AC em suas terras que, juntamente com os dois *Mu-Thethe* vizinhos, completavam as 250 famílias exigidas para a formação de uma AC. Essa hábil jogada permitiu que o clã de M’thipa ocupasse postos de destaque na AC. Seu sobrinho foi nomeado secretário da aldeia, seu irmão mais novo se tornou o responsável pela *machambas* coletivas e o próprio *Humu* assumiu a função de presidente da cooperativa de consumo, privilegiando o seu *Mu-Thethe* na distribuição das mercadorias. Diante dessa reprodução da organização clânica na cooperativa, os dependentes do *Mu-Thethe* Changoma, ainda que inscritos na cooperativa de consumo, quase nada recebiam dela. Já os de *Mu-Thethe* de Machava, mais afastados, nem inscritos na cooperativa foram. Essa

situação teria provocado uma revolta da população de Changoma, em 1983, e demonstra que as fidelidades de um aglomerado familiar não foram suprimidas pelos ideais socialistas, ao contrário, foram singularmente incorporadas ao novo projeto de poder.

Em suma, esperava-se que as aldeias comunais fossem um caminho rumo à modernidade e “superação” do passado colonial e tradicional. Exemplo caricato nesse sentido é a esperança depositada pelo Ministro do Interior na tecnologia como remédio para superstição, em fala durante a III Reunião Preparatória da 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, em 1980. Ao citar os benefícios da energia elétrica no campo, ele ressalta que a luz poderia gerar economia de trabalho gasto nas tarefas familiares em prol da produção material, afinal:

Não é nenhum luxo introduzir a electricidade no meio rural, resolve muitos problemas. Acabou o pilão, acabou sei lá, até a superstição. Até a superstição. Superstição que ao entardecer, depois começam-se a ouvir grilos, etc etc. depois dão, lá longe, aquelas coisas todas aos feiticeiros, corujas, aquelas coisas todas próprias do campo, com a luz elétrica resolvemos, é um passo importante, não é negligência, é muito importante.¹⁶³

Além de “iluminar” a razão, a modernidade pretendida pelo novo governo também se empenhou em geometrizar o espaço rural conforme evidencia a próxima seção.

¹⁶³ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique - III Reunião Preparatória da 1ª RNAC:23). Cx 43, 23/02/1980.

ARQUITETURA COMUNAL

*Não duvidamos do triunfo do novo sobre o velho não só em Lidô como em toda a Angónia.*¹⁶⁴



Imagem 10: Construção de casa em Lidô (Angónia, Tete).
Fonte: Revista Tempo, 1977.

“Força e Ritmo na construção da casa modelo da futura aldeia comunal de Lidô” é a legenda do artigo intitulado “Tete: Trabalho Político e Organizativo”, publicado na Revista Tempo, em agosto de 1977. O artigo evidencia que era preciso mostrar que, embora a distante e pobre Província de Tete ainda não experimentasse uma presença efetiva do Estado (devido as fracas estruturas locais do novo Governo, dificuldade na comunicação incluindo as poucas estradas minadas), a edificação das aldeias comunais já tinha arrancado, especialmente em Angónia, um dos poucos celeiros agrícolas locais.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - *Tete: Trabalho Político e Organizativo*, Revista Tempo n°358 p.23, 1977).

¹⁶⁵ Foi em Angónia que se criou a única fazenda estatal de toda a província, o Complexo Agro-Industrial de Angónia (CAIA).

Além da construção da aldeia comunal de Lidô, o artigo fazia referência à formação da cooperativa no distrito de Tsangano e ao desenvolvimento comunal em Chiumbuni, antiga zona libertada na fronteira com o Malaui, para falar da “luta que prossegue em Tete”. Dissertando sobre a luta, o artigo descreve que a povoação de Lidô, formada por 880 famílias, passara o dia comemorativo da independência, 25 de junho de 1977, “animadamente” construindo e carregando tijolos para a construção de uma casa modelo. Caracterizado como um centro clânico com raiz patrilinear, ou seja, um local onde “a tradição tem um trono”, a edificação física da aldeia comunal exigiria um combate duro. Portanto, a importância da aldeia comunal foi caracterizada como uma “mola de arranque, a bala de cuja trajetória dificilmente se esquiva o tradicionalismo pois baseia-se nos ensinamentos práticos, na transformação do meio ambiente, na transformação cultural e política no medir forças entre o passado e o presente que pretende construir racionalmente o futuro”.¹⁶⁶

Continuando a tecer elogios ao suposto poder transformador das aldeias comunais, o artigo faz uma comparação entre os aldeamentos portugueses em Tete e os aldeamentos comunais e é interessante como categorias como liberdade, autonomia, transformação de mentalidade são acionados para título de comparação.

Uma aldeia comunal é um centro econômico e político; é um lugar onde o camponês vai viver voluntariamente através da compreensão de que necessita engajar-se na revolução, necessita transformar a sua vida. Quem constrói a aldeia comunal é o próprio camponês que desse modo adquire a consciência de que ela é uma coisa sua e explica-a teoricamente (...). No aldeamento tentava-se desculturalizar o camponês. Na aldeia comunal procura-se inculcar dignidade ao camponês. No aldeamento o camponês era oprimido. Na aldeia comunal se o camponês não quiser lá ir nem é obrigado a isso. Posto isto podemos facilmente compreender a importância da transformação dos aldeamentos em aldeias comunais. Essa transformação implica, também, a transformação da mentalidade parasita do habitante do aldeamento. Implica o combate contra a prostituição, contra a influência dos régulos (atualmente neutralizada) contra as manobras dos nossos inimigos que sabem ter nos aldeamentos alguns dos seus melhores aliados internos, os privilegiados de então, os lacaios raivosos de hoje serem tratados de modo igual ao de toda a gente do aldeamento¹⁶⁷.

Nota-se uma tentativa de representar a aldeia comunal como uma opção do camponês que lá seria valorizado e contemplado com uma nova sociedade na qual não caberia o poder dos régulos, a prostituição ou a exploração vivida na era colonial. Livre

¹⁶⁶ Ibidem, p.24.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 25.

desses entraves e apto a substituir uma antiga mentalidade parasita, o camponês, na aldeia comunal, como uma espécie de tábula rasa, ingressaria na sua plena dignidade. E, para combater essa indignidade, cerca de 200 famílias seriam transferidas para casas de 8x6 metros, edificadas com argila e colmo e compostas por 3 quartos, sala e cozinha na aldeia em Chiumbuni.¹⁶⁸ Portanto, a transformação dos modos de habitar em Moçambique faria parte de um processo de modernização e urbanização forçado do campo, através da produção coletiva e aglomeração em aldeias.

Para a arquiteta Isabel Raposo (1996), a política das aldeias comunais se restringiu apenas a um realojamento populacional e sim “um projeto inter-sectorial, visando uma intervenção global na sociedade local, na habitação, nos serviços e equipamentos, na cultura, no consumo, na produção e na própria organização comunitária (Raposo, 1996: 61). E, para garantir a implementação desse novo projeto, era necessário mitigar a organização política, econômica e espacial tradicional, incluindo o formato das casas.

Ao analisar a intervenção estatal em Manica, Raposo identificou as unidades de habitação e produção, chamadas de *musha,s* enquanto territórios familiares comandadas pelos *mambos*, ou chefes. Assim como o *muti* de Vilanculos, ou o *mundzi* entre os Cheuas e *mui* entre os *Nyungwe* de Tete, os *mushas* eram formados pelas unidades habitacionais e rodeados por campos familiares com *machambas* de cultura e pousio, pelas pastagens e florestas de lugares sagrados. Com a edificação das ACs, os *mambos* perderam seu poder e os camponeses foram constrangidos a abandonar as *mushas*, incluindo a destruição das antigas casas como forma de pressionar a mudança. Nesse processo, o habitat tradicional disperso foi substituído por um traçado homogeneizante de lotes retangulares.

Analisando o formato e a disposição das edificações e suas transformações nos talhões residenciais das ACs por ela visitadas em Manica, a arquiteta mencionou que as casas de dormir e estar eram redondas, sem divisões, de pau a pique, com cobertura de capim, paredes maticadas e pintadas e seguiam um padrão tradicional de construção. Com a ida para as ACs, cuja concentração de pessoas se acentuou a partir da guerra com a RENAMO, a estaca e o colmo ficaram ainda mais distantes e as casas passaram a utilizar, cada vez mais, tijolos e zinco, material já utilizado por aqueles que emigravam da vizinha Rodésia no período colonial. Além disso, a arquiteta notou que um formato de casa mais ampla que a tradicional, retangular, com divisões, paredes de tijolo cozido artesanalmente, com cobertura de zinco, que teria sido o formato da casa dos funcionários coloniais e de alguns trabalhadores profissionais, serviu como modelo de casa ideal para atrair a população

¹⁶⁸ Ibidem, p. 25.

a se fixar. Finalmente, com o acirramento da guerra, verificou-se um outro tipo de casa, a *makhava*, que consistia em um mero refúgio de capim onde as famílias se escondiam durante a noite.

Portanto, a casa colonial, retangular e com divisões, foi elevada à categoria de casa modelo, como demonstra a imagem abaixo, referente ao projeto denominado Moradias Tipo VC5 -6 -7-8, produzida a pedido do Departamento de Habitação. No texto que acompanha o desenho da casa, recomenda-se a edificação de no mínimo 2 quartos, podendo ser ampliada até 4 quartos, uma sala/varanda (aberta para o quintal) e varandas que rodeiem a construção. Sobre a cozinha, indica-se que a mesma, “a depender do hábito”, poderia ser instalada junto a varanda ou em uma outra construção perto da moradia. O texto que acompanha a imagem indica ainda que a moradia deveria representar a proteção da saúde e da família e ser “um exemplo na proteção e embelezamento da natureza através do respeito da cultura local e da evolução dos hábitos de vida”.



Imagem 11: Desenho de Casa modelo.
Fonte: CIDAC.

O apego ao retilíneo, ao geométrico, ao dividido (como também propunha os aldeamentos coloniais) pautou a edificação das aldeias, como deixa claro um documento produzido pela CNAC, que afirmou ser a definição do local para habitar e produzir algo que não caberia improvisado e deveria ser guiado de “apetrechamento científico que a população ainda não possui”.¹⁶⁹ Apelando para o cientificismo na transformação das formas de habitar, o documento assinala a importância dada a esta questão ao pontuar que:

¹⁶⁹ Comissão Nacional das Aldeias Comunitárias. (Arquivo Histórico de Moçambique, Documentos Diversos Tete - *A aldeia Comunitária*). Cx. 86, 1983.

O processo que conduz a uma vida nova tem de orientar-se por caminhos que busquem e encontrem uma nova morfologia. A morfologia revolucionária exige da técnica de construção maior durabilidade, maior proteção aos elementos, total salubridade, total dignidade de vida, menor custo. Fazer palhota todos os anos e viver todos os anos de uma vida, uma vida de palhota, é antieconômico ao nível do indivíduo e catastrófico ao nível da economia nacional. Portanto, o nascimento de novas unidades nas estruturas da aldeia comunal não pode ser independente do nascimento de novas estruturas de produção nacional¹⁷⁰.

Também o documento *Notas de Estudo Sobre o Habitat Rural para o projeto de cuidados de saúde primário* diferencia em duas colunas o talhão tradicional e o talhão convencional nas aldeias, fornecendo elementos que ajudam a entender a nova configuração socioespacial empregada nas ACs.¹⁷¹

Tabela 3: Diferença entre Talhão Tradicional e Talhão Convencional

TALHÃO TRADICIONAL	TALHÃO CONVENCIONAL - ALDEIAS COMUNAIS
Muita arborização	Nenhuma ou pouca arborização
Espaços contínuos e aproveitados	Espaços descontínuos e esvaziados
Enquadramento e morfologia a partir do interior, sem limites exteriores	Enquadramento e morfologia a partir do exterior, com limites exteriores
Circular	Retangular
Abundância de espaços anexos	Escassez de espaços anexos e auxiliares
Casas de dimensões reduzidas	Casas de maior dimensão
Poucas divisões	Maior número de divisões
Orientação e localização da casa indefinidas	Orientação e localização da casa por referência à rua e ocupando a parte dianteira e frontal do talhão
Poucas latrinas	Frequência de casas de banho e latrinas
Privacidade natural	Vedações construídas
Machambas normais à volta do talhão	Machambas pequenas à volta do espaço habitacional, limites marcados no talhão

Portanto, evidencia-se que a arquitetura no período pós-independente também pretendeu reorganizar o espaço em estreito diálogo com o projeto de poder em questão. Transformação das famílias polígamas em nucleares, transformação de casas compartimentadas e otimização do espaço para plantação, e coletivização do trabalho são

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - Notas de Estudo Sobre o Habitat Rural para o projeto de cuidados de saúde primário) Cota MZ – V/T/H II-5, sem data.

itens presentes nas plantas, projetos e debates constituídos em torno do reordenamento espacial, discutidos por quadros nacionais e organizações internacionais já mencionados.

Outro exemplo da “morfologia revolucionária” é a planta da aldeia comunal de Msauize, que, em todo seu rigor cartesiano, dialoga com um pressuposto de desenvolvimento do espaço rural enquanto um ideal urbano. Ou seja, a aldeia comunal com talhões residenciais estipulados em 30x40m, com ruas largas de 10-20 metros, seria o veículo capaz *de trazer a cidade ao campo*, expressão encontrada em diferentes documentos da Comissão Nacional das Aldeias Comunais (CNAC). A cidade, mesmo que proclamada como reduto de vadios, servia como modelo físico urbano para impedir a dispersão rural, uma vez que “A luta entre o velho e o novo é uma luta global da sociedade que não diz respeito somente à Aldeia Comunal”, segundo informou documento produzido durante a Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais ¹⁷².

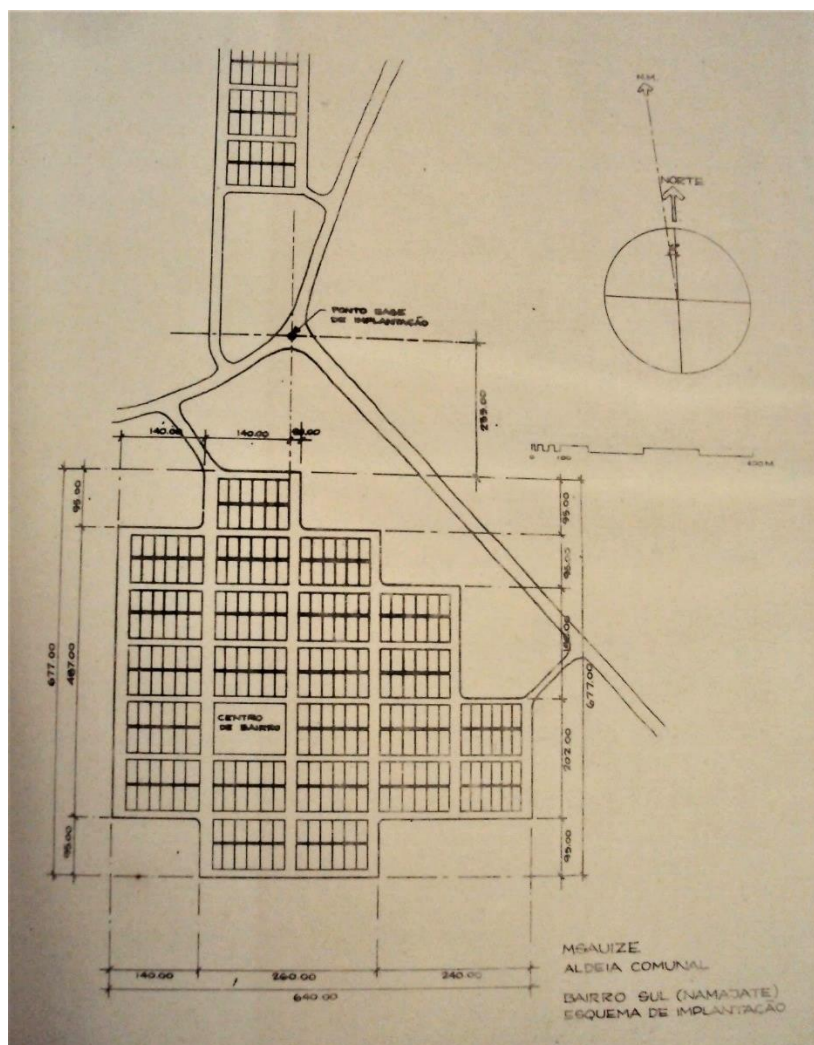


Imagem 12: Planta da aldeia comunal de Msauize
Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique (CNAC, documento avulso)

¹⁷² Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique, Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais: Resolução sobre questões sociais e culturais. Aldeia Comunal 3 de fevereiro, Gaza,) cx. 166, de março 1980.

Em Tete, um conjunto de documentos encontrado no Arquivo de Patrimônio Cultural, hoje Instituto de Investigação Sócio Cultural (ARPAC), aponta as principais características do modo de vida considerado tradicional na altura em que as aldeias comunais estavam sendo instaladas. Trata-se de uma série de questionários realizados durante a *Campanha Nacional de Valorização e Preservação da Cultura*, que teve lugar entre 1978-1982 e motivou a criação do próprio ARPAC, em 1983. Os inquéritos sobre “A aldeia tradicional”; “A habitação Tradicional”; “Agricultura Tradicional”; “Utensílios Tradicionais”; “ Pesca e Caça”, de um lado, buscam “preservar” a cultura tradicional ao mesmo tempo em que esses modos de ser e fazer foram alvo de transformação. De toda sorte, essa documentação, até onde sei pouco utilizada, atesta as distâncias entre os projetos ideológicos e arquitetônicos das aldeias comunais com os modos locais de habitar.

No “Inquérito sobre a aldeia Tradicional”¹⁷³, feito no Distrito de Chiúta, em 1982, com informações cedidas pelo camponês Changanane Catase (80 anos), informa-se que o lugar escolhido para construir a aldeia, uma atividade realizada pelos mais velhos do aglomerado familiar, era determinado sobretudo pela disponibilidade de água, com preferência por lugares planos.¹⁷⁴ Uma nova aldeia era criada a partir de variadas situações, como doenças, pestes, mortes constantes, falta ou esgotamento de campos de cultivo ou água. Além disso, as novas aldeias eram criadas depois do trabalho de sacha, entre os meses de abril e agosto, tempo em que o capim estaria pronto para cobrir as casas. Sobre a disposição das edificações, o documento informa que, no meio, construía-se as casas, em redor das casas, os currais dos animais e os celeiros, e assim sucessivamente¹⁷⁵. O Chefe escolhido pelos mais velhos, quando morto, era embrulhado em uma esteira e depositado em sua palhota, que servia, portanto, de cemitério, e, em casos de morte do chefe, a aldeia era abandonada. Ao se mudarem para um novo lugar, a aldeia antiga passava a ser usada como cemitério para sepultar as pessoas que viessem a morrer.

No “Inquérito sobre a aldeia Tradicional”, feito no distrito de Changara, com informações cedidas pelo camponês Coelho Seco ou Senno (87 anos), observa-se ainda que a escolha da terra para se construir uma aldeia cabia aos mais velhos pois estes conheciam os outros mais velhos da região que eventualmente já haviam morrido e se transformado em espíritos. Portanto, a legitimidade da idade conferia o conhecimento entre o mundo dos

¹⁷³ O Inquérito é formado por 8 questões que versam sobre: a escolha do local das aldeias, processo de criação, número aproximado de casas, disposição das construções, existência de cercas para proteção, função do chefe da aldeia, onde se enterravam os mortos e parentesco.

¹⁷⁴ Instituto de Investigação Sócio Cultural, Delegação Provincial de Tete. *Inquérito sobre a aldeia Tradicional*, pasta 31. Tete, 1982.

¹⁷⁵ Idem.

mortos e dos vivos, conhecimento esse que em certas situações indicava que o grupo deveria se mudar, sempre no período da seca, que permitia a movimentação e não afetava o período do plantio e colheita.¹⁷⁶ Já no “Inquérito Agricultura Tradicional”, realizado no distrito de Moatize, com dados cedidos pelo camponês Sambissone Candeza (48 anos), informa-se que as *machambas* eram familiares, não havendo uma *machamba* única para toda a aldeia¹⁷⁷.. Quanto à divisão do trabalho, os homens eram responsáveis pelo destroncamento das árvores e abertura das *machambas*, e as mulheres, pela sementeira e colheita, com a ajuda dos jovens, e seis horas era o tempo dedicado ao trabalho agrícola (a depender do período da *machamba*), sendo 3 anos o tempo limite para uma *machamba*, que, depois desse prazo, deveria entrar no período de pousio, em geral de 7 anos.

Diante desse sensível sistema de reprodução social e produtiva do grupo, qualquer interferência, como calamidades naturais, falta de terras, migração significativa de homens e mortes, afetava diretamente o grupo. Com a mudança para as aldeias comunais, assim como fora para os aldeamentos coloniais, não seria diferente. Portanto, significativa parcela da população camponesa recusou os aldeamentos comunais criados para socializar o campo, conforme atesta a próxima seção.

“O POVO ESTÁ CONTRA AS ALDEIAS COMUNAIS”

O ano de 1977 assiste ao desmembramento de imensas aldeias comunais. Registam-se incêndios em algumas aldeias e as populações não refazem as casas pois já possuem a sua junta da *machamba* familiar dispersa. As *machambas* colectivas não crescem. Começa-se a ver o aparecimento de imensas casas dispersas. Os régulos iniciam o processo de desmobilização dos camponeses, arrastando-os para fora das aldeias. Alguns desmandes de alguns elementos infiltrados nas estruturas dos Grupos Dinamizadores, que se traduzem pelo açambarcamento dos produtos das *machambas* coletivas, provocam uma onda de preocupação no seio dos camponeses que começam a chamar as *machambas* coletivas as “*machambas do governo*”. Estas informações indicam-nos pouco a pouco que os camponeses não consideravam, as *machambas* coletivas como “suas *machambas*”.¹⁷⁸

Em maio de 1978, o governador de Cabo Delgado era informado, através do estudo encomendado por ele próprio, com trecho acima citado, que, passada a febre da

¹⁷⁶ Instituto de Investigação Sócio Cultural, Delegação Provincial de Tete. *Inquérito sobre a aldeia Tradicional*, pasta 31. Tete, 1982.

¹⁷⁷ Instituto de Investigação Sócio Cultural, Delegação Provincial de Tete. *Inquérito sobre a agricultura Tradicional*, pasta 31. Tete, 1982.

¹⁷⁸ Moçambique Agricultura. (Centro de Documentação Amílcar Cabral - João Ferreira: Algumas considerações sobre o problema do sector familiar em Cabo Delgado. Relatório solicitado pelo comissário político e governador da província de Cabo Delgado, p.11) Cota MZ Agric III. Nampula, 8 de maio de 1978.

independência, a socialização do campo encontrava evidente resistência. João Ferreira, o autor do estudo, mostra o claro desinteresse pela vida coletiva em detrimento à tradicional vida dispersa e uma grande desconfiança com os planos de transformação do sistema produtivo que nunca foram apropriados pelas famílias como sendo seus.

O documento assinala a frustração do autor ao constatar que, embora o partido FRELIMO crescesse em Nampula, em certos lugares ele mais parecia “uma fotografia sem movimento”¹⁷⁹, algo estático. Além da suposta apatia da população, outras questões são mencionadas pelo autor, como a falta de terras suficientes, a insistência do padrão de organização e produção familiar, que o levaram assumir que “não basta darmos uma ordem para que as machambas coletivas com valor político econômico surjam por toda a Província”.¹⁸⁰ Diante das falhas encontradas, João Ferreira concluía que a FRELIMO não havia preparado a vitória, pois faltavam estudos “tendo em consideração a diversidade de situações em todo o País e dentro da própria Província.”¹⁸¹

A situação de Cabo Delgado não foi isolada. Também em 1978, uma transcrição da nota feita pela administração do Distrito de Chinde, a partir da carta da brigada no Bairro Comunal de Maputo, enviada a CPAC, alardeava que:

A Brigada da construção das aldeias comunais deste bairro Maputo pede a vossa comparência urgente visto que temos um problema muito grave: O povo está contra as aldeias comunais. O serviço está paralisado desde quinta-feira dia 25 de outubro de 1978. Dizem que no Mopeia o povo negou aldeia, nós também não viremos trabalhar.¹⁸²

Através desses documentos, nota-se que a socialização do campo a partir da transformação dos modos de habitar nas aldeias comunais e de produção nas cooperativas e machambas coletivas não foi bem aceita pela população, que começou a fugir, boicotar, ignorar ou apenas fingir aceitar as ordens vindas “da nação”, como muitos chamavam Maputo. A distância das machambas e a disputa por terras férteis pesaram sobre o cálculo de produtividade e, com isso, a produção familiar caiu drasticamente entre os anos 1980 e 1986 (Serra, 1991)¹⁸³.

No “Inquérito Nacional de Habitação”, produzido pela Direção Nacional de Habitação a todas as aldeias comunais do país, fica evidente a desconfiança com esses

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Ibidem, 15.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique - Carta da Comissão Provincial Aldeias Comunais de Quelimane para a Administração do Distrito de Mopeia. Confidencial). Documento avulso, 10/11/ 1978.

¹⁸³ Ver as inúmeras tabelas estatísticas em: SERRA, Almeida. Moçambique, 1975-1990: Uma síntese sobre a evolução económica. Revista do Centro de Estudos Sobre África (CESA), nº 20, Lisboa, 1991.

espaços e a relação traçada pela população com os antigos aldeamentos coloniais. O trecho referente à aldeia comunal de Capirizange, em Moatize, composta por 303 famílias, demonstra exatamente isso ao informar, na seção “problemas”, que:

A maior parte das populações deste distrito viviam nos aldeamentos onde eram bastante brutalizadas pelas estruturas opressoras coloniais. Depois da independência, algumas dispersaram-se. Quando se começou a implementação das aldeias comunais, certas populações, mal esclarecidas, julgavam regressar de novo aos aldeamentos. Foram criadas brigadas de dinamização, mobilização e consciencialização das mesmas para compreenderem o significado das aldeias comunais.¹⁸⁴

Gabriel Mitá Ribeiro (2004), em uma pesquisa de campo realizada por ele na Província de Tete em 1997, afirma que a maioria de seus 61 interlocutores identificaram o tipo de governo empreendido por Samora Machel mais parecido com a administração colonial do que com a administração de Joaquim Chissano, então presidente de Moçambique na altura. Essa semelhança ocorreria devido ao fator violência (pouco trabalhado pelo autor) nas chamadas zonas rurais. As semelhanças entre os aldeamentos coloniais com as aldeias comunais também foram identificadas por diferentes pesquisadores e até mesmo por um órgão como o de Técnicas Básicas para o Aproveitamento dos Recursos Naturais (TBARN), ligado à Universidade Eduardo Mondlane, ao afirmar que:

A solução já vista de longos arruamentos marginados por palhotas quadrangulares iguais peca por ser aparentadas morfológicamente com os acampamentos coloniais, os aldeamentos ou aldeações. O aldeamento era construído sob o conceito de prisão, ou liberdade restrita. A aldeia Comunal tem de reflectir a ideia de liberdade organizada.¹⁸⁵

No Distrito de Mutarara, assim como em outros locais da Província de Tete, além dos traumas causados pela violência associada ao processo de aldeamento e pelas inundações, a principal razão para a resistência da comunidade ocorreu porque eles estariam trocando as férteis planícies irrigadas das margens dos rios Zambeze, Chire e Ziu-Ziu, para novos lugares que já sabiam serem menos produtivos. Para evitar o

¹⁸⁴ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique - Inquérito Nacional de Habitação produzido pela Direção Nacional de Habitação. Aldeia Comunal de Capirizange, Distrito de Moatize, Província de Tete). Documento Avulso. Sem data.

¹⁸⁵ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique, Organização habitacional de uma aldeia. Documento produzido pela UEM, IIC, TBARN), cx.144, 27 de setembro de 1977.

deslocamento indesejado, muitas pessoas se refugiaram no Malaui, assim como já tinham feito para evitar os aldeamentos coloniais. Portanto, as aldeias comunais afetaram a reprodução material e social dos povos também por ignorarem as condições específicas locais. Para Salim Valá (2009):

Embora a estratégia de socialização do campo não possa ser considerada conceptualmente incoerente, a sua implementação levantou numerosos problemas, porque, ao visar três projetos tidos como complementares (a organização do campesinato disperso em aldeias comunais, cooperativização da agricultura familiar camponesa e a formação de um sector estatal agrário forte e moderno), na prática eles falharam no que concerne à continuidade e articulação. Isso minou a possibilidade da estratégia servir bem todo o país (Valá, 2009: 6).

Um pouco mais complexo que a falta de articulação entre as instâncias, o projeto socialista do pós-independência parece ter falhado por dois principais motivos: a distância de um projeto modernizador entre os modos de ser, plurais, dos diferentes povos de Moçambique e devido à destruição causada pela guerra dos 16 anos. E o habitat foi um elemento fundamental da disputa entre os dois lados da guerra. Se, por um lado, a FRELIMO almejava que as pessoas vivessem aglomeradas nas aldeias comunais, por outro, a RENAMO ambicionava que elas vivessem dispersas em suas terras.

No caso de Erati, como menciona Geffray (1991), a estratégia das populações foi arranjar mais de uma palhota intitulada *shoshorona*, cujo termo evoca o ruído das folhas que ressoa quando alguém pisa furtivamente, dando a entender o sentido sigiloso desses espaços. Nesse caso, a aldeia comunal era usada para receber *as estruturas* e o mato para esconder os mantimentos enterrados. Por vezes, um terceiro local servia de esconderijo. Além das *shoshorona*, diferentes estratégias foram criadas no sentido de burlar a regulação da vida que as aldeias comunais estabeleciam. No relatório da 1ª reunião das aldeias comunais realizado na aldeia comunal 3 de fevereiro, em Gaza, em março de 1980, relatou-se a “sobrevivência das velhas concepções e o aparecimento de formas camufladas de práticas indesejáveis”¹⁸⁶, como, por exemplo:

Ritos de iniciação realizados totalmente dentro de casa, para um número muito reduzido de crianças, no período de férias e reduzindo-se o tempo de iniciação de meses para uma ou duas semanas; lobolos transformados em gratificação e realizados muitas vezes fora das aldeias; homens que tem a segunda ou terceira mulher fora da aldeia; curandeiros vivendo fora da aldeia mas perto desta e que recebem habitantes da aldeia para as suas

¹⁸⁶ Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (Arquivo Histórico de Moçambique, Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais: Resolução sobre questões sociais e culturais. Aldeia Comunal 3 de fevereiro, Gaza, p:2, 3), cx. 166, de março 1980.

práticas obscurantistas.¹⁸⁷

Diversos são os indícios que demonstram os problemas causados pelas ACs, a começar por seu modelo físico que não correspondia à capacidade de uso do espaço nem tampouco às práticas sociais dos agregados familiares. Os quarteirões não apresentavam a organização social e econômica estruturada como se queria e nem o bairro teria incentivado a coletividade. A distribuição dos talhões acelerou a nuclearização das famílias tradicionais, provocando a desestrutura do poder dos mais velhos e dos chefes que, em certa medida, buscaram reproduzir seu poder residindo em talhões próximos nas ACs (Casal e Fialho, 1986). Também a má qualidade dos solos argilosos e a distância das machambas eram dois grandes obstáculos para o desenvolvimento das ACs e, ainda assim, as machambas familiares continuaram sendo a base da produção social. Portanto, a prática de manter a antiga residência no habitat disperso foi uma estratégia usada por muitos aldeados para manter seu pertencimento e também garantir sua sobrevivência, ao menos até o momento em que o avanço da guerra dificultou a movimentação. Nesse sentido, Casal (1988) lança uma dura crítica sobre o problema central da introdução das aldeias comunais ao identificar que:

Foi mais importante fixar os pontos de chegada do que identificar a grelha de partida; foi mais importante e prioritário elaborar planos e definir metas do que desenhar estratégias e analisar as bases materiais e sociais existentes, prever os percalços do percurso e examinar as capacidades e limitações, as necessidades e aspirações de *todos* os atores comprometidos no processo (Casal, 1988: 159).

Mais uma vez, Ba Ka Khosa nos ajuda a pensar sobre o contexto de desarticulação do projeto de poder pós-independente com aqueles que foram alvo de reordenamento espacial. O personagem Tomás, um velho enviado ao campo de reeducação na Província do Niassa, avaliando sua própria situação, se arrependia ao afirmar que:

No fundo, disse, como uma esmorecida convicção, a minha estada neste campo resulta do nosso desvario. Ao nomearmos e renomearmos ruas, os nossos edifícios, as nossas escolas e hospitais, fizemo-lo no delírio da profanação. Consagramos o sacrilégio. Destruímos os santuários da moral. Profanamos os túmulos dos nossos antepassados, dessacralizamos os mitos, violamos as regras mais elementares do convívio ancestral. E com a morte dos deuses, emergiram nossos fantasmas. A nossa terra deixou de ser palpável, real, tornou-se uma

¹⁸⁷ *Idem.*

quimera, um sonho, um ideal (Ka Khosa, 2013: 120).

O desabafo do velho Tomás indica o esgotamento de um projeto, cujo horizonte foi um modelo exógeno, marxista-leninista, adotado pela FRELIMO no pós-independência. Atualmente, o projeto da vez, o desenvolvimentista, igualmente distante dos modelos locais, também parece se tornar “uma quimera, um sonho, um ideal” que viola “as regras mais elementares do convívio ancestral”.

O REASSENTAMENTO *DOS VALES*



Imagem 13: Conserto das casas rachadas no reassentamento do Cateme, 2013.
Foto cedida por Inácio Carvalho.

Até a chegada dos megaprojetos, o volume de dinheiro, pessoas e máquinas, resultado da atuação dos mesmos, jamais fora visto em Tete. Muitas pessoas confirmam que, há 10 anos, contava-se nos dedos o número de carros na cidade. Hoje é preciso estar atento aos engarrafamentos na ponte Samora Machel, que cruza o belo rio Zambeze. O antigo Cine Esplanada Kudeca, uma casa de cinema ao ar livre localizado na beira do rio, virou o luxuoso hotel *VIP executive*. Os preços de aluguel quintuplicaram, por outro lado, e como já foi dito,

o mercado da construção civil acelerou e muita gente construiu pequenas casas para os imigrantes vindos sobretudo dos países fronteiriços.

Ainda que haja muitos estrangeiros em Tete e Moatize, praticamente não se vê brancos caminhando em suas ruas. Passam em *carrinhas* rumo aos muitos bancos recém-abertos ou em direção ao supermercado VIP pertencente a um grupo libanês. Essa lacuna de experiências cotidianas entre a população local e os funcionários estrangeiros das mineradoras é um ponto espinhoso. A situação de desconfiança com a Vale se acirrou sobretudo após a manifestação de janeiro de 2012, em que os reassentados fecharam a linha de trem exigindo o segundo hectare prometido e o conserto das casas rachadas.

No que tange ao processo do reassentamento, em 2006, foi montada uma Comissão de Reassentamento (CORE), composta por representantes administrativos provinciais (recursos minerais, ambiente, agricultura, obras públicas e moradia), o administrador do distrito, o presidente do conselho municipal e o secretário permanente de governo da Província que preside a Comissão. E, entre os dias 9 de novembro de 2009 a 28 de abril de 2010, as 717 famílias consideradas rurais foram reassentadas na localidade de Cateme, a 40Km da vila de Moatize, e 288 famílias, consideradas urbanas ou semiurbanas, foram para o bairro 25 de Setembro, em Moatize. Outras 308 famílias recusaram o reassentamento e receberam indenização assistida. A diferença entre “perfil urbano” e “perfil rural” é uma questão delicada, pois mesmo os considerados urbanos se beneficiam de suas *machambas*, assim como os considerados rurais exercem, eventualmente, biscates como pedreiro, eletricitista e outros. Para Rui Caetano Vasconcelos, da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC):

As pessoas tiveram que escolher entre ter uma área para as *machambas* ou morar perto da cidade, enquanto antes elas plantavam e viviam a poucos quilômetros do mercado. Muitos idosos, por exemplo, foram para o assentamento urbano para ficar perto dos filhos e dos serviços de saúde e aí ficaram sem as *machambas* (Pública, 29/02/2016).¹⁸⁸

¹⁸⁸ A multinacional que veio do Brasil. Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 29/02/2016. <http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil/>. Acessado em 11/05/2016.

O perímetro territorial abrangido pela intervenção da Vale, que era habitado por pessoas, soma 10.912 hectares divididos em 3 principais polígonos: 9.126 hectares englobaram parte dos bairros de Mithethe e das comunidades Bagamoyo, e a totalidade da comunidade de Chipanga; 189 hectares compreenderam parte da comunidade de Chithata e áreas de cultivo ao lado do Rio Revúboè e 1.597 hectares incluíram a localidade de Malabwé e suas grandes extensões de machambas e pastos. Nas comunidades de Chithata, Mithethe e Malabwé, toda a população pertence ao grupo étnico *Nyungue*. Já em Bagamoyo, 20% é *Nyanja*, *Sena* ou *Chimanica*, e, em Chipanga, apenas 2% são não *Nyungue* (Pedro, 2013).

No reassentamento do Cateme, além das casas, há uma escola de ensino primário completo e outra de ensino secundário (com possibilidade de internato), um hospital, um posto policial e uma associação. Há também o que a Vale nomeia de “fazenda modelo”, onde são desenvolvidos cursos e capacitações diversas. Dezesseis fontanárias abastecem a população, uma vez que não há rios que cortam o território. Já no reassentamento 25 de Setembro, além de postes de luz elétrica, construção de três salas de aula e de um posto de saúde, não há maiores benfeitorias, pois parte-se do pressuposto que, por estarem na vila de Moatize, os reassentados devem usufruir do sistema público local¹⁸⁹. Recentemente, a Vale construiu um “centro poliesportivo” que se resume a uma quadra de grama sintética sem cobertura, o que na província mais quente do país parece, no mínimo, desrespeitoso.

Fundamental pontuar que a atividade predominante em Moatize é a agricultura e milho, mapira, mexoeira, feijão nhemba, mandioca e amendoim são os principais produtos.¹⁹⁰ *Machambas* de couve, tomate, repolho, quiabo e cebola também são encontrados, especialmente para o consumo próprio. Entretanto, a péssima qualidade do solo, oferecido pelo governo para reassentar as populações, não permite que as mesmas garantam sua sobrevivência como faziam nas terras originárias. Lembrando que, segundo o documento apresentado no início deste capítulo, Cateme foi um aldeamento colonial, portanto, já naquela altura, sabia-se que a terra era infértil e, mais uma vez, o erro foi repetido.

Como “compensação”, a Vale deu 1 hectare de terra, adubos e sementes a cada

¹⁸⁹ As salas de aula foram construídas na escola mais próxima ao reassentamento, gerida por irmãs salesianas. Ao visitar a escola, as irmãs confessaram que as novas salas não são suficientes para atender todas as crianças do reassentamento.

¹⁹⁰ Série Perfis Distritais, Moatize, 2005. <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/distritos/tete/Moatize.pdf>.

família para a produção agrícola. Porém, o Cateme não possui rio, o que dificulta a produção para uma população acostumada ao plantio de regadio, em terras próximas à água. Na sua terra de origem, eles empregavam também o *pousio* da terra, a incorporação de restos de plantas, estrumes e cinzas. Além disso, a distância das atuais *machambas* não permite que a população a salvasse como necessário. Sem cercas e distantes, animais devoram o pouco que germina no solo pedregoso. Os reassentados não receberam o segundo hectare prometido, mas continuam a reivindicar, ainda que temendo o receio de levar novas *chambocadas* (surras).

Acerca da problemática das casas, que, junto com a terra, motivou as manifestações de 2012, o projeto dos conjuntos habitacionais dos dois reassentamentos foi desenvolvido por um escritório de arquitetura de Moçambique, a partir da consultoria realizada pela empresa paulista Diagonal Urbana. A empresa constatou que o tipo de habitação das populações era relativamente disperso, disposto segundo os parâmetros linhageiros, segundo indica a imagem abaixo. Partindo desse estudo, cinco tipos de residências, incluindo a casa principal, cozinha e latrina, formadas em três edificações distintas, constituem a unidade básica de habitação do agregado familiar. Segundo a Vale, esse modelo foi inspirado nas áreas de origem dos reassentados, incluindo o tamanho das casas anteriores. Inicialmente, foi construída uma casa modelo para que os líderes das comunidades a pudessem visitar e sugerir mudanças e melhorias, no entanto, “já não existia nesta fase margem para muitas alterações” (Pedro, 2012: 123).

Contudo, segundo o documento intitulado *Projeto Carvão Moatize, Processo de Reassentamento*, confeccionado pela Vale, a casa modelo teria sofrido modificações depois da população ter feito sugestões¹⁹¹. O citado documento, de 45 páginas, foi atualizado em 2012 e busca exemplificar, através de gráficos, tabelas e imagens, as supostas benfeitorias do reassentamento para a vida das pessoas deslocadas. O documento informa ainda que a empresa teria feito um Plano de Ação para o Reassentamento (PAR), seguindo a diretriz da Política de Salvaguarda do Banco Mundial e, assim, supostamente autenticados, a empresa afirma que “Os anteprojetos buscaram a melhoria das condições de salubridade, sem perder de vista questões relativas aos hábitos e costumes das comunidades, objetivando facilitar a adaptação

¹⁹¹ *Projeto Carvão Moatize, Processo de Reassentamento*. Vale, 2012. Disponível em: http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/projeto_carvao_moatize_processo_de_reassentamento_-_mocambique.pdf. Acessado em 22/08/2016.

das famílias aos novos espaços construídos”¹⁹².

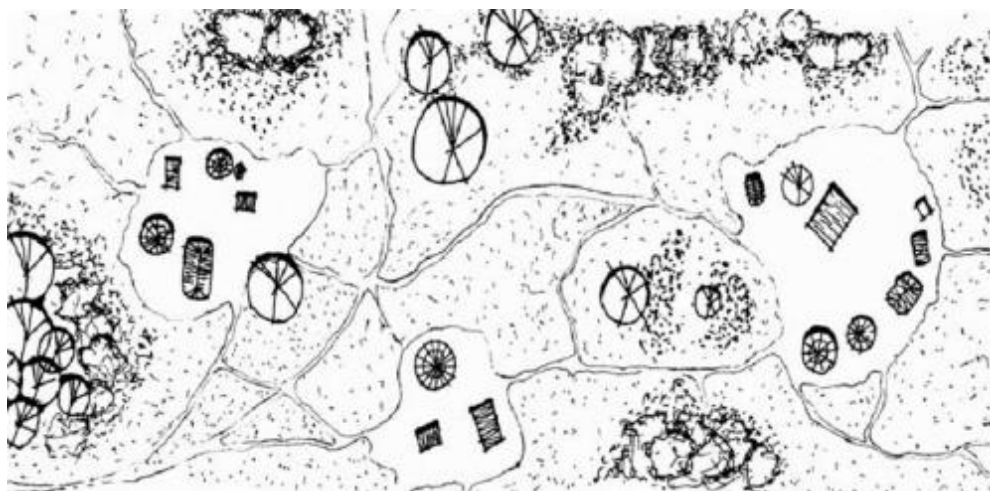


Imagem 14: Tipo de ocupação do solo nas áreas rurais, Moatize.
Fonte: Diagonal Urbana *apud* Pedro, 2012.

Do início ao fim, o documento enfatiza o termo “respeito aos costumes” e dá a impressão de que o processo foi conduzido de forma autônoma pelos reassentados. Os encontros para “mobilização dos líderes”, “apresentação teatral”, “reuniões prévias” buscam indicar o esforço do diálogo e as tabelas com a listagem das “reuniões com as comunidades”, “reuniões com os líderes” “visitas monitoradas e domiciliares”, “número de pessoas atendidas no Plantão Social” procuram legitimar uma suposta participação popular no processo. Em especial, a tabela sobre o padrão construtivo das casas, intitulada “Habitação projetada **por eles**” e “Divisões da casa projectada **por eles**”, desloca a responsabilidade das casas para o escritório de arquitetura de Maputo ou para os próprios reassentados, que supostamente a projetaram. A escolha “deles” teria sido, segundo o documento, uma casa formado por:

Paredes: de tijolo ou de tijolo queimado (algumas vezes menção de desejo de parede rebocada, com pintura por dentro e por fora). Telhado: chapas de zinco, Chão: rebocado com cimento. Janelas: madeira (algumas vezes menção de desejo de vidros nas janelas e de uma grade). Porta: madeira (com fechadura). Varanda/alpendre. Quintal cercado com cerca viva ou pau Cozinha: desejam manter a cozinha no quintal por causa do fumo da lenha, por isso, separada do edifício principal, mas construída de tijolos e coberta de chapas de zinco. Banheiro: a projecção é no quintal, mas feita de tijolo e coberta de chapas de zinco.¹⁹³

¹⁹²Ibidem, p. 7.

¹⁹³ Ibid, p. 7.

Contrariando a “Habitação projetada **por eles**”, Joana Pedro (2012), que acompanhou de perto o processo dos reassentamentos, afirma que, justamente, o maior erro da operação foi ter excluído a população reassentada do processo de construção de suas casas. Para uma população acostumada a confiar em suas próprias escolhas construtivas, receber uma construção de outros é algo arriscado, tanto do ponto de vista dos materiais usados como do ponto de vista espiritual. Muitos reassentados comentam que as casas racharam pois não foi pedido licença aos espíritos para construí-las, outros dizem que o problema foi a falta de alicerce das casas sem, contudo, descartar a ação dos espíritos. Nas construções, não se utilizou a produção de tijolos local e optou-se por janelas de vidro, difíceis de serem substituídas em caso de avaria e pouco utilizadas na zona. Percebi que as janelas de barro em toda a região são muito pequenas, alguns me disseram que isso se deve ao medo de ladrões, outros, que a técnica ajuda a barrar a violenta entrada do sol e outros ainda afirmaram temer o olhar alheio, causador de inveja e de feitiço.

Na escolha do local para o reassentamento e do material usado para a construção das casas, uma série de relações e disputas entraram em jogo. Um pequeno exemplo são os banheiros ou *casas de banho* construídos nas novas moradias. Segundo me explicou Carolina Coutinho¹⁹⁴, funcionária da Vale em Moçambique, os banheiros foram feitos fora da casa seguindo, segundo ela, o padrão da população antes do reassentamento¹⁹⁵. Já a chefe da Comissão Provincial de Reassentamento, em Tete, Albertina Tivane, afirmou, na mídia, que as casas de banho deveriam ser dentro das casas, pois isso seria “um compartimento ideal”. Além disso, ela enfatizou que: “como governo, abolimos as casas de tipo-I (um só quarto) porque são pequenas e não permitem o desenvolvimento harmonioso das famílias”.¹⁹⁶ Nessa pequena anedota, no mínimo dois discursos entram em jogo: Carolina Coutinho, acreditando respeitar os hábitos locais, e Albertina Tivane, acreditando na Vale como possível agente de transformação de hábitos passíveis de mudança.

¹⁹⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2011 no antigo escritório da Vale em Maputo.

¹⁹⁵ Sobre os banheiros nos reassentamentos, a assistente social brasileira Elisabeth Gomes conclui que: “eles não concebem o banheiro dentro da casa em sua área de convívio”.

Ver: <http://www.youtube.com/watch?v=Ulr11OW4ZJM&feature=related>. Acessado em 12/06/2011.

¹⁹⁶ Declaração feita após manifestação dos reassentados em Moatize, em janeiro de 2012, que impediu a passagem de caminhões da Vale para o porto de Beira. Reassentados alegaram que a empresa não cumpriu uma série de promessas. Ver artigo: *TETE - Governo Provincial define condições para reassentados*. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/02/tete-governo-provincial-define-condi%C3%A7%C3%B5es-para-reassentados.html. Acessado em 11/03/2012.

Ou seja, a discussão em torno das casas de banho dos reassentados ultrapassa e muito do que se entende (e, no limite, de como e de quem entende) por casas de banho. Assim como no caso dos aldeamentos coloniais e das aldeias comunais, as casas, seus recheios, latrinas e cozinhas propunham a adequação de uma ordem ideológica e política atrelada às noções de civilização europeia colonial ou da coletividade e evolução científica rumo ao socialismo. Além disso, como lembra Marcelin (1999) o modo de habitar “é determinante para apreendermos os sentidos das relações sociais, investidas na experiência da família e do parentesco, em sua complexidade”. Ou seja, alterar padrões de habitar objetiva também a alteração dos modos de ser.

Assim como nos dois projetos de deslocamento acima citados, focar em uma retórica de “benfeitorias” também foi uma estratégia do governo e da empresa mineradora. Ainda se valendo do *Projeto Carvão Moatize, Processo de Reassentamento*, o documento se esforça em mostrar o “antes” e “depois” do reassentamento de maneira que essa leitura binária não deixe espaço para demais questionamentos. As imagens das casas, que, fotografadas isoladamente, dão a ideia de uma inequívoca melhoria de qualidade de vida, são um grande exemplo nesse sentido. Absorvidos pela “beleza” da tinta fresca, pelo telhado cintilante e pelas portas e janelas aprumadas das novas casas sem gente, frente ao opaco da palha caindo e do barro das casas representadas como o “antes”, a sensação que fica é de que *os Vales*, como a empresa é chamada em Tete, vieram para trazer uma melhoria incondicional.





Imagem 15: Representação da Vale antes e depois do reassentamento.
 Fonte: *Projeto Carvão Moatize, Processo de Reassentamento* (Vale, 2012).

Embora as fotos acima busquem valorizar o edifício das casas, a casa enquanto espaço utilizado para dormir e, eventualmente, para estar não é o principal elemento do habitat e tampouco tem uma importância isolada no espaço do *Muti*, *Mui*, *Mu-Thethe*, *Mushas* ou *Mundzi* como são denominados os agregados familiares em diferentes regiões de Moçambique. Uma das funcionárias brasileiras que trabalha no escritório da Vale, em Moatize, avaliou que a importância da “casa própria” tem uma relevância no Brasil e não propriamente no contexto moçambicano, cuja relação entre o espaço de produção e o espaço de residir são intimamente interligados¹⁹⁷, fato que torna o atual processo de desterritorialização, ou seja, a desintegração dos espaços de reprodução social das famílias, em algo ainda mais sensível. A própria Lei de Terras de 1997 parece abranger a noção do aglomerado, definindo as comunidades locais enquanto um:

¹⁹⁷ Entrevista realizada em setembro de 2014, Moatize.

Agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção das áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância sociocultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (Lei nº 19/97 de 1 de outubro)

A configuração espacial dos reassentamentos, como vê-se na imagem abaixo, fora desenhada em talhões lineares a partir de uma geometria cartesiana, seguindo o mesmo modelo das aldeias comunais e dos aldeamentos coloniais. Mesmo o discurso parece atemporal: benfeitorias, desenvolvimento, qualidade de vida são termos que aparecem nos projetos de concentração populacional forçada, nos três projetos aqui apresentados - aldeamentos coloniais, aldeias comunais e reassentamentos.

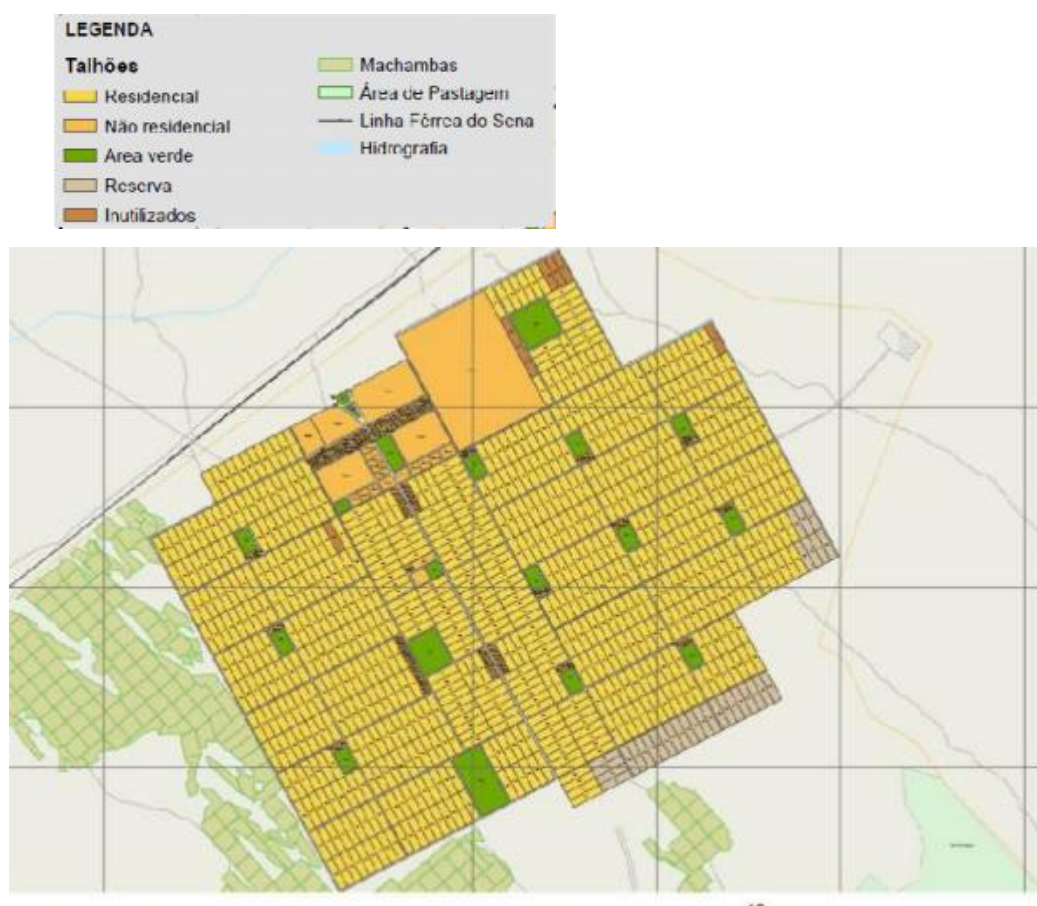


Imagem 16: Planta do reassentamento do Cateme.
Fonte: Diagonal Urbana *apud* Pedro, 2012.

Também nos reassentamentos causados pela exploração da mina de Benga, em Moatize, pela Riversdale¹⁹⁸, Matos e Medeiros (2015) lembram que as “habitações novas,

¹⁹⁸ A Riversdale foi comprada pela Rio Tinto e repassada a *International Coal Ventures Limited*.

oportunidades de empregos e infraestruturas sociais foram os benefícios utilizados para convencer as comunidades de que teriam um futuro melhor” (Matos e Medeiros, 2015: 117). Assim como no caso da Vale, o local dos reassentamentos foi escolhido a partir de apenas 7 critérios elaborados pela Comissão de Reassentamento: estar dentro dos limites administrativos do distrito afetado pela atividade, ausência de concessões mineiras, ausência de ocupação significativa de famílias, proximidade a um aglomerado populacional concentrado, facilidades de acesso, proximidades a fontes de água, e solo favorável à prática de agricultura e de pastagens. Nesse caso, o local que supostamente atendia tais critérios era Mwaladzi, vizinho ao Cateme, para onde foram reassentadas 736 famílias pela mineradora Rio Tinto, que receberam, além de casas (talhões de 40m por 85m), 2 hectares de terra e 119 mil meticais de indenização.

Uma das estratégias da empresa foi dividir a área residencial de Mwaladzi em subdivisões que representariam as aldeias antigas e cada uma das subdivisões foi batizada com o nome das aldeias destruídas. Tal organização não foi “refeita” nos reassentamentos da Vale com a mesma precisão que fez a Rio Tinto, embora, segundo informou alguns de meus interlocutores, haja uma tendência dos antigos moradores de Mithethe, Begamoyo, Chipanga de habitarem próximos uns aos outros. De toda maneira a distância das *machambas* e dos mercados para venda, a má qualidade da terra, a ausência de rios são os mesmos problemas enfrentados pelas comunidades do Cateme e de Mwaladzi. Um dos entrevistados de Matos e Medeiros (2015), enunciando uma suposta relação entre o retorno dos conflitos, a lembrança da guerra dos 16 anos e os reassentamentos, chegou a declarar que “Quando nos informaram que íamos mudar, também nos informaram que as nossas vidas iam melhorar. Viemos muito esperançosos porque reassentamento deveria ser um ganho. Por que nos colocaram nesse lugar? Será que somos da RENAMO?” (Matos e Medeiros, 2015: 127).

Após o reassentamento da Vale, um *Plano de Trabalho do Pós Ocupação* foi formado por diferentes comissões. Entre essas, destaca-se a *Comissão Temática do Uso e Ocupação do Talhão Residencial*, que objetiva instruir os reassentados sobre a “necessidade de seguirem a legislação para a reforma e ampliações e comunicar as autoridades distritais ou municipais”.¹⁹⁹ Embora estejam limitados a essa legislação, na prática, pude observar que as casas cedidas estão sendo completamente transformadas pela população reassentada, de acordo com suas próprias lógicas e necessidades. Muitas

¹⁹⁹ *Projeto Carvão Moatize, Processo de Reassentamento*. Vale, 2012. p. 35.

das cozinhas semiabertas do projeto original foram fechadas e transformadas em dormitório para os adolescentes, que devem sair da casa dos pais durante a puberdade. Essa intervenção arquitetônica do projeto original fez com que as mulheres voltassem a cozinhar no chão, como faziam antes da Vale os remover.

Outros reassentados construíram casas anexas e preferem alugar as casas dos *Vales*, por não confiarem nelas. No Cateme, em geral, essas outras casas são construídas de pau a pique. Já no 25 de Setembro, os *anexos*, como são chamados, são feitos de tijolo queimado. Essa foi uma estratégia para tentar remediar a questão das casas; já a questão da terra parece bem mais complicada. Os reassentados que estão no Cateme receberam uma terra infértil e argilosa e os que foram para o 25 de Setembro não tem terra alguma para suas *machambas*. Esse é um grande problema pois, segundo estudiosos, como Negrão (2000, 2002, 2005), mesmo diante de outras atividades de rendimento, a família rural não abdica da prática da agricultura, pois é somente ela que garante a segurança alimentar do agregado familiar e isso vale para as famílias que estejam mais próximas da cidade. Por ora, a alternativa encontrada por alguns moradores do 25 de Setembro, como seu Carlos, foi procurar terras para plantar no Zóbuè, a 90 Km de distância, e, assim, continuar o aparentemente infundável processo de deslocamento indesejável, conforme atestam as narrativas do próximo capítulo.

Os projetos de deslocamento apresentados neste capítulo atestam como o formato do reordenamento rural empregado em Moçambique possui inúmeras semelhanças, ainda que os contextos políticos e ideológicos sejam sensivelmente diferentes. O primeiro elemento comparativo é o modo pelo qual a dispersão dos aglomerados familiares foi/é interpretada pela administração colonial, socialista e atual enquanto impedimento do *progresso*, da *evolução* e do *desenvolvimento*, termos bastante utilizados nos respectivos “tempos históricos”. O segundo elemento é o slogan do desenvolvimento comunitário pautado na urbanização e oferecido aos aldeados e reassentados. Acesso à educação, a postos de saúde e casas novas atrairia as pessoas a “viver bem”, “viver adequadamente” e, no limite, “viver como gente”. E, finalmente, o terceiro elemento comparativo, que põe em prática os dois primeiros elementos, é a arquitetura retilínea, geométrica e redutora que se pretendeu racional. As plantas de um aldeamento colonial (imagem 6), de uma aldeia comunal (imagem 12) e do reassentamento (imagem 18), em comparação com os

desenhos da organização espacial anterior ao deslocamento (imagem 8 e imagem 16), evidenciam a completa transformação do espaço social a que milhares de moçambicanos foram submetidos.

O processo de desterritorialização, pensado desde o debate da Consulta nº 37, *Organização social e econômica das populações indígenas* (1941), em diálogo com os projetos arquitetônicos propostos na *Exposição de Construções nas Colônias Portuguesas* (1944) e no *I Congresso Nacional de Arquitetura em Lisboa* (1948), fomentou uma rede de administradores, arquitetos e pesquisadores, sobretudo através do Gabinete de Urbanização Colonial, a empreender o reordenamento espacial nas colônias. Como lembrou Zamparoni (2000), o grau de civilização passava a ser medido pela capacidade que tinha o indivíduo para construir ou, ao menos, morar em casas quadradas ou retangulares. Contudo, foi o temor nacionalista que deslocou forçadamente milhares de pessoas para os aldeamentos coloniais, onde, mais do que acesso a supostas benfeitorias, os aldeados eram controlados para não apoiarem os chamados subversivos.

No pós-independência, negando a diversidade de Moçambique, a socialização rural foi a aposta política da nova nação e as aldeias comunais, o *locus* da mudança e da transformação no Homem Novo moçambicano. Acabar com os obscuros e retrógrados hábitos “tradicionais-feudais”, como o lobolo, o curandeirismo, a poligamia, através do trabalho coletivo e da participação nas organizações de massa, fomentar a produção de excedentes nas machambas do governo, nuclearizar a família e promover a “racionalidade científica” foram os elementos principais das ACs, que, ao deslegitimarem o poder tradicional e forçarem uma coletivização artificial, acabaram por fortalecer o apoio à RENAMO, durante a trágica guerra dos 16 anos.

Já os reassentamentos, diferente dos aldeamentos coloniais e aldeias comunais, não produzem um discurso de transformação dos hábitos da população deslocada simplesmente porque a empresa pouco se interessa por isso. Os reassentados eram um entrave por habitarem em cima de uma lucrativa mina de carvão e, como já foram removidos de lá, o problema recai para o governo de Moçambique, mais interessado nas parcerias público-privada conforme demonstra o capítulo VI. Ainda assim, nota-se o mesmo discurso das benfeitorias, focado em artificialismos, como as fotos do “antes” e “depois” do reassentamento, e a continuidade de uma lógica retilínea frente a circularidade da população deslocada nos reassentamentos 25 de Setembro e Cateme, o qual, aliás, já fora um aldeamento colonial.

O próximo capítulo apresenta algumas narrativas de pessoas de Tete cujas

trajetórias nos mostram, por um lado, que o deslocamento indesejável é um elemento constitutivo da história moçambicana, o que nos faz pensar em termos de persistência da história, mas, de outro lado, inúmeros projetos pessoais de deslocamento, abandono ou rejeição dos projetos de deslocamentos complexificam a ideia de uma simples continuidade colonial.

CAPÍTULO V – NARRATIVAS DE DESLOCAMENTO

Os antepassados de Vila Longe, todos esses que viveram junto do rio, tinham sofrido da mesma doença. Também eles, perante a pergunta “quem são vocês”, responderiam: “nós não somos quem vocês procuram”. Tinha sido assim desde há séculos: eles eram sempre os outros, mas nunca exatamente aqueles outros. Desde tempos imemoriais que o rio servia de refúgio e barreira para assaltos de estranhos e vizinhos, guerreiros ferozes e raptos de escravos. Os forasteiros chegavam e indagavam sobre a identidade dos que encontravam. E eles diziam “somos dembas”, “somos tongas”, “somos makarangas”, “somos chikundas” conforme a conveniência. E escondiam as canoas, amarrando-as por baixo da água para que ninguém mais soubesse que eles eram os do rio.

(Couto, 2006: 295)

Como já mencionado na introdução desta tese, além da pesquisa em arquivos, a ideia inicial do trabalho de campo era centrar a pesquisa nos próprios reassentamentos da Vale com o objetivo de compor uma etnografia destes locais. Porém, a disputa entre a RENAMO e a FRELIMO e as tensões geradas em torno das eleições autárquicas de 2013 e das eleições presidenciais de 2014 resultaram na retomada do conflito armado e cercearam ainda mais o acesso a esses locais, frustrando meus planos iniciais. O conflito armado não abrangeu propriamente os reassentamentos, mas alguns episódios próximos a Moatize, como ataques nos distritos de Tsangano e localidade de Capirinzange, criaram um clima de latente tensão. Como os reassentamentos são locais de conflito e disputa entre os reassentados, o governo e a Vale, fui aconselhada a agir com cautela, pesando a condição de eu ser mulher, branca e, sobretudo, conterrânea da empresa que deslocou mais de 1000 famílias.

Uma opção que pareceu razoável foi me hospedar na Missão Salesiana de Moatize, a partir de contatos estabelecidos anteriormente com uma amiga que trabalhara nos Salesianos de Maputo. Essa foi uma boa estratégia pois, assim, eu fui apresentada aos frequentadores da igreja, alguns deles reassentados do bairro 25 de setembro, como “voluntária que faz pesquisa sobre história dos deslocamentos em Tete”. Munida com esta credencial e afastando o espectro da Vale, tema praticamente tabu entre muitos reassentados, consegui conversar com pessoas que me apresentaram a outras pessoas, me indicaram lugares e assim por diante. Outra vantagem em se hospedar na missão de Moatize foi participar da rede religiosa que me permitiu visitar outras missões.

Diante dessa oportunidade, resolvi que, na pesquisa sobre os deslocamentos, eu também me deslocaria pela província de Tete. De *chapa*, *machimbombo* ou *xchopela*²⁰⁰, percorri o trajeto correspondente ao distrito de Changara, (sede e as aldeias Cancune e Chicomphende), o distrito Moatize (Zóbuè, Vila de Moatize - bairro 25 de setembro e Cateme), o distrito de Cahora Bassa (Vila do Songo) e, finalmente, a cidade de Tete (ver mapa abaixo).

Portanto, as narrativas apresentadas abaixo foram construídas através de um vai e vem de tempo, lugares e pessoas, que, percorridas em diálogo com as fontes documentais, propõem uma reflexão sobre a dinâmica dos deslocamentos em Tete. Diante das variadas formas e formatos de deslocamento que vivenciou e vivencia a população de Tete, optou-se por narrativas representativas, que serão aqui organizadas através dos temas “guerra”, “trabalho”, “religião”, “desenvolvimento”, que compõem os diferentes processos de deslocamento na tórrida província, afinal:

Entre a fúria da natureza e a insensatez dos homens, o país em formação esteve em constante movimento, movimento este captado por sua população: todos os indivíduos, das mais diferentes gerações, no campo ou nas cidades, têm algo a contar sobre tempos tão marcantes nomeados como a “Primeira Guerra” (a da Independência) ou a “Segunda Guerra” (a guerra entre “bandidos armados” e o “povo”, entre a Renamo e a Frelimo); o “tempo colonial”, o “tempo Samora”, o “tempo atual”. Períodos que se sucedem, se confundem e sobre os quais vozes díspares se manifestam uma outra vez e nas quais a história do país se traduz nas histórias de cada um dos moçambicanos (Thomaz e Caccia-Bava, 2001: 21).

²⁰⁰ Chapa é um transporte público, Machibombo é um ônibus pequeno e Xchopela é um *tuk tuk*, espécie de motorizada indiana.

Deixamos as construções coloniais da rua Julius Nyerere, muitas delas transformadas em casas de aluguel para funcionários de empresas, e alcançamos a rua Eduardo Mondlane com seus bancos, serviços de telefonia celular e restaurantes indianos. A rua Mondlane, há dez anos bastante pacata, nos levou à margem do Rio Zambeze, repleto de novas construções. Lá estão o complexo Paraíso Misterioso, com seu cinema particular, o motel Tete, a churrascaria sul-africana Sundowners, e uma filial do mercado Vip, além do Vip Executive, um complexo com cerca de 85 apartamentos, restaurante, sala de convenções, academia. Embora homônimos, trata-se de Vips diferentes. Passados uns cinco quilômetros, entramos nas franjas de Tete, nos bairros de M'Pádwe, Kanongola. Lá, o cenário é repleto de mercadores, chapas, cabritos, vacas e motas. Do colonial, passando pelos Vips e bairros populosos, rumamos ao distrito de Changara. O caminho é árido, com majestosos embondeiros desfolhados. Os míseros 10% de umidade destilam-se na sequeidão, criando um cenário ainda mais agreste. Rios como o Luenha e seus afluentes estão secos ou semi secos. Pessoas e animais tentam sugar o que resta da água e fazem imaginar o que teria sido a grande seca da década de 1980. Senhor Manejo afirma que a *Thima Lupsa*, a primeira chuva da estação, demorou a chegar, uma epidemia de diarreia assola Changara Sede. Falta água, ainda que a quinta maior barragem do mundo esteja localizada a menos de 200 km dali. Em Changara, não há complexos Vips, esse tipo de “desenvolvimento” restringe-se as cidades de Tete e Moatize.²⁰¹

Diário de campo, 19 de outubro, de 2014.

Decidi visitar Changara por dois principais motivos. O primeiro deles é porque o distrito foi a passagem de muitos moçambicanos rumo ao Zimbábue, em diferentes momentos históricos, e, em segundo lugar, provavelmente o mais decisivo, é que Tomás Cebola, interlocutor que acabou por se tornar um amigo, se dispôs a me ajudar na inserção junto a seus conhecidos. Cebola me foi indicado por Yussuf Adam, da Universidade Eduardo Mondlane, seu professor na graduação em história. Juntos, visitamos e conversamos com diferentes pessoas em Changara Sede e nas aldeias de Chicopende e Cancune.

O Distrito de Changara se localiza ao sul da Província de Tete, cerca de 96 km da cidade de Tete. Fazendo divisa com o Zimbábue, Changara foi parte do território da Dinastia Monomotapa, grupos imigrantes Karanga-Chona, intensos comerciantes de

²⁰¹ De acordo com o último Censo, realizado em 1997, apenas 1% da população de Changara, estimada na altura em 127.000 pessoas, possuíam água e energia elétrica. Série Perfis Distritais, 2005. Disponível em http://changara.tete.gov.mz/informacao/Perfil_Changara.pdf. Acessado em 15/05/2015.

ouro que dominaram o sul do Zambeze, até o século XVII, e o sudoeste de Tete até o início do século XX (Serra, 2010). Outra parcela do território de Changara fez parte dos já descritos Estados militares, com destaque para Massangano, fundado por Joaquim da Cruz, entre os rios Luenha e Zambeze.

No que se refere ao colonialismo tardio (1961-1974), importa salientar que, em Changara, os principais fluxos migratórios durante o período colonial destinavam-se à Beira, onde havia mais trabalho, e a antiga Rodésia do Sul, por sua fronteira distar apenas 70 km de Changara Sede, o que representava uma alternativa em relação à administração portuguesa, considerada por muitos interlocutores como pior que a administração inglesa.

Tomás Cebola é natural de Changara e, além do *Ci-nyungue* de Tete, fala *Ci-shona*, que aprendeu com a mãe nascida no Zimbábue, durante o período em que a família se refugiou da administração colonial. Já Tomás nasceu em 1984, durante o *pico* da guerra dos 16 anos, como ele se refere. Além dos desafios de sobrevivência por conta da guerra, a fome resultante de uma forte seca em princípios da década de 1980 agravou a situação em todo país e especialmente em Tete, terra semiárida onde apenas as frutíferas mapira e mexoeira resistem.

Sobre a marcante fome desse período, Cebola recontou histórias que ouviu de parentes e conhecidos. Algumas dessas histórias alegam que a fome teria impingido ideologias opostas a caminharem na mesma direção, já que não era raro se deparar ora com guerrilheiros da RENAMO, ora com militares do governo, no caminho para o Zimbábue atrás de comida. Algumas pessoas percorriam muitos quilômetros para trocar poucos quilos de farinha por um cabrito na cidade de Fama-Zimbábue. No entanto, muitos animais, e também pessoas, morriam durante o percurso.

Por conta da guerra dos 16 anos, Cebola e sua família realizaram um deslocamento diário de 14 km (ida e volta) a pé, ao menos até o período em que os acordos de paz, em 1992, concretizaram o fim da guerra. Nesse período, durante o dia, permaneciam na aldeia se dedicando às funções cotidianas no trato com os animais e com a *machamba* (quando havia) e, a cada noite, por volta das 17, 18 horas, iam *se refugiar* em Changara Sede, onde um quartel militar garantia a proteção local. Mesmo sem possuir qualquer casa onde se abrigar, lá dormiam até a manhã seguinte. Tais lembranças são evocadas quando Tomás tinha 6 ou 7 anos, período em que também recorda de ser incitado por colegas a chutar os cadáveres dos então “bandidos armados”, guerrilheiros da RENAMO.

Perante esse cenário, a mãe chegou a recorrer a um familiar na cidade de Tete, mas, como eram muitos os irmãos de Tomás, o orçamento da tia que também possuía filhos ficou prejudicado e, assim, a família decidiu voltar à Changara. Nessa altura, seu pai vivia com uma de suas esposas e, segundo pude perceber, tinha estabelecido uma relação de preferência com a outra esposa. Ao contrário de inúmeras famílias cujas esposas vivem juntas e os filhos são criados em conjunto, no caso de Tomás foi diferente, há irmãos que ele julga nem conhecer.

Diante dessa complexidade que inclui guerra, fome e chutes em pessoas mortas, Cebola tece uma análise de sua própria trajetória infantil que se torna, por um lado, desconcertante, mas, por outro, fornece pistas que abrandam, por assim dizer, o tema do deslocamento categorizado por ele próprio ora como refúgio, ora como nomadismo: “Foi uma vida bastante dura mais que na altura parecia normal, né? A gente não tinha ideia do que outras pessoas vivem em outro contexto, né? A gente pensava que a vida era exatamente aquilo, né?”²⁰².

Durante o período tardo colonial, um dos principais fatores que tornou a região da seca Changara alvo de cuidadosa atenção da administração portuguesa foi sua proximidade com a barragem de Cahora Bassa. A água de Cahora Bassa, represada exatamente acima de Changara, nunca arrefeceu a secura do distrito, mas se tornou um importante símbolo português do suposto progresso promovido na África (melhor descrito na seção “Subindo ao Songo”). Além de encarnar a “menina dos olhos de Portugal”, Cahora Bassa tinha um objetivo mais prático de agir como uma barragem natural contra os nacionalistas vindos através do rio Capoché na vizinha Zâmbia. Além disso, parte do território de Changara, em especial as áreas montanhosas de Chinguindene e Magaco e as zonas de Chioco e Chitima, foi utilizado pelos nacionalistas para penetrar na Rodésia do Norte (atual Zâmbia). Para controlar a população, a administração portuguesa deslocou parte dos então 11.642 habitantes de Changara, distribuídos em 28 aldeias, e os concentrou ao longo das estradas e do rio Mazoe, no posto administrativo de N’temangau (Adam, 2006: 220).

Contudo, os nacionalistas da FRELIMO não pouparam esforços para contatar a população de Changara e atrair mais adeptos para o movimento de libertação. Um bom exemplo foi a atuação de Padre Alberto, um espanhol na casa dos 90 anos, 50 deles

²⁰² Entrevista realizada em 16/10/2014.

vivididos em Moçambique sendo 30 em Changara. Durante uma *boleia*²⁰³ entre Changara e Tete, o simpático senhor foi mostrando os trechos de estrada em que diferentes ataques ocorreram, tanto na guerra pela libertação quanto na “guerra com a RENAMO”, como se referiu.

Além do “tempo de Samora”, o padre Alberto dissertou sobre a confiança em que a população depositava nele no “tempo dos portugueses”, motivo pelo qual foi contatado por guerrilheiros da FRELIMO que lhe solicitaram ajuda no envio de jovens para o Zimbábue. Assim, o padre abrigou em sua própria casa dezenas de jovens rumo às fileiras da FRELIMO, ao menos até ser expulso de Moçambique, no começo de 1974, após um dos jovens guerrilheiros capturados afirmar, provavelmente sob tortura, que ele havia lhe hospedado em sua casa na noite anterior da prisão. Alberto também colaborava alertando os nacionalistas sobre as minas colocadas pelo exército português, que o informava das armadilhas. E confessou, com certa timidez, que chegou a alertar os próprios portugueses sobre uma emboscada armada pela FRELIMO em que dezenas de jovens soldados seriam mortos. Seu espírito cristão teria falado mais alto, frente às mortes anunciadas, assumiu. Oito meses depois de sua expulsão, o senhor de cabelos branquíssimos voltou a Moçambique, local que considera sua verdadeira casa e onde pretende passar seus últimos anos de vida.

Depois que voltou à “sua casa”, Padre Alberto esteve presente e participou ativamente ajudando a erguer a cooperativa Wyriamuru, onde trabalhou até o dia em que a RENAMO saqueou o lugar. No episódio narrado de forma quase épica, sem poupar uma boa interpretação gestual, padre Alberto contou que, depois que homens da RENAMO saqueassem e destruíssem a cooperativa, ele deveria ser assassinado. A redenção teria ocorrido pois um dos participantes do grupo, que, segundo o padre, se mostrou cristão e antigo seminarista, impediu que sua vida chegasse ao fim e partiu carregando apenas os despojos do saque.

Os eventos narrados por Padre Alberto confirmam que os deslocamentos forçados no período colonial, os avanços da RENAMO e mesmo a grande seca de 1981-1984 resultaram em um contínuo processo de abandono de casas e fuga para o vizinho Zimbábue, como nos contam os senhores Manejo, Cancune e Casuhada em suas narrativas abaixo. Curiosamente, Changara hoje vive o processo reverso, pois muitos são os zimbabuanos que ultrapassam a fronteira para tentar a vida em Moçambique,

²⁰³ Carona.

estimulados pelas notícias de que Tete seria a terra do futuro, promovida a base da exploração do carvão.

Senhor Luís Augusto Manejo, morador de Changara Sede, após as saudações e apresentações habituais, nos ofereceu água e uma agradável sombra embaixo da mangueira de seu quintal. Algumas vezes, interrompemos nossa conversa por conta do barulho dos enormes caminhões carregados de madeira, riscando o asfalto rumo ao Zimbábue: “tudo derrubado pelos chineses, daqui uns anos não haverá uma árvore de pé em Moçambique”, afirmou Manejo sob confirmação gestual dos outros presentes, dois de seus amigos e sua esposa. Entre o silêncio de um e outro caminhão, quebrado apenas por sua criação de pintos, Sr. Manejo começou esclarecendo que:

Nós aqui no município de Changara somos vindouros, viemos de Macanga. Meus antepassados migraram-se de Macanga para Chiuta, de Chiuta fixaram-se ao longo do rio Zambeze, nos vales do rio, a procura de melhores condições de vida. Como o Zambeze tem muita água, tem muitos vales, em todas as épocas, tem sempre cultura de comida, também tem a produção de tabaco e a atividade pesqueira, criação de animais de grande porte, como bovinos, caprinos. Por causa do tempo seco, os animais não suportavam as zonas longínquas e tinham que se aproximar onde houvesse muita água. Aí meus antepassados foram vindo até fixaram-se em um local. Daí, então, por causa da vingança dos donos daquela terra, meus antepassados atravessaram o rio Zambeze pra esse lado, que se chama distrito de Changara, onde ficaram muito tempo...²⁰⁴

Senhor Manejo é tio de Tomás Cebola e tem cerca de 55 anos de idade. Em nossa conversa, percebi que ele se sentia prestigiado por contar suas histórias em um português impecável, o que lhe concede grande importância em Changara Sede. Depois de construir um resumo sobre o périplo da família, citado acima, como bom orador, ele destrinchou os acontecimentos da vida que julgou estarem relacionados com os deslocamentos. Começando por seu pai, que deixou a terra natal Macanga, distrito de Tete, para trabalhar como pedreiro na missão de Boroma, onde se casou e teve seu primeiro filho. Poucos anos depois, devido a “perseguição por cobrança de impostos”, a família fugiu para o Zimbábue, na altura Rodésia do Sul e lá Luís nasceu. Quatro anos mais tarde, trabalhando

²⁰⁴ Entrevista realizada em 19/10/2014.

em uma *farm* e desgostoso por estar fora de sua terra, o pai decidiu voltar desta vez para o distrito de Marara, onde viveram na missão daquela localidade.

Em Marara, senhor Manejo praticou a pastorícia e, por insistência de um padre grego, foi estudar. Como já tinha 14 anos, idade considerada avançada pelos portugueses, o padre falsificou um documento diminuindo sua idade para 10 anos. De lá, retornaram à Boroma, onde ele finalizou a quarta classe, limite estipulado aos *indígenas*. “Então tínhamos que nos assimilar para continuar com os estudos... Então compramos a nacionalidade portuguesa, ficamos assimilados, muitos de nós para poder progredir tínhamos que fazer isso”²⁰⁵. Portanto, depois de “comprar” a nacionalidade portuguesa, continuou seus estudos da quinta e sexta classe e uma formação na missão do Zóbuè para, então, se tornar professor na província de Manica, por onde permaneceu durante 4 anos.

A possibilidade de estudar proporcionou que senhor Manejo se deslocasse para lugares, indicados pela administração que precisassem de professor. No entanto, a guerra de libertação afetou Manica, localizada na passagem para se chegar ao sul do país. Além disso, com a população deslocada para os aldeamentos, a escola em que dava aulas se desfez, assim como os postos de saúde daquela região. Sr. Manejo foi dar aulas na cidade mais protegida e lá continuou seus estudos no período noturno. Porém, ao recusar mais uma transferência para trabalhar como professor no Zumbo, foi exonerado de suas funções e passou a trabalhar como contabilista de uma rede de armazéns de Changara.

No momento da independência, esteve no Songo, provavelmente para se livrar de qualquer retaliação, uma vez que trabalhara como professor no período colonial. Depois disso, iniciou um negócio próprio na fronteira com o Zimbabué, por onde permaneceu durante nove anos mas, com o avanço da guerra dos 16 anos, foi forçado a voltar para Changara Sede sem nada.

A história de vida do Senhor Manejo indica diferentes trajetos, no entanto, sua fala manifesta noções de pertencimento e territorialização que, em certas situações, como a nomeação de autoridade, demarcam fronteiras. Categorias como *vindouros* e *donos da terra* podem expressar, de algum modo, a tensão e complexidade existente entre os que efetivamente são considerados do lugar e os que não são. Isso se tornou evidente no momento em que Sr. Manejo nos confidenciou sua recusa em atuar como líder comunitário, já que, por não ter nascido naquela zona, não conhece os espíritos atuantes de lá. Nota-se que não necessariamente nascer em um lugar implica em ser de

²⁰⁵ *Idem*.

lá. Senhor Manejo, por exemplo, nasceu no Zimbábue, mas não hesitou em concluir que:

Eu sou dessa província pois a minha origem é a dos meus pais, não é? Onde meus pais nasceram, os meus avôs nasceram, fixaram-se. Eu sou de Macanga, mas nunca pisei em Macanga. Sei disso que sou de Macanga porque meus pais disseram: nós somos oriundos de Macanga, e fomos andando, à procura dessa vida²⁰⁶.

Ser ou se entender como vindouro remeteu o Sr. Manejo a um certo distanciamento ou incompletude, já que a categoria vindoura, ou *zabueira*, em língua *Ci-nyungue*, indica algo que está sempre a vir, ou seja, nunca está por completo “lá”. Essa noção de incompletude, à *procura dessa vida*, bem desenhada por Edward Said ao falar do sentimento de estar “fora do lugar” (Said, 2004), foi, de certa forma, incorporada por Sr. Manejo. Depois de conversarmos longamente sobre a falta de água em Changara e a epidemia de cólera que se aproximava com a época da chuva, Sr. Manejo confidenciou que, mesmo sem ter pisado no lugar que considera como seu de origem, “sinto-me bem, estou, sou natural, estou em casa...” A casa reconstruída mentalmente, depois de tantos deslocamentos, promoveu uma conjunção, ainda que discursiva, do ser e do estar.

Diferente do Sr. Manejo, cuja escolaridade permitiu que as conversas transcorressem em português, as conversas com o Senhor Casuadha na aldeia Chicomphende, e com o Senhor Cangachepe Cancune, da aldeia Cancune, foram traduzidas do *Ci-nyungue* para o português por Tomás Cebola.

Senhor Cancune, com cerca de 75 anos, vive na aldeia de mesmo nome, e *dirige os espíritos do local*. No momento de nossa visita, senhor Cancune estava atendendo um casal em sua pequena palhota. A mulher grávida e o marido saíram da consulta com uma feição de tristeza e, assim, subiram na moto sem se despedir dos presentes. Uma senhora que acompanhava o movimento da aldeia informou que eles percorreram cerca de 70 km para se consultar. Enquanto isso, Senhor Cancune finalizava seu trabalho cuspiendo um líquido viscoso por duas vezes e jogando as cinzas do seu cachimbo na entrada da palhota. Após se despir de seus afazeres espirituais, o velho homem veio ter conosco, sob o olhar curioso de outros moradores que acompanharam nossa conversa.

Cancune nos contou que vivenciou o trabalho forçado na construção da estrada para o Barúe, o chicote disciplinador dos portugueses, a guerra colonial e os conflitos dos

²⁰⁶ *Idem.*

16 anos. Ressentido com a FRELIMO, logo no início de sua conversa reivindicou o fato de não ter sido chamado para assumir o posto de líder comunitário, o que evidencia conflitos de poder na região. Para ele, as pessoas que foram chamadas não conhecem a história da aldeia e só assumiram o cargo pelo acesso ao dinheiro. Um dos principais conflitos gira em torno da falta d'água. Na aldeia Cancune, não há fontenária²⁰⁷ e as pessoas são obrigadas a se deslocar ao rio que, na época das cheias, é assolado por crocodilos. A pedido de um “filho da terra” que mora em Maputo, a administração de Changara buscou dirimir o problema, fornecendo uma espingarda para se defender dos crocodilos e, assim, adiou a instalação da fontenária.

Voltando ao período colonial, sobre os deslocamentos, Sr. Cancune lembra-se que sua família:

Vivia mais pra baixo, mas as pessoas ficaram cada vez mais próximas com a questão de aldeamentos, onde fizeram aqueles parcelamentos e punha-se espécie de marcos que eram pauzinhos para indicar que o quintal desse começa aqui e termina ali. E ali onde as pessoas ficaram mais aglomeradas, mais próximas umas das outras, devido a questão da guerra colonial, pois suspeitava-se que, estando dispersos, as pessoas estando onde estavam, davam algum apoio aos soldados da FRELIMO, que, na altura, eram chamados pelos portugueses de turras.²⁰⁸

Ressaltando sua legitimidade para a pesquisadora vinda de outro país e para os presentes que o escutavam atentamente, Senhor Cancune insistiu em afirmar que aquela terra é dele, “dos meus pais e dos meus avós, não pertence a outras pessoas (...) eu é que sou o filho dos nativos donos dessa terra”. No caso do deslocamento acima exposto, ele parece ter ocorrido dentro de seu próprio domínio territorial, ou seja, as casas foram reagrupadas de maneira que ficassem próximas umas das outras, porém dentro do limite do que seria a terra do seu agregado familiar. Também vieram pessoas da outra margem do rio, localizado a 1000 metros dali, “e as da outra margem”, que, segundo ele, não pertenciam a essa terra e eram de outro regulado. Obviamente, houve conflitos decorrentes dessa proximidade forçada, fato já referenciado nos capítulos anteriores e confirmado por Senhor Casuhada, da aldeia vizinha Chiocomphende, que se mudou de Cancune devido ao conflito com o próprio Senhor Cancune.

²⁰⁷ Fonte de água bombeada do rio, localizada no centro das aldeias, usada sobretudo por mulheres para coletar água.

²⁰⁸ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2014.

Acerca da guerra dos 16 anos, que obrigou muitas pessoas a saírem de suas casas, Senhor Cancune afirmou categoricamente que nunca chegou a se mudar. No entanto, disse que, em alguns momentos, “fugíamos e, nessa altura, também pedíamos aos espíritos para nos proteger, então não chegamos a morrer tanto. É verdade que fugíamos, mas os espíritos sempre protegiam para que não acontecesse o pior.” O sentido da fuga, que durava algumas semanas, não é considerado por Cancune como um deslocamento, mudança, ou abandono da terra. Para ele, isso seria impraticável, afinal ele é o guardião do lugar: “se eu fosse embora quem ficaria com essa terra do meu pai? E os espíritos, quem que iria dirigir? As cerimônias espirituais e tudo mais, quem iria dirigir? A terra do meu pai, com quem ficaria? ²⁰⁹”

O sentido da fala de Cancune remete à conceituação que Antonádia Borges e Emília Pietrafesa de Godoi (2014) fazem, respectivamente, sobre os verbetes *Terra* e *Territorialidade*, elaborados para o Dicionário Crítico de Ciências Sociais (2014). Borges alerta para os perigos de se reduzir a temática da terra a uma frequente e politizada discussão sobre o uso produtivo da terra²¹⁰. Essa ótica modernista ofusca a compreensão da terra enquanto um espaço de produção de alteridades, de um ambiente demandado como ancestral, de um conjunto simbólico que define locais interditos, locais sagrados. Enfim, um local singular para a reprodução social do grupo.

Já Godoi alerta para o fato de que não há território exterior às relações sociais, ou seja, os territórios são construídos através da apropriação, controle, usos e atribuição de significados e, a esse processo, a autora nomeia territorialidade. Além disso, “o território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente” (Godoi, 2014: 444). Em suma, o território é entendido como espaço de produção de símbolos, com locais específicos (mas também dinâmicos) para o trabalho, descanso, para os espíritos.

Em nossa conversa, Senhor Cancune lembrou que uma pequena floresta sagrada, chamada *nhangince*, sempre lhe serviu como apoio espiritual. Perguntei se, mesmo durante a guerra, ele continuou frequentando o lugar. Com um largo sorriso, me respondeu que, justamente por frequentar *nhangince*, estava seguro. A depender do contexto, mesmo que as pessoas estejam em fluxo, o lugar segue sendo central para a organização social e construção identitária. No capítulo anterior, viu-se, através de diversas fontes

²⁰⁹ *Idem.*

²¹⁰ Essa parece ser a visão de projetos como o Pró-SAVANA (Japão, Brasil e Moçambique) que pretende acelerar a produção de produtos como a soja no corredor na Província de Nampula, Moçambique.

documentais, que o habitat disperso, ainda que alvo de reordenação, seguia como o local onde as famílias cultivavam suas machambas e ofertavam a seus ancestrais. Senhor Cancune não poderia abandonar sua terra apenas pelo receio de que alguém se apossasse de suas plantações de mapira, milho e amendoim. Enquanto *dirigente dos espíritos do local*, ele não poderia, sobretudo, abandonar os mortos e seus espíritos, seu grande eixo de pertencimento.

Depois de deixarmos a aldeia Cancune, Tomás Cebola me levou à aldeia Chicopende, distante apenas um quilometro. A visita nas duas aldeias ocorreu por indicação da mãe de Tomás, que tem familiares por lá, e considerou importante que eu conhecesse os senhores mais velhos, detentores dos saberes espirituais. Ao chegarmos na aldeia Chicopende, alguns jovens nos indicaram o possível local onde encontraríamos o senhor Casuhada. Seguimos entre as palhotas circulares graciosamente organizadas em conjuntos de três e/ou quatro construções cujo centro era preenchido por troncos que faziam as vezes de banco. No local indicado pelos jovens, decorria uma celebração denominada *Nyau*, em que um seletto grupo de iniciados promovia um ritual. A performance decorria através de danças e um corre-corre dos mascarados em torno do público, que se divertia e fugia das bordoadas dos *Nyau*, como são chamados. Senhor Casuhada não estava lá, uma senhora afirmou que ele estava descansando em casa e para lá fomos atrapalhando o sono do carismático senhor Casuhada.

Com aproximadamente 80 anos, Casuhada lembrou que vivia do outro lado da margem do rio Luenha e teve que sair de seu lugar originário assim que começou a se ouvir, *de longe*, certa insurgência contra os portugueses. Embora não tenha explicitado, é possível que tenha sido a própria administração portuguesa a impulsionar tal mudança. Sua família seguiu, então, para Cancune, local que já havia sido transformado em um aldeamento colonial. “Acumulados” em um mesmo sítio, como se referiu, os quintais das casas onde passaram a viver foram divididos em talhões, devidamente separados por tocos de madeira segundo uma lógica cartesiana. Sobre as *machambas* cada um se desenrascou como pôde, disputando um cantinho de terra nas terras próximas ao Luenha, e era precisamente perto do rio onde se encontravam com os *turras* às escondidas, fornecendo comida ou apenas escutando as propostas de libertação do jugo português. Casuhada lembrou que era comum os *turras* rememorem narrativas de sofrimento infligido pelos brancos, como, por exemplo, a prática de carregá-los nas *machiras*²¹¹ por longos

²¹¹ As *machiras* eram uma espécie de maca onde os brancos eram carregados. Se o percurso fosse demasiado longo, havia um revezamento de *machiras* até o local de destino.

percursos. A imagem dos brancos carregados em *machiras*, com seus pertences e, eventualmente, com seus cães, é uma imagem comumente associada aos brancos em Moçambique. Em geral, os mais velhos com quem conversei utilizaram essa circunstância para demonstrar o que seria “o tempo dos portugueses”.

Também o senhor Casuhada teve que partir para o Zimbábue durante a guerra colonial com sua mulher e filhos, incluindo os que estavam na missão de Boroma. Porém, ainda que tenha permanecido algum tempo no país vizinho, o octogenário negou que tenha vivido no Zimbábue, já que, segundo suas palavras, seu coração nunca esteve lá. Assim, mesmo sob os riscos da guerra, Casuhada fazia um vai e vem para cuidar de seus animais e suas *machambas* de banana e papaya na beira do rio. “Então, apesar da guerra, a minha vontade era de continuar aqui, tal maneira que não tenho nenhuma história profunda do Zimbábue, pois sempre quis estar aqui”²¹². Essa bela passagem de sua narrativa indica que a terra para este senhor é entendida não apenas como um espaço social, mas seu espaço social. Distante dela, Casuhada não pôde criar novas experiências, pois elas dependem do elo com seu lugar de pertencimento.

Casuhada se mudou para a aldeia Cancune pois sua falecida mãe ali possuía parentesco, era prima dos donos daquela terra. Ou seja, os laços de parentesco com os líderes locais lhe facilitaram a mudança e, possivelmente, foram determinantes para ela ir para aquele aldeamento e não outro. Com o progressivo esforço em acabar com a dispersão dos povos, especulo que a mãe de Casuhada, vendo o movimento de acumular as pessoas, tenha se antecipado e escolhido Cancune. Para Cancune, foram enviadas muitas pessoas, pois a aldeia já era considerada de fácil acesso por estar na beira da estrada.

No entanto, anos mais tarde, quando os líderes mais velhos que acolheram a família de Casuhada faleceram, houve uma disputa por poder e terras e Casuhada decidiu se mudar com a família que havia constituído para a aldeia Chicopende. Lá, segundo conta, foi bem recebido, pois já tinha como hábito beber *pombe*²¹³ com os líderes locais. Em Chicopende, senhor Casuhada se tornou um dos principais líderes espirituais, responsável pelo diálogo com o espírito Mphondoro, assim como faz Senhor Cancune na aldeia Cancune.

Em nosso último encontro, Casuhada lamentou que suas galinhas tinham morrido

²¹² *Idem.*

²¹³ Bebida alcoólica produzida artesanalmente.

de gripe, pois queria me presentear com uma delas. Disse que tinha gostado de nossas conversas, da nossa interação, pois assim “nós informamos como as coisas passam aqui e vocês informam as coisas como se passam do outro lado, da sua terra”. De fato, nosso passado de colonização portuguesa, que fiz questão de explicitar como estratégia de aproximação, nos aproximou e permitiu que uma relação fosse formada.

Cancune, Casuhada, Manejo e Cebola vivenciaram deslocamentos entre guerras, seja na guerra de independência que formou os aldeamentos e deslocou Casuhada para viver na aldeia Cancune, seja na guerra dos 16 anos em que os três primeiros se deslocaram para o Zimbábue e que levou Cebola a ter uma infância marcada pelo refúgio noturno em Changara Sede. Cancune e Casuhada, enquanto mais velhos e líderes espirituais, jamais se desligaram da terra que lhes confere o poder de comunicação entre vivos e mortos. Já Manejo, um *vindouro* desde sempre, em tempos de relativa paz, encontrou em Changara seu lar, ainda que considere Macanga sua terra ancestral, mesmo que lá nunca tenha ido. Finalmente, o jovem Cebola também indica o movimento através das missões religiosas que acolheram inúmeros moçambicanos atraídos quer pela possibilidade de estudo quer por uma estratégia de sobrevivência a ser percorrida, como indica a próxima seção.

PARTINDO AO ZÓBUÈ: O CAMINHO “RELIGIOSO”

Entusiasmada pela possibilidade de dormir sem ter que regar o lençol para “refrescar” o leito, aceitei o convite do Padre Felipe para conhecer o Zóbuè. “Lá é fresco e verde” soou quase como profecia divina. Padre Felipe sai todo sábado cedinho da escola profissional de Matundo, onde vive com outros padres salesianos, e percorre a Estrada nacional que liga Moatize ao Zóbuè, Moçambique ao Malawi. A carroceria de sua caminhonete, sempre preparada com colchões para dar *boleia*, abrigou eu e mais duas jovens que visitariam a família. Desde o rapto das irmãs da Congregação São José de Goromim pela RENAMO, em 1987, a missão ficou abandonada e Padre Felipe se encarrega das missas do fim de semana, de visitar doentes e orar pelos mortos no cemitério e, a mais esperada das atividades, projeta desenhos animados na parede da missão, carcomida pelo tempo e pelas memórias. Sem luz, sem água, sem móveis e com grandes portas de madeira que rangem com o vento fresco da noite, a missão, localizada na beira da estrada e de frente para um monte considerado sagrado para a população *nyanja* que lá vive, é mesmo desconcertante.

Diário de campo, 14 de novembro de 2014.



Imagem 18: Paróquia Nossa Senhora do Zóbuè.
(Foto: Fernanda Gallo)

A pequena vila do Zóbuè faz divisa com o Malaui e, ainda que esteja a menos de 100 km de Moatize, é significativamente diferente. A poeira das minas de carvão dá lugar a uma vegetação verde, fazendo despontar a produção de frutas e hortaliças que são plantados e vendidos nos dois lados da fronteira. As mangueiras e as montanhas estão em todos os lugares, assim como belos ipês vermelhos. Homens, e especialmente as mulheres, trajam roupas de cetim comum nos corais de igrejas protestantes existentes na região do Malaui e falam Ci-Nyanja. O Zóbuè é uma vila onde as fronteiras nacionais parecem se dissipar no vai e vem de gentes e produtos. Não por acaso, o Malaui foi rota de deslocamento de milhares de pessoas, em diferentes momentos históricos. Entre 1992-1994, um total de 1.285.000 pessoas foram repatriadas do Malaui para Moçambique e muitos outros acabaram permanecendo no familiar vizinho (UNHCR 2000)²¹⁴.

Para “conversar sobre a história do Zóbuè”, padre Felipe me levou até escritório da paróquia e lá conheci Senhor Francisco, cuja história se confunde com a história da própria paróquia e acena para o deslocamento através das antigas missões. Durante toda nossa conversa, o senhor de 65 anos foleou antigos livros da igreja, repletos de datas e nomes que ele mesmo se encarregou de registrar ao longo dos últimos 20 anos em que trabalha como secretário da paróquia.

²¹⁴<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3ae6a0ca4&query=mozambique>. Acessado em 15/06/2015.

A presença da igreja católica em Tete é antiga e tem íntima relação com a necessidade portuguesa de se fazer presente no vale do Zambeze e, mais especificamente, na corrida do ouro de Monomotapa. Pedro (2013) lembra que, em 1560, D. Gonçalo da Silveira, após ter aberto a primeira Missão da Companhia de Jesus em Moçambique e na África Oriental no território dos Tonga, avançou rumo ao poderoso reino do Monomotapa. Silveira foi morto em 1561 e, em 1563, os dominicanos fundaram a paróquia de São Tiago Maior de Tete, batizando o próprio Monomotapa em maio de 1569 (Pedro, 2013). Não foram poucos os missionários que, embrenhados no interior de Sena, Tete e Zambézia, se dedicaram aos negócios de escravos, do ouro e do marfim.

Para se ter uma dimensão da presença religiosa na região, em 1628, cerca de sessenta missionários trabalhavam na Zambézia e, entre 1610-1759, contabilizou-se 16 missões. Porém, em 1834, as Ordens e Congregações Religiosas perderam a força, algumas foram suprimidas e seus bens confiscados. Tais congregações foram retornando, aos poucos, a pedido dos proprietários das Companhias Majestáticas e Concessionárias. Com isso, em 2 de julho de 1879, a Missão da Zambézia foi assentada. Após os acordos de Berlim, em 1885, os missionários se fizeram mais presentes em uma clara relação entre ocupação territorial e conversão religiosa. Ainda de acordo com Pedro (2013) os Padres Brancos chegaram em 1889, um ano mais tarde chegaram as irmãs de São José de Cluny e, em 1897, as irmãs Franciscanas Missionárias de Maria (FMM), seguidas dos Padres Franciscanos.

Com a tomada do poder por Salazar, houve um significativo retorno de congregações religiosas que passaram a ser entendidas como parte de uma ação social civilizadora. A fim de regular a atividade missionária, em 1940, a Concordata Missionária foi assinada entre a Santa Sé e o Governo Português, e logo o Acordo Missionário e o Estatuto Missionário, que resultam na restauração da Missão da Zambézia, ou da chamada Alta Zambézia, atual Província de Tete.

Nesse contexto de ocupação efetiva do território moçambicano, na província de Tete a missão responsável pela evangelização e educação de significativa parcela da população foi a Missão de Boroma, cerca de 30 Km da cidade de Tete. Muitos interlocutores dessa pesquisa, em algum momento de suas vidas, passaram por Boroma. Criada em 1885, Boroma ficou sob os cuidados dos jesuítas até 1910, quando estes foram expulsos pelo regime republicano recém-instaurado em Portugal. Em 1942, a missão foi retomada pelos jesuítas que reabilitaram a missão construindo escola, oficina de artes e ofícios, internato e hospital. De lá, os alunos catequistas poderiam ser enviados para

outras missões, em diferentes funções, incluindo a função de professores, como ocorreu com o Senhor Jeque, enviado de Boroma a Moatize, em 1960.

Mas se a vida próxima à missão de Boroma garantia algum auxílio, em tempos de seca, as populações evadiam-se por completo em busca de água e comida. Em outubro de 1967, Boroma foi entregue aos padres Combonianos e os Jesuítas que lá estavam passaram a se ocupar da Missão de Nossa Senhora da Conceição do Zóbuè (1966-1978) em substituição dos Padres Brancos, acusados de colaborar com os nacionalistas. A importância da missão de Boroma é evidente, uma vez que

No seu auge, Boroma teve 9 missionários com 2 mil cristãos, uma escola de formação de professores, Rádio-Boroma- Tete, internato, Jovens da Acção Católica, Apostolado da Oração, Cruzada, Escuteiros, Revista «Escola e Missão», escolas com 27 professores e 1269 alunos, 9 irmãs que dirigiam o Hospital e a Maternidade. (Pedro, 2013: 106).

É preciso lembrar que as políticas de educação tinham como objetivo manter a população categorizada como indígena a nível rudimentar. Cruz e Silva (1998) pontua que em 1941, a educação para indígenas foi entregue à responsabilidade da Igreja Católica, tornando oficial a educação separada entre os considerados civilizados e os não civilizados. Para negros assimilados, europeus, indianos e mulatos, o programa lecionado era semelhante aos lecionados em Portugal. Segundo Tivane (2013), em Tete, até 1952, havia apenas duas escolas: a Baptista Coelho e a Comandante Brito de Furancungo, em Macanga. Ofícios como a carpintaria, pedreiro, alfaiate, ferreiro, tijoleiro e outros eram lecionados nas missões (Boroma, Marara, Lifidzi e Fonte Boa) e nas escolas de algumas empresas, como a dos caminhos-de-ferro e das obras públicas.

Nessa paisagem, as missões católicas, enquanto um sustentáculo do colonialismo, deveriam agir em prol da administração portuguesa catequizando, controlando e vigiando as populações. As missões em zonas fronteiriças, como aquelas localizadas no distrito de Angónia, fronteira com o Malaui, por exemplo, deveriam combater e denunciar qualquer menção de apoio aos nacionalistas do Malawi Congress Party, além de combater o avanço das igrejas protestantes muito ativas na região, até hoje.

Em Moatize, a Paróquia de São João Baptista, onde me hospedei, foi fundada em 1958 pelos padres de Burgos e, depois, foi dirigida pelos jesuítas após a expulsão dos missionários que a fundaram. A missão de Moatize foi bem controlada devido à proximidade com os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e serviu de base

estratégica para impedir a ida de jovens do Seminário de Zóbuè para a Malauí. Ou seja, aqueles seminaristas do Zóbuè que eram identificados como possíveis insurgentes eram enviados para Moatize. No final dos anos 1960, os jesuítas deslocaram dezenas de estudantes do 3º, 4º e 5º anos para o chamado lar de Moatize. Terminados os estudos em Moatize, os alunos eram encaminhados para a cidade de Tete. No início dos anos 1970, a paróquia de Moatize foi entregue aos salesianos e permanece com eles até hoje (Pedro, 2009: 128).

Sobretudo as missões não portuguesas tiveram um papel relevante no contexto colonial moçambicano. Tereza Cruz e Silva (1998) afirma que a missão suíça no sul de Moçambique, presente no país desde 1880, deu um contributo fundamental à formação da consciência política de seus frequentadores. As missões incitaram movimentos de estudantes, professores e missionários nos mais diferentes âmbitos. Tomás, apresentado acima, e Senhor Francisco são exemplos nesse sentido.

Com a memória invejável, vez ou outra confirmada por sua própria fonte documental, senhor Francisco contou ser natural da localidade de Mugunda e, logo em seguida, rememorou o rapto das irmãs da Congregação São José de Goromim. A escolha desse evento como um dos principais assuntos elencados por Senhor Francisco ao falar de sua própria vida é marcante, pois foi a partir do rapto que a paróquia Nossa Senhora da Conceição, no Zóbuè, caiu no ostracismo. Desde então, a paróquia não tem um padre fixo, o que entristece a ele e a comunidade, afinal “a missão de Zóbuè já foi muito frequentada”²¹⁵.

A vida do senhor Francisco é marcada pela relação estabelecida com os religiosos, seja porque estudou no seminário de Mugunda, entre os anos de 1956-1958, seja porque trabalhou para os Padres Brancos suíços, até 1962, como *muleque*²¹⁶, servindo mesa e realizando afazeres domésticos. Sem precisar explicitamente o motivo, o então *muleque* deixou a região pela primeira vez no citado ano e “foi tentar a vida em Chimoio”, na altura Vila Pery, capital da província vizinha de Manica.

Assim como os habitantes do sul moçambicano tinham como costume passar um período trabalhando nas minas da África do Sul, assunto já mencionado, os habitantes de Tete se espalhavam por regiões como Manica e, sobretudo, a vizinha Sofala, cuja capital, Beira, apresentava mais oportunidades de trabalho. O dinheiro conseguido em outras

²¹⁵ Entrevista realizada em 14/11/2014.

²¹⁶ A categoria *muleque* era usada indiscriminadamente para os trabalhadores domésticos. Mesmo que fossem adultos e pais de família, eram assim chamados em uma demonstração do poder colonial sobre o subalternizado.

terras, em geral, era guardado para pagar o dote do casamento, o lobolo. Esse deve ter sido o caso do senhor Francisco, pois ele permaneceu cerca de um ano trabalhando na *machamba* de um “branco suíço”, em Manica, e retornou ao Zóbuè para “formar família”. Sua “primeira sorte” (primeiro filho) chegou em 1966 e, logo depois, “começou a guerra contra os portugueses e muitos dos seminaristas deixavam o seminário e iam para a Tanzânia”. Por esse motivo, os Padres Brancos foram expulsos e “então em 1967, mandaram os missionários, quer dizer de fora, né? Então meteram os portugueses como jesuítas... padres jesuítas”. Em 1967, portanto, os jesuítas de Boroma se tornaram os responsáveis pela paróquia Nossa Senhora da Conceição no Zóbuè.

Senhor Francisco disse não se lembrar se recebeu ou não uma autorização para se deslocar até Vila Pery. Porém, as autorizações de mudança de residência eram exigências da administração colonial e muitas dessas autorizações, ou registros de pessoas que não as tinham, foram encontradas na documentação do Fundo de Tete, existente no Arquivo Histórico de Moçambique. Essas fontes são importantes para analisarmos a dinâmica das povoações e constatar que os deslocamentos no período colonial foram diversos. Ou seja, além dos deslocamentos forçados, como os aldeamentos coloniais, uma série de estratégias para sair, fugir, voltar, partir foram criadas pela população de Tete.

Em 23 de outubro de 1965, o administrador do Concelho de Macanga solicitou ao Concelho de Moatize “autorização para que o autóctone Guizare Joo, da povoação de Mafuta, da regedoria Chiutse, mude sua residência para o chefe de povoação Medeca, do grupo de povoações da regedoria de Chessaia, de Moatize²¹⁷ . Informa-se ainda que o referido *autóctone* pagou seus impostos e a mudança foi, portanto, autorizada. Esse também é o caso de Rato Mesa, do grupo de povoações Mesa da regedoria Zangaia, que, segundo o administrador do Concelho de Macanga, desejava se mudar junto com sua mulher, Constancia Cherene, para a povoação do regedor Tundumula, em Moatize.²¹⁸

Se esses dois exemplos mostram que as autorizações de mudança de regedoria pareciam uma praxe da administração colonial, diversos indivíduos se mudavam sem avisar. Uma série de documentos confirma essa assertiva. Em 24 de abril de 1965, foi declarado, pela administração do Concelho de Amaramba, distrito do Niassa, ao Conselho de Moatize, que o autóctone Tarcísio Mepucha tinha sido recenseado em 1959 na povoação de Inácio, grupo de povoações Calingambe, regedoria de Catur, Niassa, mas,

²¹⁷ Administração do Conselho de Moatize – secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx. 37, 1965.

²¹⁸ *Idem*.

desde então, nunca mais se soube do seu paradeiro. O mesmo Tarcísio foi apresentado à uma autoridade tradicional, provavelmente um régulo ou chefe de povoação, para ser inscrito no recenseamento da Circunscrição de Mandimba, em Moatize, embora, segundo o administrador, Tarcísio “não justificou satisfatoriamente onde tem estado a viver nem o que tem feito”.²¹⁹

Não se sabe porque Tarcísio saiu do Niassa e foi para Moatize, nem em que condições foi apresentado por uma autoridade tradicional para ser recenseado como alguém do lugar. Mas sabe-se que ele conseguiu se fazer passar, aos olhos das autoridades coloniais, por alguém de lá. Exemplos como esse contam histórias diversas de pessoas que, embora sob a égide de um sistema colonial controlador, inventaram formas de se esquivar, diluir ou se contrapor a um tipo de administração que não lhes contemplava.

Já o projeto de deslocamento do senhor Francisco teve como objetivo fundamental conseguir dinheiro para formar família e sua trajetória esteve ligada à paróquia do Zóbuè. Não por acaso, sua casa fica ao lado da graciosa igreja amarela, cujas janelas triangulares lembram pequenos olhos que testemunham a história e cuja porta se abre como uma boca que engole o tempo.

Com a expulsão dos Padres Brancos, Senhor Francisco continuou trabalhando para os padres jesuítas até que a independência trouxe “desconfiança com a gente da igreja”, que foi fechada em 1979, e reaberta no mesmo ano com a chegada das irmãs da Congregação São José de Goromim, acompanhadas por um padre natural do Zóbuè. A mudança de perspectiva no controle da paróquia, com um padre negro a frente, foi uma estratégia da FRELIMO de africanizar a igreja e a resposta da RENAMO, em 1987, foi raptar as irmãs, causando pânico na paróquia que tudo observou com seus olhos-janela.

Antes de finalizar nossa conversa e iniciar os preparativos para a missa da noite, senhor Francisco suspirou e acariciou lentamente a capa do livro da igreja, como se aquele objeto fosse seu grande cúmplice e, sem tirar os olhos dele, concluiu: “Sempre estou aqui. Na guerra e depois da guerra ... minha vida é mesmo aqui.”

²¹⁹ *Idem.*

SUBINDO AO SONGO: MUDANÇA RECOMENDADA POR ESPÍRITOS



Imagem 19: Barragem Cahora Bassa, Songo.
(Foto: Fernanda Gallo)

Os jardins floridos, as ruas largas com canteiros de grama aparada e a temperatura amena tornam o ambiente da vila do Songo algo curioso. Localizado no alto de serras como a altiva *Mbonga*, há apenas duas estradas guarnecidas até hoje por cancelas e homens do exército para subir ao Songo. A vila é setorizada por bairros, como o bairro sul - dos engenheiros -, bairro norte - dos operários e centro de serviços - e ficou conhecida como o “Pequeno Portugal”, ao menos até o ano de 2007, quando foi concluído o polêmico processo de reversão da barragem para as mãos moçambicanas²²⁰. Até a reversão, também chamada de segunda independência (2007), o Songo era visto exclusivamente como moradia dos trabalhadores da Hidrelétrica Cahora Bassa (HCB).

Localizado a cerca de 150 Km da capital Tete, o Songo é um lugar de relevância ímpar para a província e mesmo para o próprio país. Antes da Missão de Povoamento do

²²⁰ Ver denúncia do Wikileaks em que o presidente Guebuza teria recebido uma comissão pela reversão. *Guebuza terá recebido 35 a 50 milhões de dólares*. Diário de Notícias (Portugal) 9/12/2010.
http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1730994&especial=WikiLeaks&seccao=MUNDO
Acessado em 29/03/2015.

Zambeze começar a atuar, o local era habitado por grupos provenientes da dinastia Songo e por grupos denominados como *Kunhala*, *Chadzala*, *Ghande*, *Sokiri* e *Demas*. Alguns destes tiveram que sair de sua terra de origem, rumo a Kalangatche e Matangalo, para a construção da Vila do Songo (Lopes, 2001).

Através de entrevistas e conversas informais realizadas durante minha estadia no Songo, dois grandes processos de deslocamento foram apresentados pelos moradores, ambos com íntima relação com o megaprojeto da HCB. O primeiro deles refere-se ao alagamento de 500 km de área, realizado em 1969, para transformação da água em energia, através de cinco enormes turbinas. Em 1974, cerca de vinte e cinco mil habitantes foram reordenados em novas aldeias, cuja localização foi determinada sobretudo por critérios militares. Além de deslocar milhares de famílias, o megaprojeto deslocou a própria energia que, através de linhas de alta tensão, percorreu 1800 km até atingir a subestação Apollo, na África do Sul (Isaacman, 2005). Ironicamente, a província de Tete continua sofrendo com falta de luz e água, ainda que a quinta maior hidrelétrica do mundo seja seu cartão postal. A barragem resultou em uma significativa transformação do meio ambiente. Os padrões de secas e cheias aos quais as comunidades ribeirinhas aprenderam a reconhecer se alternaram e, com isso, as formas de interpretação e organização foram igualmente afetadas. Além do deslocamento, das mudanças de relações de trabalho e usos do tempo, pautados sobretudo pela agricultura, as populações deslocadas tiveram que lidar com a guerra nacionalista e, depois, com a guerra dos 16 anos. Dona Amélia, quem entrevistei através da rede Salesiana, confirmou que, em ambos os casos, as pessoas deslocadas foram impedidas de voltar à sua região e ao Songo. Como já mencionado anteriormente, Cahora Bassa, além de importante para a imagem de Portugal, significava uma evidente aliança com o sistema do apartheid sul-africano, pois garantiria uma fonte de energia para os países vizinhos em troca de apoio militar.²²¹ O alagamento de 500 km de lago também funcionaria como uma espécie de muralha capaz de impedir que a guerrilha, baseada na Zâmbia e Malaui, chegasse ao centro do país.

Sobre a edificação da barragem, em um primeiro momento, destaca-se o uso do trabalho forçado nas construções de infraestruturas, como a estrada Songo-Maroeira-Tete-Moatize. Este episódio foi lembrado por Dona Amélia através das histórias de sua mãe

²²¹ Nas Nações Unidas, o representante da Frelimo chegou a declarar que “Cahora Bassa era um crime. Era um crime não apenas contra o povo moçambicano, mas também contra todo o povo da região da África Austral e da África como um todo” (Mungói, 2013:10).

que, ao ser obrigada a carregar pedras para a estrada durante um ano, viu suas *machambas* minguaem e seus filhos passarem fome. Os trabalhadores recrutados no Songo, Mucumbura, Estima e Chicoa Velha, recebiam, em troca de seis meses de trabalho, apenas uma capulana (tecido), sal, sabão e vinho português. Em um segundo momento, a partir de 1970, os trabalhadores provinham de Cabo Verde (carpinteiros e motoristas), eram recrutados em Portugal, no Zimbábue (condutores de máquinas), África do Sul e moçambicanos de Lourenço Marques. Os últimos eram contratados pois eram falantes do *fanacaló* (língua usada nas minas sul-africanas), acostumados com o trabalho migratório e, sobretudo, com explosivos e dinamites (Lopes, 2001).

No período pós-independência, um segundo processo de deslocamento forçado em torno da Barragem Cahora Bassa aponta contornos ainda mais curiosos. Curioso, pois, Lopes (2001) pontua que, em junho de 1975²²², foi criada a Sociedade Anônima de Responsabilidade Limitada, denominada Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB), estipulando que a barragem pertencia em 81.60% ao Estado Português e 18.34% ao Estado Moçambicano. Ou seja, quem continuou comandando Cahora Bassa (e o território do qual ela faz parte) foi o governo português.

Tendo isso em vista, o depoimento do Senhor Alone, sobrinho de Dona Amélia e padre da paróquia local, traz um dado pouco explorado nos estudos sobre Cahora Bassa – o grande deslocamento de 1981, no Songo. Embora fosse criança na altura, Alone lembra-se que a primeira explicação dada pelos administradores para retirar as pessoas foi de que a vila era pequena e não havia espaço para que todas as pessoas cultivassem suas *machambas*.

Mas outra versão ligada a isso é que aqui só deviam viver trabalhadores da HCB, aquele que é trabalhador da HCB, aquele que é trabalhador do estado. Estado, educação, enfermeiro, polícia. Esses ali deveriam estar a viver aqui no Songo. Fora disso, todos deveriam sair para facilitar o controle. Foi muita gente mandada embora, os nativos foram tirados, foi compulsivo. Eu vi aquilo ali, eu era pequeno né, depois por que nós escapávamos? Pois meu pai também trabalhava na empresa. Ela (*tia*) tinha o marido, então os meus tios e meus primos ficamos porque nossos pais estavam na empresa, mas o resto da família que não trabalhava... Então vieram caminhões grandes... era chegar uma família, tirar tudo, a família, os bens, os animais, pôr no carro, destruí a casa e já levava pra lá. Pra Chitima e para alguns quilômetros depois de Chitima, uma zona chamada Xinianda,

²²² Nos termos do Protocolo de Acordo entre o Governo Português e a Frelimo, assinado a 14 de abril do mesmo ano, e do Decreto-Lei 71/75 de 21 de Junho, do Governo de transição de Moçambique, bem como na sequência das autorizações dadas pelo Governo Português, através da Resolução do Conselho de Ministros de 4 de Junho.

Matangulo, nessas zonas onde eram deixadas as pessoas. Não tiraram daqui e botavam na Maroeira, pois diziam que Maroeira (onde havia o Posto de Controle) era perto e podiam voltar.²²³

A questão fundamental a pontuar é que, segundo nossos informantes, quem levou a cabo a retirada das pessoas foram os portugueses. Ou seja, passados seis anos da independência, os portugueses continuavam interferindo no ir e vir daquela população. Ainda sobre essa questão, Alone pontua que as pessoas deslocadas ficaram em outros sítios de 1981 até 1984, ano em que Moçambique foi assolado por uma grande fome causada por forte seca.

Então, essa situação fez com que as pessoas tomassem outras decisões, tomassem outro rumo para a sobrevivência. Então, a partir de 1983, começou uma nova movimentação das pessoas, regressando para cá e usavam essa entrada antiga pois estava tudo controlado. Então as pessoas começaram a voltar, outros foram para Maroeria, antes da serra aqui muito próximo, outros ficaram de vez lá, acabaram por morrer lá e pronto... as pessoas ficaram dispersas.²²⁴

O caso de Dona Amélia, 68 anos, mesmo sem nunca ter saído do Songo, atesta, por exemplo, que sair do lugar de onde se nasce pode representar tanto uma tentativa de resolver um assunto como enfrentar outros problemas resultantes da condição de “ser de outro sítio”. Dona Amélia nasceu entre as serras que margeiam Mbonga, mais precisamente na localidade de Chipata. Seu pai era *sipaio* e, logo após sua morte, o restante da família decidiu deixar o local, procedimento de praxe assim que um membro importante morre de causas naturais, me explicou Dona Amélia. Mudaram-se para a planície, em uma localidade chamada *Catutamagoe*, perto do atual monumento ao presidente Armando Guebuza. Na terra de um novo régulo, tiveram que enfrentar uma situação de conflito:

Leões viviam também com as pessoas nessa mesma zona mas não faziam mal às pessoas pois eram considerados animais rituais. E, então, nessa mesma época (quando a família se mudou para lá), morreram três membros da família, os mais velhos. Então as pessoas com aquela situação, com as desgraças, aconselharam o resto da família (de Dona Amélia) a mudar de lugar porque ali era lugar espiritual, lugar onde viviam esses leões e o que estava a acontecer é que achavam que eles estavam contaminados com um espírito mal,

²²³ Entrevista realizada em 07/10/2014.

²²⁴ *Idem*.

ou podia ser revolta que aqueles leões não queriam ninguém próximo dele, então deveriam mudar de lugar, foram aconselhados assim (...) Então pegaram o caminho e foram se fixar na serra (Cateta). À noite, quando dormiam, os leões vinham, mas não atacavam as pessoas, não faziam mal, mas, quando apareceram as desgraças, então as pessoas começaram a afazer as suas interpretações.²²⁵

Os leões aos quais Dona Amélia se referiu são os chamados espíritos *mphondoro*, que representam pessoas com poder e prestígio em vida e que, mesmo após a morte, continuam exercendo uma autoridade mediúnica, indicando conflitos. Portanto, o fator que implicou nesses dois deslocamentos de Dona Amélia, o abandono da terra de origem e a saída da terra dos leões, pertence à esfera do mágico-religioso, mas também pode ser pensado como uma disputa local, ainda que não tenhamos elementos suficientes para destrinchar essa hipótese. Dona Amélia era filha de um *cipaio* e, depois que seu pai morreu, provavelmente a família perdeu poder político e teve dificuldades de conseguir outro lugar para morar. O leão mágico, próximo ao monumento de Guebuza, seria contrário aos mandos e desmandos do falecido *cipaio*?

Harry West (2009) oferece um panorama dos discursos da feitiçaria, no planalto de Mueda, e a medida como esses “invocam múltiplas lógicas interpretativas no meio de experiências históricas concretas” (West, 2009: 44). Neste ínterim, o poder subsequente da *uwavi* é entendido como uma série de manobras exequíveis no mundo tangível e intangível, capaz de refazer e desfazer poderes de outrem. A este contrafeitiço ou contramanobra, dá-se o nome de *Kupilikula*. Ou seja, a feitiçaria enquanto uma linguagem social é capaz de traduzir a densidade e ambiguidade de relações existentes em um dado local. É através da linguagem da feitiçaria que muitas pessoas tentam compreender e digerir o mundo e mesmo agir sobre ele. No caso dos missionários holandeses em Mueda, por exemplo, percebendo a importância de certos elementos locais, como a dança *mapiko*, a igreja os permitiu em seu espaço sagrado. Do outro lado, também os missionários e suas poderosas *mitelas* foram percebidos como capazes de intervir no reino do invisível. Assim, a população local teria, segundo o autor, não apenas se convertido ao cristianismo, mas convertido o cristianismo a si.

Enfim, de *Catutamagoe*, Dona Amélia e sua família se mudaram novamente para *Cateta*, outra serra próxima a *Chipata*. Enquanto vivia com sua família em *Cateta*, conheceu seu futuro marido, natural da cidade de Tete e funcionário da HCB.

²²⁵ Entrevista realizada em 07/10/2014.

Finalmente, o último deslocamento de Dona Amélia foi quando se casou e se mudou para o bairro dos operários do Songo, onde vive até hoje. Até onde se sabe, os leões mágicos deixaram de circular, quem sabe porque as *mitelas* geradas na HCB são mais fortes.

PAUSANDO EM MOATIZE I: DESLOCAMENTO LABORAL

A exploração de carvão move Moatize desde a década de 1930, como já demonstrado anteriormente. E o principal elo de ligação entre as minas e o resto do mundo, chamado de “cordão umbilical” pela personagem Maria Eugênia em *Rainhas da Noite* (Coelho, 2014), é o caminho de ferro que, além do carvão, conduz e conduziu muita gente a tentar a vida nessa terra quente. Portanto, a conexão entre Moatize à Beira foi preponderante na transformação da vila carbonífera. A linha de Sena, como ficou conhecida, começou a ser construída em 1938 e, após uma interrupção durante a segunda guerra mundial, chegou a Moatize no ano de 1949. A linha também serviu ao tráfego entre o porto da Beira, Malaui e Zâmbia, possibilitando que o escoamento e a produção de carvão quadruplicassem em menos de uma década. De 55 mil toneladas produzidas em 1950, a produção saltou para 280 mil, em 1957. Assim como hoje, o aumento da produção do carvão gerou expectativas, infraestruturas e investimentos agrícolas e comerciais.

Os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) empregaram e recrutaram milhares de trabalhadores, resultando em um significativo fluxo populacional em Moatize. Esse é o caso do senhor Bambo, 73 anos, nascido na localidade de *Inhapossa*, a cerca de 7Km da cidade de Inhambane, província homônima, localizada no Sul de Moçambique.²²⁶ Senhor Bambo me foi indicado pelo padre João, um português recém-chegado na missão de Moatize cujo sorriso acendia apenas quando ele lembrava da vida que levou em Cabo Verde. Tive conversas com senhor Bambo na própria missão até o dia em que ele me convidou para ir à sua casa, uma antiga construção colonial feita para os funcionários dos Caminhos de Ferro. A narrativa de senhor Bambo enfatizou o sonho que ele gostaria de ter vivido: estudar no Seminário de Magude, em Gaza, e tornar-se padre. Porém, quando terminou a quarta classe, exigido pelo seminário, o mesmo fechou as portas,

²²⁶ Além da CFM, a Companhia de Carvão de Moçambique, CCM, a Serração do Inhansato (Inhaminga), a Sena Sugar States (Dondo), Sociedade Algodoeira F. Colonial (Vila Perry), Trans Zambézia Railways (Inhaminga) eram os principais empregadores da mão-de-obra local e do exterior da região, durante o período colonial.

frustrando suas expectativas. Chateado por ver seu sonho descarrilhar, encarou a oportunidade de seguir em frente, indo morar em Maputo com um dos seus tios, com quem havia aprendido o ofício da marcenaria. Já em Maputo, prosseguiu com os estudos realizando um curso de datilografia em 1960 e, um ano depois, empregou-se em uma fábrica de escovas.

Buscando progredir, continuou estudando em uma escola comercial e, pouco tempo depois, candidatou-se a datilógrafo nos Caminhos de Ferro, mas foi vencido por um português. Pouco tempo depois, em 1963, Bambo viu a chance de concorrer a um concurso feito para “os naturais”, pois, segundo ele, até aquele momento os cargos eram destinados apenas aos portugueses. Finalmente, quando conseguiu aceder ao cargo de supervisor de via do CFM, foi chamado para a tropa portuguesa, na qual permaneceu de 1965 a 1967. O período pós-tropa foi marcado pelos inúmeros deslocamentos que senhor Bambo fez, a serviço dos CFM. Viveu em Moatize, Beira, Maputo, até ser enviado, em 1971, para controlar um trecho da linha de ferro que passava por Mutarara, na província de Tete. Essa foi uma tarefa bastante difícil pois os ataques às linhas de trem foram estratégias comuns usadas durante a guerra de libertação e repetidas na guerra dos 16 anos.

Enfim, em 1974, “quando começou uma grande confusão”, simpatizantes da FRELIMO cercaram a casa do CFM, na qual sua esposa e filhos viviam, obrigando-os a partir para Mutarara Sede. Interessante pontuar que a narrativa que envolve o período de transição de poder (1974-1975) e os anos subsequentes à independência de Moçambique foi pouco comentado pelo senhor Bambo. De 1974, quando ele foi expulso de sua casa e quase morto pelas tropas da FRELIMO (fato que não ocorreu supostamente porque o comandante da ação era seu conterrâneo do sul), Bambo pulou para 1983, ano em que, novamente, teve que abandonar sua casa devido aos ataques da RENAMO. Constata-se, portanto, que o abandono repentino das casas marca a narrativa deste homem, cujas idas e vindas foram assinaladas quer pelo trabalho no CFM quer pelas guerras.

O que nos ajuda a entender porque um trecho da sua história foi evitado tem a ver com a forma envergonhada que ele afirmou ter sido um *assimilado*. Paradoxalmente, chegou a afirmar que fez parte do quadro oficial dos trabalhadores dos CFM com direito a gozar férias em Portugal, coisa que faria em 1975 se a independência não tivesse posto fim a essa regalia. A independência trouxe desestabilização ao modo de vida conquistado por senhor Bambo. Talvez esse seja o segundo motivo de “pular” os

acontecimentos do pós-independência. Por trabalhar com os portugueses, ser assimilado e proteger as linhas de ferro na altura da guerra, é provável que Bambo tenha despertado desconfiança nos nacionalistas e, assim, preferiu silenciar alguns fatos. Outro grande problema foram os sucessivos ataques da RENAMO, vivenciados de perto por senhor Bambo. Em 1983, ele se viu obrigado a abandonar a casa que vivia com a esposa, os filhos e os sobrinhos. A fuga de 1983 foi descrita de forma detalhada por senhor Bambo e indica a importância dramática em sua vida. Para ele, após o rapto das irmãs do lar de Inhangoma, em Mutarara, os conflitos decorrentes da guerra dos 16 anos se intensificaram na província de Tete. Neste mesmo ano, no dia 23 de setembro, enquanto o presidente Samora Machel visitava Tete, Mutarara foi tomada pelo *inimigo*, segundo palavras de Bambo. Por conta deste evento, ele e sua família foram obrigados a fugir:

Abandonamos a casa assim de qualquer maneira mesmo, não deu tempo porque nós éramos uma família com dez pessoas, eu e minha mulher, uma sobrinha e sete filhos. Então, às cinco da manhã, nós estávamos refugiados no mato, mas perto da base aérea. Quando começou o bombardeio, andamos na mata afora passando por picos e tudo, chegamos a Vila Nova da Fronteira, fronteira com o Malaui já eram 21h00, desde as cinco da manhã andando. Escapamos! Ficamos dois dias lá. Terceiro dia, logo de manhã, aparecem novamente a nos escorraçarem sob ataque da RENAMO. Mas ali tivemos sorte, entramos em território malauiano. Na madrugada do dia seguinte, aluguei um carro e fomos até Blantyre e de lá fomos para o Zóbuè. Por lá ficamos à espera das colunas blindadas zimbabuanas e assim chegamos a Moatize. Nós perdemos tudo o que tínhamos, tudo ficou em Mutarara.

Após ver a morte de perto, senhor Bambo chegou em Moatize e contou com os conhecidos do CFM para ser oficialmente transferido para lá. Em Moatize, continua até hoje, mesmo que sua antiga terra, Inhambane, esteja há tanto tempo distante de suas vivências. Quando perguntado sobre a vontade de voltar a Inhambane, respondeu:

É assim...eu fiz a minha vida, eu saí da minha terra em 1958, era novo, a minha intenção era para estudar para ser padre mas parece que Deus não tinha esse plano, mas essa vontade passou para meu filho que é padre e está em Roma. Então, em Inhambane, praticamente família não tenho, estão todos em Maputo. Mas todos os anos vamos para lá só visitar, ficar lá não, voltar *iiiiiii* nada.

Se a narrativa do Senhor Bambo aponta para deslocamentos laborais, entremeados pela guerra dos 16 anos, o Senhor Faife indica outro tipo de deslocamento em relação ao trabalho, a fuga do *chibalo*. O *Chibalo* abordado no capítulo II como um dos tripés do próprio colonialismo, juntamente com a racialização e a cobrança de impostos, foi uma prática bastante severa que obrigou milhares de homens e mulheres a fugirem da administração colonial. Este é o caso dos pais do Senhor Faife que, para fugir do recrutamento forçado nos campos de sisal de Vila Pery, atual Chimoio, partiram de sua terra na localidade de Chibuluate, onde se junta os três rios - Luenha, Mazoe e Zambeze -, em direção ao Zimbábue, onde nasceu Senhor Faife, que relembra:

Na altura, não havia transporte e eles iam a pé, saíam a pé até lá onde iam trabalhar nas farmas, nas farmas dos boers, e meu pai esteve lá a trabalhar e foi onde eu nasci. Nasci lá em 1952 e voltamos em 1963 pra cá. Quando chegamos cá, então comecei a estudar, lá pra Manica, mas perto de Changara... é só atravessar o rio. E ficamos lá o tempo todo a trabalharmos e meu pai não tinha escolaridade, mas ele queria muito me pôr a estudar.

Para não serem apanhados pelos portugueses, não voltaram à localidade de Chibuluate, quando vieram do Zimbábue de regresso, foram viver na localidade de Tsagoa, que não era a zona deles, mas foi considerada segura pela família. E lá tiveram que pedir ao regulado: “estamos a pedir para ficarmos aqui tal, fazer machambas e a essa altura minha avó, que tinha ido conosco e também tinha sido perseguida pelos portugueses, já não existia mais, já tinha morrido”²²⁷. E, ali, refazendo a vida em outra terra, o pai insistiu que Faife deveria prosseguir nos estudos iniciados no país vizinho.

E eu comecei a estudar, atravessava o rio para ir à escola. Depois, apareceu escola lá na minha zona e, quando apareceu, meu pai conseguiu uma bicicleta e disse “essa bicicleta é só para o miúdo ir à escola”, pois a escola distava mais ou menos uns 5 km ou um pouco acima, então para um miúdo dos seus 14, 12 anos, fazer isso todos os dias, fazer 10 km era muito, né? Motivo pelo qual, num raio de 50 metros, a única pessoa que conseguiu estudar fui eu, porque de lá, depois, atravessei para esta margem e, quando atravesso desta margem, faço a quarta classe, quando faço quarta classe, para mim, era já atingir o apogeu em 1968.²²⁸

²²⁷ Entrevista realizada em 15/10/2014.

²²⁸ *Idem*.

Depois de atingir o considerado apogeu, por terminar a quarta classe, o menino Faife continuou a ser estimulado pelo pai a estudar. Primeiro passou um tempo na missão de Changara, depois foi para a missão de Moatize e, mais tarde, para a do Songo, confirmando a relevância das missões no período colonial. As missões também foram importantes espaços de discussão sobre a independência. Senhor Faife lembrou que um grande número de integrantes da FRELIMO saiu das missões dos padres e que ele próprio chegou a participar de reuniões clandestinas com os próprios padres que “nos explicavam e faziam nos ver que o país tal está independente e esse país também precisa de vocês e assim sucessivamente. Então as pessoas foram saindo²²⁹”, exceto senhor Faife, cujo problema nos pés o impedia de andar corretamente.

Nesse período, em 1971 e 1972, a guerra de independência apertou e seus familiares foram “recolhidos para aldeamentos”, que ele teve a oportunidade de conhecer no período de férias da missão. Para ele, os aldeamentos criaram “um bocadinho de estranheza porque as pessoas eram assim forçadas e tiveram que começar a aprender a viver em conjuntos”²³⁰. Viver em conjuntos, em casas muito próximas, com poucas machambas, era ruim para os pais, mas nem tanto para os jovens, que podiam conviver com dezenas de vizinhos e vizinhas de sua idade e, de certa forma, se divertir dentro dos limites dos aldeamentos.

Alguns anos depois da independência, senhor Faife estava a viver e trabalhar no Songo quando “a outra guerra veio e removeu novamente as pessoas e algumas pessoas foram aglomerar-se na sede dos distritos. Nesta altura, o meu pai tinha um filho que estava no Zimbábue, um irmão mais novo, então ele achou melhor ir para o Zimbábue e minha mãe ficou comigo no Songo.” O pai faleceu no Zimbábue e seu Faife se mudou para Tete pois sempre teve o sonho de construir sua palhota na cidade, achar um emprego e lá ficar até o fim dos seus dias, como de fato fez. Atualmente, senhor Faife trabalha em uma loja de materiais de construção em Tete e tem tido muito trabalho com o *boom* de construções na região.

²²⁹ *Idem.*

²³⁰ *Idem.*

PAUSANDO EM MOATIZE II: TRAJETOS INDESEJADOS

Uma infinidade de *bancas* que vendem refrescos e gêneros alimentícios industrializados e algumas casas coloniais comidas pelo tempo. Pessoas, bicicletas, chapas, caminhões, carrinhas *Hilux* transportando os compatriotas brasileiros e ônibus carregando trabalhadores uniformizados. Música, muita música, “*hoje eu não saio daqui, só saio amanhã de manhã, amanhã de manhã, de manhã*” é o refrão que se escuta por toda parte acompanhado pelo tilintar de uma cerveja 2M. A poeira se levanta com as crianças que correm da escola na missão. Alguém corta o cabelo embaixo de um embondeiro, outro alguém comenta sobre o novo mercadinho dos chineses. E muitos, como eu, comem o bolinho frito vendido a 1 metical. O sol, vermelho como carvão em brasa, se põe na parte central da Vila de Moatize. Amanhã é quarta-feira, dia de comboio, feira e frutos e, por alguns minutos, esquecemos das eleições presidenciais que se avizinham.

Diário de campo, 16 de setembro, de 2014.



Imagem 20: Futebol na Missão Salesiana de Moatize.
(Foto: Fernanda Gallo.)

Hospedada na Missão São João Batista, em Moatize, e sendo apresentada como voluntária, solicitei a alguns vocacionados e aos padres da missão para que me apresentassem a moradores dos reassentados da Vale. Portanto, o reassentamento 25 de Setembro foi o lugar onde estabeleci uma relação de proximidade porque, diferente do

Cateme, ele está localizado na vila e muitos de seus moradores frequentam a missão São João Batista. Assim, um dos meus interlocutores do 25 de setembro foi Edgar Jone, animador da paróquia que, depois de algumas conversas, concordou em me levar para conhecer o reassentamento 25 de Setembro. Cheguei no bairro, distante 5 km da paróquia e cerca de 1 km da Estrada Nacional 22, por volta das 9h00 da manhã. Percorrendo uma das ruas onde 716 famílias vivem, escutei o som de instrumentos percussivos. Interessada na música e ao mesmo tempo meio sem graça de perguntar de onde vinha, Jone notou meu interesse e me levou para ver o *Cashiri*. No quintal, entre umas quatro edificações (duas delas construídas pela Vale e outras pelos próprios moradores), três homens tocavam tambores e duas mulheres dançavam em transe. As cerca de 20 pessoas que lá estavam notaram minha presença, mas não deram atenção. Teriam me confundido com uma funcionária da Vale? Apenas mais tarde, quando o dono da casa veio me cumprimentar com um aperto de mão, fui apresentada como voluntária da paróquia. A cerimônia do *Cashiri* é feita quando a família percebe um cenário de doença que insiste em permanecer. Para que a doença se afaste, invoca-se os antepassados pedindo a cura. Ficamos pouco tempo, pois não queria ser um elemento perturbador no diálogo com os antepassados.

Jone vivia em Chipanga, de onde é natural, e lá trabalhava com fabricação de tijolos. No momento em que foi deslocado pela Vale, tinha oito funcionários em sua pequena empresa e por ela recebeu uma indenização de cerca de 60.000 Mtc (R\$ 6.000,00), em 2010. No total, 785 pagamentos foram feitos pela empresa, demonstrando ser a olaria uma das maiores atividades dos reassentados. O valor pago foi calculado entre a empresa e o governo moçambicano e continua sendo motivo de conflito, sobretudo depois que a mineradora Rio Tinto pagou mais aos oleiros deslocados por ela.

Os oleiros deslocados pela Vale argumentam que a indenização paga se refere, no máximo, à produção anual deles, variando de acordo com a quantidade de fornos que cada oleiro tinha. Havia pessoas que tinham 10 fornos empregando mais de 100 pessoas e, nesse caso, a produção ultrapassava 100.000 tijolos por mês. Em abril de 2013, os oleiros fecharam as entradas das minas exigindo dialogar com a empresa, a polícia foi chamada e os manifestantes foram presos. Depois deste episódio, a Vale chamou os oleiros para dialogar, propondo ajudar na profissionalização das olarias e compra de tijolos e se recusou a rever o valor pago das indenizações. Frente às muitas promessas feitas pela empresa, a proposta não convenceu o grupo que, sem muito poder de

barganha, resolveu seguindo *desenrascando* a vida. Jone, por exemplo, trabalha fazendo fretes com sua corroída carrinha.

De Chipanga, Jone nunca havia saído, a não ser “nos tempos de aflição entre a RENAMO e a FRELIMO”, quando ele e a família se refugiavam na vila de Moatize. As saídas momentâneas de Chipanga, que às vezes se estendiam por meses, não são consideradas por este senhor como deslocamentos, mas sim um refúgio passageiro. Nessa circunstância, a vida continuava basicamente atrelada ao momento do retorno. Ou seja, bastava ouvir notícias de relativa calma que ele e família retornavam para seu lar.

Sobre a chegada da Vale, tema central de nossas conversas, Jone revelou como foi a aproximação da empresa. Em 2006, as primeiras conversas levadas pela Vale à população de Chipanga eram de que havia um projeto de extração de carvão em curso que poderia resultar no reassentamento de pessoas. Para ele, a Vale proferiu um discurso inicial incerto, pois parecia que eles próprios não tinham certeza se as pessoas seriam mesmo removidas. Muitos, incluindo ele, não acreditaram que seriam obrigados a sair de suas terras. Contudo, com o avançar dos anos, tiveram mesmo que sair, persuadidos por muitas promessas, algumas delas citadas por ele:

Em termos de reassentamento das casas, alguém que tivesse uma casa de 7 metros quadrados deveria ter o dobro daquela casa, o que não aconteceu. Deveriam ser beneficiados em termos de emprego, porque dizem que o contrato é de 50 anos, mas isso não acontece. Primeiro eles deveriam criar muitas formações para conseguir responder à demanda do trabalho, isso não está a acontecer. Aqueles que eram agricultores, hoje estão sem exercer a agricultura, disseram que iam fornecer algumas bombas, que as pessoas deveriam ter uma agricultura mecanizada, de que iríamos melhorar nossa vida em termos de agricultura...²³¹

O deslocamento resultante do megaprojeto de mineração também separou a família de Jone, alguns de seus irmãos estão em Cateme e outros no 25 de Setembro. Contudo, seu pai soube articular seu desejo e escolheu viver no Cateme, já que “estava mais inclinado a viver com a segunda mulher”, enquanto que sua mãe, a primeira mulher, vive no 25 de Setembro, a 40 Km do marido.

Jone me apresentou a Domingas, 35 anos, viúva, igualmente natural de Chipanga. Um pouco tímida e desconfiada, uma das conversas com Domingas ocorreu atrás da sua

²³¹ Entrevista realizada em 6/11/2014.

casa, onde a sombra da construção era aproveitada para fugir do sol. Sentada em uma esteira, enquanto descascava amendoim, olhou fixamente para os grãos e ressaltou que, antes de ser deslocada para o reassentamento, cultivava milho e mexoeira na sua *machamba*, localizada em Mitete, terra muito fértil e próxima de Chipanga. A falta da terra para plantar é um dos maiores problemas ressaltados por ela.

De fato, a usurpação da terra colocada em prática pelos megaprojetos está no centro do debate do atual desenvolvimentismo em Moçambique e o Brasil se destaca como um dos protagonistas deste processo. Em 2012, o Brasil foi cunhado de “neocolonizador” após uma publicação no jornal Folha de São Paulo afirmar que o governo moçambicano estaria cedendo terras para fazendeiros brasileiros. No artigo, um fazendeiro mato-grossense concluiu que: “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China.”²³²

A discussão ganha contornos ainda mais peculiares, pois em Moçambique, de acordo com a lei de terras de 1997, a terra é propriedade do Estado e a ele cabe decidir quem poderá usá-la por um prazo determinado, lembrando que, nestes mecanismos de determinação do uso da terra, os DUATS, estão previstos o direito costumeiro, no qual o testemunho oral tem peso jurídico na adjudicação de terras. Contudo, o que ocorre atualmente espelha uma iniquidade social criada pelos megaprojetos. Para Sam Moyo (2002), liberalizar a terra ou arrendá-la, como foi feito em Moçambique ao longo de sua história, é permitir que estrangeiros possam comprar ou ocupar grandes extensões, o que, invariavelmente, traz benefícios diretos para as elites nacionais próximas ao governo, no que este autor intitulou de uma acumulação originária.

Essa *democracie compradore* é discutida por Archie Mafeje (1995) ao pontuar como o uso indiscriminado de conceitos como democracia e sociedade civil são “encaixados” nos contextos específicos africanos. Não por acaso, os deslocamentos provocados pela Vale são justificados pela possibilidade de oferta de emprego e desenvolvimento que a empresa traria, fato que tanto Jone quanto Domingas discordam e analistas confirmam, já que, embora o PIB de Moçambique tenha crescido, a pobreza não diminuiu. Para Mafeje, o que se verifica hoje no continente africano é uma democracia de suplemento e, portanto, nem a democracia liberal, nem o multipartidarismo imposto, nem as forças de mercado podem garantir os meios de sobrevivência e o equilíbrio do poder.

²³² Ver artigo <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>. Acessado em 20/06/2013.

Desquilíbrio notado entre a afirmação do fazendeiro do cerrado, que conclama todos os colegas a se lançarem na corrida pelas “terras vazias” de Moçambique, e a experiência da reassentada Domingas, que não pode mais contar nem com sua pequena *machamba* e nem com o acesso à água, já que, há seis meses, não vê o líquido sair da torneira instalada pela empresa Vale. No entanto, a empresa Fipag, responsável pela distribuição, continua a enviar as faturas de cobrança afirmando que o problema da falta d’água é geral em Moatize. Em Chipanga, onde morava, tinha água na fontenária, terra e lenha gratuitas. Hoje, mesmo a lenha utilizada para cozinhar precisa ser comprada. Ainda assim, a narrativa de Domingas é fundamentalmente voltada para o futuro, no ensino secundário que está empenhada em finalizar e nas possibilidades que morar no 25 de Setembro, um bairro localizado na vila, podem lhe trazer. Domingas afirmou não querer voltar para sua terra de origem, ainda que isso fosse possível. Sente falta de Chipanga, pelas condições oferecidas lá, ou, talvez, porque a morte de seu marido e seus três filhos tragam tristes memórias.

Situação não muito diferente é encontrado no reassentamento do Cateme. Dona Francisca, cerca de 70 anos, e sua nora Felicidade, aproximadamente com 40 anos, ambas naturais de Chipanga, me receberam em sua casa através do contato com agente comunitário local. O fato do Cateme estar distante de Moatize e relativamente isolado, dificulta que os moradores saiam de lá, o que também torna evidente quando alguém de fora lá chega.

Ainda assim, Dona Francisca se sentiu confortável em falar no “tempo dos portugueses”, advertindo que “naquele tempo, acho que as mulheres não estudavam e não trabalhavam, por isso a família sempre ensinava a trabalhar nas *machambas* para poder conseguir a comida”¹⁵⁰. Naquela altura, ela vivia em uma localidade próxima à Mitete e foi obrigada, juntamente com sua família, a se mudar para o aldeamento colonial de Chipanga, localizado a 7 Km de sua terra. Mas, chegando nesse aldeamento, a família decidiu se mudar para o bairro 6, dentro da vila de Moatize, pois avaliaram que ali era mais seguro. E foi assim que o agente comunitário que nos acompanhou na conversa resumiu o episódio:

Quando saíram de Mitete para a vila, chegaram e se apresentaram aos líderes, e daí foram dando espaço para construírem a casa. Não voltaram pra Mitete para ir capinar porque a guerra estava intensa. Mas, depois de ter passado um tempo, ouviram que a FRELIMO já vinha apresentar porque a guerra acabou. Quem capinava em Mitete, Calambo...já podia retornar às suas zonas para poder capinar. E daí

onde eles voltaram para começar a capinar.²³³

Sobre a iniciativa de negar o aldeamento, como fez a família de Dona Francisca, parte da documentação do Fundo de Tete, Circunscrição Moatize, localizado no Arquivo Histórico de Moçambique, atesta o esforço da administração portuguesa em controlar o deslocamento da população local e, ao mesmo tempo, demonstra as estratégias criadas para escapar deste controle, incluindo a fuga dos aldeamentos, mudança sem autorização, deslocamento sem guia de marcha e falsificação de documentos, como no exemplo do documento que menciona um:

Africano que disse chamar-se Pazinge Liva, solteiro, de 25 anos de idade provável, trabalhador, filho de Liva e de Marosa, natural da província de Chinda, grupo de povoações Zacarias, regedoria Campine - Mandié-Barué. Encontrado na área deste posto com uma caderneta de seu irmão Cumbucane Liva, da qual arrancou a fotografia, a fim de se esquivar da fiscalização das autoridades.²³⁴

Não se sabe exatamente os motivos que levaram Pazinge Liva, em 26 de dezembro de 1966, a se tentar fazer passar pelo irmão no Posto Policial da Carbonífera de Moatize, mas sua estratégia, sem dúvida, buscou contornar o cerco da administração portuguesa. Este também é o caso de Marione Folotia que, vindo do Niassalandia, sua terra natal, foi detido em Moatize. O motivo de sua prisão, segundo nos informa o administrador do posto de Caldas Xavier em carta ao Concelho de Moatize, ocorreu pela falta de documentos com o agravante da prática de atos de feitiçaria, pois “o referido indivíduo, que se inculca de “doutor” ao ser interrogado pelo signatário, respondeu que na sua terra está autorizado a exercer tal profissão, justificando a sua afirmação com o documento a exercer junto, passado, segundo diz, pela autoridade administrativa de Chikwawua.”²³⁵

Também Nhozane Chuva aparece na carta de 8 de novembro de 1965 enviada por J.A Mègre Pires da delegação do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social na Rodésia em Salisbury. Na carta, solicita-se ao administrador do Concelho de Moatize, posto de Caldas Xavier, a documentação de Nhozane, também conhecido por Sitande

²³³ Entrevista realizada em 04/11/2014.

²³⁴ Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social, Tribunais Indígenas Secção B (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete, Administração do Conselho de Moatize), cx. 33, 26/12/1966.

²³⁵ Administração do Conselho de Moatize – secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx. 35.

ou Stanlet, recenseado na povoação Cussaia. A caderneta de identificação foi enviada, mas, junto dela, uma cobrança de imposto do corrente ano²³⁶. É possível que Nhozane tenha feito a rota em direção à Rodésia do Sul (atual Zimbábue) para trabalhar sem comunicar as autoridades locais, uma prática presente em significativa parcela da documentação analisada.

Voltando à Dona Francisca, finalizada a guerra de independência, ela retornou para sua terra, próxima à Mitete, e retomou sua *machamba*, embora naquela altura tivesse que se dedicar também à “*machamba* do povo”, como chamou. O trabalho coletivo foi uma das iniciativas para se colocar em prática a doutrina socialista da época de Samora Machel, como já demonstrado: “E assim, quando chegasse o tempo de capinar, o secretário mobilizava, faziam o trabalho. Só que aquilo não foi mais avante, depois entrou na falência não se sabe como. Mas no início, mobilizava a comunidade, para ir naquela *machamba* trabalhar, só que não chegou a se desenvolver bem bem²³⁷”.

Com a grande fome, em 1983, Dona Francisca e sua família, que na altura já contava com a nora Felicidade, foram para o distrito de Angônia, conhecido por ser o celeiro alimentício da província de Tete. Pouco tempo após chegar à Angônia, já haviam conseguido uma pequena *machamba* para plantar e logo foram, mais uma vez, impelidas a rumarem para o Malauí devido aos ataques da RENAMO. A fome, que teria impulsionado o deslocamento à Angônia, precedeu a guerra.

Do Malauí, Francisca e sua família caminharam até a localidade de Caprizange, em Tete, a fim de obter informações sobre a situação do conflito em Mitete e Chipanga. Fizeram os cálculos logísticos, balizaram os riscos e decidiram voltar para Chipanga e não mais para sua terra de origem, próximo à Mitete, devido aos ataques lá ocorridos. Chipanga foi escolhida pois a exploração da mina Chipanga 8 garantia certa segurança. Finalmente, alguns meses mais tarde, puderam voltar à Mitete, até o dia em que uma equipe chegou às suas casas explicando que viviam sob uma mina de carvão e eram obrigadas a se deslocar, novamente, para o Cateme. Depois de tanto ir e vir, Dona Francisca deseja, apenas, descansar tranquilamente:

Por enquanto ela nem pensa em Mitete. Talvez os filhos mais tarde.. na idade que ela tem já não merece se preocupar mais com um sítio. Por isso, ela conta sempre que se está aqui, basta! Está tranquila. Para ela, como já está numa idade avançada, mesmo se chegar uma equipe

²³⁶ Administração do Conselho de Moatize Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social, Tribunais Indígenas Secção B (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete.), cx. 33, 26/12/1966.

²³⁷ Entrevista realizada em 04/11/2014.

a dizer que a pessoa pode-se voluntariar agora e viver em Mitete, para ela já não conta mais. (...) saindo o nome que ela está no cadastro, pode dizer que meus filhos que vão, eu hei de ficar aqui. Eles podem responder meu nome lá, mas eu hei de ficar aqui!²³⁸

Ainda que não deseje voltar para sua terra de origem, devido ao cansaço das experiências que viveu, Dona Francisca demonstra seu sentimento de pertença no desejo que os filhos voltem. Mesmo sabendo que isso não é possível, já que Mitete se transformou em uma grande mina, ela insiste em afirmar que, se ela ficar, já “meus filhos que vão”.

Edgar Jone, Domingas, Dona Francisca e sua nora vivenciam o mais recente projeto de deslocamento aqui nomeado de “indesejado”: os reassentamentos causados pela exploração de carvão. Dona Francisca, a mais velha dos quatro, também foi deslocada para um aldeamento colonial, mas negou. Com a independência, a fome a obrigou, sem que desejasse, a migrar e lá apanhou a guerra. Sua narrativa é representativa de muitos moçambicanos mais velhos que atestam a persistência da história dos projetos de deslocamentos, mas não cabem na rubrica de continuidade, uma vez que, mesmo diante de situações complexas como a dominação colonial, o trabalho nas *machambas* coletivas, a fome e a guerra fizeram uso do deslocamento, ainda que indesejável, como forma de sobreviver. Assim como também fizeram, a seu modo, Pazinge Liva e Nhozane Chuva.

²³⁸ *Idem.*

PERCORRENDO TETE: PASSAGEM DA GUERRA À ONG



Imagem 21: Ponte Samora Machel, cidade de Tete.
(Foto: Fernanda Gallo)

Deixei a cidade de Tete por último, pois foi justamente por onde inicie meu percurso na província de mesmo nome. A capital Tete me situou nas margens do Zambeze, a grande cobra de água que liga e distância. Nela, um dos meus primeiros contatos foi o Senhor Ventura, quadro de uma ONG local intitulada Fundação Apoio Amigo (FAA). A chegada de megaprojetos de Tete estimulou o mercado da ajuda e mudou o foco das agências. Se antes o tema trabalhado pelas ONGS era a segurança alimentar, hoje temas voltados para as populações afetadas pela exploração de carvão tem atenção internacional e consequente apoio financeiro, disputado regionalmente (Dias de Andrade, 2013). A FAA, por sua vez, trabalha com o apoio da *Action Aid* e *Save the Children*, e um de seus projetos é voltado para a educação infantil no reassentamento de Benga, feito pela mineradora australiana Rio Tinto.

A trajetória de Ventura é quase uma síntese da recente história da província de Tete. Ventura nasceu no distrito de Mutarara, a velha, um local, descrito por ele, como

ligeiramente movimentado por conta da linha férrea lá construída para ligar as províncias de Tete e Sofala. Seu pai trabalhou nos Caminhos de Ferro de Moçambique, em uma das oficinas existentes a cada 200 Km que percorrem os trilhos. Por “força do trabalho, porque sabia ler e escrever, não era considerado indígena, sim um assimilado”²³⁹.

Vivenciando “uma infância normal de um menino que nasceu em uma zona rural”, Ventura cuidou de cabritos, patos, ajudou na *machamba*, pescou no rio e andou de canoa. Como se estivesse relatando uma espécie de ritual infantil impingido a todas as crianças de sua idade, de forma um pouco irônica, enumerou as atividades realizadas e concluiu sua passagem pela infância afirmando que “aquelas práticas tradicionais todas eu fiz, não há nenhuma coisa que eu não fiz”. Ao finalizar a quarta classe, e as tais práticas tradicionais, prosseguiu no caminho dos estudos cursando a quinta e sexta classe do ciclo preparatório em uma escola missionária, já nacionalizada, na localidade de Inhangoma, próximo ao rio Chire, em Mutarara. Lá permaneceu até 1982, ano em que se mudou para a casa do tio materno, na Beira, para iniciar os estudos secundários na escola técnica Amílcar Cabral. O movimento de *apoiar* alguns sobrinhos que vivem em aldeias ou pequenas vilas os acolhendo na cidade grande, em troca de mantimentos produzidos nas *machambas* dos pais, é parte do sistema de reciprocidade familiar até os dias atuais.

Estudando e morando em Beira, a vida parecia tranquila para Ventura. Nas férias, visitava os pais e trazia os mantimentos para o tio vender e arcar com os custos do sobrinho. Contudo, durante o trajeto Beira-Mutarara, entre a vila de Sena e a vila de Dona Ana, o rapaz Ventura, então com 16 anos, foi *raptado* (primeiro termo usado por ele) pelo exército da FRELIMO e levado para o centro de instrução militar do Dondo, a 30 km da cidade da Beira. Sem que ninguém de sua família fosse avisado, o tio imaginou que ele estivesse com os pais e os pais, que o filho estivesse ficado em Beira por algum motivo qualquer. Passado o período de férias, pais e tio se comunicaram e perceberam que o rapaz estava desaparecido. No mesmo dia em que o pai decidiu partir para Beira à procura do filho, ele aparece na casa do tio acompanhado de um soldado, atestando o recrutamento forçado (segundo termo usado por Ventura). O tio aconselhou que Ventura não tomasse nenhuma atitude precipitada pois eram tempos de guerra e, afinal, se ele não fosse raptado/recrutado pela FRELIMO, poderia ser pela RENAMO.

²³⁹ Entrevista realizada em 16/10/2014.

“Ao menos no lado da FRELIMO era possível montar família”, pontuou Ventura, em uma espécie de análise do seu próprio passado.

A partir desse evento, um outro capítulo da história de vida de Ventura foi escrito. Rapidamente, os trejeitos de “garoto sempre apegado a mamãe”, como ele lembra, foram ocupados por treinos de táticas de guerra:

Fui enviado primeiramente para a escola militar de Nampula, fiquei um ano lá, depois da instrução militar - que é uma coisa crucial. Lá na escola militar, é tipo escola, mas de outras coisas, não vai aprender o 1 mais 2, mas é escola. De manhã, saíamos da caserna, íamos para as aulas militares sobre artes, ciências, táticas militares. Nós tínhamos instrutores cubanos, russos, na altura soviéticos. Fui treinado lá para ser um operador de altos blindados, depois tive uma formação de artilharia, aqueles canhões pesados, armas estratégicas, não é infantaria que vai de frente. Então eu tive essa sorte porque só saímos quando a operação militar fosse de grande dimensão, para atacar algum acampamento. Saí de lá já como aspirante a oficial, com 17 anos!²⁴⁰

Após a formação inicial em Nampula, Ventura foi deslocado para diferentes locais, como Ponta do Ouro e Marracuene, ambas na província de Maputo. Fez uma formação na Rússia, onde se tornou paraquedista e, logo após, foi destacado para o Estado Maior General em Maputo, já como oficial. Combateu nas províncias da Zambézia, Manica, Cabo Delgado e Tete.

Na altura em que ele esteve se deslocando por conta das atividades do exército, seus pais, que nem ao menos sabiam se o filho estava vivo, se refugiaram no Malaui. Somente em 1986, quando Ventura foi destacado para acompanhar a abertura da livre circulação, entre o Malaui e Moçambique, fronteira do Zóbuè, é que conseguiu investigar o paradeiro dos pais e os visitar em um acampamento de refugiados localizado ao sul do Malaui. Meses após reencontrar os pais, Ventura foi ferido em uma emboscada a caminho da localidade de Chiuta, província de Tete, e transferido para a cidade de Tete onde começou a fazer propaganda militar. Enquanto escrevia panfletos contra o inimigo, conheceu sua primeira namorada, com quem acabou se casando e teve dois filhos.

Em Tete, gozando de uma vida familiar e trabalhando apenas durante o dia no comissariado, voltou a estudar no período noturno. Por volta de 1989, rumores de acordos de paz foram se espalhando e “a retórica violenta de ambos os lados foi

²⁴⁰ Entrevista realizada em 16/10/2014.

baixando o tom”, até culminar no acordo de 1992. Porém, o desvencilhamento do exército não foi automático para Ventura. Como era alfabetizado e jovem, foi remobilizado para permanecer no novo exército, situação que recusou com determinação até finalmente ser desmobilizado. Ventura recusou continuar no exército pois percebeu que, em Angola, mesmo depois das primeiras eleições, a coisa descambou para a violência e de violência já foi suficiente a parte de sua vida dedicada ao combate. A saída do exército foi “uma emoção que nem imagina... eu fiquei de 1982 a 1994 no exército, eu entrei lá com terna idade. Os 12 anos que fiquei lá foi minha adolescência e juventude, que perdi por causa da guerra.”

Ainda que aponte o tempo dedicado forçadamente à guerra, algumas impressões da narrativa de deslocamentos de Ventura merecem destaque. No dia em que saiu do exército, ficaram a pistola, a espingarda, a bússola e o fardamento - os símbolos da corporação, citados por ele. A condição de oficial também foi alterada, “tornei-me um cidadão comum, um cidadão civil”. Na vida de cidadão comum, ele foi “desenrascando a vida, foi conhecendo a nova realidade”. Primeiramente, se tornou comerciante, revendendo produtos como roupas e sapatos que ia buscar no Malauí, depois trabalhou como secretário em uma empresa de construção civil, logo após, nas telecomunicações até ter seu primeiro contato com uma ONG, a americana *Action Aid*, em 2005, e que depois se tornou parceira da FAA, no qual ele trabalha até hoje. Na FAA, entrou como ativista voluntário, logo se tornou assistente de campo e hoje é oficial de programa. Através da ONG, se desloca para a Europa, Estados Unidos e até mesmo para o Brasil em eventos relacionados aos movimentos sociais, a exemplo do Fórum Mundial Social.

A forma com que narra sua própria história dialoga com a grande narrativa moçambicana que concede aos participantes da guerra um protagonismo garantido. Não por acaso, Ventura fez questão de mostrar prontamente o cartão de desmobilizado fornecido pelas nações unidas, explanando a sensação única em recebê-lo: “Então eu, quando recebi esse documento aqui, nem imagina, foi dizer eu participei, eu participei do processo”. O fato de ter sido raptado/recrutado à força, dois termos usados por Ventura, parece diluído por ele ter participado do processo. Afinal, ele poderia ter sido raptado pela RENAMO e, ao menos pelo lado da FRELIMO, foi possível compor sua família e narrar sua própria história.

O exercício de me deslocar pela Província de Tete para Changara, Songo, Zóbuè, Moatize e cidade de Tete foi bastante interessante pois, nos diferentes lugares em que estive, pude perceber que a história de Tete é pautada pelo constante exercício de ir e vir. O deslocamento, aqui apresentado e analisado através de algumas narrativas e das fontes documentais, corrobora com a hipótese de que a história de Moçambique, ao menos ao nível institucional das administrações colonial, socialista e atual, persiste em persistir, já que os megaprojetos dão continuidade a um processo de deslocamento forçado na região de Tete. Contudo, falar em continuidade apenas a partir do ponto de vista institucional, ou seja, dos projetos de reordenação apresentados no capítulo anterior, reforçaria uma ideia de que não há ou não houve rupturas, desacordos, dissensões nos processos de deslocamento no “tempo dos portugueses”, no “tempo de Samora”, expressões comumente usadas pelos moçambicanos, e, agora, “no tempo dos Vales”. E, neste caso, as narrativas deste capítulo demonstram justamente que, embora as pessoas tenham sido submetidas a políticas de reordenação do espaço onde viviam, elas também traçaram estratégias de negar tais espaços ou manter, de alguma forma, seus antigos espaços sociais, a exemplo dos senhores Cancune e Casuhada de Changara.

Além disso, iniciativas de deslocamento por conta própria, como a fuga do *chibalo* para o Zimbábue, levado a cabo pela família do Senhor Faife, ou a negação do aldeamento colonial por Dona Domingas, juntamente com os deslocamentos laborais não forçados, como o caso do Senhor Francisco, dos Caminhos de Ferro, e a possibilidade de estudo nas missões religiosas, como fez Tomás Cebola e o próprio senhor Faife, demonstram que os deslocamentos também foram utilizados como forma de desenvolver projetos pessoais e estratégias de sobrevivência.

CAPÍTULO VI – “O TEMPO ESTÁ PARTIDO IRMÃ”: REASSENTAMENTOS E RETORNO DOS CONFLITOS



Imagem 22: Mina da Vale em Moatize, em 2013 (Foto: Amanda Rossi).
Fonte: Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo.

Não sabe a italiana que no princípio de tudo, quando a terra não tinha ainda donos, os rios e as nuvens corriam por debaixo do chão. Chegou o demônio e espetou o dedo na areia. A sua unha comprida esgravatou nas profundezas. Procurava pedras que brilhassem à luz do Sol. As nossas mães pediram aos deuses que protegessem as estrelas que haviam escondido debaixo da areia. Pediram que o diabo abdicasse de arrancar os brilhantes minerais e que desistisse de os entregar à ganância dos que queriam enriquecer. Mas o diabo não desistiu. Porque ele tinha, entre os poderosos quem rezasse por ele. E quebraram-se-lhe as unhas e sangraram os seus dedos magros e longos. Pela primeira vez no ventre da Terra se coagulou o contaminado sangue do demônio. As riquezas do subsolo estavam amaldiçoadas. As nuvens e os rios abandonaram o ventre do planeta para escaparem dessa maldição. E tornaram-se as veias e os cabelos da Terra.

As areias do Imperador I -Mulheres de Cinza (Mia Couto, 2015: 342)

No dia 11 de janeiro de 2012, um grupo de reassentados do Cateme protestou contra a mineradora brasileira Vale que os deslocou forçadamente. Impedindo a passagem de trens carregados de carvão para o porto da Beira, os manifestantes alegavam que a empresa não havia cumprido uma série de promessas, como transporte para a cidade e terra suficiente para o cultivo nas *machambas*. Além da demanda da terra, eles apontaram a má qualidade das casas oferecidas pela empresa em 2009, muitas delas com visíveis rachaduras. A manifestação foi duramente reprimida pela Força de Intervenção Rápida (FIR) e ganhou repercussão dentro e fora de Moçambique.

Em junho do mesmo ano, o ativista moçambicano Jeremias Vunjhane, crítico à presença da Vale em seu país, foi barrado na fronteira brasileira a caminho do fórum internacional Rio+20. Jeremias foi obrigado a retornar a Moçambique e, depois de uma grande mobilização, conseguiu, por fim, participar do evento onde estreitou laços com o grupo *Atingidos da Vale*²⁴¹. A manifestação dos reassentados incentivou inúmeros debates promovidos por instituições diversas e pela mídia, a exemplo dos Jornais *Savana*, *Verdade*, *Notícias*, *Deutsche Welle* - DW, juntamente com as consistentes análises produzidas pelo Centro de Integridade Pública (CIP), Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), Observatório do Meio Rural (OMR) e outros. Esse conjunto de discussões colocou em cheque os benefícios trazidos pelos megaprojetos e apontou o enriquecimento pessoal de diversos quadros políticos, envolvidos no mercado de ações e empresas estatais que fazem negócio com os grandes grupos exploradores de recursos minerais.

Também em 2012, no segundo semestre do ano, Afonso Dhlakama, líder do partido RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), reclamando mais acesso às instituições do Estado, às Forças Armadas e à Comissão Nacional de Eleições (CNE), regressou à sua antiga base em Satunjira, província central de Sofala, e começou a treinar antigos veteranos da guerra dos 16 anos²⁴². A ação resultou na prisão de líderes da RENAMO na localidade de Muxúngue, em abril de 2013, e assinalou o retorno do conflito armado com ataques na Estrada Nacional EN1, entre os rios Save e Muxúngue, e logo em outras regiões do país, como Nampula e Inhambane, e a localidade de Homoíne, distrito lembrado pela chacina de 424 pessoas, em 1987, por bandos

²⁴¹ “Não deram explicações”, diz moçambicano barrado ao tentar entrar no país para Rio+20. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120615_rio20_mocambicano_jf_ac.shtml. Acessado em 25/07/2016.

²⁴² Ver: Momentos de instabilidade política em Moçambique - uma cronologia (parte I). Jornal DW, 6/08/2014. <http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>. Acessado em 22 de outubro de 2014.

supostamente da RENAMO²⁴³. O conflito continua até hoje para desespero de milhares de Moçambicanos. Só no Malaui já são mais de 10.000 refugiados (UNHCR,2016).

Estariam os dois eventos de 2012, a manifestação dos reassentados e o exílio de Dhlakama nas matas, de alguma forma, relacionados?

Este capítulo, já se encaminhando para a conclusão da tese, se esforça em responder essa pergunta avaliando as recentes implicações políticas, econômica e sociais que a presença dos megaprojetos exploratórios tem causado em Moçambique. Para tanto, a atuação histórica do Brasil na África, especialmente em Moçambique, será contextualizada na seção *Carvão verde amarelo*, título emprestado de um dos capítulos do recente livro Moçambique, o Brasil é aqui: Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África, da jornalista Amanda Rossi (2015). Para refletir sobre o “estado das coisas” que caracteriza Moçambique, três principais elementos, que, por estarem imbricados, acentuam a proporção da guerra, serão aqui discutidos. O primeiro deles é a relação operada entre empresas, como a brasileira Vale, e o governo moçambicano e suas inúmeras sociedades anônimas e *joint ventures*. O segundo seria a frustrada expectativa gerada pelos megaprojetos em relação aos baixos índices de crescimento. E, por fim, o terceiro diz respeito às acusações de enriquecimento progressivo das elites políticas ligadas aos megaprojetos. Tais críticas são evidentes nas contestações populares, como a revolta do pão (2010), a greve dos médicos (2013) e no resultado das últimas eleições autárquicas e presidenciais discutidas na seção “*Também queremos comer*” - *eleições 2013 e 2014*. Esse panorama de tensão, descrito em “*Tá-se mal*”, resultou no acirramento da disputa por poder entre os partidos RENAMO e FRELIMO, que, por sua vez, descambou no retorno dos conflitos militares entre os históricos opositores, ansiosos pela riqueza proveniente da exploração dos recursos.

CARVÃO VERDE E AMARELO

Embora o chamado “renascimento africano”, que pontua a retomada mais efetiva das relações entre o Brasil e o continente africano, seja comumente localizado no início de 1960, em fins da década de 1940, um tímido interesse pelo continente começou a despontar. Até aquele período, marcado pela circulação de ideais eugenistas, a imagem

²⁴³ Presença de homens armados cria pânico em Homoine. Jornal Verdade. <http://www.verdade.co.mz/nacional/42944-presenca-de-homens-armados-cria-panico-em-homoine>. Acessado em 27/10/2014.

da África era algo indesejado. Basta lembrar que a Constituição de 1934 (artigo 121, parágrafo 6) impôs restrições a imigrantes considerados indesejáveis com objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”²⁴⁴. Para Getúlio Vargas e sua elite política, interessava mais a imagem de um país em processo de branqueamento do que a imagem de um passado escravocrata, portanto, o desinteresse nas relações com o continente africano²⁴⁵.

Se Gilberto Freyre inaugurou sua visão culturalista embasada no mito das três raças, somente o componente “branco”, simbolizado pelo português, parece ter atraído Vargas em sua política internacional bastante simpática ao ditador Salazar. Além disso, as relações com países africanos eram estabelecidas com as metrópoles que as administravam. É somente no Pós Segunda Guerra Mundial que, ansioso por um desenvolvimento industrial, o Brasil despertou para a possibilidade de exercer alguma influência na diplomacia internacional a fim de concorrer com o algodão, o cacau, o café e açúcar africanos, até então “resguardados” pelo protecionismo colonial. Segundo Sombra Saraiva (2012), galgando um espaço neste comércio mundial, em 1946, o Brasil compôs o Comitê *ad hoc*, criado pelas Nações Unidas, para estudar as potências coloniais e seus territórios, momento em que Raul Fernandes, ministro das relações exteriores do governo de Gaspar Dutra, se posicionou a favor das potências coloniais que haviam apoiado as petições brasileiras.

Com o governo Kubitschek (1957-1960), diversos países africanos já haviam se tornado independentes e lideranças políticas, juntamente com intelectuais como Oswaldo Aranha e outros, cobraram um incremento mais sério no diálogo com o continente, o que, efetivamente, ocorreria somente com Jânio Quadros e João Goulart, críticos de Salazar.

Buscando novos horizontes diplomáticos, Jânio Quadros criou uma Política Externa Independente (PEI) e também a *Divisão da África*, ligada ao Ministério das Relações Exteriores. Promovendo uma efetiva política de aproximação com o continente africano, Quadros abriu as primeiras embaixadas brasileiras em Gana, Senegal e Nigéria, além dos consulados de Luanda, Nairobi, Salisbury e na então Lourenço Marques.

²⁴⁴ Art. 121, § 6 da Constituição Federal de 34.

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10618390/paragrafo-6-artigo-121-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>. Acessado em 26/08/2016.

²⁴⁵ Vale lembrar que, em 1921, o Estado do Mato Grosso ofereceu concessões para norte-americanos. Quando soube que os interessados eram negros, o governador do Estado cancelou as concessões e o Itamaraty negou o visto para estes potenciais imigrantes. Depois do episódio, os deputados Andrade Bezerra (PE) e Cincinato Braga (SP) apresentaram o Projeto de Lei nº 209 que impedia a imigração negra para o Brasil. Dois anos depois, o deputado federal, Fidélis Reis (MG) lançava outro projeto com o mesmo intuito (Domingues, 2002).

Quadros também inovou ao nomear o primeiro embaixador negro Raymundo de Souza Dantas, iniciativa mal vista pelo presidente Nkrumah, presidente de Gana, enfático ao dizer que, se o Brasil quisesse mostrar que não era racista, deveria ter mandado seu único embaixador negro para a Suécia e não para Gana (Rossi, 2014: 70). De acordo com Almeida (2015), embora discorresse contra o racismo e o colonialismo, a exemplo do discurso de posse realizado em 15 de março de 1961, Jânio Quadros e seu vice mantiveram relações com a África do Sul, assim como não se opuseram frontalmente a Portugal no que se refere à dominação colonial das províncias ultramarinas.

O presidente Quadros falava em “ponte” com a África e apelava para uma “familiaridade” cuja história comum bastaria para explicar uma “natural vocação africana” do Brasil. Luiza Reis (2008) pontua que o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, criado em 1959 em Salvador - Bahia, em seus primeiros anos, seguiu essa diretriz culturalista e esteve ativamente ligado à política cultural do Itamaraty. Foi no CEAO que, em 1961, pela primeira vez, um grupo de estudantes africanos aportou para um intercâmbio de 3 meses. O Centro também promoveu cursos e conferências que possibilitaram a vinda de professores como Ebenezer Lasebikam, que ministrou curso da língua Yorubá, entre 1961 e 1964, e o escritor angolano Oscar Ribas para conferência e publicação do seu livro em novembro de 1963. O intercâmbio ocorreu no sentido inverso com professores indo ao continente para realizar pesquisa. Dentre eles, resalta-se Yeda Pessoa de Castro, Júlio Santana Braga, Pedro Moacyr Maia, Guilherme Castro, Vivaldo Costa Lima e Paulo Fernando de Moraes Farias. Ao CEAO, seguiram-se o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes.

Certamente, além de um interesse cultural pelos povos africanos, o interesse no continente também se deu no âmbito econômico, decorrente do processo de industrialização engendrado nas décadas anteriores. Costa e Silva (2011) menciona que sintomático deste interesse foi a viagem pela costa africana do navio-escola Custódio de Mello, que objetivava expor os produtos brasileiros em importantes cidades como Dacar, Freetown, Abdjan, Tema, Lagos, Duala, Ponta Negra, Luanda, Lourenço Marques, Mombassa, Massawa, Alexandria, Tunes e Casablanca.

Embora as tais “pontes estivessem sendo construídas”, foi no governo militar que um chefe de Estado africano, o senegalês Léopold Senghor, pisou pela primeira vez no Brasil, em setembro de 1964. Todavia, o general Castelo Branco (1964-1967), sem grandes interesses pelo continente, apenas alterou o enfoque de sua diplomacia, resumida

à geopolítica, fazendo decair a cooperação política e econômica de Quadros e Goulart. Até mesmo os embaixadores de Gana e Nigéria retornaram para o Brasil. Costa e Silva (1967-1969) acirrou a ideia de que os países africanos estariam propícios à velha ameaça comunista e somente o terceiro governo militar de Emílio Médici (1969-1974) reanimou as relações com o continente africano, sobretudo devido à crise do petróleo que impôs a necessidade de novas parcerias com Angola e Nigéria. A viagem do chanceler Gibson Barbosa, em 1972, acompanhado por uma grande comitiva, passou por 9 países africanos, refundando as relações comerciais com a África, o que acabou por resultar na instalação de empresas brasileiras por lá. Saraiva (2012) indica que o resultado dessa reaproximação econômica foi sentido em 1973 com cerca de 16 embaixadas africanas em funcionamento no Brasil.

Finalmente, Ernesto Geisel (1974-1979) seguiu a tendência de expansão do mercado brasileiro, principalmente nas recentes nações independentes de Moçambique e Angola. De acordo com Rossi (2015), abrir postos diplomáticos nos dois países logo após a Revolução dos Cravos, em 1974, foi a estratégia brasileira para forçar uma aproximação com a FRELIMO e o MPLA, até então desconfiados com o fato do Brasil ter apoiado o colonialismo português. Em um primeiro momento, Marcelino dos Santos respondeu ao diplomata brasileiro Ovídio Melo, enviado para dialogar com os movimentos nacionalistas, que a FRELIMO ainda não estava preparada para receber o Brasil como amigo. Aliás, nem convite para a festa de oficialização da independência moçambicana os militares brasileiros receberam, ao contrário de Miguel Arraes, que, tendo vivido na Argélia como exilado, estabeleceu relações com os quadros da FRELIMO. Diante da recusa da FRELIMO, Ovídio Melo se mudou para Luanda, onde acabou por reconhecer a independência e o governo do MPLA, episódio que fez Marcelino dos Santos repensar a aproximação. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do novo governo do MPLA gerou uma repreensão dos Estados Unidos, furioso após tropas cubanas serem descobertas em Angola. Um governo militar brasileiro reconhecendo um movimento nacionalista apoiado por cubanos resultou em uma verdadeira crise política nacional. Melo foi removido de Angola e logo outros países reconheceram o MPLA, retirando os holofotes de Geisel.

A relação do governo militar com Moçambique foi pautada pela desconfiança, uma vez que, no Brasil, comunistas como Luís Carlos Prestes, que mantinha uma relação de proximidade com a FRELIMO, eram perseguidos. Prestes e Brizola recomendaram diversos militantes brasileiros para trabalhar em Moçambique, carente de quadros após a debandada de milhares de portugueses. Para Desiree Ramos (2012), os chamados

“cooperantes da revolução” vinham de diversas partes do mundo e, segundo a narrativa de alguns cooperantes brasileiros, eles eram movidos pela militância política de esquerda.

Mesmo diante da posição ideológica, o governo Geisel abriu linhas de crédito no Banco do Brasil para que a recente nação moçambicana importasse produtos brasileiros como tratores, barcos pesqueiros, aviões usados, locomotivas. Mas Rossi (2015) pontua que, apesar do Brasil ter participado da *Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento*, realizado em Buenos Aires, no ano de 1978, o que prevaleceu foram as missões comerciais para exportação de bens, assinaturas de contratos e serviços. Já o presidente João Figueiredo (1979-1985) manteve a política de Geisel elevando as vendas brasileiras para Moçambique de 100.00 mil dólares (até 1980) para 99 milhões de dólares. E foi com Figueiredo que as construtoras brasileiras começaram a fazer obras africanas por meio das linhas de crédito. Este pragmatismo econômico conservou-se até 1990, sendo Figueiredo o primeiro presidente sul-americano a visitar oficialmente a chamada África Negra, em 1983, precedido por seu chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, em junho de 1980. As visitas significaram o interesse econômico em Moçambique, sobretudo no que tange a exploração do carvão. A construtora brasileira Mendes Júnior elaborou propostas na área do transporte férreo e consultorias produziram relatórios para a área de agricultura. Contudo, o avanço da guerra dos 16 anos atrasou a exploração do carvão, conforme já mencionado no capítulo III. Exemplo maior da força do mercado nas relações até então estabelecida pelo governo militar é a criação tardia da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), subordinada ao Ministério das Relações Exteriores, em 1987, já no período democrático.

Na redemocratização, o presidente Sarney (1985-1990) não se diferenciou muito de seus antecessores, focados no campo econômico a exemplo da estruturação da conta-petróleo com Angola. O mais perto do social que Sarney chegou foi a aprovação da lei nº91524 de 1985 que impôs sanções à África do Sul devido a continuação do apartheid. Foi também em seu governo que, em 1986, o Brasil liderou as discussões sobre a resolução que declarou o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação (Saraiva, 2012).

A indiferença com o continente africano se assentou na década de 1990 com o governo de Fernando Collor (1990-1992), cujas relações comerciais brasileiras desceram de 10% da década de 1980 para míseros 2%. Fascinado pela possibilidade de pegar um trem rumo ao desenvolvimento, abandonando o chamado terceiro-mundismo, Collor chegou a afirmar que “seria melhor ao Brasil ser o último dos primeiros do que o primeiro

dos últimos” (Collor *apud* Ribeiro 2009: 304). Seu vice Itamar Franco (1992-1994) resumiu seus esforços à estruturação ainda embrionária da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), idealizada por José Aparecido de Oliveira, principal assessor de Jânio Quadros, que chegou a ser convidado para o cargo da chancelaria, indo parar nas mãos de Celso Amorim.

Já Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o sociólogo que desenvolveu pesquisas sobre os negros no Brasil²⁴⁶, buscou se reaproximar do continente africano apenas no segundo mandato (1999-2002), especialmente através de Moçambique, Angola e a África do Sul de Nelson Mandela. No que se refere aos projetos de cooperação com Moçambique, apenas 3 são mencionados no portal da Agência Brasileira de Cooperação: “Projeto Bolsa-Escola em Moçambique” (20/04/2001 - 20/06/2003); “Programa Alfabetização Solidária em Moçambique” (02/07/2001 - 31/12/2003) e, por último, o “Seminário: I Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais: Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP)” (14/10/2002 - 08/11/2002)²⁴⁷. Também foi FHC que anunciou o perdão da dívida com Moçambique e foi em seu governo que as negociações entre o governo moçambicano com a Vale foram abertas, assim como a escandalosa privatização da empresa.

A grande viragem das relações entre o Brasil e o continente africano se deu no governo Lula (2003-2010) com a abertura de 17 novas embaixadas. Lula realizou 11 viagens ao continente africano, visitando 28 países. Em Moçambique, o presidente esteve 8 vezes e, sem dúvida, este é o país africano com que o Brasil mais estabeleceu relações, começando pelo perdão de uma dívida de 300 milhões de dólares, a maior feita até então. As viagens de Lula a Moçambique foram acompanhadas por comitivas empresariais interessadas no continente, que se desdobraram em eventos como o encontro *Brasil-Moçambique: comércio e investimentos* (2003) e *Brasil-Moçambique: construindo novas parcerias* (2008). O entusiasmo de Lula por Moçambique, somado às condições políticas razoavelmente estáveis do país e, sobretudo, a comprovada existência de recursos naturais, resultaram na instalação de diferentes projetos listados no quadro abaixo.

Contudo, a aproximação prevista por Lula não deveria se resumir à esfera econômica. Em seus discursos, Lula indicava que o passado colonial comum a

²⁴⁶ “Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas” (2000) e “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional” (2003).

²⁴⁷ Informações disponíveis em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Acessado em 25/04/2016.

Moçambique estabeleceria uma nova relação focada na parceria. A ideia de “uma dívida histórica” da escravidão com os povos africanos também foi constante e deu o tom discursivo de sua política internacional com a África²⁴⁸.

Em entrevista cedida em 2013, o ex-presidente afirmou que a reaproximação com o continente africano, proposta da campanha de 2002, impunha a necessidade de se adotar “uma política diferente daquela que os africanos estavam habituados. Dos colonizadores que vão para lá para ser donos do país. Ou daquelas que os chineses estavam tentando fazer” (Rossi, 2015: 328). A acusação de Lula sobre o modo de fazer chinês incidiria na suposta prática dos chineses em se oferecer para “fazer uma série de coisas, algumas necessárias, outras não necessárias, mega coisas, em troca de minério, gás, petróleo, ferro e produtos agrícolas”²⁴⁹. Já o Brasil deveria “se apresentar como alguém que quisesse ajudar a construir uma nova parceria, em que os empresários brasileiros construíssem parcerias com os empresários africanos, para que a gente pudesse construir empresas africanas também.”²⁵⁰

Quadro 1 – Principais investimentos brasileiros em Moçambique (2003-2015)
Confeccionado a partir da tabela de Almeida, 2015 e Rossi, 2015.

Empresa	Projeto	Local
Odebrecht	Projeto Moatize - Obras de infraestrutura da mina e a execução de usina de beneficiamento do carvão mineral. Previsto: Recuperação de ferrovias, ampliação do porto de Beira e construção de uma usina termelétrica.	Província de Tete
	Aeroporto Internacional de Nacala - Transformação da Base Aérea de Nacala, em um Aeroporto Civil Internacional. Previsto: Investimentos agrícolas no Corredor de Nacala. Investimento BNDES: 125 milhões de dólares	Província de Nampula
VALE	Exploração de carvão de Moatize - O maior investimento brasileiro em África e o maior da Vale no segmento. - Investimento avaliado em 8,2 bilhões de dólares	Província de Tete

²⁴⁸ Quando estive na “Casa dos Escravos”, ponto de saída dos navios negreiros, localizada na Ilha de Gorée, Senegal, Lula pediu “perdão pelo que fizemos aos negros”, gerando grande comoção na comitiva ali presente <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1504200508.htm>. Acessado em 29/07/2016.

²⁴⁹ *Idem*.

²⁵⁰ *Ibidem*, p.328.

	Projeto Corredor Nacala - O PCN é o braço logístico do Projeto Carvão Moatize e opera através da empresa pública Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN)	Províncias de Tete, Niassa, Nampula e o Malaui
Camargo Correa	Usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa – Projeto a ser executado pelo consórcio HNМК, formado pela companhia brasileira, a Eletricidade de Moçambique (EDM) e a empresa moçambicana Insitec. - Investimento avaliado em 3 bilhões de dólares	Província de Tete
Andrade Gutierrez	Estradas na Província de Cabo Delgado - Estradas N380, R762, R775 e R1260, que permitirão a ligação rodoviária à vizinha Tanzânia. A empreitada tem um prazo de execução de 30 meses.	Província de Cabo Delgado
	Construção da barragem de Moamba Major – A barragem visa reforçar o sistema de abastecimento de água à cidade de Maputo e a irrigação de campos agrícolas na bacia do rio Incomati. - Investimento BNDES: 466 milhões de dólares	Província de Maputo
Rede Record	TV Miramar - Filial da TV Record, possui 10 emissoras cobrindo todo o território moçambicano.	Província de Maputo
FGV Agro	Corredor de Nacala - Think tank ligada a Fundação Getúlio Vargas e parceira da Vale. Negocia plano de investimento privado na agricultura em uma área de 50.000 hectares, podendo alcançar 350 mil hectares. - Investimento: previsão de captar 500 milhões de dólares	Províncias de Tete, Niassa, Nampula
Grupo Pinesso	Plantio de Soja - Primeira sociedade brasileira a plantar soja em Moçambique em uma área de 500 hectares. Previsto: Unidade de produção de sementes	Província do Niassa
Embraer	Aeronaves - Venda de 8 aeronaves usadas das 12 existentes na LAM, única empresa aérea do país, de propriedade do Estado.	
Petrobrás Combustível	Usina de Produção de açúcar – Sócia da também brasileira Guarani Previsto: Plantio de 14 mil hectares de cana - Investimento: 20 milhões de dólares (ainda não desembolsados)	Província de Sofala
Eletrobrás	Transmissão de energia - Estudo de viabilidade de transmissão de energia partindo de Tete a Maputo Previsto: Participação na hidrelétrica Mphanda Nkuwa	
Banco do Brasil	Crédito para exportação - 22 milhões de dólares para exportação de bens brasileiros.	
BRF	Frango congelado - Exportação de frango congelado - BRF-Fusão da sadia com a perdigão	

Diante do quadro, parece claro que, após os avanços diplomáticos, os empresários foram a linha de frente da reaproximação do Brasil com o continente africano. O próprio Lula afirmou que “nós, os dirigentes políticos, fazemos o discurso, o Itamaraty prepara o memorando, mas para as coisas acontecerem tem que ter os agentes que vão fazer as coisas acontecerem e são os empresários que tem o interesse econômico para fazer as coisas acontecerem” (Rossi, 2015: 331). Já a implementação de projetos de cooperação seria um assunto mais complexo, uma vez que dependeria da boa vontade de quadros, como o diretor do BNDES, responsável pela aprovação de empréstimos e nem sempre simpático ao continente africano. Para Lula, há o desinteresse pelo “continente irmão” pois “ainda a cabeça de muita gente está impregnada, ou é americanizada, ou europeizada. Não está africanizada, não está...”²⁵¹

O tema da chamada cooperação Sul-Sul, em especial do Brasil com o continente africano, vem sendo debatido por alguns pesquisadores. Contudo, ainda não parece existir pesquisas que se detenham sobre os efeitos dos projetos de cooperação brasileira a nível local, algo que ultrapasse uma análise do plano discursivo que tais projetos apresentam. De toda forma, a cooperação brasileira com a África é entendida de diferentes maneiras que vão da acusação de “neocolonialismo” a uma “cooperação diferenciada”. Letícia Cesarino (2012), que pesquisa a atuação da Embrapa, defende as alegações da *diferença* no que tange a articulação de princípios e prática operacional. Para ela, ao contrário da autonomia exercida pelas agências bilaterais e multilaterais do norte global, no Brasil, a cooperação se daria através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), subordinada ao Itamaraty e, portanto, associada à política externa e à diplomacia. Nesse sentido, a diferença suscitada pela autora seria marcada menos por um aparato burocrático especializado em cooperação e mais por “experiências anteriores com o recebimento de cooperação estrangeira, e principalmente de experiências setoriais no domínio doméstico” (Cesarino, 2012: 12). Em suma, os prestadores da cooperação brasileira seriam diferenciados por não estarem (ainda) sob a lógica da burocratização, profissionalização e inércia institucional comum aos organismos multilaterais, caracterizando-se, portanto, pela heterogeneidade e autonomia em relação aos engessados projetos do Norte.

Para Elga Almeida (2015), a cooperação brasileira na África foi útil para angariar apoio de países africanos em pleitos internacionais e dois seriam os formatos da

²⁵¹ Ibidem, p.333.

cooperação brasileira em Moçambique: um mais condizente com o discurso de cooperação Sul-Sul, a exemplo da fábrica de antirretroviral na Matola, podendo “ser enquadrada como um caso típico de cooperação horizontal” (Almeida, 2015: 200), e outro que “vinculou fortemente a cooperação aos interesses econômicos do setor privado brasileiro”²⁵², encabeçado pelo Pró-SAVANA e o Corredor de desenvolvimento de Nacala. A autora conclui que não existe cooperação desinteressada e que a cooperação brasileira e os investimentos em Moçambique não estão necessariamente interligados, embora a cooperação, como no caso preciso da fábrica, amenize a má impressão da presença brasileira já desgastada com a atuação da Vale nos reassentamentos e com as polêmicas que giram em torno do Pró-SAVANA.

Já Patrícia Leite (2011) afirma que, ao contrário de assistencialista, a cooperação brasileira age como uma “transferência de saber do Brasil aos países africanos, permitindo a estes desenvolverem-se em bases estáveis, autônomas e mais dignas, sem a imposição de condicionalidades” (Leite, 2011: 184). Essa suposta comunhão de interesses fez com que, segundo a autora, as relações entre o Brasil e o continente africano não fossem pautados apenas por interesses comerciais. Nessa vertente discursiva bebe o próprio chanceler de Lula, Celso Amorim, ao afirmar ser a cooperação o grande instrumento da política externa brasileira²⁵³.

Finalmente, Garcia e Kato (2016) afirmam que a experiência acumulada em lidar com problemas comuns às economias periféricas poderia levar o Brasil a ter uma relação diferenciada com outros países periféricos. Contudo, e este parece o ponto central das relações entre Brasil e o continente africano, as autoras afirmam que “como país aspirante à posição de uma das potências do capitalismo global, não se pode ignorar os interesses econômicos e políticos dos principais segmentos das classes dominantes do país com relação à África, muitas vezes interpretada como a nova fronteira de acumulação.” (Garcia e Kato, 2016: 18). Não por acaso, os esforços e as perspectivas futuras de atuação brasileira, em Angola e em Moçambique, estão focados sobretudo na expansão da agricultura de larga escala para exportação. E, nesse caso, a garantia da segurança alimentar interna aparece mais nos discursos do que na prática, tanto a nível dos projetos como dos próprios governos, exemplo maior nesse sentido é o caso do Pró-SAVANA. As autoras indicam ainda que um projeto contra-hegemônico de cooperação deveria incluir

²⁵² Idem, p.201.

²⁵³ AMORIM, Celso. “A cooperação como instrumento da política externa brasileira” In MRE, Via ABC, Brasília, 2006.

em sua agenda mecanismos que possibilitem “a democratização das decisões através da incorporação de demandas populares e mecanismos de participação direta, em particular daqueles grupos mais vulneráveis e quase sempre invisibilizados nos processos de desenvolvimento”²⁵⁴. Essa é uma observação pertinente pois a grande crítica que se faz em relação aos projetos de cooperação é justamente a ausência de participação popular, como no caso dos reassentados da Vale.

Todavia, o volume de dinheiro empregado em projetos de exploração ultrapassa (e muito) o montante dos projetos de cooperação. O fato, em si, não invalidaria o discurso de uma aproximação mais horizontal, já que as empresas, sobretudo aquelas que se preocupam com a responsabilidade social, são capazes de gerar emprego, melhorar a qualidade de vida local, otimizar a economia e aumentar os dígitos próprios da conta capitalista. Contudo, os questionamentos feitos giram em torno da real necessidade do dinheiro empregado, do real ganho para os moçambicanos e da falta de clareza nas negociações entre as empresas brasileiras e o governo moçambicano, como a construção do aeroporto de Nacala, por exemplo.

Para realizar a obra, somente a Odebrecht recebeu um financiamento de 125 milhões de dólares do BNDES, que serão pagos pelo governo moçambicano. Nacala é também o porto por onde a Vale escoará o carvão e está localizado no fim do corredor agrícola do Pró-SAVANA, local onde a Sociedade Anônima do Corredor de Nacala (SDCN) vem gerando lucro para seus acionistas nacionais e estrangeiros, assunto abordado na próxima seção. Ou seja, o aeroporto parece servir sobretudo a empresários brasileiros, uma vez que a 170 km já existe o aeroporto da capital provincial. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, até o final de 2011, os projetos de cooperação somavam 32 milhões de dólares (ver quadro abaixo).

²⁵⁴ Ibidem, p.19.

Quadro 2 – Principais projetos de cooperação Brasil- Moçambique (2003-2015)
 Fonte: Confeccionado a partir dos dados de Rossi, 2015:18-20 e Agência ABC ²⁵⁵

Órgão	Projeto	Local
Fiocruz	Fábrica de antirretroviral Investimento: 20 milhões de dólares (governo) + 4 milhões (Vale) Banco de Leite Humano e Centro de Lactação Escritório da Fiocruz na capital Maputo	Província de Maputo
Embrapa	Pró-SAVANA - Projeto agrícola de adaptação da experiência do cerrado à savana moçambicana Projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro nas bacias do baixo Shire e Zambeze Escritório da Embrapa na capital Maputo	Corredor de Nacala Tete
Ministério da Educação	Universidade Aberta do Brasil – Universidade a distância para formar professores de ensino básico. - Investimento previsto (até 2019): 30 milhões de dólares	Niassa Sofala Maputo
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Crédito para compra de equipamentos agrícolas brasileiros no programa Mais Alimentos África. Valor do crédito: 97, 6 milhões de dólares	
Ministério do Desenvolvimento Social	Programa de Aquisição de Alimentos – Programa piloto que busca combater a fome e gerar renda para pequenos agricultores.	
SENAI	Construção de um centro de formação profissional na capital Maputo. Custo Estimado: 4 milhões de dólares Foi interrompido no governo Dilma	Província de Maputo
Caixa Econômica	Projeto de Habitação Popular – estruturação do centro de pesquisa em habitação Investimento: 2,4 milhões de dólares	
Instituto Nacional do Seguro	Modernização do sistema de segurança social Investimento: 2, 8 milhões de dólares	
Ministério dos Esportes	Doação de fábrica de bolas Investimento: 200.000 dólares Funcionou durante apenas 8 meses Inserção Social pela Prática Esportiva Início: 01/11/2004 término: 30/11/2007	
Ministério da Defesa	Programa de Cooperação Técnica em Defesa América Latina e África	

²⁵⁵ Cada um desses organismos realiza ações como oficinas, capacitações técnicas e ações de fortalecimento. Também são/foram desenvolvidas “missões de prospecção”, como, no caso do turismo, desenvolvimento comunitário, agricultura, saúde, pesca, além de apoios técnicos para o desenvolvimento urbano, gerenciamento estratégico do governo, fortalecimento institucional, engenharia florestal, em geral realizados por universidades brasileiras. Para ver a lista completa:

<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intIdTipCooperacao=1&intIdRegiaoGeografica=intIdPais=224www>.

No que se refere à mineradora Vale, a situação se torna ainda mais complexa diante da evidência do lobby feito pelo governo brasileiro em nome da empresa. Os telegramas divulgados pela jornalista Amanda Rossi (2015) atestam uma relação “duvidosa” entre a polêmica embaixadora brasileira em Maputo e Sérgio Vieira, alto escalão da FRELIMO, que teria repassado informações privilegiadas sobre o processo de licitação que beneficiou a Vale. No telegrama de 17/11/2004, ano em a Vale venceu o concurso licitatório, Leda Lúcia solicitou à Ordem Rio Branco que condecorasse Vieira por serviços meritórios “desde que não se toque em sua atuação no projeto Vale, mas tendo como motivo, para aparências, o fato dele ter chefiado a primeira visita diplomática moçambicana no Brasil (1980)” (Rossi, 2015: 97).

Em suma, é nesse cenário de profusão de investimentos empresariais desproporcionais aos projetos de cooperação que os megaprojetos como a Vale aterrissam em Moçambique. Contudo, a expectativa criada por eles parece reacender velhas disputas, como a reivindicação de partilha da riqueza e do poder expressa nas cotidianas alusões à “grande barriga” Frelimista que, supostamente, “está a comer tudo sozinha”, conforme evidencia a próxima seção.

“TAMBÉM QUEREMOS COMER”- ELEIÇÕES 2013 E 2014

*O que custa a paçaroca dar uns grãos a perdiz?
Até o galo está com fome e tem razão quando exige
Um país para todos, de todos ou de ninguém.
É tudo para todos ou nada para ninguém!²⁵⁶.
Declaração de paz, Vampiros! Mano Azagaia*

Por discordar da lei eleitoral, a RENAMO boicotou as eleições autárquicas de 20 de novembro de 2013 e, com a ausência do histórico opositor, a FRELIMO se viu surpreendida pela ascensão do MDM (Movimento Democrático de Moçambique) em Maputo e Matola (históricos apoiadores da FRELIMO) e com a vitória em Nampula, maior cidade do norte de Moçambique. Em 2013, iniciei a pesquisa de campo em Moçambique e pude acompanhar a campanha eleitoral autárquica e a aflição devido ao

²⁵⁶ Paçaroca é o símbolo da FRELIMO, a perdiz, da RENAMO e o galo, do MDM.

que foi chamado de “o retorno da guerra”.

Em fevereiro de 2014, preocupada com os resultados das autárquicas de 2013 e, sobretudo, para não iniciar uma campanha presidencial em um contexto de guerra, a FRELIMO acabou por ceder às reivindicações da RENAMO referentes à composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e, assim, em 23 de junho de 2014, Afonso Dhlakama se declarou candidato na quinta eleição presidencial de Moçambique.

O périplo de Afonso Dhlakama, das montanhas de Gorongosa, no dia 4 de setembro de 2014, até as luzes da capital, foi envolta em uma áurea quase mítica, como pude acompanhar nos noticiários. Sua chegada ao aeroporto de Maputo foi apoteótica e a multidão teve que ser contida para não invadir a pista de pouso. Dhlakama declamou que vinha à Maputo trazendo a democracia.²⁵⁷ A partir desta “catarse”, enchentes de pessoas o acompanharam aonde quer que ele fosse. Mesmo começando sua campanha um mês depois dos outros candidatos, Felipe Nyuse (FRELIMO) e Daviz Simango (MDM), os resultados eleitorais atestaram um crescente descontentamento com o partido que governa o país há 40 anos.

No Distrito de Moatize, onde estão concentrados os maiores projetos de exploração, a FRELIMO perdeu. Só em Moatize, 66% dos votos foram de Dhlakama²⁵⁸, ao contrário das eleições de 2004 e 2009 em que a província votou em massa na FRELIMO. Em 2009, por exemplo, o candidato Guebuza teve 86% de votos válidos contra 8.8% de Dhlakama (CIP, 2009)²⁵⁹. Para esquentar ainda mais os ânimos, denúncias de fraude, como roubo de boletins, preenchimento antecipado de cédulas e confrontos marcaram as eleições no país. Os acordos de paz, assinados em agosto de 2014, depois de 69 rondas negociais, não cessaram as hostilidades e os moçambicanos continuam a vivenciar, com aflição, a instabilidade político-militar no país²⁶⁰.

²⁵⁷ Afonso Dhlakama diz que trouxe a democracia a Moçambique com chegada a Maputo. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2014/09/afonso-dhlakama-diz-que-trouxe-a-democracia-a-mo%C3%A7ambique-com-chegada-a-maputo.html.

Acessado em 22/10/2014.

²⁵⁸ Fonte: Eleições Nacionais 2014 - Boletim sobre o processo político em Moçambique. Resultados eleitorais por distrito. 28/10/2014.

http://www.cip.org.mz/election2013/ndoc/258_Resultados%20distritais%20-%20District%20Results%20-%20presidencias%20-%202028%20de%20outubro%20de%202014.pdf

Acessado em 20/01/2016.

²⁵⁹ Fonte: Boletim sobre o processo político em Moçambique Número 43, 19 de Novembro de 2009.

http://www.cip.org.mz/election2009/ndoc2009/289_Mo%C3%A7ambique_Boletim_%2043_elei%C3%A7%C3%B5es.pdf

Acessado em 03/05/2016.

²⁶⁰ Ver: Cronologia do conflito entre a RENAMO e o Governo de Moçambique (Parte II). DW

<http://www.dw.com/pt/cronologia-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-19105846>.

Acessado em 25/04/2016.

O conflito entre a RENAMO e a FRELIMO vem desde o período da independência, conforme já demonstrado nos capítulos anteriores, inclusive através das narrativas apresentadas. Entretanto, o contexto de exploração de recursos naturais e a expectativa da riqueza que estes geram parece ter entrado no caldo que alimenta a disputa entre os dois maiores partidos de Moçambique. Evidência disso foi a primeira entrevista de Dhlakama cedida à *Agence France Press* após ter se refugiado em Gorongosa, em 2012. Nela, o presidente da RENAMO afirmou que estaria disposto a retornar à guerra e mandou um recado ao então presidente moçambicano: “nós queremos dizer a Guebuza que você come bem. Nós também queremos comer bem”, em uma clara menção ao enriquecimento pessoal do ex-presidente, o qual Dhlakama também reivindica.²⁶¹

Mesmo depois das eleições, a pauta acerca da partilha da riqueza se repetiu. Em agosto de 2015, a RENAMO reivindicou sua participação em empresas públicas, alegando que: “Não pode continuar o princípio segundo o qual só aquele que tem o cartão do atual partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), pode ter acesso aos recursos”²⁶² (DW, 18/08/2015). Como resumiu o diplomata David Brites: “A atmosfera política é tensa, e sem interesse, já que ilustra principalmente lutas de poder – a vontade da RENAMO de incluir um componente econômico nas negociações, obviamente, não é coincidência no contexto de crescimento econômico e de exploração dos recursos naturais – e não uma luta pela democratização do Estado moçambicano” (O mirador, 1 /11/2015)²⁶³.

A reivindicação de distribuição do poder não é uma situação nova em Moçambique. Chichava (2008) situa que, desde as primeiras eleições multipartidárias, em 1994, se questiona as sucessivas vitórias da FRELIMO, assim como a suposta concentração de poder dos povos do Sul, situação nomeada por Wehia Ripua, líder do Partido Democrático de Moçambique (PADEMO), de “colonialismo doméstico”. Chichiva (2008) lembra ainda que, em 1994, a RENAMO defendeu que cada província deveria ser governada por um natural do lugar, enquanto que os *Macuas* de Montepuez, na Província de Cabo Delgado, exigiram a presença de *Macuas* nos aparelhos

²⁶¹ “Queremos dizer a Guebuza você come bem, nós também queremos comer bem” Agência France Press 13/11/2012. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/11/queremos-dizer-a-guebuza-voc%C3%AA-come-bem-n%C3%B3s-tamb%C3%A9m-queremos-comer-bem.html. Acessado em 20/12/2014.

²⁶² RENAMO quer gestores nomeados pelos partidos nas empresas públicas (DW, 18/08/2015) <http://www.dw.com/pt/renamo-quer-gestores-nomeados-pelos-partidos-nas-empresas-p%C3%BAblicas/a-18656468>. Acessado em 25/04/2016.

²⁶³ Quais são as causas profundas das clivagens políticas em Moçambique? <http://omirador.over-blog.com/2015/09/quais-sao-as-raizes-profundas-das-clivagens-politicas-em-mocambique.html>. Acessado em 02/05/2016.

administrativos dominados pela minoria *Maconde*. Se apenas os *Maconde* ocupavam cargos políticos, onde é que iriam “comer” os *Macuas*?, questionou o maior grupo étnico do norte, indicando que a distribuição de poder e de riquezas está no cerne do debate político moçambicanos nos últimos 20 anos.

O resultado das últimas eleições é, até hoje, motivo de disputa. No dia da votação presidencial e legislativa, 15 de outubro de 2014, apoiantes da RENAMO atacaram 44 assembleias de voto no distrito de Tsangano e 26 em Macanga, ambos em Tete, alegando que as urnas já tinham sido adulteradas. Recusando o resultado das presidenciais, Dhlakama ameaça tomar o poder nas províncias em que alega ter vencido as eleições. Para freá-lo, o governo é acusado de perseguir apoiantes da RENAMO²⁶⁴. O próprio Afonso Dhlakama foi alvo de dois ataques nos dias 12 e 25 de setembro de 2015, saindo ileso de ambos.

Importante situar que, em Moçambique, não há eleições para governadores das províncias, eles são indicados pelo governo central. O constitucionalista e professor da Universidade Eduardo Mondlane, senhor Gilles Cistac, afirmou que descentralizar as províncias autônomas da administração do Estado cabia dentro da constituição moçambicana. Pouco tempo depois de sua análise, em março de 2015, Cistac foi assassinado enquanto tomava café na movimentada avenida Eduardo Mondlane, em Maputo, o que evidencia o alto nível de tensão vivenciada em Moçambique desde 2012 até os dias atuais.

“TÁ-SE MAL”

Como já mencionado no capítulo IV, antes da chegada dos megaprojetos, Tete era uma província relativamente pacata e mesmo esquecida pelo Estado. Essa característica, aliás, se manteve durante grande parte do período colonial em que a região recebeu pouquíssimo investimento e se tornou uma reserva de mão de obra. Salvo a exploração de carvão iniciada na década de 1930, e da construção da Barragem Cahora Bassa em 1964, somente a Frente de Tete, em 1968, chamou a atenção da administração colonial. No pós-independência, a presença “da nação” foi tímida e a o avanço da guerra deixou

²⁶⁴ Ver: Há esquadrões de morte para abater opositores, revela agente da Polícia da República de Moçambique. Jornal Savana, 11/06/2016. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/57164-ha-esquadros-de-morte-para-abater-opositores-revela-agente-da-policia-da-republica-de-mocambique>.

Tete ainda mais isolada. Portanto, o volume de dinheiro e de gentes trazido pela exploração do carvão em larga escala produziu uma dinâmica inusitada para a maioria de seus moradores. Chineses, australianos, brasileiros, paquistaneses, indianos, malauianos, zambianos e zimbabuanos fazem parte da nova realidade de Tete. Há um misto de expectativa com amargura localizado no interregno entre os caminhões carregados de carvão que saem e o enorme buraco na terra que fica e aumenta a cada dia.

Entretanto, a província de Tete que, até 2004, era citada apenas pelo calor e pela boa carne de cabrito, passou a experimentar um tipo de ativismo social, presente nas mais diferentes associações, ONGS internacionais, nacionais, mas também locais. Isso ficou evidente na VIII Seção do Observatório do Desenvolvimento da Província, realizado no dia 15 de maio de 2013, no hotel Paraíso Misterioso e que participei. Frente a frente com o governador, e demais dirigentes, figuras como o jovem Carlos, da Associação do Grêmio de Moatize, proclamou que o bairro 25 de setembro é considerado “vip”, pois tem luz nas vias e escolas para as crianças. Mostrando sua indignação, o mesmo jovem, de forma segura e provocativa, questionou: *E o restante, que não foi reassentado, como é que fica?*²⁶⁵

Essa crítica, fruto da ilusão de que Tete se tornaria um *Eldorado Prometido* para todos, é feita nas filas do pão, nos bares, nos *chapas* e debatida por intelectuais como Mosca e Selemene (2011), ao afirmar que:

O crescimento rápido, por implantação de grandes projetos, cria expectativas de emprego, oportunidades de negócio e percepção, muitas vezes sem correspondência real, de ganhos rápidos e fáceis. O problema é que as expectativas provocam movimentos migratórios superiores à capacidade de absorção de mão de obra, geralmente não qualificada. Assim se compreende o grande crescimento visível da população no corredor Tete-Moatize, a incapacidade de reposta dos serviços aos cidadãos (educação, saúde, etc.), a ruptura e aceleração da degradação de infraestruturas (já anteriormente com deficiente manutenção), como grande parte do imobiliário, saneamento, arruamentos, estradas e outras. Os desequilíbrios econômicos, o déficit de oferta de serviços e a ruptura de infraestruturas desenvolvem as desigualdades sociais e criam pobreza nas famílias não integradas nos processos produtivos.

(Mosca e Selemene, 2011: 42)

²⁶⁵ Os três primeiros parágrafos desta seção foram retirados do texto: GALLO, Fernanda. Notícias de Tete. Pambazuka News. v.1. p.10, 2013.

Além das expectativas de acesso aos bens de consumo, trabalho e melhoria na qualidade de vida, outros fatores ofuscaram o slogan do clamado desenvolvimento propagandeado pelo governo e pelas empresas. Recorrentes acusações de corrupção de membros do governo e enriquecimento de quadros da FRELIMO fazem lembrar a trágica descrição sobre o “fetiche do poder” do período pós-colonial, feita por Achille Mbembe (1992).

No caso da Vale, soma-se as questionáveis isenções fiscais, a falta de transparência acerca dos contratos assinados entre o governo e as empresas²⁶⁶, o descaso ambiental, notório na emissão do dióxido de carbono, as desigualdades regionais, manifestas no significativo número de funcionários vindos de Maputo e de fora do país, o aumento do custo de vida na região, e, sobretudo, o desinteresse ou o descaso pelo destino das centenas de famílias deslocadas pela exploração das jazidas de carvão²⁶⁷.

Para Tomás Cebola, a presença da Vale acirrou a disputa com o poder político da região sul, demonstrando que os megaprojetos tocam em questões complexas da história de Moçambique. Segundo ele:

Os nacionais que ocupam cargos centrais nessas empresas são do sul de Moçambique e contratam, por vias não claras, os seus conterrâneos e familiares, deixando de lado os locais que, por vezes, tem a mesma capacidade que os do sul! A população de Tete, para lhe ser sincero, está bem marginalizada dos benefícios. Escutei umas reclamações no ano passado relativo a responsabilidade social da Vale. Tirou o carvão em Tete e foi gastar rios de dinheiro na reabilitação do jardim Tunduru em Maputo! Estão a danificar o meio ambiente em Tete e melhoram as condições do meio em Maputo! Tem algum cabimento isso? No mínimo isso é abuso sabe! É como se Tete fosse um deserto sem pessoas que precisem de um jardim ou outra coisa que beneficiasse de alguma forma a todos! É por aí que a imagem da empresa fica mal²⁶⁸.

E não só a imagem da empresa, mas também a postura de muitos brasileiros em Moçambique. Yssys Rodrigues (2015), que trabalhou no projeto carvão Moatize, escreveu uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos. Em sua análise, ela constatou a predominância de um discurso civilizatório

²⁶⁶ Desde dezembro de 2013, os contratos de concessão começaram a ser publicados, em geral assinados antes da aprovação e entrada em vigor da Lei 15/11 de 10 de Agosto (Lei das Parcerias Público Privadas), que “foi várias vezes mencionada pelo governo como a lei que garante a publicação dos contratos do sector extrativo. Entretanto, esta lei garante uma publicação parcial dos contratos, ao dizer que apenas os principais termos dos contratos serão publicados, de modo a salvaguardar a informação comercialmente sensível” (CIP, 2015: 5).

²⁶⁷ Ver: O que “Vale” o preço do desenvolvimento? Jornal Verdade, 22/01/2012. <http://www.verdade.co.mz/nacional/24499-o-que-valeo-preco-do-desenvolvimento>. Acessado em 10/02/2012.

²⁶⁸ Conversa informal realizada via WhatsApp em março de 2016.

exposto em falas brasileiras que clamavam pela necessidade de estabelecer um padrão de higiene e uma noção produtiva de trabalho entre os moçambicanos que, segundo seus informantes, estariam em outro patamar da história.

Fazendo uso de categorias e sistemas classificatórios muito próximas ao colonialismo, funcionários do projeto se colocam como portadores de uma cultura avançada que estaria proporcionando uma chance de desenvolvimento ao país. Esse tipo de postura é lida pela população, que não se intimida ao afirmar que “nos livramos de Portugal, mas agora vieram os brasileiros” ou “o brasileiro chegou aqui querendo ser o novo colono”, ditos à pesquisadora (Rodrigues, 2015: 176).

Na noite de 1/04/2014, um trem da Vale que fazia o percurso Moatize – Beira, linha de Sena, entre Semacueza e Savane, na província de Sofala, foi atingida por diversos tiros. Seu condutor foi baleado na perna e as operações da Vale na linha ficaram temporariamente suspensas. O então vice-ministro do Interior acusou a RENAMO de protagonizar o ataque, e a RENAMO respondeu dizendo se tratar de obra do governo em um “pretexto mal ensaiado visando desacreditar a RENAMO”²⁶⁹.

Os trilhos do trem simbolizam o movimento, de bens e de gentes, em uma espécie de engrenagem econômica e também política. Atualmente, o controle sobre as linhas férreas é um elemento fundamental para a manutenção do escoamento dos recursos naturais. E, portanto, se as linhas não funcionam, os temores começam a ganhar espaço, ameaçando a estabilidade do poder. Não por acaso, os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) foram alvo de ataques em diferentes momentos históricos.

Em Tete, no início de 1972, uma emboscada na linha férrea Moatize-Mutarara, na altura do posto administrativo Caldas Xavier, ameaçou o transporte de materiais para a construção da hidrelétrica de Cahora Bassa, principal projeto do marketing colonial português para se perpetuar no poder. Além disso, conforme demonstrado no capítulo II, a citada linha possibilitava que os nacionalistas alcancassem os então distritos vizinhos da Zambézia, Manica e Sofala, levando a guerra para outras latitudes moçambicanas. Para barrar esse avanço, a administração portuguesa deslocou milhares de famílias para os

²⁶⁹ Fonte: Renamo distancia-se do ataque ao comboio da Vale Moçambique. Jornal Verdade 03/03/2014. <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/45254-renamo-distancia-se-do-ataque-ao-comboio-da-vale-mocambique>. Acessado em 10/02/2016.

aldeamentos coloniais, entre eles, o aldeamento do Cateme, no mesmo local onde hoje há o reassentamento da Vale²⁷⁰.

Além de se tornar um alvo nacionalista para acabar com o domínio português, as linha férreas também foram um dos principais alvos durante a guerra dos 16 anos. Os frequentes ataques, apoiados inicialmente pela Rodésia e, mais tarde, pela África do Sul do apartheid, destruíam a infra-estrutura e minavam a engrenagem do governo pós-independente. Para se ter uma ideia dos estragos causados, a linha Beira-Moatize só foi reinaugurada em 2012, por conta do novo papel que lhe foi conferido: o transporte de carvão.

Diante dessas experiências, observa-se que os descarrilhamentos propositais, os ataques a condutores, o impedimento do movimento dos comboios ameaçam o projeto de poder dos que estão a frente das rotas férreas. E o atual projeto de poder em Moçambique está intimamente conectado às empresas multinacionais que, ao explorarem grande parcelas do território nacional, extraem os recursos sem, contudo, contribuir para o sonhado desenvolvimento. Apesar de Moçambique ser um dos três países africanos com maior investimento estrangeiro, a porcentagem da população moçambicana abaixo da linha da pobreza, cerca de 54,7%, se manteve inalterada nos últimos 10 anos, constatando que: “para a redução da pobreza o que importa não é apenas a taxa de crescimento do PIB mas também o tipo de economia que é construído que, em Moçambique, parece ser muito desequilibrada a favor da produção para exportação impulsionada por megaprojetos” (Wuyts, 2011: 2).

Portanto, parece simbólico que a linha férrea que transporta o carvão seja o espaço de manifestação tanto dos reassentados de 2012 como do ataque, supostamente da Renamo, em 2014, ano das conturbadas eleições presidenciais. Outros ataques aos comboios da Vale sucederam o de 2014. No dia 6 de junho, um comboio foi atacado no distrito de Cheringoma, dois dias depois, o ataque ocorreu em Bencanta, localidade de Nhamitanga, a 18 quilômetros da vila sede de Inhaminga²⁷¹. No dia 25 de julho de 2016, novamente, o trem da Vale foi atacado nas imediações do posto administrativo de Nhamitanga, uma semana depois da circulação na linha de Sena, paralisada devido aos ataques, ser retomada²⁷². E, nessa linha de fogo, segundo a ACNUR, já são 11.000

²⁷⁰ Fonte: Administração do Conselho de Moatize, Administração secção A: Serviços de Transmissões. (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 1, 29/03/1972.

²⁷¹ Novo ataque a comboio da Vale: homens armados da Renamo fere dois tripulantes. TVE 11/06/2016. <http://tve24.com/sociedade/novo-ataque-a-comboio-da-vale-homens-armados-da-renamo-feriram-dois-tripulantes/> Acessado em 25/07/2016.

²⁷² Mais um comboio da Vale atacado no centro de Moçambique. DW/ 25.07.2016.

refugiados de Tete no Malaui, especialmente na aldeia de Kapise, localizada a apenas seis quilômetros da fronteira com Moçambique. O governo do Malaui reabriu o antigo campo de Luwani, que acolheu milhares de refugiados na guerra dos 16 anos, para receber os que chegam diariamente (UN Refugee Agency, 15/03/2016)²⁷³. Mais uma vez, os deslocamentos forçados voltam a assombrar Moçambique.

Segundo o psicoterapeuta Boia Efraime, os efeitos da guerra são preocupantes pois: “Há muita gente ainda traumatizada com os conflitos no passado. Essas pessoas voltaram a ficar assustadas, feridas foram reabertas. Os traumas ainda não estão superados. Mais do que isso, o conflito atual mina a capacidade das pessoas de terem confiança no futuro. Isto significa que a nossa reconciliação ainda está sobre pernas muito trêmulas” (Jornal DW, 11/03/2016).

Diante de um cenário composto por expectativa de desenvolvimento, disputa por poder, acusações de corrupção, pode-se sugerir que o retorno dos atuais conflitos é uma consequência da “maldição dos recursos” ?

Não parece possível afirmar categoricamente que sim, já que a retomada dos conflitos apresenta um conjunto de situações sociais, políticas e econômicas diversas. Contudo, várias das atuais problemáticas tem o envolvimento direto dos megaprojetos de exploração de recursos naturais, o que sem dúvida tensiona a atmosfera política do país. Entre as muitas questões, destaco apenas três:

1) *A problemática das Parcerias Público Privado (PPP)*, que sugere enriquecimento dos envolvidos e vem endividando o Estado. Um exemplo neste sentido é a concessão, sem licitação, do porto de Nacala e da linha do Norte à sociedade privada Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN). A sociedade conta com dirigentes do governo, além da própria Vale, como acionistas e suas atividades tem gerado lucro para os que se beneficiam do mercado de ações, assim como tem gerado dívidas para o Estado, que arca com custos de manutenção descumpridos pela concessionária²⁷⁴.

Somente os Caminhos de Ferro de Moçambique, até 2009, deviam 25 milhões de dólares, fora o empréstimo de 350 milhões de dólares contraído pelo Estado através da *Japan International Cooperation Agency* (JICA) para reabilitar o porto, atividade que

<http://www.dw.com/pt/mais-um-comboio-da-vale-atacado-no-centro-de-mo%C3%A7ambique/a-19426566> Acessado em 25/07/2016.

²⁷³ Malawi to reopen former camp, as Mozambique refugee numbers grow. **Briefing Notes**, 15/03/ 2016. The UN Refugee Agency- UNHCR.

<http://www.unhcr.org/56e7ed8c6.html>. Acessado em 25/04/2016.

²⁷⁴ A CDN é formada pelos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), com 49% das ações, e pela Sociedade para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN), com a maioria de 51%.

deveria ter sido feito pela própria concessionada CDN, lembrando que o Japão, além de ser representado pelo grupo Mitsui como um dos maiores sócios na CDN, tem interesses na concessão, por participar do Pró-SAVANA. Com o empréstimo realizado, agora também possui um grande poder de barganha política (Nhamire e Matine, 2015).

2) *Falhas na transparência da política orçamentária*, sobretudo no uso de recursos nas empresas do Estado, cujos escândalos vem sacudindo o país. Empréstimos não autorizados, contraídos durante o governo Guebuza, em nome das empresas estatais Ematum (850 milhões de dólares), Proindicus (622 milhões de dólares) e Moçambique Asset Mangement (535 milhões de dólares), ilustram a falta de transparência da gestão do dinheiro público. Os empréstimos, concedidos pelos bancos Credit Suisse e Vnesh Torg Bank, além de violar a Constituição da República e a Lei Orçamental, contribuíram para o aumento da dívida externa nos atuais 73,4% do PIB. Diante deste quadro, o FMI, o Banco Mundial e a União Europeia suspenderam momentaneamente apoio financeiro ao país. A justificativa do primeiro ministro de Moçambique é que os empréstimos foram secretos por receio da RENAMO ²⁷⁵.

No que se refere aos megaprojetos, a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira (EMEM), uma sociedade anônima criada em maio de 2013, que tem como maior acionista o próprio Estado (85%), comprou 5% do capital da Vale por 16 milhões de euros. Apesar disso, os valores não constam no relatório da Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa (CIP, 2015)²⁷⁶. Além disso, os pagamentos declarados pelas empresas exploratórias de recursos naturais e pelo governo nem sempre convergem. No parecer da Conta Geral do Estado (CGE), referente ao orçamento de 2014, tanto o expressivo aumento das “outras contas do estado” que constam no documento, assim como o igualmente expressivo aumento da dívida externa, não foram, até hoje, satisfatoriamente justificados pelo governo.

²⁷⁵ Ver: Empréstimos milionários à revelia dos moçambicanos foram contraídos sem conhecimento da Assembleia da República para escondê-los da Renamo. Jornal Verdade, 29/04/2016.

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/57760-emprestimos-milionarios-a-revelia-dos-mocambicanos-foram-contraidos-sem-conhecimento-da-assembleia-da-republica-para-esconde-los-da-renamo->

Acessado em 03/05/2016.

²⁷⁶ A adesão ao relatório da *Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa* foi considerada um importante avanço pois: “O novo padrão de transparência exige que o relatório inclua, para além das contribuições fiscais e não-fiscais das empresas, informação contextual sobre a indústria extrativa, concretamente: o quadro legal e o regime fiscal aplicável à exploração dos recursos, sua contribuição para a economia nacional, participação do Estado nos projetos, alocação e registo de licenças, propriedade beneficiária das licenças/projetos, esforços visando a transparência dos contratos, dados da produção, exportações, preços e taxas de transporte dos recursos, bem como alocações das receitas, investimentos sociais e garantias concedidas pelo Estado para efeitos de financiamento de um projeto, entre outros elementos”. Contudo, os relatórios não apresentam todos os dados requeridos. (CIP, 2015: 1).

3) A expectativa da riqueza e a consequente disputa por poder, que são problemáticas históricas, duramente vivenciadas pela população moçambicana na guerra dos 16 anos. Contudo, a sonhada riqueza dos megaprojetos parece despontar mais ao nível pessoal de uma elite política, o que não necessariamente se reverte ao Estado. Em 2012, todas as empresas de exploração do carvão geraram juntas, em impostos, taxas e contribuições, menos de 50 milhões de dólares, cinco vezes menos do que o governo estimou.²⁷⁷

Sobre esse assunto, o exemplo da extração de areias minerais de Moma, província de Nampula, feita pela empresa irlandesa Kenmare, mostra a distância existente entre mineração e desenvolvimento. Por ser um dos primeiros grandes investimentos em Moçambique (2007), a empresa se beneficiou enormemente de isenção fiscal, pagando apenas 3,5 milhões de dólares em impostos no período de 2008-2011. Somente os funcionários da Kenmare contribuíram quase 3 vezes mais com o Estado, pagando 7,8 milhões de dólares de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRPC), do que a própria empresa, cujas reservas minerais são avaliadas em cerca de 100 bilhões de dólares (Brynildsen e Nombora, 2013)²⁷⁸.

Diante de apenas três elementos aqui descritos, pode-se verificar que o atual cenário de desestabilização político-militar é acirrado pelo modo como o governo opera em relação aos megaprojetos. Neste *modus operandi*, o governo parece, de um lado, ignorar as responsabilidades sociais das empresas, resultando em inúmeros problemas para os atingidos que, por sua vez, se manifestam exigindo respostas. E, de outro lado, através de parcerias duvidosas, indícios de corrupção e mistério sobre as contas estatais, o governo promove o enriquecimento de sua elite política, que tem o poder questionado pela RENAMO, ansiosa pela partilha da riqueza através do acesso ao poder.

Diante da retomada dos conflitos, alegando que o assunto é da competência do governo moçambicano, a Vale não se manifestou. Menos respeitando a soberania nacional e mais usufruindo de uma relação chamada de promíscua, quando reduziu o salário dos funcionários em 2015, foi o governador de Tete que anunciou a medida relacionando o fato com a baixa do preço do carvão. Em suas palavras: “Nós negociamos

²⁷⁷ Um dos problemas apontados na dependência da exploração de recursos minerais, como receita fiscal, tem a ver com a recorrente variação de câmbio, assim como do preço da matéria-prima (Brynildsen e Nombora, 2013).

²⁷⁸ Ver a lista das maiores empresas de exploração de recursos naturais e as isenções fiscais que recebem. In: Boletim do Centro de Integridade Pública de Moçambique. Edição de fevereiro de 2013. http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C182_CIP%20NEWSLETTER%20edi%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA17-%202013.pdf. Acessado em 25/04/2016.

com a empresa Vale Moçambique para passar dos 18 salários para 13, e já está a fazer arranjos para diminuir o desemprego e os despedimentos" (Jornal DW, 27/7/2015)²⁷⁹.

Também em 2012, foi o governador de Tete que mandou as Forças de Intervenção Rápida acabar, violentamente, com a manifestação feita pelos reassentados que fecharam a linha de trem que escoia o carvão. Ou seja, as questionáveis relações entre o governo provincial e central com a empresa não parecem ter sido colocadas na conta quando o governo brasileiro fez lobby para a Vale se instalar em Moçambique.

Portanto, os dois eventos ocorridos em 2012 e destacados no início deste capítulo - a manifestação dos reassentados do Cateme e o autoexílio de Dhlakama em Gorongosa, que resultou na retomada dos conflitos - parecem embrenhados em uma teia construída pelo slogan do desenvolvimento oferecido pelos megaprojetos e pelo governo. E, nessa teia, as disputas políticas pelo poder refletem o desejo pelo domínio econômico, traduzido na ideia do “comer bem”. Não por acaso, Dhlakama ambiciona tomar o poder onde alega ter vencido nas eleições de 2014, ou seja, as regiões centro e norte (ricas em carvão, areias pesadas, gás e outros recursos naturais) e o Brasil se aproximou de Moçambique, ainda que o ex-presidente Lula tenha clamado aos empresários para não agirem como os antigos colonizadores de outrora²⁸⁰. Finalizo este texto, e até mesmo esta tese, lembrando o título da obra de Yussuf Adam (2006) ao se referir sobre o fim do colonialismo e a política pós-colonial: Estariam os moçambicanos, mais uma vez, *escapando da boca do crocodilo para cair na boca do leopardo*?

Um indício desta resposta é descrito na trajetória de William James. Em 1971, com 63 anos, James se mudou para o Malaui, “fugindo do colono”. Com a eclosão da guerra dos 16 anos, James voltou a se refugiar no Malaui, por onde permaneceu até 1993. Em dezembro de 2015, com o agravamento da violência em Tete, ele cruzou novamente a fronteira: “No total, já fugimos três vezes para aqui. Assim vamos ser malawianos”, afirmou Willian James à jornalista que o entrevistava, mostrando que a história dos deslocamentos forçados em Moçambique é algo difícil de se pôr um ponto

²⁷⁹ Governo de Tete e Vale Moçambique reduzem salários de trabalhadores. Jornal DW, 27/7/2015. <http://www.dw.com/pt/governo-de-tete-e-vale-mo%C3%A7ambique-reduzem-sal%C3%A1rios-de-trabalhadores/a-18603594>. Acessado em 25/04/2016.

²⁸⁰ Em seu último discurso presidencial no continente africano, o então presidente Lula falou diretamente ao então presidente moçambicano Armando Guebuza, que: “As empresas brasileiras, meu caro Guebuza, (...) não estão aqui apenas para aproveitar o potencial mineral de Moçambique. Eles sabem que, na filosofia do nosso governo, eles não podem ser empresários predadores, que queiram vir aqui apenas para tirar riqueza. Eles têm que vir aqui, sobretudo para ajudar a construir a riqueza que o povo de Moçambique precisa para se desenvolver e se transformar em uma nação forte economicamente e justa socialmente.”

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>.
Acessado em 10/01/2013.

final²⁸¹.

Edgar Jone, o reassentado do 25 de setembro, avaliou que, se as promessas da Vale tivessem sido todas cumpridas, incluindo a terra para plantio, emprego, e acesso à escola, a mudança para a vila não seria tão ruim. No alto dos seus 40 anos, empreendedor na fabricação de tijolos, ele percebeu a perspectiva de viver na vila como algo promissor. Contudo, a frustração é nítida ao citar o número de amigos e vizinhos desempregados que não tem como arcar com a vida da vila e assim resumiu melancolicamente sua situação afirmando que, agora, “o tempo já está partido irmã. Voltar mais é um retrocesso. Nem posso dizer que, mesmo para mim, não posso voltar porque já está quase que totalmente minha vida destruída, estou a fazer vai e vem vai e vem.”²⁸²

Assim, embora assumidamente niilista, este capítulo, iniciado com a imagem dos buracos de “*riquezas do subsolo amaldiçoadas*”, é finalizado com a imagem dos refugiados de Tete no Malawi. A alusão imagética faz coro à música *Declaração de Paz, vampiros!*, do rapper mano Azagaia, que inicia falando da guerra e termina declarando o poema *Carvão*, de José Craveirinha. Ambas, imagens e música, parecem indicar o itinerário da atual guerra: da exploração dos recursos minerais ao deslocamento forçado.

²⁸¹ Refugiados moçambicanos no Malawi revivem memórias da guerra civil. Jornal PÚBLICO, 15/05/2016. <https://www.publico.pt/mundo/noticia/refugiados-mocambicanos-no-malawi-revivem-memorias-da-guerra-civil-1731911>. Acessado em 25/07/2016.

²⁸² Entrevista realizada no dia 6/11/2014, em Moatize.



Imagem 23: Refugiados moçambicanos no Malaui, 2015.
Fonte: Jornal Público.²⁸³

²⁸³ *Idem.*

CONCLUSÃO

Como já mencionado na introdução, foi minha ida a Maputo que despertou o interesse de pesquisar algo por lá, para lá estar. Esse primeiro deslocamento, afetivo e familiar, se seguiu de vários outros, por estradas e estórias (narradas e/ou documentadas), na tórrida província de Tete. E os trajetos temporais e espaciais percorridos nesta tese indicam que o deslocamento, forçado ou não, é parte inerente da história moçambicana. Isso fica evidente a partir da análise de diferentes projetos de poder que apostaram no reordenamento rural como uma estratégia de controle populacional e transformação tanto da produção econômica quanto das “mentalidades” segundo os anseios e ideologias próprios de cada contexto. Contudo, além das ações que resultaram em deslocamentos forçados, como os aldeamentos coloniais e comunais, também a população criou estratégias pautadas no deslocamento para negar, boicotar, esquivar-se dos projetos de poder em diferentes momentos.

Se, inicialmente, a mobilidade pré-colonial foi marcada pela interação, negociação e disputa entre diversos grupos, cujas unidades políticas e sociais derivaram em outros grupos através da ocupação de fronteiras internas, como sugere Kopytoff (1987), a partir do século XIII, a interação passou a incluir as alianças/disputas com mercadores árabes vindos do oceano Índico. Com isso, é fundamental pontuar que a chegada dos portugueses no vale do Zambeze apenas acirrou um cenário de mobilidade já existente, profundamente ligado à busca de ouro, marfim e escravizados. Foi essa presença portuguesa, restrita aos Praços da Coroa, que contribuiu para a formação de instituições que, com pouca ou nenhuma lealdade, dirigiam a distante metrópole, formando o complexo zambeziano (Pelissier, 2000). Esses estados militares, estados secundários ou supra prazos, como os de *Massangano*, *Macanga*, *Massangire*, *Kanyemba*, atuaram em Tete, ocupando e desocupando territórios a depender das alianças militares que conseguiam traçar.

Também a chegada dos *Ngunis*, vindos do Sul, causou um grande vazio demográfico na região Tete, como descreveu Carl Wise, em 1909. A fim de impedir a força dos chamados *Muzungus* e *Donas* dos supra prazos e ocupar definitivamente o território, a administração portuguesa arrendou grande parte do território às Companhias Concessionárias e Majestáticas, que circunscreveram o espaço ao introduzirem a cultura forçada de produtos, como o algodão e o açúcar, comercializados por empresas estrangeiras, como a Sena Sugar States. Com isso, o vale do Zambeze, historicamente

pautado pela mobilidade, foi sendo transformado em uma reserva de mão de obra colonial.

Todavia, o processo de desterritorialização, ou seja, a quebra de um conjunto de relações sociais, econômicas e espirituais das pessoas com seu território, foi se delineando de forma mais efetiva com as reformas administrativas do início do século XX. Tais reformas foram pautadas na racialização da população local, os chamados *indígenas*, na exploração de seu trabalho (como o *chibalo* - trabalho forçado) e na expropriação de suas terras através, por exemplo, do *Regimen Provisório para a Concessão de Terrenos do Estado na Província de Moçambique*, de 1909, que impediu o direito à titulação de terras aos não cidadãos. O recrutamento do trabalho e a cobrança de impostos, terceirizada aos chefes tradicionais e visível em documentos como o *Direitos e Deveres das Autoridades indígenas do Distrito de Tete*, de 1924, sob a violência dos sipaios, contribuíram enormemente para que significativa parcela da população moçambicana recorresse ao trabalho das minas e fazendas dos países vizinhos. Com isso, o deslocamento pode ser considerado uma estratégia de sobrevivência.

Os familiares de Senhor Manejo e de Tomás Cebola trabalharam no Zimbábue e para lá voltaram durante as épocas difíceis, como as guerras de independência e a guerra dos 16 anos, ou ainda durante as secas e fomes. Entre essas idas e vindas, a mãe de Cebola e o próprio senhor Manejo nasceram no território estrangeiro. Hoje, são os jovens do Zimbábue que atravessam para Tete em busca da riqueza prometida pelos *Vales*, mas também são os moradores dos distritos de Tsangano e localidade de Ncondezi, pertencentes ao distrito de Moatize, que atravessam (novamente) para o Malaui fugindo das faíscas reacendidas entre RENAMO e FRELIMO, no constante desejo pela partilha de riquezas em que todos querem comer. Trata-se de situações que demonstram a continuidade do deslocamento tanto forçado, como no caso das famílias e indivíduos de Tsangano e Ncondezi, quanto fruto de uma estratégia que busca a melhoria de vida diante da drástica situação econômica do país comandado pelo presidente Mugabe.

Ainda no período colonial, a população foi tendo seus movimentos cada vez mais cerceados e se deslocar só era possível com autorização prévia, primeiramente nos bilhetes de identidade e, depois, nas famigeradas cadernetas indígenas. Com acesso restrito à cidadania, restava a grande massa de *indígenas*, o trabalho duro na construção das estradas, como mencionou Dona Amélia ao lembrar do *chibalo* no Songo e das *machiras* para carregar os brancos, além da construção dos Caminhos de Ferro, a exemplo da Linha de Sena que ligou Beira a Moatize, em 1949, para escoar a produção de carvão

das minas subterrâneas Chipanga I e II, pertencentes à Companhia Carbonífera de Moçambique (CCM). Para obrigar os *indígenas* a trabalhar, produzir e pagar impostos, o controle sobre o movimento e o combate à dispersão foram práticas constantes da administração colonial, até hoje rememoradas pelos mais velhos.

Contudo, embora a grande narrativa de libertação se esforce em distanciar as práticas coloniais do projeto de poder do pós-independência, os binarismos perdem a força quando analisados de perto, a exemplo do combate à dispersão apresentado tanto no Processo de Consulta nº 37, intitulado *Organização social e econômica das populações indígenas*, quanto nos discursos de Samora Machel, assim como nos diversos documentos produzidos pela Comissão Nacional das Aldeias Comunais, elevadas à categoria de “coluna vertebral” do “Tempo de Samora”. As semelhanças também foram analisadas nos projetos de reordenamento rural, cujas analogias arquitetônicas e também discursivas, pautadas na transformação de hábitos considerados “primitivos”, no período colonial, ou “tribalista”, no período socialista, foram discutidas nesta tese. Tanto nos aldeamentos coloniais como nas aldeias comunais, a simetria, o rearranjo fundiário e habitacional e a concentração de pessoas foram entendidas como fundamentais para o *progresso* e para a *evolução*, palavras repetidas à exaustão durante o colonialismo e socialismo, respectivamente. Hoje, os deslocamentos forçados para os reassentamentos devido à exploração dos recursos minerais em Tete, Nampula e Cabo Delgado são justificados em termos não mais do progresso ou da evolução e sim do desenvolvimento. E a expectativa de que o “desenvolvimento” altere o modo de vida é expressa em diferentes espaços, ainda que a população reassentada rejeite até mesmo as janelas das casas oferecidas pela Vale, que deixam passar o sol latente e o olhar do feitiço.

De toda forma, conforme demonstrado no decorrer do texto, a aglomeração de pessoas foi exposta como pré-requisito para o “viver bem”, “viver adequadamente” e, no limite, “viver como gente”, a exemplo da propaganda confeccionada pela ação psicossocial colonial para atrair a população que vivia dispersa no mato.

Como bem pontuou Borges Coelho em entrevista realizada à Elena Brugioni (2010), a fábula da libertação se baseia em uma espécie de folha branca, como se “a história e a vivência de cada um não contasse, esmagadas pela narrativa da libertação. Como se o preço a pagar por uma grande dignidade fosse forçosamente o apagamento das pequenas dignidades” (Brugioni, 2010: 428-429). E são justamente estas “pequenas dignidades” que ampliam a narrativa histórica moçambicana e são parte fundamental desta pesquisa, a exemplo de narrativas como a de Dona Francisca, cuja família, mesmo

sendo obrigada a se mudar para o aldeamento colonial de Chipanga, negou o local, indo viver na vila de Moatize. Ou a história dos pais do Senhor Faife, que, para fugir do recrutamento forçado nos campos de sisal de Vila Pery, partiram de sua terra natal em direção ao Zimbábue. Também temos a experiência do senhor Ventura que, ao ser sequestrado pela FRELIMO, aos 16 anos, buscou reverter a trágica situação se dedicando a todo tipo de formação militar, ainda que jamais tenha escolhido esse trajeto para sua própria vida. Sem falar no sentido dado ao deslocamento pelo senhor Casuhada que, mesmo tendo passado períodos no Zimbábue, disse não ter vivido lá e não ter histórias de lá para contar já que seu desejo e seu pensamento continuaram na aldeia Chicopende em Changara, seu visível território de pertencimento. A atuação do Padre Alberto, o simpático espanhol octogenário, que abrigava “subversivos” em sua casa, assim como se compadecia das tropas portuguesas eventualmente indicando locais minados, lembra o quão diverso e contraditória podem ser as experiências trazidas pela memória. Até mesmo o delicado gesto das mãos do senhor Francisco acariciando seu grande tesouro, o livro de datas e acontecimentos da missão do Zóbuè, os quais se fundem com sua própria trajetória, ajuda a tecer o emaranhado histórico.

As “pequenas dignidades” também foram encontradas nas fontes documentais, em casos como o dos regedores Changata e Chirombe do Niassa, que se recusaram a construir as casas no aldeamento do Chantengo para onde deveriam se mudar²⁸⁴ e também as povoações da regedoria Metape, em Cahora Bassa, que se revoltaram com a dureza do seu regedor e com o deslocamento forçado imposto pela administração²⁸⁵. Ou ainda Marione Folotia, que, mesmo detido em Moatize, insistia em defender sua atividade de doutor, resumida pelo interrogador colonial como mera “prática de atos de feitiçaria”²⁸⁶. Também no pós-independência, o povo se pôs contra as aldeias comunais em um bairro comunal de Maputo e criou estratégias para continuar com suas práticas costumeiras de curandeirismo, lobolo, poligamia²⁸⁷. Mesmo os rituais de iniciação com longa duração foram adaptados para o prazo das férias escolares para não chamar

²⁸⁴ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique (Arquivo da Torre do Tombo). Documento avulso n°1641, de 26/10/1973.

²⁸⁵ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique (Arquivo da Torre do Tombo). Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa, n°1635, de 8/4/1971.

²⁸⁶ Administração do Conselho de Moatize – secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx. 35.

²⁸⁷ Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - Carta da Comissão Provincial Aldeias Comunais de Quelimane para a Administração do Distrito de Mopeia. Confidencial). Documento avulso, 10/11/ 1978.

atenção dos grupos dinamizadores²⁸⁸. Até o secretário da célula do partido de Mossuril, litoral de Nampula, não abriu mão de sua oração na mesquita, deixando o senhor governador falando sozinho durante uma importante reunião do partido, como demonstrou uma fonte documental²⁸⁹.

Porém, essas memórias subterrâneas (Pollak, 1989) parecem ignoradas pelo ofuscante brilho da história oficial ainda centrada nos considerados heróis nacionais e em personagens autorizados por ela, como Sérgio Vieira, que afirma, sem qualquer constrangimento, conhecer não apenas uma versão sobre a morte de Eduardo Mondlane, mas “a versão”. Em posturas como essa (entre outras tantas), nota-se que as prerrogativas de verdade única agem para a manutenção do poder da FRELIMO que, ao deter o controle de nomear as realidades no mundo social e da história, codifica e modeliza as representações sobre seu inquestionável papel de libertador do jugo colonial. Essa constante politização da memória (Werbner, 1998) cria um verdadeiro monopólio de proclamação da verdade, no qual os traços de tirania são apagados para evitar futuras responsabilizações, como no caso dos campos de reeducação. Não por acaso, o rapper Mano Azagaia é constantemente censurado por relembrar fatos do passado que deveriam se dissipar na poeira do tempo. Afinal, “O Estado africano não se contenta com o papel de um Estado-teológico responsável por enunciar a verdade derradeira, também pretende ser um Estado-Historiador” (Mbembe 2013: 83).

Diante desse cenário de disputa, são imprescindíveis as possibilidades oferecidas pela literatura moçambicana que, embora não se pretenda substituta da história oficial, avança para além de uma memória política centrada unicamente na luta de libertação. As obras de escritores como Ungulani Ba Ka Khosa, Mia Couto, João Paulo Borges Coelho, Paulina Chiziani e outros trazem à tona o desencanto, a utopia, a contradição vivenciada por gente comum moçambicana, que complexificam os sentidos e os sentimentos vividos nos 40 anos da jovem nação. Nação cuja diversidade a FRELIMO buscou dirimir em nome de uma unidade nacional que seria alcançada por meio da coletivização socialista, naquilo que Ba Ka Khosa ilustrou como uma “edificação de uma nova moral em catecismos inventados na hora” (Ba Ka Khosa, 2013: 65). Nesse sentido, para Pina Cabral (2005), “Machel e os seus apoiantes não perceberam que os sujeitos sociais são

²⁸⁸ Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais: Resolução sobre questões sociais e culturais. Aldeia Comunal 3 de fevereiro, Gaza, p:2, 3), cx. 166, de março 1980.

²⁸⁹ Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - III Reunião Preparatória da 1ª RNAC:23), cx 43, 23/02/1980.

historicamente produzidos e, portanto, transportam em si as solidariedades sociais e os respectivos interesses que, em vez de serem criados por eles, *são o que os cria.*” (Cabral, 2005: 238)

Considerando a relevância da literatura, capaz de entrelaçar memórias e testemunhos individuais, também os deslocamentos e as inúmeras narrativas que acompanham as experiências de partir, vivenciados por significativa parcela da população, ajudam a compor um quadro mais amplo da história moçambicana. E esta tese é uma contribuição no sentido de apresentar algumas narrativas de pessoas comuns de Moatize, Songo, Zóbuè, Changara e cidade de Tete, que se deslocaram no movimento entre guerras, no caminho religioso, na atuação laboral, devido à atuação dos espíritos, ou porque foram obrigadas a trilhar um caminho indesejado, como o rapto, o deslocamento forçado e os atuais reassentamentos no qual o Brasil está diretamente envolvido, seja pelo lobby feito em prol da Vale ou pelo lobby feito em nome das nada idôneas construtoras brasileiras.

Quanto aos três principais projetos de deslocamento forçado analisados nessa pesquisa e que ocuparam uma boa parte do texto, é fundamental pontuar que, no fundo, muitas das dificuldades experimentadas nos aldeamentos coloniais se repetiram nas aldeias comunais e também nos reassentamentos. Como já relatado, a mudança no meio da sementeira ou colheita, a redução de disponibilidade de terra e água (em geral, de 4 hectares para 2 nas aldeias), os conflitos de terra entre os antigos donos e recém-chegados, a redução dos períodos de pousio e a consequente degradação dos solos devido à grande concentração de pessoas, a quebra dos laços sociais de ajuda mútua, como o esforço em adequar a unidade de produção familiar, foram semelhanças percebidas e discutidas nesta tese. Além disso, no caso do período socialista, temos: a hostilidade com as fazendas estatais, a exemplo do Complexo Agroindustrial da Angônia (CAIA), as calamidades naturais, a falta de instrumentos de produção como catanas e enxadas, a perseguição de práticas como o curandeirismo, o lobolo. E ainda: a violência da guerra de independência, a violência da guerra dos 16 anos e a violência do atual retorno dos conflitos entre RENAMO e FRELIMO. Ou seja, tanto nos aldeamentos coloniais quanto nas aldeias comunais e também nos atuais reassentamentos, as condições objetivas e históricas da população rural moçambicana não foram levadas em consideração.

Esses elementos evidenciam, por um lado, uma notória continuidade de ações nos diferentes projetos de poder desde o período colonial até os dias atuais. E, nesse sentido, a ideia de uma persistência histórica (Cabral, 2004) e de uma continuidade colonial

(Mandani,1996) são importantes para a análise dos projetos de poder do Estado e suas ações institucionais (aldeamentos coloniais, aldeias comunais e reassentamentos). Por outro lado, a identificação da continuidade das ações institucionais coloniais, socialistas e desenvolvimentistas não pode ser a única chave de análise, já que também os projetos pessoais e familiares de partir e de voltar, além de estratégias de burlar, negar, romper e fugir, aqui demonstrados, compõem os processos de deslocamento em Moçambique.

Através dessas memórias, até então afastadas de uma visão celebratória da história oficial, pode-se compor histórias outras de Moçambique. E, já extrapolando os limites da análise acadêmica, acredito que atentar para essas memórias silenciadas seja produtivo no sentido de evitar a repetição de erros, como, por exemplo, deslocar milhares de famílias para uma região conhecida como Cateme, localizada a 40 km da vila de Moatize, sabendo que o Cateme já fora um aldeamento colonial pautado sobre uma lógica de violência e caracterizado pela falta de água e boas terras, essenciais para a sobrevivência das famílias rurais moçambicanas. Enfim, esta pesquisa voltou-se para os deslocamentos enquanto uma categoria analítica capaz de indicar tanto a continuidade de processos quanto a existência de histórias outras, repletas de “pequenas dignidades” silenciadas.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

- Administração do Conselho de Moatize, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social, Tribunais Indígenas. Secção B (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete,), cx. 33, 26/12/1966.
- Administração do Conselho de Moatize, Fomento-Secção D (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 53, 11/03/1960.
- Administração do Conselho de Moatize, Administração. Secção A: Serviços de Transmissões (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 1, 29/03/1972.
- Administração do Conselho de Moatize. Secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx. 35.
- Administração do Conselho de Moatize, Administração. Secção A (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete). cx 31, 1968.
- Administração do Conselho de Moatize. Secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx. 37, 1965.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, *Primeira Reunião Nacional das Aldeias Comunais: Resolução sobre questões sociais e culturais*. Aldeia Comunal 3 de fevereiro, Gaza) cx. 166, de março 1980.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, *Organização habitacional de uma aldeia*. Documento produzido pela UEM, IIC, TBARN), cx.144, 27 de setembro de 1977.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, Revista Tempo, nº 383- *O papel da medicina preventiva no desenvolvimento global das Aldeias Comunais*), 5 de fevereiro de 1978.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, Documentos Diversos Tete - *A aldeia Comunal*). Cx. 86,1983.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - Relatório da 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais: *Organização dos órgãos de direção das aldeias comunais*). Cx 43, 1980.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - Relatório da 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais, Relatório do III grupo – aspectos sociais e culturais. Assunto: Enquadramento das questões Sócio culturais). Cx 43, doc. nº 3, 1980.

- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, VIII Sessão do Comité Central. Resoluções sobre aldeias comunais, Discurso de Samora Machel na abertura da Escola do Partido), cx 166, 25 de outubro de 1975.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique Relatório do Gabinete do Presidente. Encontro com o Director da Comissão Nacional das Aldeias Comunais e o presidente Samora Machel), cx 267, 14 de novembro de 1978.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - Discurso de abertura do 1º Seminário de Agricultura. Marrupa, 29 de maio de 1975), cx 166, 1975.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, Jornal Notícias, *Aldeias Comunais no Bilene Camponeses organizados constroem as futuras cidades no campo*). 27 de agosto de 1978.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique III Reunião Preparatória para a 1ª RNAC, p:5), cx 43, 23/02/1980.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, Revista Tempo nº 372, *Aldeia Comunal 1º de maio: Uma experiência*). 20/11/1977.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - Jornal Notícias II Conferência Nacional do Trabalho Ideológico: Resolução sobre as Aldeias Comunais), 24/10/1978.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - III Reunião Preparatória da 1ª RNAC:23), cx 43, 23/02/1980.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - Carta da Comissão Provincial Aldeias Comunais de Quelimane para a Administração do Distrito de Mopeia. Confidencial). Documento avulso, 10/11/ 1978.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique, Correspondência enviada da Comissão Provincial de Quelimane para a Administração do Distrito de Mopéia), 10/11/1978.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique. Carta da CPAC de Sofala para CNAC). Documento Avulso, 29/09/ 1979.
- Comissão Nacional das Aldeias Comunais (Arquivo Histórico de Moçambique - Inquérito Nacional de Habitação produzido pela Direcção Nacional de Habitação. Aldeia Comunal de Capirizange, Distrito de Moatize, Província de Tete). Documento Avulso, sem data.
- Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral. *Tete: Trabalho Político e Organizativo*, Revista Tempo nº358 Lisboa).
- Moçambique Agricultura (Centro de Documentação Amílcar Cabral - João Ferreira: Algumas considerações sobre o problema do sector familiar em Cabo Delgado. Relatório

solicitado pelo comissário político e governador da província de Cabo Delgado, p.11). Cota MZ Agric III. Nampula, 8 de maio de 1978.

- Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - Notas de Estudo Sobre o Habitat Rural para o projeto de cuidados de saúde primário). Cota MZ – V/T/H II-5, sem data.

- Instituto de Investigação Sócio Cultural, Delegação Provincial de Tete. *Inquérito sobre a aldeia Tradicional*, pasta 31. Tete, 1982.

- Instituto de Investigação Sócio Cultural, Delegação Provincial de Tete. *Inquérito sobre a agricultura Tradicional*, pasta 31. Tete, 1982.

- Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - *Transformação da organização social e do sistema agrário do campesinato no distrito do Erati: processo de socialização do campo e diferenciação social*). Maputo, 1985.

- Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - *Contribuição para o Estudo do habitat tradicional de Moçambique. Belane-Vilanculos-Inhambane*. Adolfo Yánez José Fialho/Coordenadores). Instituto Nacional de Planificação em parceria com a Habitat-Nações Unidas. Nairobi, 1983.

- Moçambique (Centro de Documentação Amílcar Cabral - 3º Sessão do Comité Central da FRELIMO, 1976. Resolução sobre as Aldeias Comunais). Documento Avulso, 1976.

- Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique (Arquivo da Torre do Tombo). Documento avulso nº1641, de 26/10/1973.

- Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique (Arquivo da Torre do Tombo). Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa, nº1635, de 8/4/1971.

- Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze). Pasta 67, documento avulso, sem data.

- Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze - Memorial, assunto: Obstáculos verificados na Concessão de créditos a agricultores das regedorias tradicionais). Pasta 67, documento avulso, sem data.

- Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze, Programa de Reestruturação Rural). Pasta 67, Documento Avulso, 1974.

- Junta de Investigações do Ultramar (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze-RAVARA, Rosa Maria Serrão. Contribuição para uma política de reordenamento rural. Junta de Investigações do Ultramar. Documento avulso, 1970.

DOCUMENTOS ONLINE:

- *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*. 08 [Tete e Cabo Delgado (Niassa) - Aspectos Gerais]. José dos Santos Rufino, 8, 1929, 104 págs. http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/AFDCM/BNU_M_LM-08&p=4

- *Censo da população não indígena na Província de Tete em 3 de maio de 1928*. Boletim Geral das Colónias V - 043, [S. Tomé e Príncipe] PORTUGAL. Agência Geral das Colónias, Vol. V - 43, 1929, 269 págs. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N043&p=203>

- *O Futuro do Distrito de Tete*. Boletim Geral das Colónias. XI – 125 PORTUGAL. Agência Geral das Colónias, Vol. XI - 125, 1935, 195 págs. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N125&p=42>

- *Processo de Consulta nº 37: Organização social e econômica das populações indígenas*. In: Boletim Geral das Colónias. XVII – 191 PORTUGAL. Agência Geral das Colónias, Vol. XVII - 191, 1941, 168 págs. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N191&p=88>

- *III Plano de Fomento - Províncias Ultramarinas*. In: Boletim Geral do Ultramar. XLIV - 511-512 PORTUGAL. Agência Geral do Ultramar, Vol. XLIV - 511-512, 1968, 299 págs. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGU-N511-512&p=134>

- *Os transportes do Ultramar* Gazeta dos Caminhos de Ferro, n.1573, 1/07/1953. http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1953/N1573/N1573_master/GazetaCFN1573.pdf

- *III Plano de Fomento - Províncias Ultramarinas*. In: Boletim Geral do Ultramar. XLIV - 511-512 PORTUGAL. Agência Geral do Ultramar, Vol. XLIV - 511-512, 1968, 299 págs. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGU-N511-512&p=134>

- *Exposição das Construções na Colônia* In: Boletim Geral das Colónias. XX – 233 PORTUGAL. Agência Geral das Colónias, Vol. XX - 233, 1944, 166 págs. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N233&p=10>

- *Direitos e Deveres das Autoridades indígenas do Distrito de Tete*. Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1924. http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/direitos_e_deveres_tete_1924.pdf

- *Memorandum acerca das expedições realizadas na zambesia septentrional durante os annos de 1885 a 1891*. WIESE, Carl. Lisboa: Imprensa nacional, 1891. <https://archive.org/stream/memorandumcercad35325gut/pg35325.txt>

- *Diários da Viagem de Moçambique para os Rios de Senna feita pelo governador dos mesmos Rios*. LACERDA E ALMEIDA, Francisco José. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

https://archive.org/stream/diariodaviagemd00almegoog/diariodaviagemd00almegoog_djvu.txt

- *Relatório da guerra da Zambézia em 1888*. CASTILHO, Augusto de. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

https://archive.org/stream/relatoriodaguerr00cast/relatoriodaguerr00cast_djvu.txt

- *Rompamos definitivamente com a burguesia para consolidar o poder popular*. Documento do presidente Samora Machel no comício de 22 de junho (1982) em Maputo. Jornal Notícias 28/06/1982.

http://www.mozambiquehistory.net/people/samora_speeches/1982/19820728_smm_discurso_comicio_ocr.pdf

- *Enquadrar e Mobilizar Todo o povo através dos órgãos locais do Estado*. Discurso do Presidente Samora Machel no encontro com administradores distritais de todo país. Jornal Notícias 09/10/1980.

http://www.mozambiquehistory.net/people/samora_speeches/1980/19801008_encontro_com_administradores_locais.pdf

- *Seis meses a três anos para um vadio*. Jornal Notícias [Maputo], 12 August 1982.

http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19820812_vadio_condenado_a_reeducacao.pdf Acessado em 25/06/2016

- *Centro de Reeducação para prostitutas no Distrito de Moma, propõe Conferência Distrital da OMM*. Jornal Notícias [Maputo], 21 September 1983.

http://www.mozambiquehistory.net/justice/reeducation/19830921_prostitutas_de_moma.pdf

- Série vídeo documental *A Guerra*. Episódio 14: Produção Joaquim Furtado. RTP, Portugal (2012). <https://www.youtube.com/watch?v=Y0Dvtml-6lg>

RELATÓRIOS ONLINE

- População Projectada por distritos, Tete 2007_2040.xls.

http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/projecoes-da-populacao/populacao-projectada-por-distritos-tete-2007_2040.xls/view

- Série Perfis Distritais, Changara, 2005.

http://changara.tete.gov.mz/informacao/Perfil_Changara.pdf

- Série Perfis Distritais, Moatize, 2005.

<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/distritos/tete/Moatize.pdf>

- Resultados Distritais, eleições 2014. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2014.
http://www.cip.org.mz/election2013/ndoc/258_Resultados_distritais-Presidencias_22deOutubro-2014-14h00.pdf

- Eleições Nacionais 2014 - Boletim sobre o processo político em Moçambique. Resultados eleitorais por distrito. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2014.
http://www.cip.org.mz/election2013/ndoc/258_Resultados%20distritais%20-%20District%20Results%20-%20presidencias%20-%2028%20de%20outubro%20de%202014.pdf

- Lista de licenças do cadastro mineiro de Moçambique. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2012.
http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C181_cadastro_mineiro_16_07_2012.pdf

- Boletim de Serviço de Partilha de Informação - Edição N° 05/2015. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2015.
http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C360_CIP-spinformacao_2015_05_pt.pdf

- Boletim do Centro de Integridade Pública de Moçambique. Edição de fevereiro de 2013.
http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C182_CIP%20NEWSLETTER%20edi%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA17-%202013.pdf

- Comentários sobre Relatório e Parecer da Conta Geral do Estado (CGE) referente ao Orçamento do Estado. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2014.
http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C441_um_olhar_despesa_05.pdf

- “O que é uma casa sem comida?” O Boom da mineração de carvão e o reassentamento. Human Rights Watch: 2013.
http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513port_ForUpload_0.pdf

- Cadastro Mineiro com licenças de exploração emitidas em Tete. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2012.
http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C181_cadastro_mineiro_16_07_2012.pdf

- Relatório sobre Repatriação em Moçambique. UNHRC: 2000.
<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home/opendocPDFViewer.html?docid=3ae6a0ca4&query=mozambique>

- Report of the Commission of inquiry on the reported massacres in Mozambique. Nova York: Organização das Nações Unidas, 1974.
http://www.mozambiquehistory.net/history/massacres/19741122_un_commission_of_inquiry.pdf

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS (2010-2016)

- Guebuza terá recebido 35 a 50 milhões de dólares. Diário de Notícias, PT, 9/12/2010.
http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1730994&especial=WikiLeaks&secao=MUNDO

- Reportagem O Massacre de Moatize: Testemunhos da explosão e da chacina 34 anos depois. Portugal: Revista Única, 2011.
http://macua.blogs.com/files/massacreloatize_unica.pdf
- *O que “Vale” o preço do desenvolvimento?* Jornal Verdade, 22/01/2012.
<http://www.verdade.co.mz/nacional/24499-o-que-valeo-preco-do-desenvolvimento>.
- *“Queremos dizer a Guebuza você come bem, nós também queremos comer bem”* Agência France Press 13/11/2012.
http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/11/queremos-dizer-a-guebuza-voc%C3%AA-come-bem-n%C3%B3s-tamb%C3%A9m-queremos-comer-bem.html
- Renamo distancia-se do ataque ao comboio da Vale Moçambique. Jornal Verdade 03/03/2014. <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/45254-renamo-distancia-se-do-ataque-ao-comboio-da-vale-mocambique>
- Momentos de instabilidade política em Moçambique - uma cronologia. (Parte I) Jornal DW, 6/08/2014. <http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>
- Governo de Tete e Vale Moçambique reduzem salários de trabalhadores. Jornal DW, 27/7/2015. <http://www.dw.com/pt/governo-de-tete-e-vale-mo%C3%A7ambique-reduzem-sal%C3%A1rios-de-trabalhadores/a-18603594>
- RENAMO quer gestores nomeados pelos partidos nas empresas públicas. Jornal DW, 18/08/2015. <http://www.dw.com/pt/renamo-quer-gestores-nomeados-pelos-partidos-nas-empresas-p%C3%BAblicas/a-18656468>.
- Quais são as causas profundas das clivagens políticas em Moçambique? Blog O mirador 1/11/2015. <http://omirador.over-blog.com/2015/09/quais-sao-as-raizes-profundas-das-clivagens-politicas-em-mocambique.html>.
- Cronologia do conflito entre a RENAMO e o Governo de Moçambique (Parte II) Jornal DW, 11/03/2016. <http://www.dw.com/pt/cronologia-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-governo-de-mo%C3%A7ambique/a-19105846>
- Há esquadrões de morte para abater opositores, revela agente da Polícia da República de Moçambique. Jornal Savana, 11/03/2016. <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/57164-ha-esquadros-de-morte-para-abater-opositores-revela-agente-da-policia-da-republica-de-mocambique>
- Malawi to reopen former camp, as Mozambique refugee numbers grow. Briefing Notes, 15/03/ 2016. The UN Refugee Agency- UNHCR. <http://www.unhcr.org/56e7ed8c6.html>
- Empréstimos milionários à revelia dos moçambicanos foram contraídos sem conhecimento da Assembleia da República para escondê-los da Renamo. Jornal Verdade, 29/04/2016. <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/57760-emprestimos-milionarios-a-revelia-dos-mocambicanos-foram-contraidos-sem-conhecimento-da-assembleia-da-republica-para-esconde-los-da-renamo->

- A multinacional que veio do Brasil. Pública-Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 29/02/2016. <http://apublica.org/2016/02/a-multinacional-que-veio-do-brasil/>
- Capitalismo selvagem à brasileira. Pública-Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 09/05/2016. <http://apublica.org/2016/05/capitalismo-selvagem-a-brasileira/>
- Novo ataque a comboio da vale: homens armados da Renamo fere dois tripulantes. TVE 11/06/2016. <http://tve24.com/sociedade/novo-ataque-a-comboio-da-vale-homens-armados-da-renamo-feriram-dois-tripulantes/>
- Refugiados moçambicanos no Malawi revivem memórias da guerra civil. Jornal PÚBLICO, 15/05/2016. <https://www.publico.pt/mundo/noticia/refugiados-mocambicanos-no-malawi-revivem-memorias-da-guerra-civil-1731911>
- Mais um comboio da Vale atacado no centro de Moçambique. DW/ 25.07.2016. <http://www.dw.com/pt/mais-um-comboio-da-vale-atacado-no-centro-de-mo%C3%A7ambique/a-19426566>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAM, Yussuf. Guerra, fome, seca e desenvolvimento: Lições de Changara. In: **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, nº 10 – especial, out. 1991, p. 185-208.

_____. **Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo**. Maputo: Editora Promedia, 2006.

ADAMO, Issufo; DAVIES, Robert e HEAD, Judith. Mão de Obra Moçambicana na Rodésia do Sul. **Estudos Moçambicanos**, n.º 2, 1981, p. 59-72.

ALMEIDA, Elga Lessa. **Entre o discurso solidário e a ação pragmática: O sentido da cooperação técnica brasileira em Moçambique no governo Lula da Silva**. Tese de Doutorado em Administração. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2015.

ARAÚJO, Manuel. **Geografia dos povoamentos e assentamentos humanos rurais e urbanos**. Imprensa Universitária, Maputo, 1997.

AZEVEDO, Aina Guimarães. A transformação das formas: relações entre terra, casa, casamento e ancestrais entre falantes de *isizulu* na África do sul dos dias atuais **Temáticas**, 21(42) v.1: 41-74, ago./dez, 2013 (2013)

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. **Etnográfica**, vol. 16 (3), 2012

BA KA KHOSA, Ungulani. **Choriro**. Maputo: Editora Alcance 2009.

_____. **Memórias perdidas, identidades sem cidadania.** In: Colóquio internacional Portugal: entre desassossegos e desafios. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2011.

_____. **Memórias Silenciadas.** Maputo: Editora Alcance, 2013.

BARNES, S. **The Socio-Economic Reintegration of Demobilised Soldiers in Mozambique.** The Soldiers' View, 17. Maputo, 1997.

BELLUCCI, Beluce. **Economia contemporânea em Moçambique:** sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

BERGAT, François e NANCY, Michel. Les villages socialistes de la revolution agraire algérienne, 1972-1982. Paris: Edition du Centre national de la recherche scientifique, 1984.

BERRY, Sara. Debating the Land Question in Africa. **Comparative Studies in Society and History**, 44, n.º 4, 2002.

BORGES, Antonádia. *Terra*. In: SANSONE, Livio & FURTADO, Cláudio Alves (orgs). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Salvador: EDUFBA, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A casa kabyle ou o mundo às avessas. **Cadernos de Campo** v. 8, n. 8, 1999.

BOURDIEU, P. e SAYAD, Abdelmalek. **Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie.** Paris: Les edition de minuit, 1964.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2009.

BRUGIONI, Elena. A literatura e o léxico da pós-colonialidade. Uma conversa com João Paulo Borges Coelho. **Dossier de Literatura Comparada** (24) 3, 2010

_____. Resgatando histórias épicas modernas e pós-colonialidade: uma leitura de *o olho de hertzog*, de João Paulo Borges Coelho. IN: BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana; SARABANDO, Andreia; SILVA, Marie-Manuelle. **Itinerâncias:** Percursos e representações na pós-colonialidade / Journeys: Postcolonial Trajectories and Representations. Braga: Húmus/Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2012.

_____. Narrando o índico: contrapontos entre paradigmas críticos e representações: João Paulo Borges Coelho e M.G. Vassanji. **Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies.** Vol. 2, n.1, 2014, pp. 35-53.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique:** identidade, colonialismo e libertação. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

CABRAL, João de Pina e CARVALHO, Clara (coord). **A persistência da história: passado e contemporaneidade em África**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

CABRAL, João de Pina. Crises de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 229-253, jul./dez. 2005.

CABRAL, Lídia. **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios**. Textos Cindes, Rio de Janeiro, n.26, dez. 2012.

CAHN, Nazir Ahmed. Para além da História: Campo de Trânsito de João Paulo Borges Coelho. **Via Atlântica**, nº 16, dez. 2009.

_____. Centros e margens em contextos literários africanos: notas sobre o caso moçambicano. Texto apresentado em I Congresso de Estudios Poscoloniales / III Jornadas de Feminismo Poscolonial, 2015.

Disponível em: http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/10%20-%20NAZIR.pdf

CAPELA, José. Como as aringas de Moçambique se transformaram em quilombos. **Tempo**. Vol.10, no.20. Niterói, jan. 2006.

_____. **Moçambique pela sua História**. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Porto, 2010.

CASAL, Adolfo. Y. A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, 8/9, 1988, p. 157-191.

_____. Discurso socialista e camponeses africanos: legitimação política ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO 1965-1984). **Revista Internacional de Estudos Africanos**, no. 14 e 15, 1991, pp. 35- 75.

_____. **Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique**. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1996.

CASTELO, Cláudia. "Novos Brasis" em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. **Varia história**. Vol.30, n.53, 2014, pp.507-532.

CESARINO, Letícia Maria Costa da Nóbrega. **Cooperação sul-sul: que potencial analítico para a antropologia**. Paper apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil.

CHAVES, Rita. Entrevista com João Paulo Borges Coelho. **Via Atlântica**, nº 16, dez/2009.

CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2008. <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf>

CHIZIANI, Paulina. **Niketche: Uma História de Poligamia**. Lisboa: Editora Caminho, 2002.

CLASSEN, Sayaka Funada. Anatomia Pós Fukushima dos Estudos sobre o Pro SAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana”, de Natalia Finger mann. Documento de Trabalho nº 12, Dez de 2013. **Observador do Meio Rural**. <http://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-12.pdf>

COELHO, João Paulo Borges. **O início da luta armada em Tete, 1968-1969**: a primeira fase da guerra e a reacção colonial. Maputo: AHM, Colecção Estudos, 1989.

_____. Entrevista com Celestino de Sousa: A actividade da Frelimo em Tete, 1964-1967. In **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, no.10, out. de 1991, pp. 133-168.

_____. Tete, 1900-1926: O Estabelecimento de uma Reserva de Mão-de-Obra. In: **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, no.10, out. 1991, pp. 103-132.

_____. **Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982)**: A History of State Resettlement Policies, Development and War. Tese de PhD, Universidade de Bradford. Departamento de Estudos Económicos e Sociais, 1993.

_____. State Resettlement Policies in Post-Colonial Rural Mozambique: The Impact of the Communal Village Programme on Tete Province, 1977-1982. In: **Journal of Southern African Studies**, Vol. 24, No. 1, Special Issue on Mozambique, 1998, pp. 61-91.

_____. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. **Revista Lusotopie**, 2003.

_____. **As duas Sombras do Rio**. Lisboa: Editora Outras Margens, 2003.

_____. Estado, Comunidades e Calamidades Naturais no Moçambique Rural. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

_____. **Índicos indícios I – Setentrião**. Lisboa: Caminho, 2005.

_____. **Índicos indícios II – Meridião**. Lisboa: Caminho, 2005.

_____. **Campos de Trânsito**. Lisboa: Editora Caminho, 2007.

_____. **A ‘Literatura Quantitativa’ e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)**, 2010.
[http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/media/Mo%C3%A7ambique%20e%20a%20LQ%20pdf%20\(2\).pdf](http://www.ces.uc.pt/estilhacos_do_imperio/comprometidos/media/Mo%C3%A7ambique%20e%20a%20LQ%20pdf%20(2).pdf)

_____. Tropas Negras na Guerra Colonial em Moçambique. In: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião (Orgs). **Os**

outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012.

_____. **Rainhas da Noite.** Lisboa: Editora, 2014.

_____. Abrir a fábula: Questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 106, 2015.

COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. Etnografia e imaginação histórica. Tradução de Iracema Dulley e Olivia Janequine. **Proa – Revista de Antropologia e Arte**. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010.

COOPER, Frederick. Africa's Past and Africa's Historians. In: **Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines**, Vol. 34, No. 2, 2000, pp. 298-336.

_____. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008, p. 21-73.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2011.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **O outro pé da sereia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **E se Obama Fosse Africano**. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. **Confissões da Leoa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Areias do Imperador 1: Mulheres de Cinza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CRUZ e SILVA, Teresa. **Educação, identidades e consciência política. A Missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)**. Lusotopie 1998. p. 397-405.

_____. Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção de conhecimento e as ciências sociais em África: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas. In: CRUZ e SILVA, Teresa; COELHO, João Paulo Borges & DAKAR, Amélia Neves de Souto (orgs.). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança. CODESRIA, 2012.

CURTO, Diogo Ramada & CRUZ, Bernardo Pinto. Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965). **Práticas da História** 1, n.º 1, 2015, p. 113-172.

DIAS DE ANDRADE, Inácio. Desenvolvementismo nas margens: uma etnografia sobre a exploração de minério em Tete, Moçambique. Texto apresentado da RAM, 2013.

_____. Tem um espírito que habita essa pele. Feitiço e desenvolvimento em Tete. Tese defendida em Antropologia Social, UNICAMP, 2016.

DE VLETTER, F. Labour migration in South Africa: the lifeblood for southern Mozambique. In: MACDONALD, David. A. (ed.). **On borders: Perspectives on International Migration in Southern Africa**. Southern African Migration Project. St Martin's Press.

DIREITO, Bárbara. Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942. Tese em História. Universidade de Lisboa, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 563-599.

ELLIS, Stephen. Writing Histories of Contemporary Africa. In: **The Journal of African History**, Vol. 43, No. 1, 2002, pp. 1-26.

FAITE, Olívia Maria. **Grupos Dinamizadores e Autoridades Tradicionais: o caso de Moatize, 1975-1992**. Maputo. Dissertação para o grau de licenciatura em História pela Universidade Eduardo Mondlane, 2001.

FARRÉ, Albert. Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique. **Anuário Antropológico/2014**, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 2, p. 199-229.

FERNANDES, Carlos. Actualidade, urgência e colectivo na emergência de um novo campo do saber em Moçambique: o caso do CEA (1976-1986). In: CRUZ e SILVA, Teresa; COELHO, João Paulo Borges & DAKAR, Amélia Neves de Souto (orgs.). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança. CODESRIA, 2012.

_____. Intelectuais orgânicos e legitimação do estado no moçambique pós-independência: o caso do centro de estudos africanos (1975-1985). **Afro-Ásia**, 48 (2013), 11-44

FERREIRA, António Rita. **Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique**. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical/ junta de investigações científicas do ultramar, 1982.

FIOROTTI, Silas Fiorotti, MAIA, Antonio Alone & PIMENTA, Denise Moraes. Rupturas e Continuidades em Moçambique: Entrevista com Teresa Cruz e Silva. **Ponto Urbe**, 16, 2015. <http://pontourbe.revues.org/2667>

FLORÊNCIO, Fernando. Autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique: o regresso do *indirect rule* ou uma espécie de *neo-indirect rule*? **Análise Social**, vol. XLIII (2.º), 2008, p. 369-391.

FRANCO, Roberta Guimarães. As duas sombras do rio: a cisão como herança. **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, V.1, n. 8, jan./ jul. 2013, p. 125-140.

FORJAZ, José A planificação física em Moçambique Independente, 2004.

<http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/planmocind.html>

FRY, Peter (org.). **Moçambique: Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GANHÃO, Fernando. Problemas e prioridades na formação em ciências sociais. **Estudos Moçambicanos** no.4, 1983, p. 5-17.

GARCIA, Ana Saggioro e KATO, Karina Y. Martins. A história da caça ou do caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, jan./abr. 2016, p. 69-86.

GEFFRAY, Christian, **A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea**. Porto: Afrontamento, 1991.

GENTILE, Anna Maria. Prefácio. In: CRUZ e SILVA, Teresa; COELHO, João Paulo Borges & DAKAR, Amélia Neves de Souto (orgs.). **Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**. Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança. CODESRIA, 2012.

GODOI, Emília Pietrafesa. Territorialidade. In: SANSONE, Livio & FURTADO, Cláudio Alves (orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

HABEMEIER, Kurt. Algodão: Das Concentrações a produção Colectiva. **Estudos Moçambicanos**. no.1, 1981, p. 37-58.

HAESBAER, Rogério. Dos Múltiplos Territórios a Múltipla Territorialidade. Porto Alegre: UFRGS, 2004

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista Geográfica**, v 9, n°7, 2007.

HANLON, Joseph. **Paz sem Benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique**. Centro de Estudos Africanos: Imprensa Universitária UEM. Colecção Nosso Chão nº. 10. República de Moçambique, 1997.

HANLON, Joseph e SMART, Teresa. **Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?** Maputo: Missanga Ideias e Projectos Lda, 2008.

HARRIES, P. **Work, culture, and identity: Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910**. Allen Isaacman and Jean Hay (eds.). Witwatersrand University Press, Johannesburg, 1994.

HEAD, Judith. A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório. **Estudos Moçambicanos** no.1, 1980, p. 53-72.

HEAD, Judith & MANGHEZI, Alpheus. O trabalho forçado por quem o viveu. **Estudos Moçambicanos**, no. 2, 1981, p. 27-36.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HONWANA, Alcida **Espíritos vivos, tradições modernas**: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique. Lisboa: Ela por Ela, 2003a.

ISAACMAN, Allen. **A Tradição da resistência em Moçambique**: O vale do Zambeze 1850-1921. Porto: Afrontamento, 1979.

_____. Os prazeiros como Trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultural. In: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. TETE, n.10, 1991.

_____. Displaced People, Displaced Energy, and Displaced Memories: The Case of Cahora Bassa, 1970-2004. **The International Journal of African Historical Studies**. Vol. 38, No. 2, 2005, pp. 201-238.

KARLSTRÖM, Mikael. On the Aesthetics and Dialogics of Power in the Postcolony. **Journal of the International African Institute**, vol. 73, no. 1, 2003, pp. 57-76.

KOPYTOFF, Igor. The Internal African Frontier: the making of African political culture. In: KOPYTOFF, I. (Ed.). **The African Frontier**: The reproduction of African societies. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 3-86.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

KUYERI, R.M. História Social da Guerra em Tete. Artigo não publicado. Universidade Eduardo Mondlane, 1994.

LANCASTER, Chet S. The Economics of Social Organization in an Ethnic Border Zone: The Goba (Northern Shona) of the Zambezi Valley. **Ethnology**, Vol. 10, No. 4 (Oct., 1971), pp. 445-465

_____. Political Structure and ethnicity in an Immigrant Society: The Goba of the Zambezi. In: KOPYTOFF, I. (Ed.). **The African Frontier**: The reproduction of African societies. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 102-120.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa**: os governos Jânio Quadros, João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2011.

LIESEGANG, Gerhard. Nguni Migrations between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1839. **African Historical Studies**, vol. 3, no. 2, 1970, pp. 317-337.

LOPES, Paulo. **O recrutamento de mão de obra e a construção da barragem de Cahora Bassa, 1969-1975**. Trabalho de Licenciatura (Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, UEM, 2001.

LUBKEMAN'S, Stephen. The transformation of transnationality among mozambican migrants in South African. **Canadian Journal of African Studies**, vol. 34, n°1, 2000.

_____. Reduzir o colonialismo à sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Centro-sul, 1990-1999. In: CABRAL, João de Pina Cabral e CARVALHO, Clara (coord). **A persistência da história: passado e contemporaneidade em África**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação dos 'usos e costumes': Antonio Enes e a 'Geração de 95'. In: FRY, Peter (org.). **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2001.

MACGAFFEY, Wyatt. Shifting the Frontier. **The Journal of African History**, vol. 29, no. 2, 1988, pp. 323-324.

MAFEJE, Archie. Theorie de la democratie et discours africain: Casson la crôte, mēs compagnos de Voyage. In: **Processus de démocratisation em Afrique: Problèmes et perspectives**. CODESRIA, 1995.

MAFFESOLI, Michel **Sobre o Nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MAIA, Antônio Alone. **Mudanças socio-culturais entre os Nyungwe do vale do zambeze: resistências, rupturas e continuidades na estrutura social**. Tese de doutorado em antropologia social - USP, 2015.

MALOA, Joaquim Miranda. O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10413/7216>. Acessado em 10/02/2014.

MANDANI, Mahmood. **Citizen and subject. Contemporary Africa and the legacy and late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MARCELIN, Louis HERN. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. **Revista Mana** 5 (2), 1999, p. 31-60.

MARTINEZ, Manuel Diaz. **Breve Historia de Mozambique**. Habana: Editorial de Ciências Sociales, 1984.

MARTINS, Humberto. Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo. **Revista Etnográfica**, vol. 17 (2), 2013. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/3168?lang=pt>

MATOS, Elmer Agostinho Carlos & MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Exploração do Carvão Mineral de Benga em Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: alguns

apontamentos referentes à acumulação por espoliação. **Revista Nera**, ano 18, Nº. 28. Edição especial, 2015.

MBEMBE, Achille. Provisional Notes on the Postcolony. **Journal of the International African Institute**, vol. 62, no. 1, 1992, pp. 3-37.

_____. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, nno 23, nº 1, 2001, pp. 171-209.

_____. **África Insubmissa. Cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial**. Coleção Reler África. Edições Pedagogo, Portugal, 2013.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações. Tomo I** (até o século XVIII). Trad. Alfredo Margarido. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. **Revista da USP**. São Paulo, n.45, 2000, p. 48-61.

MILHEIRO, Ana. Africanidade e Arquitectura Colonial: A casa projectada pelo Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974). **Cadernos de Estudos Africanos**, no. 25, 2013.

_____. Visões do Gabinete de Urbanização Colonial no período final da colonização portuguesa. Anais do III Encontro da Associação nacional de Pesquisa e pós-graduação em Arquitectura e Urbanismo. **Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 19/97 de 1 de outubro. Lei de Terras**. Maputo: Boletim da República, 1997.

MOIANE, José. (Entrevista). O direito e a Justiça nas zonas libertadas. **Periódico Justiça Popular**. Moçambique. Boletim do Ministério da Justiça, jan-junho de 1984.

MONTEIRO, John. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOSCA, João & SELEMANE, Tomás. El dorado Tete: Os mega projectos de mineração. Maputo: CIP, 2011.

MOYO, Sam. Peasant Organisations and rural civil society in Africa. In: ROMDHANE, Ben; MAHMOUD & MOYO, Sam. **Peasant Organisations and Democratisation Process in Africa**. Dakar, CODESRIA, 2002.

MUDIMBE, V.Y. & JEWSIEWICKI, B. African's Memories and Contemporary History in Africa. **History and Theory** 32, no. 4: 1-11, 1993.

MUNGOI, Cláudio Artur. Produção de energia: usos políticos e econômicos do território e desenvolvimento rural no Vale do Zambeze, Moçambique - A barragem de Cahora

Bassa em questão. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 77 - 84, 2011.

NASCIMENTO, Sebastião & THOMAZ, Omar. Nem Rodésia nem Congo: Moçambique e os dias do fim das comunidades de origem europeia e asiática. In: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião (orgs). **Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012.

NEGRÃO, José. Samora e o desenvolvimento. (2001)

Disponível em: http://www.iid.org.mz/Samora_e_Desenvolvimento.pdf.

_____. A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2002.

_____. Sistemas Costumieiros da terra em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura e TRINDADE, João (eds). In: **Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique** vol 2. Maputo/Coimbra: CEA/CES, 2000.

_____. **Cem anos de economia da família rural africana: O delta do Zambeze em análise retrospectiva**. Maputo: Texto Editores , 2005.

NEVES, Joel das. Tete e o trabalho migratório para a Rodésia do Sul, 1890-1913. **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**. TETE, n.10, 1991.

NHAMIRE, Borges & MATINE, Jorge. Parcerias Público-Privadas: um investimento necessário mas problemático em Moçambique - caso da concessão do Porto de Nacala e Linha do Norte. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2015.
http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C422_CIP-estudo%20CONCESS%C3%83O%20DO%20PORTO%20DE%20NACALA%20E%20LINHA%20DO%20NORTE.pdf

NICONTI, Kate António. **Espaço e Identidade: Uma Análise do Processo de Reassentamento de Cateme em Moatize**. Trabalho de conclusão de Curso em Antropologia. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2012.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Editor: Publicações Europa-América, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Revista Mana**, 2008, vol.14, n.2, pp.455-475.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa**. Tese de doutorado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

NUNES, A. Sedas. Prefácio. In: LISBOA, Alfredo de Sousa (org.). **Economia e sociedade em África**. Livraria Moraes. Editora: O Tempo e o Modo, 1965.

O'LAUGHLIN, B. Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the Indigenato in Mozambique. **African Affairs**, 99, 2000, p. 7-42.

OLIVEIRA, M. de. O “habitat” nas zonas suburbanas de Quelimane: Um caso positivo de formação de sociedades multirraciais. **Geographica**, 3, 1965, pp. 65-75.

OLIVEIRA, Avelino Seixas *et al.* A casa e as suas casas. **Temáticas**. Campinas, 21(42), ago./dez. 2013, p. 141-163.

PANTIE, Francisco Tomo. **A paralisação das minas de carvão de Moatize e seu impacto 1982-2003**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2006.

PEDRO, Eusébio André. **A Missionaç o Jesuíta em Moçambique**: As Relações com a Sociedade e com o Poder Político em Tete, 1941-2011. Dissertação em História, Relações Internacionais e Cooperação. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2013.

PEDRO, Joana de Jesus Colaço. **Reassentamentos Forçados**: dos Impactos  s Oportunidades. Dissertação em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

PEDRO, Martinho. Territorialização de Moçambique colonial: “avant tout” uma luta pela transposição de contrariedades endogen ticas presentes no sistema português em montagem. Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: **História, Memória e Ciência**. IICT – JBT. Jardim Botânico Tropical. Lisboa, 24-26 outubro de 2012.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares & MENESES, Maria Paula. **Domingos Arouca**: um percurso de militância nacionalista em Moçambique. *Topoi*, vol.14, n.26, 2003, pp. 86-104.

PÉLISSIER, Ren . **História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918**. Lisboa: Estampa, v. 1, 2000.

PENVENNE, J. **A History of African Labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950**. Unpublished Ph.D. dissertation. Boston, 1982.

PESAVENTO, Sandra. **O mundo como texto**: leituras da história e da literatura. **História da Educação**, Pelotas, n 14, 2003.

POLLAK Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAIMUNDO, Inês Macamo. **Gender, Choice and Migration Household Dynamics and Urbanisation in Mozambique**. PhD Thesis in Forced Migration Programme at the University of the Witwatersrand, Johannesburg, 2009.

_____. Migrações em Moçambique: reflexões sobre uma Política de Migração. **Revista Estudos Moçambicanos**, vol.22, 2011.

RAMOS, Tânia Beisl. Estado Novo e arquitetura. Redes sociais e patrimônio cultural moderno em Portugal e no Brasil. **Revista CPC**. São Paulo, n.12, p. 31-53, maio/out. 2011.

RANTALA, Janne. Rapper Azagaia e seus críticos. Debate sobre Moçambique. Matola: Instituto Superior de Artes e Cultura, 2015 pp. 127–140. https://www.academia.edu/10180061/Rapper_Azagaia_e_Seus_Cr%C3%ADticos_O_Debate_sobre_Mo%C3%A7ambique. Kulimar 4 2015. Matola Instituto Superior de Artes e Cultura

RAPOSO, Isabel. Intervenção estatal nos modos de habitar. O caso das aldeias comunais em Manica/Moçambique. **Cadernos do noroeste**, Vol. 9, Nº 1, 1996, págs. 55-76

REIS, Luiza. Centro de estudos afro-orientais (CEAO): intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África. Anais do IV Encontro estadual de história (BA). **História: sujeitos, saberes e práticas**, 2008. http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Luiza%20Nascimento%20dos%20Reis.pdf

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 289-329.

RIBEIRO, Gabriel Mitá. Representações sociais sobre o estado em Moçambique. Texto apresentado no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro. Coimbra, 2004. <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao5/GabrielMithaRibeiro.pdf>

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. (Tomo I). Campinas: São Paulo, Ed. Papirus, 1994.

_____. Memory, history, oblivion. **Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**, 2003. Disponível no site: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia

RODRIGUES, Ana Carolina. **À deriva no (do) tempo**: leituras sobre capitalismo cotidiano e sentido no reassentamento de Cateme, Moçambique 1988-2014. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, MG, 2014.

RODRIGUES, Maria Conceição. O primeiro sítio com vestígios de utilização do ferro e cerâmica “tradicional” da Early Iron Age localizado em Moçambique – província da Zambézia. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, vol. 9. No 2. 2006, p. 415-449.

RODRIGUES, Eugênia. As donas de prazos do Zambeze. Políticas imperiais e estratégias locais. In: PEREIRA, Magnus R. de Mello; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; ANDREAZZA, Maria Luiz & NADALIN, Sergio Odilon (eds.). **VI Jornada Setecentista**: Conferências e comunicações. Curitiba: Aos Quatro Ventos/Cedop, 2006, pp. 15-34.

RODRIGUES, Yssysay. *A Vale em Moçambique: Uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UNESP-Araraquara, 2015.

ROSA, Marcelo C. A terra e seus vários sentidos: por uma sociologia e etnologia dos moradores de fazenda na África do Sul contemporânea. **Soc. estado**. [online], vol.27, n.2, 2012, pp. 361-385.

ROSSI, Amanda. **Moçambique o Brasil é aqui**: Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Record, 2015

SAHLINS, Marshall. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção. **Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

SAID, Edward. **Fora de Lugar**: memórias. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

SAÚTE, Nelson. **Crônica de uma integração imperfeita**. O caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de Ferro em Moçambique (2000-2005). Dissertação em Sociologia, USP, 2010 .

SEIBERT, Gerhard The vagaries of violence and power in post-colonial Mozambique. In: ABBINK, J. et al. (eds.). **Rethinking resistance**: revolt and violence in African history. Leiden, Brill, 2003, pp. 253-276.

SERRA, Almeida. Moçambique, 1975-1990: Uma síntese sobre a evolução económica. **Revista do Centro de Estudos Sobre África (CESA)**, nº 20, Lisboa, 1991.

SERRA, Carlos. **História de Moçambique Parte I**: Primeiras Sociedades Sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885. Maputo: Imprensa Universitária, 2000.

_____. **História de Moçambique Parte II**: Agressão Imperialista, 1886- 1930. Maputo: Imprensa Universitária, 2000.

BRYNILDSE, Øygunn & NOMBORA, Dionísio. Mineração sem desenvolvimento: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique. Maputo: Centro de Integridade Pública e Eurodad, 2013.

http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C277_Relat%C3%B3rio%20Kenmare%20Minas%20de%20Moma.pdf

THIAW, Ibrahima. L’archéologie de l’île de Gorée, au Senegal: Chaque Maison a une histoire. In: SANSONE, Lívio; SOUMONNI, Elisée et BARRY, Boubacar (orgs.). **La construction transatlantique d’identités noires**: Entre Afrique et Amériques. Ed. Karthala, 2010.

_____. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de antropologia**, v..51, USP, 2008.

_____. Lobolo e trabalho migratório: reprodução familiar e aventura no sul de Moçambique. In: FILHO, Wilson Trajano (org.). **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos.** Brasília: ABA Publicações, 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro & CACCIA-BAVA, Emiliano. “Moçambique em Movimento: Dados Quantitativos”, in Peter Fry (org.). **Moçambique Ensaios.** Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2001.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: power and the production of history.** Boston: Beacon Press, 1995.

VALÁ, Salim. **Desenvolvimento Rural em Moçambique. Um Desafio ao Nosso Alcance.** Maputo, 2009.

VAINER, Carlos B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000.** Brasília, DF: CNPD, 2001.

WERBNER, Richard . Beyond oblivion: Confronting memory crisis”, in Werbner, Richard (ed.), **Memory and the postcolony. African anthropology and the critique of power.** London, Zed Books, 1998.

WEST, Harry. **Kupilikula: O poder e o Invisível em Mueda, Moçambique.** Lisboa: Editora Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

WUYTS, Marc. Economia Política do colonialismo português em Moçambique. **Estudos Moçambicanos** 1, 1980, p. 9-22.

_____. Será que o desenvolvimento econômico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. **Boletim Ideias**, 25/04/2011. IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf

_____. The End of the Post-Colonial State in Africa? Reflections on Changing African Political Dynamics. **African Affairs**, vol. 103, no. 410, jan. 2004, pp. 23-49.

ZAMPARONI, Valdemir. Frugalidade, moralidade e respeito: A política do assimilacionismo em Moçambique, c. 1890-1930. **X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-asiáticos.** Rio de Janeiro, 2000. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/valde.rtf>.

_____. Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas. **Africana Studia**, nº 7, 2004.

_____. **De escravo a cozinheiro:** colonialismo e racismo em Moçambique. 2ª ed. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007.